

BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

CONHEÇA AS INICIATIVAS QUE BUSCAM SOLUÇÕES PARA
GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL



PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Michel Temer

MINISTRO DO MEIO AMBIENTE

Edson Duarte

PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio)

Paulo Henrique Marostegan e Carneiro

COMITÊ EDITORIAL

Ângela Pellin, Carla Guaitanele, Cibele Tarraço Castro, Danúbia Melo, Fabiana Prado, Letícia Braga, Roberta Barbosa, Rosana Lordêlo de Santana Siqueira e Thais Ferraresi Pereira

COLABORADORES

Camilla da Silva, Debora Lehmann, Fernanda Boaventura, Fernando Mendes, Gilceli Menezes, Isis de Freitas, Larissa Diehl e Marcia Muchagata

ORGANIZAÇÃO, TEXTO E REVISÃO

Cibele Quirino - Jacarandá Comunica

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Kátia Ozório - Artificie Design

FOTOS DA CAPA

Elder Pena, Enrico Marcovaldi, Enrico Marone, Flávio Varricchio, João Marcos Rosa e Ricardo Maia

BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

CONHEÇA AS INICIATIVAS QUE BUSCAM SOLUÇÕES PARA
GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL

MAIS DO QUE RECONHECER, A IMPORTÂNCIA DE COMPARTILHAR BOAS PRÁTICAS

Em 2017, o número de visitantes em cerca de 100 Unidades de Conservação (UCs) federais chegou aos 10,7 milhões. Um recorde, com 20% de aumento real, em relação a 2016, segundo estimativas do ICMBio. O interesse da sociedade em conhecer essas áreas naturais é um fator a ser celebrado e incentivado, a fim de que possa ser possível cada vez mais indivíduos não só conhecerem, como reconhecerem as unidades como fundamentais para a conservação da biodiversidade e o bem-estar humano. Desde a realização do III Seminário de Boas Práticas na Gestão de Unidades de Conservação, em novembro de 2017, o país ganhou mais onze Unidades de Conservação, passando de 324 para 335 áreas sob a gestão do ICMBio, mais um motivo para comemorar.

A força das Unidades de Conservação federais encontra-se nos servidores que atuam constantemente para motivar o interesse da sociedade por essas áreas, não apenas como atrativo turístico, mas como uma riqueza a ser cada vez mais valorizada frente aos desafios socioambientais enfrentados pelo Brasil. Essa força também está na mobilização de atores sociais, comunidades e moradores do entorno - que dependem direta ou indiretamente das unidades - organizações sociais e ambientais, comunidade escolar, empresas e demais órgãos governamentais. Cada vez mais, esses atores, em parceria, vêm fazendo a diferença, provando o elevado potencial dessas áreas no desenvolvimento social, ambiental e econômico de territórios.

A escolha de Parcerias como tema central do III Seminário de Boas Práticas na Gestão de Unidades de Conservação veio repleta de significados e permitiu ao ICMBio celebrar 10 anos de história com um evento que destacou a importância dos parceiros - das associações locais aos estudantes de universidades, dos centros de pesquisa às organizações não governamentais, na gestão das Unidades de Conservação.

Essa edição do Seminário também entrou para a história pela realização conjunta com o I Fórum Internacional de Parcerias na Gestão de Unidades de Conservação, uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) - mais uma forma de parceria, que reforça as convicções do ICMBio de que somar esforços é sempre a melhor estratégia.

Ambos os eventos são parte de um projeto amplo, chamado *Motivação e Sucesso na Gestão de Unidades de Conservação*, realizado pelo ICMBio em parceria com o IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas desde 2013. As duas instituições e o Ibam mostraram mais uma vez a força das parcerias e reuniram-se para executar a várias mãos, mentes e corações esse grande evento que contou com o apoio de Gordon and Betty Moore Foundation, Projeto Desenvolvimento de Parcerias Ambientais Público-Privadas (PAPP) apoiado pelo Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID), Caixa Econômica Federal, cooperação alemã para o desenvolvimento sustentável, por meio da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH*, Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS) e Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid).

Um dos grandes resultados dessa parceria é esta revista, que reúne o conhecimento tão relevante compartilhado pelos gestores e parceiros ao longo dos dias de encontro. Aqui, é possível conhecer 76 Boas Práticas em Unidades de Conservação. Dessa forma, o objetivo é disseminar ainda mais as experiências, estimulando novas inspirações capazes de favorecer a preservação, aperfeiçoar o monitoramento, desenvolver pesquisas, valorizar as comunidades tradicionais, implementar novos atrativos, otimizar recursos, incentivar o uso público nas UCs abertas à visitação.

Conseguimos nessa edição reunir um maior número de práticas e definir um conceito capaz de apresentar as particularidades de cada trabalho desenvolvido com mais destaque. Alguns gestores pontuaram as inspirações das práticas, como por exemplo, capacitações, apresentações de Seminários anteriores, eventos internacionais, enfim, optamos por destacar tais iniciativas como forma de reconhecê-las. Afinal, todas essas frentes buscam promover mudanças e Boas Práticas sintetizam justamente isso.

Todas as práticas contêm uma ficha com o propósito de relacionar os principais profissionais e instituições envolvidas, mas sabemos e reconhecemos que centenas de atores sociais contribuíram com cada trabalho, por isso sintam-se todos, por meio dessa publicação, aqui representados.

Paulo Henrique Marostegan e Carneiro
Presidente do ICMBio



ICMBIO

Criado em 2007 com a importante e desafiadora missão de “proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental”, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) administra mais de 330 Unidades de Conservação federais (UCs) espalhadas por todo o Brasil. Autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, o ICMBio também é responsável por fomentar e executar projetos de pesquisa relacionados à biodiversidade, desenvolver programas de educação ambiental, monitorar o uso público e o aproveitamento econômico dos recursos naturais nas UCs onde tais atividades são permitidas, exercer o poder de polícia ambiental visando à proteção das unidades e promover o desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais em Unidades de Conservação de uso sustentável.

IPÊ – INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS

O IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas é uma organização brasileira, sem fins lucrativos, que trabalha pela conservação da biodiversidade do País.

Fundado em 1992, atua nos biomas Mata Atlântica, Amazônia, Pantanal e Cerrado, com cerca de 30 projetos, que incluem pesquisa científica de espécies da fauna e flora, ações de educação ambiental e envolvimento comunitário, além de intervenções em paisagens e apoio à construção de políticas públicas.

Pesquisadores experientes facilitam o intercâmbio de expertises em busca de melhores resultados, e o constante diálogo e gestão intersetoriais permitem arranjos efetivos e parcerias duradouras.

O empenho em multiplicar o conhecimento adquirido ao longo do tempo, deu origem à ESCAS – Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade, que oferece cursos de curta duração, MBA e Mestrado Profissional nas áreas de meio ambiente e sustentabilidade, em sua sede, em Nazaré Paulista (SP).

www.ipe.org.br

CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SNUC) – LIFEWEB

A publicação tem o apoio do projeto “Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – LifeWeb”, desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pela cooperação alemã para o desenvolvimento sustentável, por meio da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH*, no âmbito da Iniciativa Internacional de Proteção ao Clima (IKI, sigla em alemão) financiada pelo Ministério Federal do Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha (BMU, sigla em alemão).

Saiba mais: <https://www.giz.de/en/worldwide/39436.html>

DAP/SBIO/MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

O Departamento de Áreas Protegidas coordena o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que foi concebido para potencializar o papel das unidades de conservação, assegurando amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas, para que estejam adequadamente representadas no território nacional. Nosso desafio é despertar o interesse da sociedade brasileira pelo patrimônio natural e cultural protegido pelo SNUC, aproximando as unidades de conservação da sociedade.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM

O IBAM é uma associação civil sem fins lucrativos que há 66 anos dedica-se a apoiar os municípios, o governo nacional, os estaduais e os internacionais, na direção do aperfeiçoamento da gestão pública, na oferta mais eficaz de serviços, no fortalecimento de processo de descentralização, na promoção do desenvolvimento sustentável e o aperfeiçoamento de práticas de gestão, em especial na escala local. Em função da evolução da descentralização, Municípios e Territórios ganham protagonismo na agenda pública e, em função disso, o IBAM tem ampliado seu espectro de atuação a fim de incorporar a temática ambiental. Nessa direção, entre outros projetos, desde 2014 vem implementando o projeto de Parcerias Ambientais Público-Privadas – PAPP, que tem como missão apoiar o ICMBio na promoção de parcerias, no aperfeiçoamento da gestão, no desenvolvimento socioambiental e na preservação da biodiversidade nas Unidades de Conservação Federais.

PARCERIA PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NA AMAZÔNIA (PCBA)

É um compromisso entre o povo dos Estados Unidos e o povo brasileiro na forma de um programa conjunto de cinco anos pela conservação da biodiversidade na região. A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) apoia financeiramente o projeto. O Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS) atua como parceiro técnico responsável pela implementação, juntamente com o Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ONGs, comunidades amazônicas e universidades americanas e brasileiras, que apoiam os esforços para o desenvolvimento local e a conservação, por meio de oficinas, seminários, desenvolvimento de ferramentas de gestão e assistência técnica in loco. Os experts em manejo de áreas protegidas dos EUA criam experiências interdisciplinares e interculturais com parceiros brasileiros, além de novas aplicações para ferramentas e tecnologias que protejam o meio ambiente e melhorem a vida das pessoas na Amazônia.



10 Evento destaca principal estratégia do ICMBio e celebra 10 anos contabilizando recordes

14 Fique por dentro dos temas discutidos

■ PESQUISA

19 Política Pública

ICMBio e CNPq implementam solução inédita para áreas protegidas

22 Pesquisa e Patrocínio

Projeto com a maracanã-verdadeira subsidiará a reintrodução da ararinha-azul na natureza

26 Universidade Parceira

Projeto MAArE desenvolve ação preventiva diante de exploração petrolífera

28 Inclusão Digital

Moradores de comunidades realizam ação no controle de zoonoses emergentes

32 Parceria Científica

Instituições de ensino desenvolvem pesquisas específicas sobre Reserva Natural

34 Parceria Acadêmica

Unidades de Conservação buscam na ciência os subsídios para o planejamento integrado

37 Tradicional e Acadêmico

Projeto alinha conhecimentos e identifica espécies da flora prioritárias para conservação

39 Conhecimento Científico e Tradicional

Reserva fortalece conservação da biodiversidade com Programa de Monitoramento

41 Pesquisa Acadêmica

Monitoramento aponta novas estratégias para os períodos com excedente de pescado e de entressafra

44 Parceria de Conhecimento

Pesquisas sobre Tartarugas Marinhas em Abrolhos aperfeiçoam interpretação ambiental

■ GESTÃO INTEGRADA

48 Mobilização e Justiça

Contrato de Concessão de Direito Real de Uso beneficia quase 1,5 mil famílias

51 Articulação Institucional

Iniciativa fortalece parceria entre órgãos públicos e povos indígenas no Parque Nacional Pico da Neblina

55 Proteção Conjunta

Maior articulação entre Secretaria Estadual e Funai transforma relações entre moradores de comunidades e indígenas

57 Espaços de Diálogo

Lideranças indígenas e extrativistas do sul do Amazonas desenvolvem Plano de Ação de Gestão Integrada de Áreas Protegidas

60 Articular e Capacitar

Estratégia garante novas oportunidades à comunidade local e preserva a região

63 Cogestão

Mais de 70% dos visitantes analisam a experiência como ótima em unidade onde órgão estadual e Oscip somam esforços

66 Sistema de Monitoramento

Pesca artesanal em Mosaico Lago de Tucuruí representa 13% da produção de pescado do Pará

70 Gestão Compartilhada

Termo de Reciprocidade e Plano de Trabalho orientam parceria no Parque Nacional da Tijuca

■ USO PÚBLICO E NEGÓCIOS

74 Parceria com Cooperados

Transformando desafios em oportunidades

76 Regionalizar as Compras

Agricultores e produtores locais têm prioridade como fornecedores de concessionária

79 Público-Privadas

Projeto destaca viabilidade econômica e socioambiental de duas Florestas Nacionais com foco em parcerias

82 Parceria Institucional

Formação de multiplicadores em uso público aprimora serviços nas unidades

85 Capacitação

Interpretação Ambiental aproxima comunidade local da equipe gestora

87 Interpretação Ambiental

Estratégia busca comunicar de forma mais efetiva sobre as Unidades de Conservação e melhorar a experiência do visitante

90 Tecnologia

10 Unidades de Conservação obtêm dados inéditos de visitação com acesso em tempo real

93 Monitoramento Automático

Resultados subsidiam a criação de nova trilha e mostram visitação acima das expectativas

96 Tecnologia Nacional

Universidade desenvolve sistema de contagem de visitante ao custo de R\$ 135,00

99 Pluriparticipação

Gestão recupera praias protegidas de empreendimentos privados irregulares

102 Gestão Participativa

Novos espaços de discussão atraem mais de 400 condutores

104 Grupo de Trabalho

Publicação sistematiza Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação

107 Comunicação

Estratégia reforça o conceito da Trilha Transcarioca e garante visibilidade extra à iniciativa

110 Articulação

Ecotrilha fortalece a gestão integrada entre unidades, diálogo com o DER e o engajamento da sociedade

113 Grupos de Visitantes

Mobilização de ciclistas, caminhantes e escoteiros triplica visitação

116 Mobilização

Sociedade civil e instituições públicas implementam ecotrilhas na Serrinha do Paranoá

119 Termo de Cooperação Técnica

Parque Estadual do Pico do Itambé aumenta a visitação e fortalece alianças na esfera municipal

122 Turismo Sustentável

Programa Áreas Protegidas para Prosperar soma esforços em sete Unidades de Conservação

125 **Visitação Agendada**

Parque Nacional das Araucárias abre para uso público com apoio do conselho

127 **Ordenamento Participativo**

Parque Nacional de Anavilhanas e CNPT aplicam Plano de Ação e aumentam segurança de botos e turistas

130 **Parceiros Locais**

Reabertura de trilhas em caráter experimental garante vitória da sociedade

■ **GESTÃO PARTICIPATIVA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

133 **Processos Formativos**

Projetos Políticos Pedagógicos unem diferentes atores sociais com objetivos compartilhados

137 **Educação Transforma**

Projeto Político Pedagógico garante resultados transdisciplinares

140 **Interlocução**

A entrada de um terceiro ator social pode mudar os rumos de um conflito

143 **Magistério Extrativista**

79 jovens atingem o Ensino Fundamental em Reservas Extrativistas da Terra do Meio

146 **Diálogo Permanente**

Recurso audiovisual favorece aproximação entre gestão estadual e a comunidade

149 **Termo de Compromisso**

Conciliação permite a pesca em unidade de proteção integral recém-criada pelo Poder Legislativo

153 **Comunicação**

Diálogo e interação social apoiam a implementação do Parque Estadual do Jalapão

157 **Protagonismo Juvenil**

42 jovens desenvolvem Agenda 21 local e conquistam certificação em sustentabilidade

160 **Programa de Agente Voluntário Ambiental**

Secretaria Estadual lança programa e melhora a experiência do visitante nas unidades

163 **Educação Ambiental**

Parceria entre Sema e Sesc-Ceará implementa Projeto Aflorar em área protegida

166 **Cartografia Social**

Zoneamento Ambiental Participativo fortalece comunidade da Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde

169 **Programação Socioambiental**

Ecofolia desenvolve pesquisas nas comunidades com participação de voluntários durante o Carnaval

172 **Registro Educomunicativo**

Estratégia garante continuidade do protagonismo juvenil após término dos recursos

175 **Voluntariado**

Adesão ao trabalho voluntário pelas Unidades de Conservação cresce 62% entre 2015 e 2017

178 **Educomunicação**

Visibilidade do Mosaico aumenta com fortalecimento de jovens lideranças

181 **Conselhos Integrados**

Estratégia permite responder às principais demandas do território e aumenta mobilização

184 **Jovens Parceiros**

Gestão do Parque Nacional das Araucárias implementa atividades com adolescentes

186 **Curso de Formação**

Valorização e visibilidade de pescadores garantem avanços no Acordo de Gestão

189 **Comunicar**

Eu Amo Cerrado investe na estratégia conhecer para proteger

192 **Capacitação Preventiva**

Novos caminhos para reduzir incêndios florestais

■ **MANEJO E AGROECOLOGIA**

195 **Relações Institucionais**

Feira dos Povos fortalece produtos agroflorestais e busca maior rentabilidade

198 **Condicionantes e Ajustamentos**

Mais de 100 hectares de manguezais recuperados em menos de 10 anos

201 **Manejo Integrado do Fogo**

40% de redução na área atingida por incêndios entre 2010 e 2016 em Unidades de Conservação federais

204 **Cadeias de Valor**

Programa Conservação dos Recursos Biológicos da Amazônia avança e implementa projetos-piloto

207 **Sistemas Produtivos**

Parque Nacional busca diversificar renda das comunidades extrativistas do entorno

210 **Restauração do Cerrado**

Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros aproxima a sociedade da conservação

213 **Manejo Integrado do Fogo**

Resultados na Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins superam as expectativas

216 **Sistema Agroflorestal**

Prática concilia produção de alimentos com restauração de áreas degradadas e formação de corredores ecológicos

219 **Viveiro de Nativas**

200 mil mudas de Cerrado recuperam áreas degradadas no entorno de Unidade de Conservação

■ **SOCIEDADE COMPROMETIDA**

222 **Sociedade Engajada**

A conquista dos novos limites do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

224 **Parcerias Institucionais**

Produção de TV e web busca popularizar o conhecimento sobre a biodiversidade

227 **Força-Tarefa**

Servidores do ICMBio têm papel central em novo modelo para a demarcação de áreas

231 **Edital e Apoio Técnico**

Projeto demonstrativo de geração de energia fotovoltaica gera economia de R\$ 102 mil em 2017

234 **Fundos de Apoio**

12 Unidades de Conservação Marinhas e da Mata Atlântica já recebem aportes para gestão

238 **Fundo de Perpetuidade**

Medida garante a implantação imediata de projetos e assegura recursos futuros para a gestão

241 **Campanha de Atendimento**

Ação inscreve 425 proprietários da Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto no Cadastro Ambiental Rural

245 **Condicionantes Ambientais**

Grupo de Trabalho estabelece nova dinâmica entre empreendedor, órgãos públicos e comunidades tradicionais

EVENTO DESTACA PRINCIPAL ESTRATÉGIA DO ICMBIO E CELEBRA 10 ANOS CONTABILIZANDO RECORDES



Com o tema Parcerias, o III Seminário de Boas Práticas na Gestão de Unidades de Conservação realizado de 27 a 29 de novembro de 2017, no Centro Internacional de Convenções do Brasil, em Brasília, mais do que dobrou o número de trabalhos inscritos em relação à edição anterior. Em 2017, o ICMBio recebeu 147 práticas, em 2016, com o tema livre, foram 56. O Seminário temático celebrou os 10 anos e atendeu à solicitação do presidente do ICMBio, na época Ricardo Soavinski, que passou como demanda a realização de um grande evento valorizando os parceiros para comemorar a data.

A diversidade das formas de parcerias das 76 Boas Práticas registra as múltiplas faces desse instrumento, desde o conhecimento tradicional até o científico dos centros de pesquisa – em alguns casos somando esforços – passando pelo voluntariado e o aporte de recursos. Pedro de Castro da Cunha e Menezes, chefe da Coordenação Geral de Uso Público e Negócio, destaca o Seminário como a oportunidade para obter escala na divulgação das Boas Práticas. “Como instituição pulverizada, estamos em vários locais do cenário nacional, se não fosse pelo Seminário como espaço de discussão de iniciativas locais, que são replicáveis, as experiências não chegariam ao conhecimento das equipes de outras Unidades de Conservação (UCs). Por exemplo, uma iniciativa em Roraima dificilmente seria do conhecimento das equipes do Rio Grande do Sul ou em Minas Gerais. O seminário cumpre esse papel e ao mesmo tempo valoriza os gestores que conseguem durante o evento divulgar iniciativas já desenvolvidas, mas que até então pela falta de visibilidade muitas vezes perdiam inclusive o valor para o gestor”.

Para Jens Brüggemann, diretor do projeto Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) - LifeWeb pela *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH*, o crescimento expressivo do evento reforça o interesse no compartilhamento das informações entre os gestores

Fotos: Israel Lima



de um país de dimensões continentais. “Considero o Seminário muito valioso por reconhecer os esforços feitos pelos gestores. O evento estimula uma visão sistemática – as UCs não são esforços isolados ou locais da conservação da biodiversidade, elas pertencem a um sistema. Por esse motivo, o Seminário fortalece a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), também apoiado pelo Governo Alemão junto ao Ministério de Meio Ambiente do Brasil na iniciativa internacional para a Proteção do Clima”, diz.

A terceira edição registrou recorde de público com cerca de 300 participantes - entre servidores, representantes governamentais, comunidades locais, empresários, voluntários, pesquisadores e lideranças de organizações da sociedade civil - aumento superior a 450% em relação ao evento de estreia. Os motivos de tal crescimento, segundo Fabiana Prado, coordenadora de projetos do IPÊ, envolvem o comprometimento desde o início do projeto em criar de fato um espaço de discussão. “A qualidade do evento repercutiu e a cada ano, o número de interessados aumenta. O sucesso de público é o resultado do trabalho dos anos anteriores. Provavelmente no próximo evento teremos ainda mais participantes. Uma conquista muito grande dessa edição foi envolver também os Estados, além das UCs federais. Isso sempre esteve no nosso horizonte e conseguimos isso por meio dessa importante parceria com o Ibam”, afirma ela.



Para Carla Guaitanele, chefe da Divisão de Parcerias (DPA) do ICMBio, o Seminário marcou o início de uma nova fase na percepção dos próprios gestores. “Estamos reconhecendo mais o nosso trabalho, conseguimos fazer vários projetos interessantes mesmo não tendo uma equipe no tamanho e no estilo perfeito, com o recurso ideal. Temos como parceiros conselheiros, universidades, instituições de ensino e pesquisa, associações, prefeituras, organizações da sociedade civil, instituições privadas, organismos internacionais e voluntários. É possível desenvolver um plano de trabalho junto, caminhar de mãos dadas e conseguir atingir objetivos”, destaca.

Parte da programação foi destinada às apresentações de cerca de 10 Propostas de Boas Práticas, com o intuito de contribuir para o estabelecimento de parcerias capazes de viabilizar a execução ou o aprimoramento. Os autores apresentaram as propostas na mesma sala onde foram compartilhadas as práticas e dessa forma tiveram com a divulgação do projeto a oportunidade potencial de mobilizar novos parceiros.

A edição de 2017 também contou com a estreia da transmissão simultânea do evento pelo Facebook do ICMBio e o IPÊ. Ao todo, 19 mil pessoas acompanharam as apresentações ao vivo pelas redes sociais. Os vídeos continuam disponíveis nos canais do Youtube do ICMBio e do IPÊ. Servidores do ICMBio também têm acesso às apresentações do Seminário no ambiente virtual AVA voltado para gestão do conhecimento. Nas redes sociais, encontre as notícias publicadas sobre o evento, por meio de pesquisa com a #EuSouParceirodaNatureza.

A EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL

A principal novidade do Seminário de Boas Práticas 2017 foi a realização conjunta do I Fórum Internacional de Parcerias na Gestão de Unidades de Conservação, uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), liderada por Alexandre Santos, superintendente de Desenvolvimento Econômico e Social do órgão e Larissa Diehl, coordenadora de concessões do ICMBio e do projeto PAPP. Essa aliança foi o destaque da edição de 2017 entre uma série de aprimoramentos voltados à difusão do conhecimento.



O Fórum teve como objetivo apresentar experiências internacionais mais avançadas relativas a temas em que o Brasil está iniciando. Com o intuito de provocar a reflexão, Boas Práticas dos Estados Unidos, Zâmbia, Zimbábue, Espanha e Colômbia foram agregadas ao programa. “O evento faz parte de um processo amplo, ele traz o resultado de práticas já implantadas e que ajudam a mobilizar os autores vinculados com a responsabilidade de gerência das UCs”, pontua Santos. A realização conjunta otimizou os

resultados e superou os objetivos do Ibam, como revela Santos. “A meta do Fórum estabelecida com os financiadores foi superada, registramos resultado bastante expressivo, justamente pelo fato de ter feito essa parceria”, completa. Até a decisão do evento em conjunto, duas frentes estavam sendo trabalhadas, de um lado, o Ibam implementava as Parcerias Ambientais Público Privadas em parceria com o ICMBio e recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Fundo Socioambiental da Caixa e havia recurso para a realização do Fórum. Enquanto o ICMBio já se articulava com o IPÊ sobre o III Seminários de Boas Práticas em Unidades de Conservação. “A atitude do evento conjunto partiu do ICMBio, a partir desse momento desenvolvemos um projeto juntos e consultei os financiadores que acharam a ideia interessante. Dessa forma, ficou decidida atuação em parceria, somando esforços”, revela Alexandre Santos.

Jens Brüggemann reforça a importância de apresentar experiências de outros países ao programa oficial do evento. “Acredito no valor agregado do intercâmbio internacional. Por um lado, pode gerar novas ideias e por outro, ajuda a reconhecer os logros das diversas iniciativas no Brasil”.



FIQUE POR DENTRO DOS TEMAS DISCUTIDOS

Nos links é possível conferir todas as apresentações na íntegra

GOVERNANÇA, SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL E RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

JOSÉ ANTONIO GÓMEZ – INTEGRAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS DO BIOMA AMAZÔNICO – IAPA/FAO/ COLÔMBIA

O projeto Visão Amazônica que tem à frente a Redparques, rede de cooperação técnica com integrantes da Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e Brasil tem permitido, especialmente na região Andino Amazônica, avançar na consolidação do trabalho em áreas protegidas. A iniciativa busca fortalecer a rede latino-americana de áreas que pertencem à categoria de protegidas, avançar em temas importantes das UCs e priorizar a governança como elemento-chave. A construção de pontes globais, sem perder de vista o ponto de partida do nível local também merece atenção e, segundo o palestrante, esse vínculo é fundamental nas Boas Práticas, nas parcerias e nas relações institucionais. Gomez também pontua o intercâmbio entre comunitários da Cazumbá-Iracema/Brasil e da Reserva Comunitária Manun-ripi/Bolívia, o que possibilitou aos bolivianos uma nova alternativa de renda. Entre os resultados do projeto está o Atlas de Oportunidades de Conservação do Bioma Amazônico, uma ferramenta para conhecer o estado do bioma em termos da mudança climática, incluindo indicadores como riscos ecológicos, armazenamento de carbono, rendimento hídricos. Com base no documento é possível traçar uma análise de prioridades ecológicas e contribuir para a tomada de decisão.

Confira o Atlas http://bit.ly/atlas_oportunidades

http://bit.ly/governanca_sustentabilidade

GESTÃO COMUNITÁRIA DOS RECURSOS TURÍSTICOS USANDO O MÉTODO CAMPFIRE

BRIAN CHILD – PROFESSOR DA UNIVERSIDADE DA FLÓRIDA, PRÁTICA NA ZÂMBIA E ZIMBÁBUE

A experiência no sul da África trouxe a história da estruturação do Turismo de Base Comunitária. Esse trabalho envolveu, entre uma série de medidas, o convencimento da própria comunidade sobre a importância do desenvolvimento de atividades que apresentam melhor retorno financeiro, a partir da articulação com os diferentes atores sociais, com destaque para o poder público. Orientações à comunidade sobre como negociar com a iniciativa privada também fizeram parte da dinâmica implementada. O acesso aos recursos da exploração econômica dentro da unidade vinculado ao cumprimento de uma série de requisitos obrigatórios, em termos da Associação dos Moradores, contribui para o fortalecimento do grupo.

http://bit.ly/gestao_comunitaria

CADEIA DE VALOR COM VALORES – PARCERIAS ENTRE COMUNIDADES LOCAIS, ONG E SETOR PRODUTIVO (PROJETO ORIGENS BRASIL)

ROBERTO PALMIERI – IMAFLORA

Origens Brasil é um selo lançado em 2016 que visa dar mais transparência às cadeias de produtos florestais, assegurando sua origem e ajudando o consumidor a identificar empresas que valorizam e respeitam, em suas práticas comerciais, as populações dos Territórios de Diversidade Socioambiental, como é o caso do Xingu, Calha Norte e Rio Negro. Por meio de um QR Code impresso nas embalagens dos produtos vindos dessas localidades é possível verificar a origem do produto, sua história (contada pelos próprios produtores e extrativistas das comunidades), e, principalmente, ter informações sobre o território de onde ele vem e como a sua produção tem contribuído para a conservação dessas áreas protegidas.

http://bit.ly/origens_Brasil



NOVOS INSTRUMENTOS DE SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA PARA APOIO A CADEIAS DE VALOR COM BASE COMUNITÁRIA

VALMIR ORTEGA – CONEXSUS CONEXÕES SUSTENTÁVEIS

Seremos capazes de gerar nos próximos anos uma economia dinâmica baseada em ativos da biodiversidade e socioculturais ou não vamos segurar a pressão na Amazônia? Essa foi a questão central da apresentação, que tratou sobre a descontinuidade de inúmeros projetos bem-sucedidos por até seis anos, por conta do fim do aporte dos recursos. Em resposta a esse desafio, desponta como alternativa combinar recursos não reembolsáveis a instrumentos reembolsáveis, tendo em vista aumentar as chances de sobrevivência dos negócios sociais/sustentáveis após o fim da filantropia.

http://bit.ly/novos_instrumentos

MODELAGEM DE UM CONTRATO DE GESTÃO PARA A ACADEMIA NACIONAL DA BIODIVERSIDADE – ACADEBIO

SILVANA CANUTO – DIPLAN/ICMBIO

O projeto busca transformar a escola corporativa do ICMBio em uma instituição de ensino do Sisnama e do Snuc, além de oferecer certificação do MEC para os cursos de pós-graduação e promover o intercâmbio de alunos e professores nacionais e internacionais. Com o Chamamento Público para o contrato de gestão, o objetivo é escolher um parceiro que compartilhe dos mesmos interesses do Instituto, nesse caso, por meio da educação e da conservação da biodiversidade. A ideia é repassar no contrato os blocos da Acadebio, o sítio histórico para que ele possa ser potencializado na visitação e na conservação, assim como três trilhas, centro de visitantes, casas da vila, viveiro e a área de lazer do lago.

http://bit.ly/modelagem_contrato_gestao

CONSTRUINDO PARCERIAS E MOBILIZANDO RECURSOS: REUNINDO ORGANIZAÇÕES, COMUNIDADES E PESSOAS QUE DESEJAM CONSTRUIR UM MUNDO MAIS SUSTENTÁVEL

MARCO VAN DE REE – EMPRESA BROKERING SOLIDARITY/ESPANHA

Criar parcerias para aumentar o impacto positivo ocupou lugar central na palestra. Nesse contexto, costumam favorecer os resultados, a diversidade de atores sociais, a criação de confiança entre esses membros e a comunicação eficaz entre as partes envolvidas. O reconhecimento dos pontos fortes e das fraquezas dos parceiros também é fundamental, antes da fase da implementação. As características das quatro fases das parcerias estratégicas também estiveram em pauta: escopo e construção; gestão e manutenção; implementação; sustentabilidade de resultados. Como o seu trabalho contribuir para os ODS globais? A pergunta provocou a plateia durante a palestra e sem dúvida leva à uma essencial reflexão.

http://bit.ly/parcerias_recursos

ARRANJOS DE PARCERIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE TRILHAS DE LONGO PERCURSO (EXPERIÊNCIA DA PACIFIC CREST TRAIL) ESTADOS UNIDOS

JENNIFER TRIPP – PACIFIC CREST TRAIL ASSOCIATION E JIMMY GAUDRY – SERVIÇO FLORESTAL DOS ESTADOS UNIDOS

O comprometimento dos voluntários que retribuem os serviços ambientais das áreas naturais com atividades de manutenção das trilhas é o ponto central dessa boa prática. O estímulo às atividades ao ar livre está na identidade desse projeto que tem na experiência do usuário na natureza o principal aliado para engajar mais pessoas na defesa e na criação das áreas protegidas. A aliança entre o Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS) e as organizações não governamentais foi apontada como o caminho para administrar o manejo das trilhas e mobilizar ainda mais a sociedade.

http://bit.ly/arranjos_parcerias_trilhas



PESQUISA

Conheça os avanços capazes de contribuir para o desenvolvimento de trabalhos específicos sobre as Unidades de Conservação, a importância da participação da comunidade nesse contexto e o conhecimento utilizado como estratégia preventiva.



POLÍTICA PÚBLICA

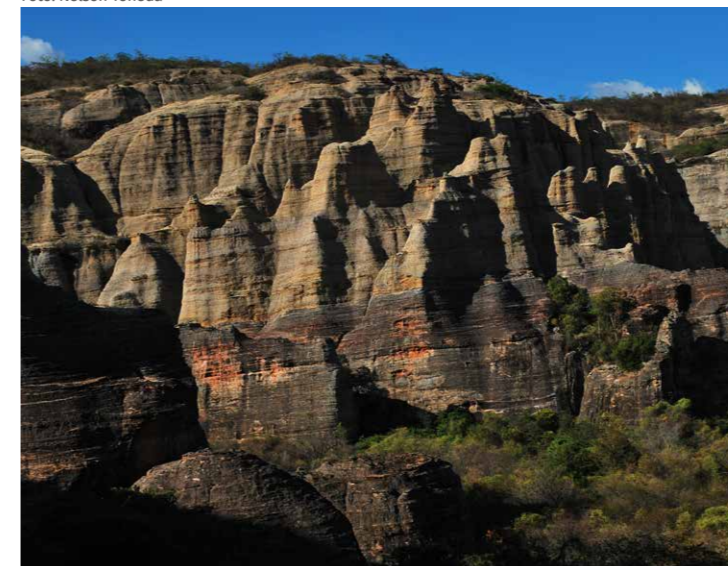
ICMBio E CNPq IMPLEMENTAM SOLUÇÃO INÉDITA PARA ÁREAS PROTEGIDAS

Coordenação geral: Katia Torres Ribeiro (ICMBio). Coordenação executiva: Ana Elisa de Faria Bacellar (ICMBio). Gestão dos recursos e gerenciamento: ICMBio e CNPq.

Pesquisas científicas em Unidades de Conservação (UCs), apesar de previstas na legislação, ainda enfrentam obstáculos de múltiplas ordens no Brasil. A Lei 9.985/2000, que constituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), menciona o termo Pesquisa mais de 20 vezes, enquanto o Decreto nº 4.340/2002 destaca a prática entre as cinco prioridades relacionadas à aplicação dos recursos de compensação ambiental, mas os estudos seguem muito abaixo do esperado e representam em certa medida desafios às unidades.

“O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) tem enfrentado grandes e históricas dificuldades para utilizar esses recursos. As especificidades e restrições administrativas tornam complexa sua execução, sobretudo na realização de pesquisas científicas importantes para subsidiar a gestão das UCs e a preservação da biodiversidade”, reforça Ivan Salzo, analista ambiental do ICMBio e relator dessa Boa Prática. Diante desse cenário, o ICMBio encontrou na criação de mecanismos o caminho capaz de articular os recursos com as demandas das unidades, tendo como elo o conhecimento científico.

Foto: Nelson Yoneda



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PERFIL

Unidades de Conservação do Bioma Caatinga e do Bioma Mata Atlântica de onze estados.

» UCS DO BIOMA CAATINGA

Estações Ecológicas: de Aiuaba/CE; Raso da Catarina/BA; do Seridó/RN.

Parques Nacionais: do Catimbau/PE; da Chapada Diamantina/BA; da Serra da Capivara/PI; da Serra das Confusões/PI; de Sete Cidades/PI; de Ubajara/CE.

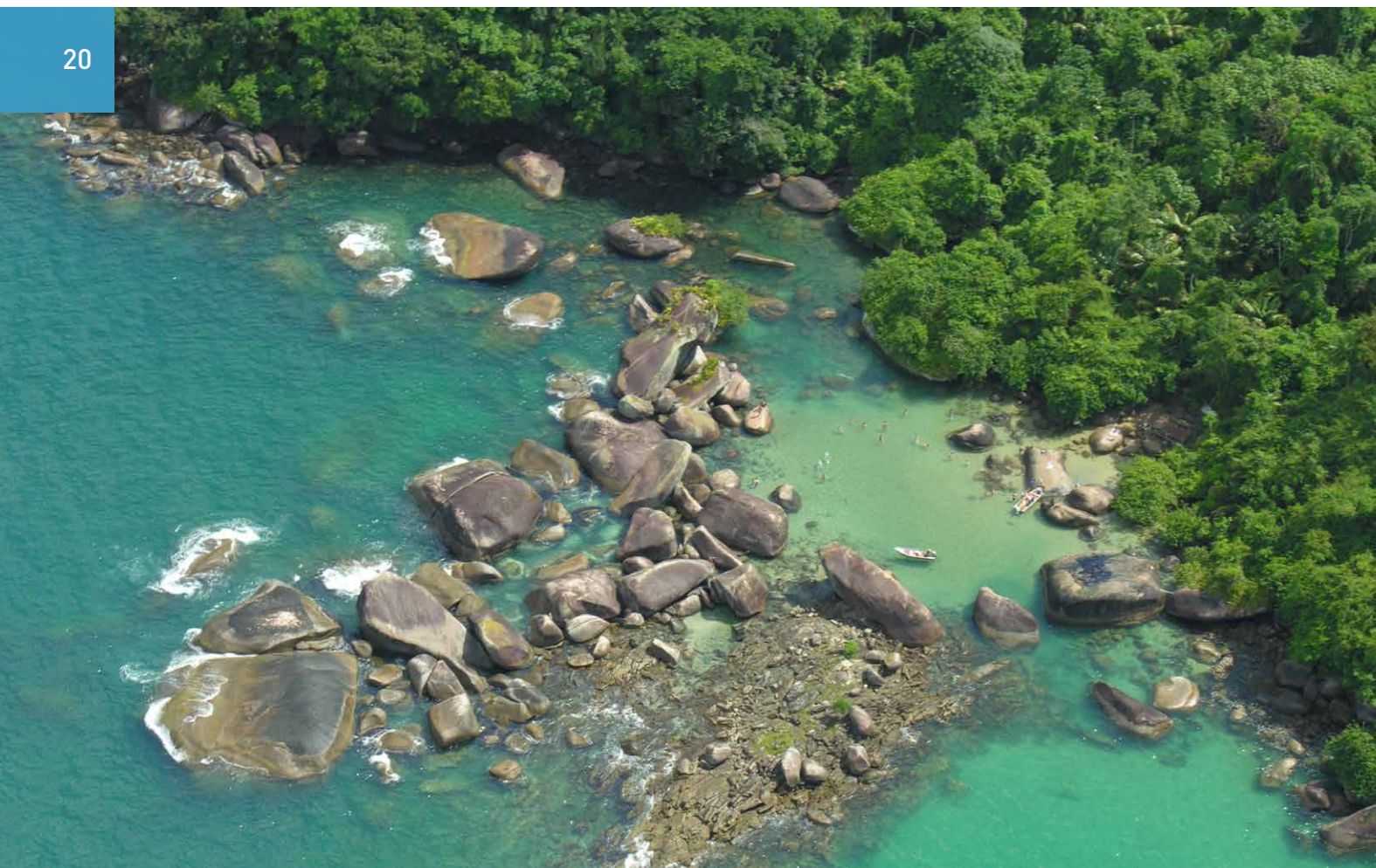
» UCS DO BIOMA MATA ATLÂNTICA

Parques Nacionais: dos Campos Gerais/PR; de Caparaó/ES/MG; do Itatiaia MG/RJ; Histórico do Monte Pascoal/BA; da Serra da Bocaina/RJ/SP; da Serra dos Órgãos/RJ.

Floresta Nacional do Rio Preto/ES; Reserva Ecológica de Pedra Talhada/AL/PE; Reserva Extrativista Marinha da Baía de Iguape/BA; Refúgio da Vida Silvestre dos Campos de Palmas/PR.

OBJETIVOS

Fortalecer a pesquisa nas áreas de gestão e da biodiversidade, por meio de chamadas de projetos com recursos de compensação ambiental. Obter conhecimento científico e tecnológico específico de aplicação prática sobre cada UC e favorecer a inserção da área protegida no contexto regional. Contribuir para formação de recursos humanos nas áreas relacionadas à proteção da biodiversidade e do patrimônio cultural.



RESULTADOS

- » Desenvolvimento de soluções inéditas capazes de viabilizar a utilização de recursos de compensação ambiental em projetos selecionados com base no mérito.
- » Seleção de linhas temáticas segundo a diretriz nacional e consulta aos gestores das Unidades de Conservação.
- » Fortalecimento da capacidade regional de pesquisa, da realização de projetos integrados e do elo entre pesquisa e políticas públicas com foco na conservação da biodiversidade.
- » Pesquisas em nove Unidades de Conservação em 2011 e em 19 UCs em 2017, com formação de base de dados inédita. Apenas a Chamada de 2011 registrou a produção de cerca de 300 trabalhos entre artigos, monografias, teses, livros...

METODOLOGIA

A construção do Programa de Incentivo à Pesquisa em Unidades de Conservação (UCs), na esfera do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em 2006, foi o primeiro movimento no sentido de estimular a produção de conhecimentos para subsidiar a tomada de decisão sobre manejo, uso e proteção das áreas protegidas.

Em 2007, a proposta de aplicação de parte do recurso da compensação ambiental da transposição do Rio São Francisco em pesquisas foi apresentada à Câmara de Compensação Ambiental que aprovou o documento no mesmo ano. A medida possibilitou o financiamento de pesquisas em UCs federais com recursos de compensação ambiental. O projeto teve início em unidades do bioma Caatinga com recursos relativos à compensação ambiental do Projeto

de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Em oficina, gestores das unidades identificaram as áreas com principais demandas de conhecimento. Essas informações subsidiaram o desenvolvimento das linhas de pesquisa prioritárias à gestão e conservação da biodiversidade. Os recursos da compensação foram depositados na Caixa Econômica Federal em 2009. A partir desse fato, ICMBio e o CNPq iniciaram reuniões técnicas voltadas ao lançamento de edital de pesquisa sobre Unidades de Conservação Federais, como forma de utilizar tais recursos.

A parceria propiciou a construção de mecanismos inovadores para a transferência dos recursos ao CNPq. Em 2011, a operacionalização financeira feita por meio de um Acordo de Cooperação resultou no repasse de aproximadamente R\$ 3,6 milhões. A Chamada CNPq/ICMBio nº 13/2011 aprovou 17 propostas de dez instituições de pesquisa, com prazo de execução de dois anos, no valor de R\$ 3,4 milhões; sete projetos desenvolveram pesquisas em mais de uma UC.

A experiência foi replicada para a Chamada CNPq/ICMBio/FAPs nº 18/2017 que contou com duas linhas: R\$ 1,2 milhão da Compensação Ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Caatinga) e R\$ 2,8 milhões da Compensação Ambiental do Gasoduto Cacimbas-Catu (Mata Atlântica). Dessa vez, a consulta aos gestores das Unidades de Conservação, quanto às principais lacunas de conhecimento, foi realizada por meio de formulários online.

PERÍODO

Chamada 13/2011: 2011 a 2016

Chamada 18/2017: 2017 a 2021



INSPIRE-SE!

- » O levantamento com os servidores das UCs sobre as principais necessidades de conhecimento na unidade foi importante para entender os desafios envolvidos.
- » O contato com os pesquisadores das Universidades locais para apresentação das principais demandas na área da pesquisa na UC pode ser uma oportunidade de estimular trabalhos com resultados de aplicação prática.
- » Habilidades administrativas na equipe gestora podem levar inclusive a novas alianças entre a UC e a área acadêmica.
- » Os conhecimentos específicos sobre a Unidade de Conservação empoderam tanto gestores quanto a comunidade.

PARCEIROS DO PROJETO

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Exclusivos à Chamada 13/2011: Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa); Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); e Universidade Regional do Cariri (URCA).

Além dessas parcerias, 33 instituições colaboraram com os projetos de pesquisa totalizando 45 instituições.

PROJETO COM A MARACANÃ-VERDADEIRA SUBSIDIARÁ A REINTRODUÇÃO DA ARARINHA-AZUL NA NATUREZA

Coordenação geral e executiva: Camile Lugarini (Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres - Cemave/ICMBio). Gestão dos recursos e gerenciamento: Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio).

Foto: Marco Sartí



A ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*) integra a lista dos animais criticamente ameaçados de extinção do Ministério do Meio Ambiente. Em todo mundo, existem aproximadamente 160 indivíduos em cativeiro, concentrados na Alemanha, no Brasil e em Cingapura. O último macho de ararinha-azul registrado em vida livre no Brasil formou par com uma maracanã, mas desde 2000 ele não é visto. A ararinha azul e a maracanã (*Primolius maracana*) compartilham habitat, cavidades de nidificação e itens alimentares na região de Curaçá, (Bahia). Diante de tantas similaridades, as ações de conservação da ararinha-azul são desenvolvidas utilizando a maracanã como referência. “O Projeto Maracanãs buscou com atividades de campo conhecimento sobre a maracanã, no âmbito do Projeto Ararinha na Natureza. Os resultados vão embasar a implementação da Unidade de Conservação federal, que deve ser criada ainda em 2018 e as atividades de reintrodução da ararinha-azul com início previsto até 2022”, reforça Camile Lugarini, analista ambiental no Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres/ICMBio.

PERFIL

O município de Curaçá, no submédio São Francisco, tem como característica a presença abundante de maracanãs e de mais quatro espécies de psitacídeos. No total, são 204 espécies de aves, de 50 famílias, sendo 28 endêmicas da Caatinga. A área é considerada altamente prioritária para a conservação de remanescentes de Caatinga.

OBJETIVOS

Levantar informações científicas sobre a maracanã para subsidiar a reintrodução da ararinha-azul e a implementação de Unidade de Conservação federal; despertar nas comunidades o orgulho da região e o senso de pertencimento à causa; desenvolver atividades que gerem renda às comunidades, como o turismo ecológico, com destaque para a observação de aves.

RESULTADOS

» Realização do primeiro levantamento de mamíferos e aves terrestres por armadilhamento fotográfico na área de ocorrência histórica da ararinha-azul. 2.250 câmeras-dias registraram 15 espécies de mamíferos e três de aves terrestres de médio e grande porte. Cinco destas espécies são consideradas ameaçadas de extinção: gato-do-mato-pequeno, puma, jaguarundi, mocó e jacucaca. Duas espécies estão quase-ameaçadas: caititu e ema.

» 82 árvores e mais de 25 ninhos monitorados somente na temporada reprodutiva de 2016-2017. A análise da saúde dos filhotes de maracanã demonstrou a inexistência de risco de doenças na região que possam afetar as populações reintroduzidas.

» Instalação de gravadores automáticos em 150 pontos na área proposta para a criação da Unidade de Conservação federal. A medida permite identificar as áreas mais ocupadas pelas maracanãs e outras aves. A presença constante de pesquisadores em campo e a participação de comunitários do local inibiram a retirada de filhotes de maracanãs dos ninhos, prática comum na região.

» Identificação da necessidade de um trabalho contínuo de educação ambiental, a partir de 169 entrevistas em 83 localidades, entre fazendas e comunidades, na área da proposta da Unidade de Conservação.

Foto: Tatiane Alves



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

METODOLOGIA

Curaçá integra o polígono da seca e possui baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 0,581. O percentual da população acima de 18 anos com ensino fundamental completo é de 30,05% e a renda per capita média chegou a R\$ 236,77 em 2010. Os dados são do Atlas do Desenvolvimento Humano – uma iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Fundação João Pinheiro (FJP).

Diante da realidade local com alta dependência de programas sociais, especialmente Bolsa Família e Garantia-Seguro Safra, o projeto Maracanã foi estruturado em três vertentes: 1. Produzir informações necessárias à conservação do habitat e da fauna associada com o auxílio de instituições de ensino superior e pesquisas locais; 2. Envolvimento e engajamento comunitário para apropriação do Projeto, como forma de garantir a continuidade das práticas conservacionistas; 3. Capacitação com o objetivo de promover uma nova oportunidade de emprego, o turismo de observação de aves.

A produção de informações sobre a maracanã mobilizou pesquisadores, profissionais, estudantes de graduação e Ensino Médio Técnico da região. A equipe buscou conhecer o comportamento reprodutivo da maracanã, dados ecológicos sobre o habitat, potenciais predadores, nas áreas de mata ciliar da Caatinga de Curaçá e Juazeiro (Bahia) e as características socio-culturais da região, por meio de seis subprojetos:

Foto: Damilys Oliveira



1. Impacto da captura e tráfico de maracanãs e outros psitacídeos em Curaçá (Bahia) priorizou a aplicação de questionários socioambiental, econômico e fundiário nas fazendas e nas comunidades, assim como a obtenção de informações a respeito da captura das maracanãs e de outros psitacídeos. A iniciativa registrou a opinião dos moradores a respeito da criação de uma ou mais Unidades de Conservação. Na região, cerca de 43% dos moradores mantêm psitacídeos em cativeiro, o mais frequente é o papagaio-verdadeiro (*Amazona aestiva*).

2. Avaliar o estado sanitário de psitacídeos adultos e filhotes encontrados nas casas das fazendas da área proposta como Unidade de Conservação. Durante as visitas às fazendas e comunidades, a equipe examinou os psitacídeos mantidos em cativeiro e colheu material biológico (sangue, suabes cloacal e oral) para análise. Todos os animais foram microchipados e os resultados vão embasar as estratégias de soltura, especialmente quanto à presença ou ausência de determinados microrganismos.

3. Probabilidade de ocupação da maracanã em Curaçá, Brasil mensurada a partir da instalação, em mais de 70 km, de gravadores que registraram as vozes das maracanãs. Dessa forma, os pesquisadores tiveram condições de conhecer e observar as características dos ambientes que concentram o maior número de maracanãs.

4. Probabilidade de ocupação de mamíferos e aves ameaçados, quase ameaçados e predadores na região de Curaçá foi analisada com a instalação de armadilhas fotográficas que registraram mamíferos e aves. Dessa forma, a equipe identificou as localidades que deveriam ser incorporadas à Unidade de Conservação.

5. Ecologia reprodutiva da maracanã para embasar a soltura de ararinhas-azuis, de dezembro a abril (período reprodutivo) foi possível monitorar casais de maracanãs e a atividade nos ninhos. A equipe retirou temporariamente ovos e filhotes do ninho para a coleta de dados e medidas, anilhamento, microchipagem e coleta de material biológico.

6. Acessar o deslocamento diário, sazonal e o uso de área da maracanã, por meio de telemetria e testar se o equipamento pode ser utilizado nos eventos de reintrodução de maracanãs e ararinhas-azuis. Nessa etapa a equipe testou radiocolares VHF em maracanãs em semicativeiro (mantidas por um comunitário, mas com acesso ao voo diurno) e em um filhote no ninho.

ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE

Para mobilizar especialmente jovens estudantes e comunitários-chave, por conta do conhecimento que possuem sobre os animais da região, o projeto instituiu o Programa de Voluntariado.

A coordenadora de campo do projeto, professora no Ensino Médio Técnico de Curaçá, estimulou a participação dos estudantes dos cursos de Zootecnia, Agropecuária e Agroecologia do Colégio Estadual José Amâncio Filho. Os interessados passaram por capacitação que incluiu cursos de monitoramento de psitacídeos, ascensão vertical em árvores, além de apresentações sobre o Projeto Ararinha-azul e os desafios dos pesquisadores e da comunidade para a reintrodução da espécie.

Após os treinamentos, a equipe selecionou os comunitários que auxiliariam nas atividades em campo dos subprojetos, na coleta de dados científicos, monitoramento de filhotes e adultos de maracanãs, aplicação de questionários, divulgação de eventos do projeto, tabulação de dados, dentre outros.

A partir dessa aproximação, o interesse pelo estudo aumentou, moradores buscaram participar das atividades e passaram a cobrar a valorização das comunidades no contexto do projeto.

A etapa referente ao curso *Ararinha na natureza e a comunidade na cena: o encontro da Educação Ambiental com o cinema, em Curaçá (Bahia)* teve como objetivo produzir de maneira colaborativa filmes ambientais que reforçassem a sinergia entre a conservação da ararinha-azul e de outras aves e a participação da comunidade de Curaçá. Durante a atividade, a equipe destacou a importância da di-

vilgação do projeto com base em ações e práticas em rede de contatos e estimulou a troca de saberes com base em ações de Educação Ambiental. O vídeo produzido foi selecionado no Circuito Tela Verde 2018.

O Projeto Maracanãs no âmbito do Projeto Ararinha na Natureza foi financiado pela Vale.

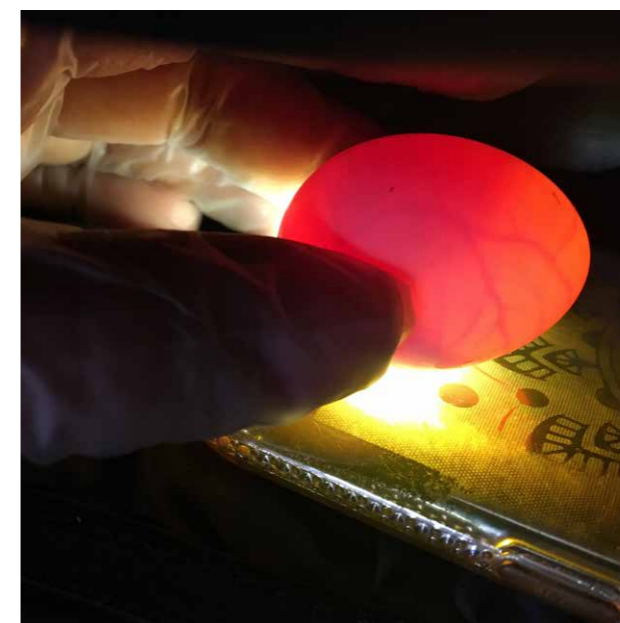
PERÍODO

Setembro de 2016 – em andamento.

PARCEIROS DO PROJETO

Al Wabra Wildlife Preservation; Association for the Conservation of Threatened Parrots; Fazenda Cachoeira; Universidade Federal de Pernambuco (UFPB); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Centro de Conservação e Manejo de Fauna da Caatinga, da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf-Cemafauna); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe); Parque das Aves; Instituto Arara-azul; Escola Estadual José Amâncio Filho (Cejaf).

Foto: Mercia Milena



INSPIRE-SE!



» O engajamento da comunidade fortalece os projetos e pode auxiliar em uma série de atividades de campo, em especial na coleta de dados. Invista na capacitação de acordo com as demandas atuais e agregue parceiros nessa missão.

» Desenvolver programa de educação ambiental em comunidades, onde a captura de aves é disseminada, desponta entre as estratégias para reverter essa realidade. Durante o Projeto Maracanã, pequenos proprietários deixaram de criar maracanãs ilegalmente, após envolvimento na iniciativa.

» Comunique a proposta de transformar determinada área em Unidade de Conservação, antes da consulta pública, organize encontros nas associações e nas propriedades que integram a área em questão e converse com os moradores sobre a importância da preservação. Transforme esse momento em oportunidade para estabelecer canal de comunicação com os moradores e esclareça todas as dúvidas.

Foto: Wanderly

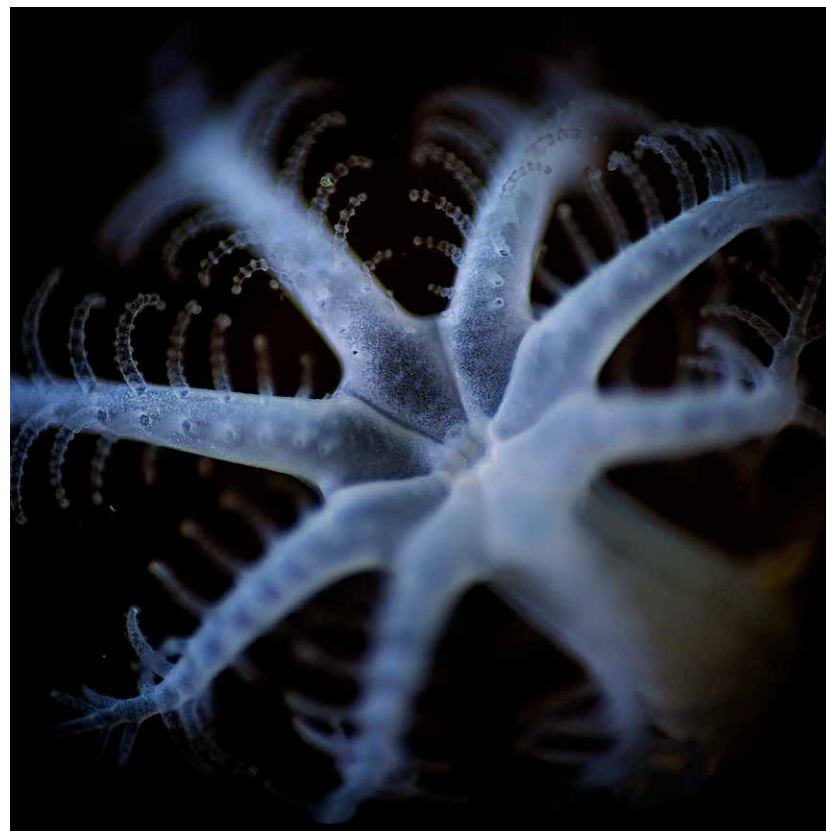


PROJETO MAARE DESENVOLVE AÇÃO PREVENTIVA DIANTE DE EXPLORAÇÃO PETROLÍFERA

Coordenação geral: Adriana Carvalhal Fonseca (Reserva Biológica Marinha do Arvoredo/ICMBio). Coordenação executiva: Dr^a. Bárbara Segal e Dr^a. Andrea Freire (Departamento de Ecologia e Zoologia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC). Gestão dos recursos e gerenciamento: Marcio Soldatelli (contratado pela Fapeu/UFSC).

O licenciamento ambiental dos campos petrolíferos de Baúna e Piracaba, na Baía de Santos, teve como condicionante, indicada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a realização de projeto de monitoramento ambiental na Reserva Biológica Marinha do Arvoredo e entorno, localizada na costa de Santa Catarina, a cerca de 300 quilômetros da atividade licenciada em questão. “O intuito principal foi obter uma caracterização ambiental detalhada da área marinha, de forma a facilitar a identificação de potenciais impactos da atividade petrolífera, principalmente no que se refere à introdução de espécies exóticas”, destaca Adriana Carvalhal, analista ambiental na unidade.

Foto: João Paulo Krajewski



PERFIL

Unidade de proteção integral formada pelas Ilhas do Arvoredo, Galé, Deserta, Calhau de São Pedro e pela área marinha relativa ao arquipélago. Localizada no litoral do Estado de Santa Catarina, entre os municípios de Florianópolis e Bombinhas, possui 17.600 hectares de superfície com remanescentes de Mata Atlântica, locais de reprodução de aves marinhas, além de sítios arqueológicos e elevada biodiversidade marinha.

OBJETIVOS

Levantar e acompanhar os indicadores biológicos e parâmetros oceanográficos, incluindo o monitoramento de contaminantes (hidrocarbonetos, esteróis e metais pesados) para subsidiar a construção de um programa de monitoramento ambiental, sistemático e contínuo na Reserva, como estratégia preventiva a potenciais impactos da atividade petrolífera na Baía de Santos.

RESULTADOS

- » As descobertas científicas vão subsidiar a construção do Programa de Monitoramento Ambiental da Reserva Biológica Arvoredo e Entorno que deve ser executado de forma sistemática e contínua.
- » Elaboração de um documento com as Diretrizes para Monitoramento Ambiental e Socioeconômico de Áreas Marinhas Protegidas no Brasil. As recomendações podem ser utilizadas como subsídio para o desenvolvimento de um Programa de Monitoramento Ambiental nas UCs Marinhas do ICMBio.
- » Lançamento do livro MAARE - Monitoramento Ambiental da Rebio Arvoredo e Entorno nas versões impressa e digital com os resultados e as experiências do projeto www.maare.ufsc.br/producao/livro-projeto-maare. A publicação gerou grande repercussão na mídia local.
- » Desenvolvimento do Portal de Monitoramento Marinho que armazena e sistematiza os dados. A plataforma pode ser absorvida pelo ICMBio para ser utilizada em UCs marinhas e terrestres.

METODOLOGIA

A equipe da Rebio Arvoredo convidou pesquisadores do Departamento de Ecologia e Zoologia da Universidade de Santa Catarina (UFSC) para a elaboração conjunta do projeto de monitoramento ambiental, viabilizado por um contrato tripartite entre Petrobras, UFSC e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (Fapeu).

De 2014 a 2016, o Projeto MAARE realizou mais de 130 expedições, promoveu o treinamento e a capacitação da equipe de mais de 120 pessoas, entre pesquisadores, técnicos e pessoal de apoio, da UFSC, da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e da Universidade Federal do Rio Grande (Furg). A Boa Prática incluiu como produto do projeto a realização do workshop *Monitoramento para apoio à gestão de UCs Marinhas do Brasil com a comunidade*



INSPIRE-SE!

- » Parcerias com Universidades possibilitam, de fato, a obtenção de resultados práticos voltados à gestão da Unidade de Conservação (UC).
- » Workshops com a comunidade científica trazem novos pontos de vista com diferentes abordagens no sentido de aperfeiçoar a gestão.
- » Publicação de resultados científicos em linguagem acessível à sociedade possibilita disseminar o conhecimento e aumentar o interesse da população pelas áreas protegidas.
- » Inclusão de empresas locais como prestadoras de serviço (operadoras de mergulho e serviços náuticos, por exemplo) fortalece a relação entre a população e a UC. Treinamento e capacitação da equipe potencializam a aplicação de novas ações. Saiba mais sobre o projeto em www.maare.ufsc.br

de científica e gestores. Durante o evento, os participantes discutiram abordagens, metodologias e indicadores a serem utilizados, além das perspectivas de longo prazo.

PERÍODO

Junho de 2013 a junho de 2017.

PARCEIROS DO PROJETO

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (Fapeu).

MORADORES DE COMUNIDADES REALIZAM AÇÃO NO CONTROLE DE ZONOSSES EMERGENTES

Coordenação geral: Marcia Chame (Fundação Oswaldo Cruz). Coordenação executiva: Marcia Chame e Maria Lucia de Macedo Cardoso (Fundação Oswaldo Cruz). Gestão dos recursos e gerenciamento: Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiotec).

A extensão territorial nacional, assim como as dimensões das UCs e os limites quanto ao número de servidores, tanto da saúde quanto do setor ambiental, representam desafios que precisam ser superadas para o monitoramento da saúde silvestre e humana nas Unidades de Conservação (UCs) e entorno, com foco no controle e prevenção de zoonoses emergentes e na conservação das espécies.

“As alterações ambientais crescentes e intensas têm favorecido o aumento na distribuição da transmissão e o rompimento de barreiras biológicas favorece a circulação de doenças, causando impacto considerável tanto nos animais quanto nas pessoas”, afirma Marcia Chame, coordenadora do Centro de Informação em Saúde Silvestre e da Plataforma Institucional Biodiversidade e Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Em resposta a esse cenário que inspira atenção, o investimento em tecnologia alinhado à participação da sociedade, em especial de moradores de comunidades tradicionais, indígenas, gestores de UCs e especialistas representa um caminho de oportunidades.

Foto: André Telles



PERFIL

Unidades de Conservação Federais e Estadual. Parque Nacional da Serra dos Órgãos/RJ; Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns/PA; e Parque Estadual da Serra do Conduru/BA.

OBJETIVOS

Identificar riscos e a percepção de risco das comunidades sobre doenças que circulam entre animais silvestres e pessoas e são potencializadas pelo modo de vida e produção; qualificar multiplicadores e comunidades para a compreensão da relação da biodiversidade com a saúde humana; implementar o uso do SISS-Geo para o monitoramento participativo de animais silvestres e potenciais riscos de emergências de zoonoses; elaborar materiais de boas práticas em saúde, qualidade de vida e conservação da biodiversidade.

Foto: André Telles



RESULTADOS

» Ampliação do conhecimento das comunidades sobre zoonoses, hábitos e atividades que podem favorecer a transmissão de doenças. O sistema, em setembro de 2017, contava com 3.222 registros de animais, enviados por mais de 1.400 usuários, de 19 Estados. Uma ferramenta de validação dos dados analisa a pertinência dos registros que são abertos, inseridos no Google Maps e podem ser visualizados, em tempo real, em www.biodiversidade.ciss.fiocruz.br

» Notificações de macacos mortos durante a recente epizootia (doença ou morte de animal ou de grupo de animais que possa apresentar riscos à saúde pública) de Febre Amarela geraram alertas para a tomada de decisão da vigilância em saúde e conservação de primatas. O alerta de tartarugas mortas no litoral sul

da Bahia em cerca de 15 dias resultou na autuação da pesca predatória nos bancos de corais em área não monitorada pelo Projeto Tamar.

» O SISS-Geo disponibiliza aos gestores a obtenção de relatórios a partir da escolha das informações desejadas na Plataforma SISS-Geo webservice. Informações do sistema também contribuem com os Planos de Ação de Espécies Ameaçadas e com o monitoramento da Lista Vermelha de espécies ameaçadas.

» Em 2017, a plataforma SISS-Geo obteve a certificação Tecnologia Social, pela Fundação Banco do Brasil. O projeto foi o vencedor da categoria Órgãos Públicos do Prêmio Nacional de Biodiversidade, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente.

Foto: André Telles



INSPIRE-SE!



- » Conheça mais sobre o tema no livro **Biodiversidade faz bem à saúde: guia prático**, desenvolvido a partir das informações obtidas nas comunidades. <http://bit.ly/bioguia>
- » Falar sobre a saúde das pessoas, dos seus animais e dos animais silvestres, incluindo o tema como parte dos projetos e programas de gestão de UCs com as comunidades auxilia na aproximação de interesses comuns, dilui conflitos e gera possibilidades de acordos e práticas de ganho comum.
- » Devolutivas sobre os resultados de pesquisas com o envolvimento das comunidades favorecem o relacionamento e estabelecem confiança. Nessa prática, os participantes (famílias, agentes de saúde e professores) receberam além da apresentação dos resultados, o livro desenvolvido pelo projeto. Seminários para apresentação dos resultados aos gestores das UCs são estratégicos.
- » Além do aumento da integração das comunidades e de outros atores sociais com a equipe da Unidade de Conservação, com o monitoramento participativo é possível produzir mais informações que podem ser valiosas para apoiar a gestão.

METODOLOGIA

O Sistema de Informação em Saúde da Vida Silvestre SISS-Geo é uma parceria entre a Plataforma Institucional Biodiversidade e Saúde Silvestre (PI-BSS), da Fiocruz, e o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação. A tecnologia baseada na Ciência Cidadã busca transpor as dificuldades de monitoramento frente à extensão territorial brasileira, às dimensões da maior parte das Unidades de Conservação, assim como o pequeno efetivo das equipes.

O SISS-Geo funciona em dispositivos de comunicação móvel e opera offline. A partir do georreferenciamento do GPS do próprio aparelho possibilita que moradores e especialistas em lugares distantes e de difícil acesso também contribuam com o monitoramento da fauna em ambientes naturais, rurais e urbanos. As informações sobre espécie, localização, comportamento e condições de saúde são sistematizadas, gerando alertas e notificações aos órgãos responsáveis em diversas esferas, ampliando os esforços da vigilância em epizootias e a geração de informação tanto para a saúde quanto para a conservação da biodiversidade.

Na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, o projeto foi aprovado pelo Conselho da unidade e contou com expedições para levantamento da percepção e análise de risco de doenças. Oficinas nas comunidades e treinamento sobre como usar o SISS-Geo proporcionaram também a seleção de colaboradores do projeto.

No Parque Estadual da Serra do Conduru, reunião com parceiros locais sinalizou um caminho com algumas particularidades, como a realização de cursos estruturados para atender às expectativas dos grupos de interesse. As comunidades mais isoladas e vulneráveis participaram do projeto, por meio de oficinas, em conjunto com a liderança da unidade, ONGs e organização de setores produtivos locais, como pescadores e guias de Turismo de Base Comunitária.

Já no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, a aproximação com os gestores ocorreu via participação da Fiocruz no Conselho do parque e apresentação do projeto nos eventos de pesquisa. As palestras sobre o SISS-Geo e o treinamento tiveram como público-alvo condutores de trilhas, brigadistas, equipe do parque e o batalhão ambiental municipal de Magé.

A continuidade no envio dos registros indica o potencial de participação da sociedade no monitoramento da fauna. Os contatos pelo Fale Conosco revelam mais uma conquista, um canal de comu-

nicação efetivo com comunidades desassistidas.

A partir das contribuições das comunidades, 166 melhorias foram implementadas na plataforma. Entre os colaboradores selecionados durante as oficinas estão moradores das comunidades, agricultores, guardas-parque e técnicos florestais que receberam aparelho celular (via doação) para monitoramento da fauna.

O projeto foi financiado com recursos do Fundo Brasileiro para Biodiversidade (Funbio) e do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade (Probio II/MMA).

PERÍODO

Janeiro de 2015 a julho de 2017

PARCEIROS DO PROJETO

Conselho da Resex Tapajós-Arapiuns; Associação das Organizações da Reserva Tapajós-Arapiuns - Tapajoara; Instituto Arapyáú (SP/BA); Associação Mecenaz da Vida/BA; Instituto Floresta Viva/BA; Instituto Marola/BA; Conselho do Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

Foto: ICMBio / André Telles



INSTITUIÇÕES DE ENSINO DESENVOLVEM PESQUISAS ESPECÍFICAS SOBRE RESERVA NATURAL

Coordenação geral: Gerência de Projetos Ambientais da Fundação Grupo Boticário. Coordenação executiva: Coordenação de Áreas Protegidas da Fundação Grupo Boticário; Natacha Sobanski (Ponto Focal de Áreas Protegidas da Fundação Grupo Boticário). Gestão dos recursos e gerenciamento: como as parcerias são formalizadas através de acordos de cooperação técnica, não há repasse de recurso e sim, contrapartidas institucionais.

Ainda não é tão frequente como poderia ser, mas algumas Universidades já realizam aulas de graduação e pós-graduação em Unidades de Conservação e esse foi o ponto de partida para que a Fundação Grupo Boticário buscasse ainda maior aproximação com os professores que já desenvolviam parte de suas disciplinas na Reserva Natural Salto Morato.

“Os motivos que levaram a Fundação a estreitar os laços com o universo acadêmico se referem ao volume de conhecimento produzido durante as aulas práticas, mas que até então não retornava à Reserva. Em longo prazo, o grande aporte de conhecimento gerado pelas aulas práticas somado aos resultados do monitoramento de biodiversidade e às pesquisas realizadas na Reserva subsidiará a melhor compreensão dos padrões ecológicos da biodiversidade e auxiliará no direcionamento das novas estratégias, além sensibilizar os alunos e incentivar o meio acadêmico a desenvolver pesquisas que gerem resultados aplicados para a conservação”, destaca Natacha Sobanski, analista de projetos ambientais da Fundação Grupo Boticário.

Foto: Acervo Fundação Grupo Boticário



PERFIL

Localizada em Guaraqueçaba, litoral norte do Paraná, a Reserva Particular do Patrimônio Natural Salto Morato conta com 2.253 hectares de área protegida, no maior remanescente contínuo da Mata Atlântica, a região de Lagamar. A Reserva foi declarada patrimônio natural pela Unesco.

OBJETIVOS

Agregar mais informação ao monitoramento da biodiversidade da Reserva; otimizar os custos para a implementação de equipamentos de monitoramento; integrar professores e alunos aos programas de gestão da Reserva Natural Salto Morato; reforçar no meio acadêmico a importância das pesquisas que trazem resultados práticos à conservação.

RESULTADOS

- » 13 disciplinas ministradas na reserva em 2017, envolvendo 15 professores e mais de 250 alunos. 26 projetos apresentados no formato de artigos; 2 relatórios técnicos; 30 dias de esforço amostral em campo; 5 grupos de fauna estudados.
- » Consolidação do conhecimento sobre a biodiversidade da Reserva.
- » Apresentação de diagnósticos com lacunas de informação sobre a biodiversidade da Reserva, que podem ser utilizados na definição de novos temas prioritários. Proposta de melhorias no sistema de monitoramento de biodiversidade com soluções tecnológicas.
- » Aproximação entre as instituições de ensino, a gestão da Unidade de Conservação e a Fundação Grupo Boticário. Troca de saberes entre a equipe de gestão da unidade e os professores. Extensão do conhecimento gerado na academia para a comunidade do entorno e região.

METODOLOGIA

Em 2017, a Fundação Grupo Boticário começou a elaborar Planos de Trabalho em conjunto às instituições de ensino que já utilizavam a Reserva nas aulas práticas.

No Plano de Trabalho estão detalhados os temas da área de atuação de cada disciplina, datas das saídas de campo, o formato em que a informação sobre os grupos alvo será disponibilizada e principalmente como o conhecimento gerado será incluído na prática de conservação.

As instituições de ensino participantes oferecem infraestrutura de ensino e pesquisa, laboratórios de pesquisas ecológicas, carga horária dos professores e divulgação dos resultados nos próprios canais de comunicação. Enquanto a Fundação Grupo Boticário entra com a infraestrutura da Reserva para aulas práticas, estadia de alunos e professores e apoio na publicação de pesquisa sobre os resultados.



INSPIRE-SE!

- » Planos de Trabalho aprimoram parcerias e facilitam a comunicação durante todo o processo.
- » UCs que possuem mais de uma turma desenvolvendo pesquisa podem buscar alinhamento entre os grupos para que lacunas sejam preenchidas. A sugestão vale também quanto às turmas de diferentes Universidades.
- » Diante de trabalhos de longo prazo com envolvimento de alunos do segundo ano, por exemplo, pode ser interessante fazer um registro audiovisual sobre a evolução da pesquisa e o aprimoramento dos próprios alunos.
- » Busque incluir a Unidade de Conservação no roteiro das atividades escolares, assim os alunos desde cedo vão conhecer a área protegida. Contate as Secretarias de Educação e ganhe escala, beneficiando maior número de alunos.

PERÍODO

Janeiro de 2017 – em andamento.

Previsão: Janeiro de 2022.

PARCEIROS DO PROJETO

Instituto Federal do Paraná (IFPR); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).



Foto: Acervo Fundação Grupo Boticário

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO BUSCAM NA CIÊNCIA OS SUBSÍDIOS PARA O PLANEJAMENTO INTEGRADO

Coordenação geral e executiva: Caio Pamplona (Núcleo de Gestão Integrada Antonina – NGI/ ICMBio) e Eduardo Vedor de Paula (Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná).

O litoral norte do Estado do Paraná abriga quatro Unidades de Conservação federais que compartilham biodiversidade, atores sociais e ameaças, mas até pouco tempo não trabalhavam a gestão de maneira integrada ou sequer colaborativa. Na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, os diagnósticos que subsidiaram o Zoneamento e o Plano de Gestão são da década de 90. Já o Parque Nacional Superagui está na fase final da tramitação do Plano de Manejo realizado entre 2012 e 2015. A Estação Ecológica de Guaraqueçaba, criada em 1982 e a Reserva Biológica Bom Jesus, que é de 2012, não dispõem de Planos de Manejo. “Considerando o contexto local, há o entendimento de que o planejamento da gestão das unidades deve ser efetuado com integração de ações e atividades para otimizar recursos humanos e logísticos. No entanto, a grande demanda de atividades de rotina, notadamente na fiscalização e licenciamento, aliada à redução das equipes dificulta o avanço na elaboração do planejamento, especialmente nas etapas iniciais de coleta e sistematização de informações”, destaca Alan Yukio Mocochini, perito no Ministério Público Federal, em exercício provisório no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, relator da prática. Nesse sentido, subsidiar o planejamento de ações das Unidades de Conservação preconizava mobilizar parceiros.

Foto: Victor Carvalho



PERFIL

Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba; Parque Nacional Superagui; Estação Ecológica de Guaraqueçaba; Reserva Biológica Bom Jesus.

OBJETIVOS

Conciliar os objetivos de atividades acadêmicas (como elaboração de monografias, teses e dissertações) aos esforços de gestão das áreas protegidas, gerando subsídios ao planejamento integrado e propiciando a capacitação de futuros profissionais.

RESULTADOS

- » Refinamento do mapa de limites da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba. O processo está em análise na Divisão de Consolidação de Limites (Dcol), do ICMBio. Produção de mapas temáticos como ferramentas de apoio à gestão.
- » Base de dados geográficos integrando questões ambientais e sociais relevantes para a gestão das Unidades de Conservação (UCs), com cerca de 300 camadas de informações para a área de abrangência das Unidades de Conservação estudadas.
- » Elaboração de documento que subsidia o diagnóstico da área de abrangência das UCs do litoral norte do Paraná, com informações ambientais e socioeconômicas compiladas e atualizadas.
- » 120 alunos de graduação e 40 de pós-graduação da Universidade Federal do Paraná capacitados na temática da gestão de Unidades de Conservação, até então um campo inexplorado pelo curso. Contratação de estudantes como gestores ambientais no Ministério Público, em consultorias especializadas e em organizações não governamentais. Reconhecimento da gestão do ICMBio no território.

Foto: Alan Yukio Mocochini



INSPIRE-SE!

- » Para as Universidades, Centros de Pesquisa e Ensino, as demandas das Unidades de Conservação permitem aplicar a teoria na prática, o que também contribui para a formação de profissionais mais capacitados e integrados às reais necessidades de gestão das áreas protegidas.
- » A formalização de parcerias permite desenvolver trabalhos de médio e longo prazo com garantia de mais segurança a todos os envolvidos.
- » A definição prévia dos desafios de gestão, a identificação de lacunas que devem ser respondidas sobre a biodiversidade e o reconhecimento das ameaças aos atributos da UC ajudam a direcionar, de maneira mais efetiva, os esforços da equipe gestora e dos parceiros.

METODOLOGIA

As equipes gestoras das Unidades de Conservação (UCs) da região procuraram o Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que possui uma linha de estudos na área de planejamento ambiental, liderada pelo Professor Eduardo Vedor de Paula. Os gestores buscavam a execução de um Plano de Trabalho que pudesse integrar as atividades acadêmicas da graduação e pós-graduação com as necessidades de subsídio ao planejamento de ações das Unidades de Conservação.

Após uma série de reuniões sobre o planejamento da parceria e das atividades específicas, a Coordenação Regional do ICMBio em Florianópolis/ICMBio e a UFPR firmaram Termo de Reciprocidade junto a um Plano de Trabalho entre a gestão das UCs e o Departamento de Geografia da Universidade.

O Plano de Trabalho considerou a realização de disciplina optativa – Práticas em Planejamento e Gestão Ambiental - no curso de bacharelado em Geografia. Os servidores do ICMBio realizaram palestras e orientaram a execução das atividades. Cada aluno executou Plano de Trabalho sobre determinado tema do diagnóstico ambiental da região de abrangência das UCs. Ao final, os resultados foram apresentados em reunião do Conselho da Área de Proteção Ambiental e em eventos com parceiros na gestão das UCs.

No ciclo acadêmico seguinte, UCs e Universidade buscaram complementar as informações de subsídio ao diagnóstico, com a disciplina Geografia Ges-

tão Ambiental do Território, no Programa de Pós-Graduação.

No total foram três disciplinas de graduação e duas de pós-graduação entre o segundo semestre de 2014 e o segundo semestre de 2016. Temas relacionados às Unidades de Conservação apareceram nas monografias de conclusão de graduação e nas dissertações de mestrado. O envolvimento da Universidade propiciou melhor diálogo entre o ICMBio, lideranças do MST e comunidades locais, que tradicionalmente possuem certas reservas em relação ao órgão.

Todas as etapas do Plano de Trabalho da Unidade de Conservação, do planejamento à execução, estavam integradas às atividades acadêmicas dos cursos de graduação e pós-graduação da UFPR.

PERÍODO

Maio de 2014 a dezembro de 2017.

PARCEIROS DO PROJETO

Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR); Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS); Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza; Ministério Público do Estado do Paraná; Centro de Estudos do Mar/UFPR; Observatório de Conservação Costeiro do Paraná (OC2); Associação de Defesa de Meio Ambiente de Antonina (Ademadan).

TRADICIONAL E ACADÊMICO

PROJETO ALINHA CONHECIMENTOS E IDENTIFICA ESPÉCIES DA FLORA PRIORITÁRIAS PARA CONSERVAÇÃO

Coordenação geral: Paulo Fernando Maier Souza (Área de Proteção Ambiental Chapada do Araripe/ICMBio). Coordenação executiva: Flavia Regina Domingos (Área de Proteção Ambiental Chapada do Araripe/ICMBio) e Bruna Vieira de Sousa (Fundação Araripe).

Na Área de Proteção Ambiental Chapada do Araripe, o uso da flora nativa pelas comunidades tradicionais é conhecido, há dados sistematizados de algumas espécies, mas que não pontuam o aspecto da conservação. “O novo Código Florestal publicado em 2012 estabeleceu a previsão de lista de espécies da flora nativa com uso comercial de produtos não madeireiros com dispensa de controle de origem gerando preocupação pelo desconhecimento sobre as espécies utilizadas pelos extrativistas e seu estado de conservação”, destaca Paulo Maier, chefe da unidade.

A tentativa de obter esse banco de dados previu o trabalho conjunto entre dois saberes distintos, mas complementares. “A proposta consistiu em construir coletivamente - com o saber acumulado pelas comunidades extrativistas e o gerado na academia - uma lista de espécies de uso comercial de produtos não madeireiros na região de forma a estabelecer aquelas com necessidade de ações de conservação”, ressalta Maier.

RESULTADOS

» 173 espécies da flora nativa da Chapada do Araripe com PNMC identificadas. Desse total, 52 necessitam de ações de conservação, sendo 25 para recuperar a população e 35 demandam melhoria do manejo. Quatro espécies são prioritárias: Pequi, Fava D’Anta, Aroeira e Sucupira Branca.

» Elaboração da Cartilha de Boas Práticas de Manejo do Pequi. As orientações foram incorporadas às medidas de conservação de outras espécies da flora na unidade.

PERFIL

Mais de 970 mil hectares constituem a Área de Proteção Ambiental Chapada do Araripe na divisa entre Ceará, Pernambuco e Piauí.

OBJETIVOS

Propiciar troca de experiência entre pesquisadores, extrativistas e técnicos com atuação na Chapada do Araripe. Obter lista de espécies da flora nativa da região com Produtos Não Madeireiros Comercializados (PNMC) e identificar as espécies que necessitam de ações de conservação, propondo medidas práticas.

» Pesquisadores estimaram a produção anual da Fava D’Anta de 2012 a 2017 e identificaram as principais comunidades produtoras, empresas compradoras e atravessadores. Aumento das relações institucionais e aproximação entre a gestão da Unidade de Conservação e as comunidades tradicionais extrativistas.

» Trabalhos científicos sobre o tema apresentados no Seminário de Pesquisa do ICMBio, no Simpósio Nacional de Etnobiologia e no Seminário de Pesquisa da Área de Proteção Ambiental Chapada do Araripe.



METODOLOGIA

A equipe gestora da Área de Proteção Ambiental Chapada do Araripe desenvolveu lista preliminar das espécies da flora nativa da unidade, indicando tipo de uso e ambiente de ocorrência. Reuniões das Câmaras Técnicas Setoriais do Conselho, contribuições de especialistas e consultas à bibliografia conferiram detalhamento à lista. Extrativistas, técnicos e pesquisadores validaram o material durante dois Encontros de Saberes.

Em seguida as espécies que precisaram de algum controle no uso foram pré-selecionadas e organizadas em diagrama com informações básicas que permitiram pontuar as características de ameaça.

- » Pontuação mínima de 50%: prioritárias para conservação.
- » Qualquer pontuação quanto à situação de declínio: restringir a supressão e estimular o plantio.
- » Pontuação quanto ao mercado: aperfeiçoar o manejo.

Pequi, Fava D'Anta, Aroeira e Sucupira Branca integraram a lista de prioritárias para conservação. As quatro espécies impulsionaram a criação de Grupos de Trabalho para elaboração de propostas de melhoria do manejo destas espécies.

As Boas Práticas de manejo propostas para o Pequi (*Caryocar coriaceum*), por exemplo, foram submetidas à avaliação de oito comunidades extrativistas, em quatro municípios. Esse processo resultou na proposta apresentada em reunião do Arranjo Produtivo Local (APL) do Pequi e Babaçu, em 2015, com acordo de aprovação apenas das propostas unânimes entre os atores. A partir dessa dinâmica, uma série de medidas de conservação foram inseridas nos processos de gestão da Unidade de Conservação.

Os recursos que proporcionaram o desenvolvimento da pesquisa vieram do orçamento do ICMBio e de projeto do desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local (APL) do Pequi e Babaçu, financiado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e executado pela Fundação Araripe.

INSPIRE-SE!

- » **Conhecimentos tradicionais e acadêmicos articulados preenchem lacunas e oferecem resultados de aplicação prática.**
- » **Faça da interação entre os diferentes atores sociais uma dinâmica de aprendizado de culturas. Alinhar saberes permite inovar em soluções mesmo com poucos recursos.**
- » **Monitore a produção e o estado de conservação de espécies-chave de uso das populações extrativistas.**

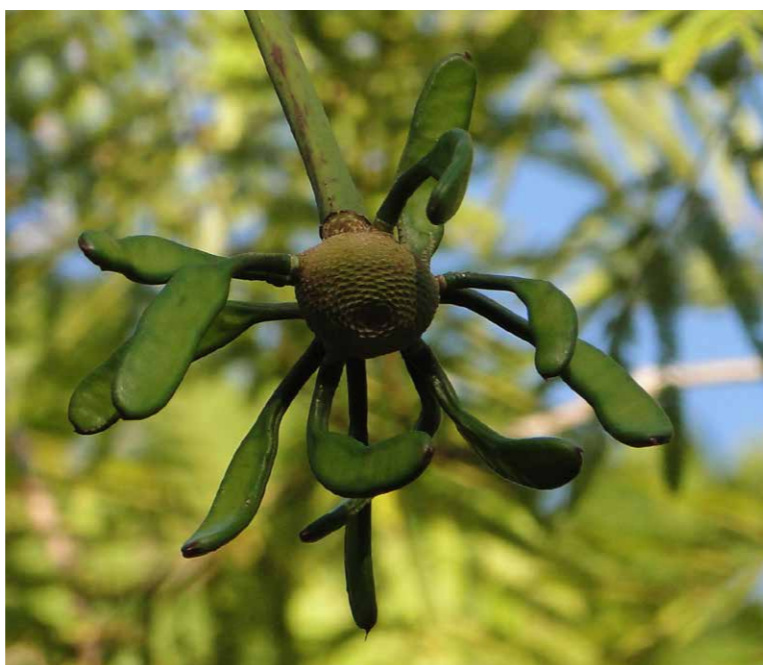
PERÍODO

Março de 2014 – em andamento.

PARCEIROS DO PROJETO

Fundação Araripe; Universidade Regional do Cariri (Urca); Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas (Aquasis); Associação dos Agricultores Familiares da Serra dos Paus Dóias (Agrodóia).

Foto: Marcia Crato



CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TRADICIONAL

RESERVA FORTALECE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE COM PROGRAMA DE MONITORAMENTO

Coordenação geral: Marcelo Marcelino (Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade - Diblio/ICMBio). Coordenação executiva: Kátia Torres Ribeiro (Coordenação Geral de Pesquisa e Monitoramento - CGPEQ/ICMBio). Gestão dos recursos e gerenciamento: Tatiana Chaves de Souza (Coordenação de Monitoramento da Biodiversidade - Comob/ICMBio).

A Reserva Biológica do Tapirapé está localizada a cerca de 200 km da cidade de Marabá, no Pará, por via terrestre. “Dois caminhos levam à sede da Unidade de Conservação, o primeiro por terra e o segundo caminho tem origem na cidade de Parauapebas com 100 km de estrada até a passagem da balsa, no rio Itacaiúnas. A viagem segue via fluvial e é completada com mais 80 minutos. Devido à grande distância entre as cidades de apoio e a Base do Bacaba, ficou claro o grande desafio para a gestão da Reserva. Nesse cenário, o envolvimento das comunidades e dos moradores do entorno de forma voluntária aparecia como estratégico na ampliação das iniciativas de monitoramento e apoio à pesquisa na Unidade de Conservação. A confiança das comunidades nas ações governamentais estava fragilizada e alguns paradigmas deveriam ser rompidos com o intuito de aproximar a relação entre as comunidades e o ICMBio”, afirma Raimundo Façanha Guedes, chefe da Reserva Biológica do Tapirapé.

Foto: Acervo ICMBio



INSPIRAÇÃO

Cursos de capacitação do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade, organizados pela Coordenação de Monitoramento da Biodiversidade (Comob).

PERFIL

Única unidade de proteção integral da região, no sudoeste do Pará, a Reserva Biológica do Tapirapé conta com cerca de 100 mil hectares.

OBJETIVOS

Tornar a gestão da Unidade de Conservação mais participativa; aderir e contribuir com o Programa Nacional de Monitoramento; monitorar a biodiversidade; incentivar a pesquisa científica na unidade; fortalecer parcerias.

Foto: Acervo ICMBio



RESULTADOS

- » Implantação do Programa de Monitoramento com oito campanhas viabilizadas pela mobilização de comunitários e acadêmicos. Conservação da biodiversidade fortalecida.
- » Aumento no número de pesquisas desenvolvidas pela Universidade. Monitores locais, comunitários e acadêmicos já participam de outras ações da Unidade de Conservação.
- » Aproximação entre a equipe gestora e as comunidades do entorno. O programa agregou valor à participação social.
- » A experiência das trilhas amostrais contribuiu para a qualidade dos dados apresentados no Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade. Aumento da divulgação da Unidade de Conservação e da visibilidade positiva do ICMBio na região.

METODOLOGIA

A participação da equipe gestora da Reserva Biológica Tapirapé no curso de capacitação sobre o Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade refletiu em ações práticas, com o início do planejamento da unidade para adesão ao programa. A primeira etapa para viabilizar as trilhas amostrais contou com a contribuição da equipe da guarda-florestal (Prosegur/Vale).

Na fase de mobilização de parceiros, a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) contou associações de cada comunidade e assim reuniu comunitários do entorno e universitários na reserva. A reunião teve como objetivo apresentar a proposta de capacitação do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade, organizado pela Coordenação de Monitoramento da Biodiversidade (Comob).

Por conta da localização da unidade, os recursos financeiros do Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) permitiram suprir a demanda logística, o que garantiu a execução dessa prática. O incremento da parceria com a universidade aproximou a equipe gestora das comunidades locais, conferiu reconhecimento ao Conselho Gestor e despertou o interesse de potenciais parceiros.

INSPIRE-SE!

- » **Aplicar o Programa de Monitoramento da Biodiversidade aprimora a conservação e reforça a importância do envolvimento da comunidade. Confira as publicações na Biblioteca de Monitoramento do ICMBio <http://bit.ly/monitoramentoICMBio>**
- » **Capacitar os moradores que vivem no entorno para o Programa é o ponto de partida para desenvolver novas ações.**
- » **Parcerias com Universidades e institutos de pesquisa, que são referência na região, ajudam a desmistificar percepções equivocadas sobre Unidades de Conservação e o ICMBio.**

A prática foi apresentada no II Seminário de Educação e Pesquisa pela Conservação da Biodiversidade e do Desenvolvimento Socioambiental (SEC BIO), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará marcando o encerramento das atividades do Programa de Educação, Agricultura Familiar e Conservação da Biodiversidade, implementado entre 2015 e 2017.

A gestão da reserva já desenvolve protocolo específico para a ictiofauna local.

PERÍODO

Maio de 2014 a outubro de 2017.

PARCEIROS DO PROJETO

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa); Associação Projeto de Assentamento Bandeirantes; Associação Projeto de Assentamento Cupú; Associação Projeto de Assentamento Maravilha; Associação Projeto de Assentamento Volta Grande; Guarda Florestal (Prosegur/Vale); Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio).



PESQUISA ACADÊMICA

MONITORAMENTO APONTA NOVAS ESTRATÉGIAS PARA OS PERÍODOS COM EXCEDENTE DE PESCADO E DE ENTRESSAFRA

Coordenação geral: Ronaldo Borges Barthem (Museu Paraense Emilio Goeldi – MPEG). Coordenação executiva: Luciano Fogaça de Assis Montag (Universidade Federal do Pará – UFPA). Gestão dos recursos e gerenciamento: Cláudia Cristina Lima Marçal (Reserva Extrativista Maracanã/ICMBio).

A pesca artesanal é a principal fonte de renda e alimento na Reserva Extrativista Maracanã, 35% dos beneficiários praticam a técnica de curral. “Apesar da importância dessa arte de pesca havia uma lacuna de conhecimento acerca da identificação e quantidade de espécies capturadas, além do período de funcionamento dos currais na região. A prática foi construída após a indagação aos comunitários da reserva sobre o quanto era pescado. Em resposta informaram saber apenas individualmente sobre a ictiofauna capturada. Dessa forma, foi considerado pertinente efetuar o monitoramento da pesca de curral no estuário da Baía de Maracanã, na Reserva Extrativista Maracanã, a fim de gerar subsídios para o ordenamento na região”, afirma Cláudia Cristina Lima Marçal, analista ambiental na unidade.

Foto: Cláudia Cristina Lima Marçal



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PERFIL

A Reserva Extrativista Maracanã protege 30 mil hectares de baía, dunas, praias e manguezal no município de mesmo nome da unidade, no Pará.

OBJETIVOS

Aprofundar o conhecimento da exploração da pesca praticada pela população tradicional da Reserva Extrativista Maracanã, em diferentes épocas do ano, como forma de contribuir no desenvolvimento sustentável da região.

RESULTADOS

- » Os dados obtidos permitiram aprimorar instrumentos, como Acordo de Gestão, Perfil dos Beneficiários e serão utilizados como subsídios no Plano de Manejo.
- » A identificação do período de excedente de pescado possibilitará à gestão da unidade promover, junto com parceiros, como a Secretaria de Pesca do Estado do Pará, a venda do produto em feiras, beneficiando a comunidade da reserva.
- » Como reconhecimento do período de entressafra, em comunidade onde a pesca é a principal atividade econômica e a base da alimentação, podem ser propostas fontes alternativas durante o período ou até mesmo o beneficiamento do pescado para consumo no período de escassez.
- » Formação do Grupo de Trabalho de Currais focado no ordenamento da pesca de arte fixa e na proteção de um direito exclusivo dos beneficiários da reserva.

METODOLOGIA

A equipe gestora da unidade iniciou a prática com cronograma de coleta de dados, onde constatou o melhor período para a pesca com arte fixa, denominado maré de sizígia, caracterizada pelos períodos de lua nova e cheia.

O monitoramento dos currais pré-selecionados incluiu preenchimento de fichas padronizadas de desembarque pesqueiro, durante seis dias/mês no período de um ano, nas estações seca e chuvosa.

O comunitário Ivanildo Monteiro, após receber capacitação, ficou responsável por coletar os dados dos 29 currais. Alunos de pós-graduação do Museu Paraense Emílio Goeldi auxiliaram na coleta e identificação de espécies que estão guardadas no acervo ictiológico da instituição. Os peixes foram identificados, mensurados e devolvidos aos comunitários para consumo/venda. O trabalho foi supervisionado pela analista ambiental da reserva.



INSPIRE-SE!

- » **Estimule pesquisas acadêmicas entre os servidores e nos centros de ensino e pesquisa da região sobre as demandas da Unidade de Conservação. Desenvolver uma lista dos principais temas torna a compreensão desse cenário mais concreta para os coordenadores da graduação e da pós-graduação.**
- » **Favoreça a participação dos comunitários nas pesquisas da unidade. Novas práticas, técnicas, ferramentas de monitoramento podem contribuir no dia a dia da comunidade e fornecer dados à gestão, mesmo após o estudo.**
- » **Dados favorecem tanto monitoramento e gestão nas unidades quanto a busca por soluções muitas vezes encontradas do lado de fora das áreas protegidas, em trabalho conjunto com outras esferas de governo. Pesquisas mostram panoramas, quantificam atividades extrativistas, revelam agravantes às espécies ameaçadas de extinção e apontam novos caminhos.**

Durante o estudo, de julho de 2015 a junho de 2016, os currais capturaram 153 mil exemplares, representando 34,79 toneladas, distribuídas em 11 ordens, 15 famílias, 52 gêneros e 64 espécies. Do total, 17 espécies foram descartadas e 5% estão ameaçadas, como o Mero (*Epinephelus itajara*). A necessidade do manejo da pesca de curral na área em questão estava confirmada.

O Grupo de Trabalho de Currais, formado por moradores das comunidades, verificou a época de construção dos currais, tornando possível o cadastramento dos usuários, a fim de garantir o uso dos recursos pesqueiros, no território da unidade, pelos beneficiários.

PERÍODO

Julho de 2015 a junho de 2016.

PARCEIROS DO PROJETO

Universidade Federal do Pará (UFPA); Comunidade do Polo Penha da Reserva Extrativista Maracanã.

As práticas realizadas no estudo fortaleceram o contato entre a equipe gestora da unidade e comunitários da reserva, principalmente com a comunidade da Vila do Penha, por meio da presença institucional do ICMBio na região.

A parceria com o Laboratório de Ecologia da Universidade Federal do Pará (Labeco/UFPA) possibilitou a coleta de espécies da ictiofauna, incluindo o fornecimento dos materiais necessários e a participação dos estudantes de pós-graduação que auxiliaram na coleta e na identificação taxonômica dos indivíduos capturados. O auxílio dos professores do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Alberto Akama e Alexandre Marцениuk, também foi destaque na identificação e confirmação das espécies capturadas.

A prática foi custeada com recursos da analista ambiental que alinhou o desenvolvimento de um trabalho de utilidade prática aos beneficiários da Reserva Extrativista Maracanã com a obtenção dos dados necessários à tese de mestrado.

Foto: Claudia Cristina Lima Marçal



PESQUISAS SOBRE TARTARUGAS MARINHAS EM ABROLHOS APERFEIÇOAM INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL

Coordenação geral, executiva e gestão dos recursos e gerenciamento: Fernando Pedro Marinho Repinaldo Filho (Parque Nacional Marinho dos Abrolhos/ICMBio); João Carlos Alciati Thomé (Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Tartarugas Marinhas - Tamar/ICMBio).

Monitoramento da biodiversidade e programas de manejo e proteção de espécies raras ameaçadas de extinção estão entre as prioridades do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. “A unidade sempre apoiou ações de pesquisa lideradas por pesquisadores de Universidades na área do parque. Essas pesquisas, em geral, tinham caráter pontual e inviabilizavam a geração de uma base de dados consistente para avaliação de uma das ações prioritárias do Plano de Ação Nacional (PAN) Tartarugas Marinhas, a caracterização de Abrolhos como importante área de alimentação para a tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*), espécie criticamente ameaçada. Outro desafio constante é a capacitação da equipe, composta em grande parte por funcionários terceirizados e voluntários”, comenta Fernando Pedro Marinho Repinaldo Filho, chefe da unidade.

PERFIL

Região com a maior biodiversidade marinha do Atlântico Sul, o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, o primeiro da categoria, protege mais de 90 mil hectares de áreas marinhas, abrangendo o Recife de Timbebas, o Parcel dos Abrolhos e o Arquipélago dos Abrolhos, composto pelas Ilhas Redonda, Siriba, Sueste, Guarita e Santa Bárbara, no sul da Bahia.

OBJETIVOS

Implementação de um programa de monitoramento de tartarugas marinhas, visando a geração de base de dados consistente, capacitação da equipe de terceirizados e enriquecimento da interpretação ambiental.

Foto: Acervo ICMBio



Foto: Enrico Marcovaldi



RESULTADOS

- » Desenvolvimento de um protocolo de coleta próprio, envolvendo monitoramento de longo prazo, permitiu à UC avaliar a efetividade das suas medidas de manejo, além de contribuir para o cumprimento de ações prioritárias do Plano de Ação Nacional (PAN) Tartarugas Marinhas, como por exemplo, a caracterização de Abrolhos como importante área de alimentação para a tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*), espécie criticamente ameaçada.
- » Capacitação de monitores ambientais e servidores do parque para manuseio e coleta de dados e gestão da informação sobre as tartarugas marinhas.
- » Aperfeiçoamento da interpretação ambiental, com base nos resultados da pesquisa, possibilita que monitores compartilhem informações científicas sobre as tartarugas da unidade.
- » Identificação da necessidade de reforçar o controle/erradicação de espécies exóticas invasoras com danos constatados às tartarugas marinhas, por exemplo. Avaliar a eficácia do ordenamento da visitação, utilizando as tartarugas marinhas como indicadores.

Foto: Enrico Marcovaldi



INSPIRE-SE!

- » Parceria entre Unidades de Conservação e Centros de Pesquisa e Conservação do ICMBio favorece a implementação de ação prioritária, com aplicação de protocolos nacionais de coleta de dados que podem ser replicados em outras áreas protegidas, permitindo assim padronizar e comparar cenários, a partir de base de dados consolidada.
- » Voluntários podem ser aliados em programas de monitoramento da biodiversidade. Condutores devem conhecer de perto as atividades de pesquisa desenvolvidas nas unidades. A medida agrega informações ao trabalho desses profissionais e melhora a experiência do visitante.
- » Informações obtidas em pesquisas também auxiliam na diversificação de atrativos. O programa das tartarugas marinhas dos Abrolhos permitirá subsidiar o planejamento controlado da visitação em momentos de abertura de ninhos.

METODOLOGIA

Em 2015, o monitoramento das tartarugas marinhas do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos passou a contar com a parceria do Centro Tamar que capacitou a equipe da unidade no manuseio e coleta de dados biológicos de tartarugas marinhas e na alimentação do sistema de banco de dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Nos dois primeiros anos, a capacitação incluiu duas visitas técnicas da equipe do parque à base do Projeto Tamar, em Regência, no Espírito Santo, e três visitas da equipe do Centro Tamar ao Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Durante a visita à unidade, a equipe do Centro Tamar ajudou a equipe do parque a desenvolver o programa de monitoramento, por meio de atividades de captura, recaptura de tartarugas marinhas e treinamento de aplicação dos protocolos do Centro na coleta de dados.

Após esse período, a equipe da unidade começou a desenvolver um programa de médio/longo prazo de monitoramento das Tartarugas Marinhas (TM's) visando a continuidade da parceria. O programa possui objetivos, metodologias, metas e cronograma que devem ser executados com expedições periódicas para geração de conhecimento sobre as TM's na unidade. A parceria envolve suporte técnico continuado à distância.

Para custear o deslocamento das equipes e equipar a unidade com instrumentos básicos de coleta

Foto: Enrico Marcovaldi



de dados foram utilizados recursos do Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF-Mar), da Fundação Pró-Tamar, e da própria Unidade de Conservação. O programa garantiu ainda aproximação entre o Centro de Pesquisas do ICMBio e o parque.

Os resultados obtidos no programa foram apresentados em dois eventos de referência: IX Seminário de Pesquisa e Iniciação Científica do ICMBio e o Congresso Latino-Americano de Ciências do Mar.

Emissoras da TV aberta veicularam matérias sobre o programa e multiplicaram assim o impacto na sociedade a respeito de práticas de conservação. Voluntários colaboraram no monitoramento e produziram dois vídeos sobre as tartarugas marinhas de Abrolhos, um deles registrou mais de 20 mil visualizações. O material foi publicado nos sites do ICMBio, Ministério do Meio Ambiente e do Projeto Tamar.

PERÍODO

Novembro de 2014 – em andamento.

PARCEIROS DO PROJETO

Centro Nacional de Pesquisa e Conservação das Tartarugas Marinhas (Centro Tamar/ICMBio); Fundação Pró-Tamar; Programa de Voluntariado ICMBio; Marinha do Brasil.

Foto: Acervo ICMBio



GESTÃO INTEGRADA

Descubra os resultados obtidos com a aliança entre os múltiplos atores sociais, que vão desde o fortalecimento das comunidades, direito real de uso da terra, diversificação de atividade econômica até a potencialização das iniciativas voltadas ao uso público nas áreas protegidas.

Foto: Thiago Foresti



CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO BENEFICIA QUASE 1,5 MIL FAMÍLIAS

Coordenação geral: Aílton Dias (Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB). Coordenação executiva: André Tomasi e Josinaldo Aleixo (Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB). Gestão dos recursos e gerenciamento: Aílton Dias e André Segura Tomasi (Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB).

A falta de regularização fundiária nas Unidades de Conservação segue na contramão dos objetivos e do conceito atual desses territórios e assim compromete o desenvolvimento das comunidades tradicionais, impacta na geração de renda e nas atividades econômicas praticadas por estas populações. “Apesar dos muitos esforços e conquistas importantíssimas, o Brasil ainda não conta com regimes de propriedade, documentação e regularização oficial das terras de forma que possam garantir a efetividade e cumprimento dos direitos de populações tradicionais ocupantes de vastas extensões do território amazônico nacional”, reforça André Tomasi, assessor do Programa Sul do Amazonas do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB).

PERFIL

Reservas Extrativistas: Arapixi, Médio Purus, Auatí-Paraná, Baixo Juruá, Rio Jutaí, Lago do Capanã, Grande Resex Médio Juruá, Ituxi e Rio Unini. Florestas Nacionais: Purus, Tefê, Mapiá-Inauini, Humaitá. Todas localizadas no Sul do Amazonas.

OBJETIVOS

Promover a regularização fundiária das Unidades de Conservação de Uso Sustentável do Amazonas, por meio da implementação de políticas públicas específicas, garantindo a seus moradores a plenitude de seus direitos sociais, econômicos e ambientais e contribuindo assim para a proteção e manutenção da cultura dessas populações extrativistas.



RESULTADOS

- » 1.468 famílias beneficiadas pela homologação dos Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRUs) de seis Unidades de Conservação: Reservas Extrativistas: Médio Juruá, Baixo Juruá, Auati-Paraná, Rio Jutaí, Rio Unini e Médio Purus, pelo governo do Estado do Amazonas.
- » Acesso de comunidades tradicionais às políticas públicas, já que o entrave ao fomento da produção agroextrativista era a regularização fundiária. Garantia de segurança fundiária impedindo a disputa de territórios entre supostos proprietários ou grileiros de terras públicas e as populações tradicionais residentes nas UCs.
- » A regularização fundiária trouxe também a consolidação territorial, o estabelecimento de mosaicos e corredores ecológicos, a produção extrativista, o uso sustentável dos recursos naturais e a implementação de políticas públicas específicas.
- » Construção de uma política pública para regularização fundiária que pode ser replicada em outros Estados. O Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) está analisando e promovendo ensaios de replicação da experiência em outros Estados da Amazônia (Amapá e Pará) com UCs de Uso Sustentável em situações fundiárias semelhantes.

Foto: Acervo IEB



INSPIRE-SE!

- » Conheça a publicação: Fórum Diálogo Amazonas: Regularização Fundiária Urgente! Mobilização Social e Inovação Processual para Garantia dos Direitos Territoriais de Comunidades Tradicionais do Amazonas. Desenvolvida pelo IEB, que traz uma sistematização da experiência com lições aprendidas, contextualização e resultado da iniciativa <http://bit.ly/forumdialogoamazonas>
- » A construção de soluções jurídicas inovadoras permite novas respostas a antigos problemas.
- » Parte das soluções encontradas para os impasses não estava pronta e foi desenvolvida durante as reuniões da equipe.
- » Estar aberto a novas sugestões, novos pontos de vista é de extrema relevância para articulação dos conhecimentos em busca de soluções que muitas vezes são, inclusive, inovadoras.

Foto: Acervo IEB



METODOLOGIA

Criação do *Fórum Diálogo Amazonas: regularização fundiária urgente*, em 2012, por três organizações da sociedade civil: Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) que tinham como objetivo reunir em uma mesma mesa os órgãos fundiários responsáveis pela regularização fundiária no Amazonas.

A capacitação das populações tradicionais sobre direito ambiental e legislação fundiária é um dos pilares da iniciativa e tem como objetivo promover a intervenção qualificada dos moradores organizados na solução do problema fundiário.

Realização periódica de uma grande plenária com órgãos fundiários, entidades participantes e representantes comunitários; além de reuniões mensais do grupo de trabalho do Diálogo Amazonas. Mediação do MPF e assessoria jurídica da Procuradoria Geral do Estado do Amazonas (PGE-AM) para equilibrar interesses das comunidades tradicionais e dos órgãos fundiários da região.

Aporte financeiro via projeto do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) intitulado *Ordem - Ordenamento Territorial do Sul do Amazonas*, financiado pelo Fundo Vale, de 2010 a 2013. Desde 2014, as Ações do Fórum Diálogo Amazonas são financiadas pelo Projeto *Gestão Integrada entre UCs e TIs*, com apoio da Fundação Moore.

O Fórum Diálogo Amazonas reuniu os diversos órgãos incidentes sobre a questão da regularização fundiária e exigiu que eles complementassem as ações entre si superando a fragmentação interna da atuação governamental. Essa janela de oportunidade só foi possível pela vontade política dos atores envolvidos e pela abertura ainda que forçada de posicionamentos institucionais até então cristalizados ou intransponíveis.

As avaliações sobre o projeto são feitas em três âmbitos: 1. entre os atores locais (gestores das UCs e representantes das Associações de moradores, trabalhadores, extrativistas das UCs); 2. entre os entes

federais e estaduais do Estado, com a participação das organizações da sociedade civil que constituem o Fórum do Amazonas; 3. entre os coordenadores e assessores do IEB que analisam avanços, metas, objetivos, participação e controle social do projeto.

No caso do Diálogo Amazonas, não houve a cessão de terras do Estado para a União, mas sim a cumplicidade de todas as instituições participantes do GT que, em algum momento, cederam em algum ponto. Isso apenas foi possível porque todos estavam trabalhando em um objetivo comum.

PERÍODO

Outubro de 2012 – em andamento.

PARCEIROS DO PROJETO

Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB); Ministério Público Federal do Amazonas (MPF/AM); Procuradoria Geral do Estado do Amazonas PGE/AM; além das associações comunitárias das UCs envolvidas na ação.

Foto: Acervo IEB



ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

INICIATIVA FORTALECE PARCERIA ENTRE ÓRGÃOS PÚBLICOS E POVOS INDÍGENAS NO PARQUE NACIONAL PICO DA NEBLINA

Coordenação geral: Luciana Yukari Uehara e Flávio Bocarde (Parque Nacional do Pico da Neblina/ICMBio); Desireé Barbosa (Coman/ICMBio). Coordenação executiva e gestão dos recursos e gerenciamento: Luciana Yukari Uehara (Parque Nacional do Pico da Neblina/ICMBio).

A ocupação da fronteira, em especial no norte do país, despontou como o principal motivo para a criação de uma série de Unidades de Conservação (UCs), incluindo o Parque Nacional do Pico da Neblina, em 1979, um recurso para impedir a apropriação de terras; desconsiderando a existência de grupos indígenas nesses territórios. “O modelo de gestão adotado na época provocou sanções às atividades tradicionalmente praticadas pela população indígena: caça, pesca, extração de cipó, etc. As tensões se acirraram quando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), na década de 1990, decidiu estimular o turismo na unidade, sem promover o envolvimento dos grupos indígenas até que, em 2003, denúncias sobre conflitos entre turistas e o povo Yanomami, feitas ao Ministério Público Federal, resultaram no fechamento da unidade ao turismo”, sintetiza Luciana Yukari Uehara, chefe substituta da unidade.

71% da área do Parque Nacional do Pico da Neblina possui interface com quatro Terras Indígenas; o que representa cerca de 25% do total de áreas com sobreposições no Brasil. Unidades de Conservação com esse perfil de sobreposição territorial com áreas públicas protegidas têm a gestão integrada e participativa como uma possibilidade, o que à primeira vista é um grande desafio, mas repleto de oportunidades, começando pela elaboração de planos conjuntos de administração desse território.

Desde a criação do ICMBio, em 2007, há uma busca pela melhor estratégia na gestão participativa das UCs. Se a gestão integrada carrega o histórico de áreas protegidas decretadas sem consulta aos residentes originários, por outro lado traz a dinâmica de um mundo em transformação e de novos tempos.



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

INSPIRAÇÃO

Verificação da realidade da UC, vivenciada no dia a dia. A participação da servidora no II Ciclo de Formação em Gestão Sociambiental (2015/2016), na ACADEBio auxiliou e contribuiu de maneira decisiva no desenvolvimento da prática apresentada, com uma leitura mais crítica da dinâmica da UC, fornecendo arcabouço para análise do planejamento da gestão da área em sobreposição.

PERFIL

Localizado no norte do Estado do Amazonas, na fronteira com a Venezuela, o Parque Nacional do Pico da Neblina possui 2.252.616 hectares e apresenta sobreposição com as Terras Indígenas (TIs) do Médio Rio Negro II (demarcada em 1998), Balaio (2009), Yanomami (1992) e Cué-Cué/Marabitanas (2013).

OBJETIVOS

Conciliar os instrumentos de gestão em área de interface territorial: o Plano de Manejo, o Plano de Visitação do Pico da Neblina e os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA's) das quatro TIs em sobreposição à UC; contribuir no processo de sustentabilidade socioambiental e na gestão integrada do parque, com destaque para a valorização do modo de vida das 13 etnias indígenas que vivem no território em questão: Yanomami, Tukano, Tuyuka, Dessano, Baniwa, Koripaco, Carapanã, Baré, Tariano, Piratapuya, Yepamasã, Kobéwa e Werekena.



A iniciativa é parte de um processo mais amplo, que abrange a gestão de um complexo mosaico de áreas protegidas que, entre outras ações, apresenta como proposta: a participação do ICMBio na elaboração dos PGTA's das TI's em sobreposição à UC e a construção participativa do Plano de Manejo do Parque Nacional do Pico da Neblina.

RESULTADOS

» Aproximação com instituições parceiras: Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto Socioambiental (ISA), Secretaria Municipal de Turismo de São Gabriel da Cachoeira (Sematur/SGC) e populações indígenas.

» Elaboração do Desenho do Processo de Planejamento (DPP), passo inicial na direção do Plano de Manejo da UC, que avançou para formalização do processo.

» Desenvolvimento da Minuta do Plano de Visitação do Parque Nacional do Pico da Neblina. Elaboração de etnomapeamento e monitoramento da trilha até o Pico

da Neblina, com registro das histórias, locais sagrados, sítios antigos, caminhos feitos pelos ancestrais e levantamento dos pontos críticos de acesso.

» Criação da Câmara Temática de Ecoturismo por uma demanda de geração de renda sustentável alternativa ao garimpo, com possibilidade de construção de agenda positiva e de superação dos conflitos históricos. Em resposta aos anseios da população Yanomami, a equipe do parque está realizando atividades de ordenamento da visitação e planejamento do ecoturismo, com o propósito de capacitar os moradores da UC na gestão da atividade quando liberada.

METODOLOGIA

No final de 2015, tiveram início oficinas nas quatro Terras Indígenas para elaboração participativa dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA's). A conclusão do documento está prevista para 2018. No planejamento do Parque Nacional do Pico da Neblina já constava o ordenamento do ecoturismo, por meio das ações da Câmara Temática, vinculada ao Conselho Consultivo da unidade e a participação da equipe gestora na construção dos PGTA's das 4 TI's em sobreposição.

De janeiro de 2015 a agosto de 2016, a equipe gestora do Parque participou de 18 eventos relacionados aos Planos de Gestão dos Territórios Indígenas (PGTA's), entre eles três reuniões da Câmara Temática do Ecoturismo e a Assembleia das Associações Yanomami (Ayrca e Kumirayoma).

A Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental (DGPEA), a Coordenação Geral de Gestão de Conflitos em Interfaces Territoriais (COGCOT) e a Coordenação Geral de Gestão Socioambiental do Instituto Chico Mendes (CGSAM/DISAT/ICMBio) apoiaram com recursos financeiros algumas das atividades relacionadas aos PGTA's e a gestão da UC. O Gabinete da Presidência do ICMBio apoiou financeiramente a expedição de Etnomapeamento do Pico da Neblina, uma atividade da Câmara Temática do Ecoturismo.

Inicialmente, a equipe identificou a necessidade de elaborar o Plano de Manejo coincidindo com a construção dos PGTA's para evitar futuros conflitos na área de interface territorial. Durante o II Ciclo de

Foto: Flávio Bocarde



Gestão Socioambiental (CGSA) – curso de capacitação do ICMBio – tal ideia foi desenvolvida, com incentivo ao aprimoramento da leitura crítica da realidade do parque. A visibilidade da iniciativa resultou no apoio de Desirée C. Barbosa da Silva, servidora da Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo (Coman).

A partir desse momento, a equipe gestora do parque nacional acrescentou no planejamento atividades voltadas ao processo do Plano de Manejo e reforçou a continuidade dos trabalhos já desenvolvidos. A respeito do Plano foram realizadas reuniões de planejamento e alinhamento institucional entre a equipe do Parque Nacional, representantes da Coman e de diversos macroprocessos do ICMBio em Brasília.

O processo foi monitorado pelos proponentes ao longo das etapas indicadas, com o objetivo de acompanhar a construção de instrumentos de gestão, segundo o cronograma proposto, visando assegurar a ampliação e a qualificação da construção participativa.

Na Oficina de Organização do Planejamento, única atividade realizada em Brasília e apoiada pela Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo (Coman), foram identificadas as sete etapas para a elaboração do Plano de Manejo: organização do planejamento; diagnóstico da unidade de conservação; análise e avaliação estratégica da informação; planejamento estratégico; planejamento tático; conclusão do documento; aprovação do plano.

Foto: Flávio Bocarde



INSPIRE-SE!



» Construir canais de diálogo com o Estado e as organizações da sociedade civil pode possibilitar a criação de articulações intersetoriais, somando esforços em prol de objetivos compartilhados. Compreender a dinâmica dos atores envolvidos, respeitar a cultura e o modo de vida dos povos e realizar leitura crítica da realidade são imprescindíveis para planejar ações de gestão.

» Novas atitudes e posicionamentos são os primeiros passos na direção de agendas positivas como forma de responder a antigas demandas, mas com novas estratégias e em um novo cenário. Em relação à prática apresentada, por exemplo, entendendo a sobreposição de UCs e TIs como dupla proteção de área.

» O ecoturismo pode ser um instrumento com potencial de incrementar a renda das comunidades tradicionais, como alternativa a práticas não sustentáveis, como o garimpo, a caça e a pesca ilegais. O empoderamento feminino, inclusive nas comunidades indígenas, favoreceu a diversificação das atividades geradoras de renda nas comunidades, nesta Boa Prática. O primeiro passo foi estimular a participação das mulheres em ambientes tradicionalmente masculinos como as assembleias das Associações.

» Estimule a formação e a participação dos mais jovens nas atividades da UC e o envolvimento dos anciões, com valorização da experiência de vida e do acúmulo de saberes tradicionais. No Parque Nacional do Pico da Neblina ambos os perfis integram os espaços de discussão da gestão.

PERÍODO

Janeiro de 2015 a outubro de 2016.

PARCEIROS DO PROJETO

Associações e lideranças indígenas do Rio Negro; Associação das Mulheres Yanomami Kumirayoma; Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes (Ayrca); Fundação Nacional do Índio (Funai); Federação das Associações Indígenas do Rio Negro (Foirn); Instituto Socioambiental (ISA); Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de São Gabriel da Cachoeira (Sematur/SGC).

Foto: Flávio Bocarde



Foto: Flávio Bocarde



PROTEÇÃO CONJUNTA

MAIOR ARTICULAÇÃO ENTRE SECRETARIA ESTADUAL E FUNAI TRANSFORMA RELAÇÕES ENTRE MORADORES DE COMUNIDADES E INDÍGENAS

Coordenação geral e executiva: Flavia Dinah Rodrigues de Souza (Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas do Acre - Seanp-AC, vinculado ao Departamento de Áreas Protegidas e Biodiversidade da Secretaria do Meio Ambiente do Acre - Sema-AC). Gestão dos recursos e gerenciamento: Jesus Domingos Rodrigues de Souza (Parque Estadual de Chandless/Secretaria do Meio Ambiente do Acre - Sema-AC).

Vinte e uma Unidades de Conservação (UCs) estão no Acre, sendo que 14 possuem limites territoriais ou mesmo sobreposição a Terras Indígenas (TIs). O Parque Estadual Chandless (PEC), por exemplo, conta com 20 km de linha seca com o Peru (Parque Nacional Alto Purus e a Reserva Comunal Alto Purus), além disso é circundado pela Reserva Extrativista Cazumbá Iracema e por duas TIs (Mamoada-te e Alto Rio Purus), do lado brasileiro.

“Nesse cenário, as relações da gestão com os indígenas vizinhos inexistiam depois de 10 anos de criação da UC, e com a Fundação Nacional do Índio (Funai), limitavam-se aos pequenos momentos de reuniões do Conselho gestor. De um lado, a Funai acusava moradores do PEC de explorarem as margens do Chandless pertencente a TI Alto Rio Purus, com base em denúncias dos indígenas, e de outro, os moradores ressentiam a coleta de traca-jás e jabutis e dos respectivos ovos do lado pertencente ao parque”, explica Flavia Dinah Rodrigues de Souza, chefe da divisão do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas do Acre (Seanp-AC), vinculado ao Departamento de Áreas Protegidas e Biodiversidade da Secretaria do Meio Ambiente do Acre (Sema-AC).

Estreitar a dinâmica entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Acre (Sema-AC) e a Funai se fazia urgente, assim como iniciar o diálogo sobre as temáticas entre indígenas e moradores que compartilham do interesse em proteger a biodiversidade. Nesse contexto, o maior prejuízo aos territórios vinha de fora da UC e da TI, moradores dos municípios de Manoel Urbano e Santa Rosa do Purus exploravam e vendiam recursos da fauna e da flora de áreas protegidas.

PERFIL

Localizado no sudoeste do Acre, o parque estadual conta com 695.303 hectares. Do lado brasileiro está circundado pela Reserva Extrativista Cazumbá Iracema e por duas Terras Indígenas (TIs): Alto Rio Purus e Mamoadata.

OBJETIVOS

Fortalecer as relações interinstitucionais entre Funai e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Acre (Sema-AC), por meio da gestão integrada entre o Parque Estadual Chandless e a Terra Indígena Alto Rio Purus, a favor da construção de diálogo com indígenas da TI Alto Rio Purus e moradores do Parque Chandless para a proteção conjunta do território.

Foto: Acervo Sema-AC



RESULTADOS

- » Planos de uso amplamente debatidos e pactuados em oficinas com participação de indígenas e moradores do parque.
- » Intensificação das relações e maior confiança dos indígenas e moradores do parque com as esferas de gestão.
- » Aumento no número de denúncias sobre os casos de entrada de invasores.
- » O fortalecimento da relação interinstitucional com a Funai entre 2014 e 2015 foi um marco que deu início a uma série de outras parcerias entre 2016 e 2017, incluindo definições de agendas conjuntas aumentando assim a eficiência de recursos, por exemplo.

METODOLOGIA

A partir da abertura de edital para desenvolvimento de planos de ação comunitários no âmbito do Arpa, componente 2.3, Funai e Sema elaboraram proposta conjunta para materialização das ações de campo necessárias à operacionalização do ciclo de reuniões e oficinas programadas, entre 2014 e 2016, na Terra Indígena e no Parque Estadual.

Em cinco oficinas foram discutidas as relações de uso, mapeamentos dos territórios, a questão do pertencimento territorial; na intenção de não coibir os usos tradicionais, mas sim práticas ilegais levantadas nas oficinas.

Indígenas foram recebidos na sede da UC e gestores da unidade estiveram nas aldeias escolhidas para as reuniões. Moradores do parque também perceberam a maior aproximação da gestão do parque.

A partir da alocação orçamentária de ambos os órgãos, Funai e Sema, em 2016 e 2017, uma série de ações foi planejada e executada de forma conjunta. O nível de planejamento consistia na implementação dos encaminhamentos gerados de maneira coletiva nas reuniões com a comunidade do parque e com indígenas, com a inserção dessas atividades nos planejamentos orçamentários de ambos.



INSPIRE-SE!

- » O diálogo contínuo com a população ajuda a gerar credibilidade em relação às parcerias propostas pelos órgãos ambientais e com os demais parceiros envolvidos.
- » O processo de construção deve ser coletivo na prática: conversas com a comunidade precisam ser abertas às contribuições.
- » Rodas de conversa que busquem mostrar a proximidade dos interesses dos diversos atores sociais podem diminuir os conflitos e gerar cumplicidade.
- » Estratégias bem-sucedidas contam com amplo amparo institucional. Tal característica pode, por exemplo, garantir fluidez da ação independente da mudança de servidores.

A utilização dos mapeamentos e das abordagens sobre gestão territorial e ambiental do Acre em relação à política indigenista foi substancial para a discussão de pertencimento territorial, indígena e não indígena.

PERÍODO

Junho de 2013 a dezembro de 2017.

PARCEIROS DO PROJETO

Fundação Nacional do Índio (Funai); Assessoria de Assuntos Indígenas do Acre; Centro de Trabalho Indigenista; Associações Huni kui e Madijá da TI Alto Purus e famílias do parque.

Foto: Acervo Sema-AC



ESPAÇOS DE DIÁLOGO

LIDERANÇAS INDÍGENAS E EXTRATIVISTAS DO SUL DO AMAZONAS DESENVOLVEM PLANO DE AÇÃO DE GESTÃO INTEGRADA DE ÁREAS PROTÉGIDAS

Coordenação geral: Luciene Pohl (Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB). Coordenação executiva: Ailton Dias e Luciene Pohl (Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB). Gestão dos recursos e gerenciamento: Ailton Dias e Luciene Pohl (Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB).

Iniciativas construídas a partir das demandas da base, com os principais interessados, de fato, possuem uma força de mudança que muitas vezes supera as expectativas das lideranças envolvidas no processo. “A gestão integrada no sul do Amazonas não foi imposta de fora para dentro, ela partiu das demandas da região”, pontua Luciene Pohl, assessora do Programa Povos Indígenas do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB).

A necessidade de construir um espaço de diálogo sobre a relação entre Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs) apareceu como consenso entre extrativistas, indígenas e gestores do ICMBio e da Fundação Nacional do Índio (Funai) já em 2012, durante o Seminário Gestão Participativa de Unidades de Conservação no Sul do Amazonas, Nordeste de Roraima e Norte de Mato Grosso, promovido pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB). “Em 2015, esta demanda, com expressiva participação indígena e contando com gestores da Funai e ICMBio foi acentuada durante o curso Formar Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), também realizado pelo IEB. Diante desse contexto, no mesmo ano, com apoio da Fundação Moore, o IEB iniciou o projeto Gestão Integrada de Terras Indígenas e Unidades Conservação no Sul do Amazonas, por meio de um processo formativo”, esclarece Luciene Pohl.

PERFIL

Reservas Extrativistas Médio Purus e Ituxi; Florestas Nacionais Humaitá e Purus localizadas no sul do Amazonas; Terras Indígenas. Mais de 25 povos indígenas e mais de 100 comunidades tradicionais extrativistas e ribeirinhas vivem nas calhas dos rios Madeira e Purus.

OBJETIVOS

Implementar o Plano de Ação de Gestão Integrada de forma que oriente as instituições parceiras quanto às ações prioritárias no avanço desse modelo de gestão territorial no sul do Amazonas. Gerar acordos de gestão integrada, de uso compartilhado e de convivência territorial; promover e fortalecer espaços de diálogo e governança (comitês regionais e conselhos de UCs); formar e capacitar lideranças e gestores sobre gestão integrada do território; fortalecer as ações estratégicas de vigilância do território; incrementar as atividades econômicas e cadeias de valor regionais; realizar ações de fiscalização e controle do território.

Na região, o desmatamento é um dos “inimigos comuns” de indígenas, moradores das Unidades de Conservação e servidores do ICMBio e Funai, mas não o único. Violação de direitos, como privação da posse, violência no campo e grilagem de terras são recorrentes.

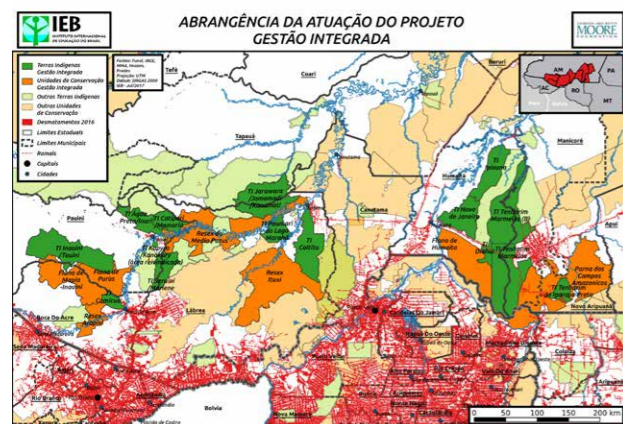


RESULTADOS

- » Construção participativa de um Plano de Ação de Gestão Integrada de Áreas Protegidas. Confira o documento: <http://bit.ly/planogestaointegrada>
- » Articulação dos moradores e lideranças das TIs e das UCs no sul do Amazonas com os gestores das áreas protegidas localizadas nos municípios de Lábrea, Pauini, Boca do Acre e Humaitá.
- » Atuação das instituições de modo mais sistêmico, considerando a região como um mosaico não oficial de áreas protegidas, com ampla participação dos parceiros extrativistas e indígenas da região, como principais partes interessadas no processo.
- » Contribuição significativa para o fim dos conflitos entre extrativistas e indígenas na região e melhor gestão territorial.

METODOLOGIA

Em 2015, o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), em um primeiro momento, promoveu reuniões de articulação política regionais e nacional sobre gestão integrada no sul do Amazonas. Uma vez pactuado o interesse de indígenas e extrativistas em avançar com as discussões, uma oficina de detalhamento do curso Formação Continuada em Gestão Integrada foi realizada em março de 2016. Na ocasião, estiveram na pauta: conteúdo, metodologia, critérios de seleção dos participantes, perfil dos instrutores, materiais didáticos, estrutura (módulos presenciais e não presenciais) e a data.



O passo seguinte consistiu na elaboração de um edital de convocação de 30 participantes para o curso de 136 horas com foco no potencial social, econômico e ambiental da gestão integrada de áreas protegidas na região do sul do Amazonas. As vagas foram preenchidas da seguinte forma: lideranças indígenas (10 vagas), lideranças extrativistas (10 vagas), gestores públicos da Funai (5 vagas) e gestores públicos do ICMBio (5 vagas), além de dois monitores, um da Funai e outro do ICMBio.

A realização do Seminário Gestão Integrada de TIs e UCs no Sul do Amazonas – como a quarta etapa do curso – teve como objetivo reunir os participantes para avaliação das possibilidades de fortalecimento das alianças. O evento buscou também aprofundar e validar o Plano de Ação de Gestão Integrada, pactuar junto a outros parceiros as possíveis ações para a manutenção sustentável e melhor gestão territorial participativa das áreas protegidas no sul do Amazonas.

O evento realizado em abril de 2017, na cidade de Lábrea, com apoio da Fundação Moore e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), atraiu mais de 100 pessoas, entre representantes indígenas e extrativistas do sul do Amazonas; representantes de diversas instituições governamentais e não governamentais apoiadoras das ações de gestão integrada na região.

Todas essas ações (articulação política, reuniões, oficinas para realização do curso e do Seminário e o próprio evento) reuniram diferentes parceiros de 19 instituições, sendo mais de 16 da sociedade civil (além do IEB) e duas governamentais, dispostos a transformar a realidade. O resultado desse trabalho está registrado no Plano de Ação de Gestão Integrada, construído especialmente durante o curso e complementado durante o Seminário, que busca minimizar conflitos socioambientais na região e estreitar o diálogo com apoiadores da iniciativa. Governo, sociedade civil organizada e cooperação internacional tiveram a oportunidade de conhecer o Plano e visualizar como cada instituição pode contribuir na implementação das ações que promovam a melhor gestão territorial e o enfrentamento de conflitos comuns.



INSPIRE-SE!

- » A elaboração de documentos com participação coletiva além de levar a experiência para outras fronteiras também revela amadurecimento da causa e potencializa a resolução de conflitos, por meio da horizontalidade do diálogo.
- » A articulação entre grupos locais organizados em prol de uma causa pode potencializar os resultados e fortalecer alianças.
- » Os planos de ação participativa compartilhados ajudam a obter mais apoio em futuras iniciativas.
- » Cursos e Seminários são ótimas oportunidades para buscar soluções de aplicação prática, como por exemplo, informações-chave que façam a diferença no desenvolvimento participativo dos Planos de Ação, além de ampliar o conhecimento sobre temas que afetam diretamente os moradores das áreas protegidas, a exemplo das suas histórias de luta e conquista pelos territórios.

Foto: Acervo IEB



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PERÍODO

2015 a 2017.

PARCEIROS DO PROJETO

Fundação Nacional do Índio (Funai); Operação Amazônia Nativa (Opan); oito associações indígenas: Organização do Povo Indígena Parintintin do Amazonas (Opiam); Associação do Povo Indígena Tenharin Morôgita (Apitem); Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira (Opipam); Associação do Povo Indígena Tenharin do Igarapé Preto (Apitipre); Associação do Povo Indígena Jiahui (Apij); Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi de Boca Acre/Amazonas (Opiajibam); Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi (Opiaj); Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus –AM (Focimp); sete instituições representativas dos extrativistas: Associação Extrativista Deus é Amor do Rio Inauini; Associação dos Moradores Agroextrativistas da Reserva Extrativista Ituxi (Amari); Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi (Apadrit); Associação dos Produtores (as) Rurais Extrativistas da Reserva Extrativista Arapixi (Aprea); Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus (Atamp); Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS); Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais de Pauini/AM (STTR Pauini).

ESTRATÉGIA GARANTE NOVAS OPORTUNIDADES À COMUNIDADE LOCAL E PRESERVA A REGIÃO

Coordenação geral: Cesar Victor do Espírito Santo (Fundação Pró-Natureza/Funatura) e Kolbe Wombral Soares Santos (WWF Brasil). Coordenação executiva: Cesar Victor do Espírito Santo (Fundação Pró-Natureza/Funatura) e Kolbe Wombral Soares Santos (WWF Brasil). Fundação Pró Natureza (Funatura); WWF Brasil; Instituto Rosa e Sertão, Cooperativa Sertão Veredas; Cooperativa da Agricultura Familiar Sustentável com Base na Economia Solidária (Copabase); Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Pandeiros (Coopae); Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas do Vale do Peruaçu (Cooperuaçu); Cáritas Diocesana de Januária; Instituto Biotrópicos; Agência Vale do Uruçuia; Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM); Associações de Pequenos Produtores e Comunitárias. Gestão dos recursos e gerenciamento: Funatura e WWF Brasil.

O Mosaico Sertão Veredas Peruaçu traz toda a complexidade característica de áreas tão diversas, além das consequências da não compreensão da comunidade sobre a importância desse conjunto para a região. “Em geral, as comunidades locais, tanto moradores tradicionais, como pessoas de outras regiões não entendem claramente os objetivos dessas unidades, o que acarreta em uma série de questionamentos sobre a existência de tantas áreas protegidas na região”, afirma Cesar Victor do Espírito Santo, superintendente executivo da Fundação Pró-Natureza (Funatura).

A pluralidade do Mosaico pode ser notada com certa facilidade, afinal compõem esse território: Unidades de Conservação (UCs) de proteção integral e de uso sustentável, duas Terras Indígenas (TIs) Xacriabás, algumas comunidades quilombolas reconhecidas, corredores ecológicos e zonas de amortecimento definidos em Planos de Manejo já elaborados, reservas legais averbadas, além das propriedades privadas dos mais diversos portes (incluindo posses), onde prevalece como atividade econômica a agropecuária, tanto voltada ao agronegócio, como para a agricultura familiar.

Problemas de regularização fundiária, unidades ainda não devidamente implantadas, atividades incompatíveis com a sustentabilidade, ausência de gestão integrada e as lacunas de conscientização de uma parcela significativa da sociedade sobre os motivos que levaram à criação do Mosaico representavam o cenário que a Boa Prática buscou mudar.

INSPIRAÇÃO

A prática teve início por meio de um edital do MMA/FNMA de constituição de Mosaicos em 2005 que representou a possibilidade de efetivar a gestão integrada nesse conjunto de Unidades de Conservação, como forma de buscar soluções coletivas e de interesse tanto do poder público, como da sociedade civil e da iniciativa privada.

PERFIL

Localizado na margem esquerda do Rio São Francisco, nas macrorregiões norte e nordeste de Minas Gerais e uma pequena parte no sudoeste da Bahia. O Mosaico é formado por 18 áreas legalmente protegidas, entre proteção integral, uso sustentável e duas Terras Indígenas (TIs). Três são Unidades de Conservação federais: Parque Nacional Grande Sertão Veredas; Parque Nacional Cavernas do Peruaçu; Área de Proteção Ambiental Cavernas do Peruaçu.

OBJETIVOS

Promover a gestão integrada das UCs e demais áreas protegidas do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu; implementação de práticas potencialmente geradoras de renda à comunidade, compatíveis com a proteção das UCs, como o extrativismo vegetal racional; a valorização das tradições culturais e das riquezas naturais, por meio do turismo ecocultural de base comunitária.



Foto: Arcanjo Daniel

RESULTADOS

» Elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (DTBC) do Mosaico focado na gestão integrada das UCs e demais áreas protegidas, com estímulo ao desenvolvimento de atividades produtivas compatíveis com a sustentabilidade do território. A revisão do Plano, pela Funatura, está em andamento, por meio de projeto apoiado pelo Fundo Critical Ecosystem Partnership Fund (CEPF).

» Mudança na percepção das pessoas sobre as áreas protegidas, principalmente Unidades de Conservação. Antes havia certa resistência ao papel das UCs. Execução de uma série de ações integradas, como fortalecimento do extrativismo de produtos do cerrado e do turismo ecocultural de base comunitária.

» O turismo de base comunitária desenvolvido na região pelo Instituto Rosa e Sertão conta com quatro rotas integradas, rede formada por 100 agentes ambientais, 25 condutores ambientais capacitados; sendo 60% do público direto do projeto constituído por mulheres, além da forte representatividade jovem, 42%.

» O trabalho do Instituto Rosa e Sertão no Mosaico conquistou o Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). O Mosaico também foi

avaliado com efetividade de 80%, melhor posição entre os quatro mosaicos avaliados, em estudo do WWF-Brasil.

METODOLOGIA

Elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (DTBC) do Mosaico, de forma participativa, a partir do edital do Ministério do Meio Ambiente (MMA) de 2005, como forma de buscar apoio à execução das ações planejadas.

A partir de 2010, com base no Plano DTBC do Mosaico, muitos projetos obtiveram financiamento tanto de órgãos governamentais quanto de organizações não governamentais, fundações e fundos internacionais. Uma série de instituições também entraram no projeto como executoras.

Duas capacitações sobre gestão integrada foram promovidas – a primeira pela Funatura, com apoio do Instituto Estadual de Florestas (IEF) e a segunda pelo WWF – ambas tiveram como público-alvo gestores e parceiros que trabalhavam diretamente com as UCs.

O Conselho Consultivo do Mosaico formado por 46 organizações desempenha função central nas ações planejadas, no acompanhamento das atividades, debates e encaminhamentos dos temas.



PERÍODO

2006 a 2017.

PARCEIROS DO PROJETO

Fundação Pró Natureza (Funatura); WWF Brasil; membros do Conselho Consultivo do Mosaico Ser-tão Veredas Peruaçu; Instituto Estadual de Florestas (IEF/MG); Caixa Econômica Federal (Fundo Socio-ambiental); Fundação Banco do Brasil, do Banco do Brasil; Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Agência Nacional das Águas (ANA); WWF Brasil; Comunidade Europeia; Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN); Governo Francês; Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes); Instituto Federal do Norte de Minas/Campus Arinos e Cam-pus Januária; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Prefei-turas dos 12 municípios do Mosaico e recentemente o Critical Ecosystem Partnership Fund (CEPF) que está apoiando três Projetos no território, sendo: um da Funatura, outro do WWF-Brasil e o terceiro da Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextra-tivistas do Vale do Peruaçu (Cooperuaçu).

Foto: Paulo Henrique G. de Souza



INSPIRE-SE!

- » Explicar os motivos que levaram à criação das Unidades de Conservação, a importância dessas áreas para a sociedade e organizar a gestão de forma integrada são desafios permanentes a serem superados.
- » O envolvimento de atores sociais, como ONGs, fundações, universidades, as-sociações e cooperativas de produtores, por exemplo, agrega conhecimentos e torna a dinâmica mais fluída.
- » O estímulo à formação de associações que representam as diferentes comunidades pode favorecer o desenvolvimento da gestão.
- » A gestão integrada encontra na co-municação uma forte aliada. O Conselho do Mosaico, por exemplo, desenvolveu com parceiros o Jornal do Mosaico, site, folders, matérias, vídeos tanto para mobilizar os di-versos públicos da comunidade quanto atrair turistas à região. Confira <http://mosaicosp.com.br/o-mosaico/>

Foto: Paulo Henrique G. de Souza



COGESTÃO

MAIS DE 70% DOS VISITANTES ANALISAM A EXPERIÊNCIA COMO ÓTIMA EM UNIDADE ONDE ÓRGÃO ESTADUAL E OSCIP SOMAM ESFORÇOS

Coordenação geral: Carlos Alberto Cassini (Instituto do Meio Ambiente - IMA, que substituiu a Fundação do Meio Ambiente - Fatma). Coordenação executiva: Vilmarice Silva (Parque Estadual Fritz Plaumann/Instituto do Meio Ambiente - IMA). Gestão dos recursos e gerenciamento: Gilberto Morsch (Áreas Naturais Protegidas/ Instituto do Meio Ambiente -IMA).

A criação do Parque Estadual Fritz Plaumann, em 2003, está entre as medidas de compensação ambiental relativas à instalação da Usina Hidrelétrica de Itá, no rio Uruguai, em Santa Catarina. O Consórcio Itá - atualmente formado pela Companhia Siderúrgica Nacional, Engie e Ci-mento Itambé - adquiriu e doou ao Governo do Estado, para a finalidade de criação de Unidade de Conservação, do grupo de proteção integral, área remanescente da Floresta Estacional Decidual. “Além da aquisi-ção das terras, a Usina, administrada pelo Consórcio Itá, também ficou responsável pela elaboração do Plano de Manejo e implementação de estruturas para o uso público, como o Centro de Visitantes devidamente ambientado, pórtico, quatro trilhas com pontes, mirantes, passarelas e uma ponte pênsil entre outras estruturas”, afirma Carlos Alberto Cassini, chefe de parque do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), órgão estadual que substituiu a Fundação do Meio Ambiente (Fatma), desde dezembro de 2017.

Durante os estudos para a elaboração do Plano de Manejo, foi constata-da a necessidade de desenvolver estratégias como forma de obter mão de obra qualificada para o funcionamento do parque, diante das dificul-dades encontradas pela Fundação do Meio Ambiente (Fatma), órgão am-biental estadual de Santa Catarina – atual Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA). “Ficou evidente que a Fatma não teria pessoal suficiente para manter toda essa estrutura pública em funcionamento. A empresa responsável pela elaboração do Plano de Manejo sugeriu então a incubação de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) para a cogestão do parque, bem como o envolvimento com as comunidades do entorno do parque. A necessidade de fazer a incubação decorreu do fato de não existirem organizações não governa-mentais nem Oscip da área ambiental na região. A proposta foi aprova-da por ambos, Fatma e Consórcio Itá e o projeto colocado em prática”, completa Cassini.



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PERFIL

Localizado no município de Concórdia, às margens do lago formado pela barragem da Usina Hidrelétrica Itá, no rio Uruguai, o parque esta-dual conta com mais de 740 hectares. A unidade preserva remanescentes da Floresta Estacional Decidual, pertencente à Zona Núcleo da Re-serva da Biosfera de Domínio da Mata Atlântica.

OBJETIVOS

Garantir o pleno funciona-mento de toda a estrutura da unidade, por meio da incubação de uma Organi-zação da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) para atuar como cogestora da unidade nas áreas de uso público e envolvimento com comunidades do entorno. A estratégia surgiu em respos-ta a um cenário onde não existiam ONGs ou Oscip da área ambiental.

RESULTADOS

- » O parque já recebeu 30 mil visitantes, desde 2007, 71% avaliaram a experiência na UC como ótima e 24,66% como boa.
- » Atividades com participação da Oscip Ecopef possuem taxas em torno de 80% de efetividade, com base na revisão do Plano de Manejo. A cogestão já foi adotada como modelo em outros três parques estaduais: das Araucárias, da Serra do Tabuleiro, do Rio Vermelho.
- » Ações de educação ambiental são desenvolvidas nas escolas do entorno e o monitoramento da qualidade da água do riacho Lajeado Cruzeiro que corta o parque também envolve crianças. A unidade também recebe mensalmente grupos de alunos das Universidades de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.
- » 1º lugar na Categoria Sustentabilidade Ambiental em Município, no Prêmio Roteiros do Brasil, promovido pelo Ministério do Turismo, em 2010. Outro projeto premiado pela cogestão Ecopef/Fatma foi o cercamento e plantio de mudas nas Áreas de Proteção Permanente degradadas na Zona de Amortecimento, que contou com a participação de várias entidades que forneceram insumos, apoio técnico, materiais e mudas.

Foto: Carlos Alberto Cassini



METODOLOGIA

A empresa responsável pela elaboração do Plano de Manejo sugeriu a incubação de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) para realizar a cogestão do Parque com a Fatma, órgão estadual, desde dezembro de 2017 transformado em Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA). A proposta foi aprovada por ambos, Consórcio Itá e Fatma.

O Consórcio Itá lançou um desafio na Universidade local na tentativa de criar um grupo de voluntários para o parque, cerca de 40 estudantes demonstraram interesse. A Sócio Ambiental, empresa que desenvolveu a ideia da incubação e elaborou o Plano de Manejo, ficou responsável pela capacitação da Oscip/Ecopef com a participação da Fatma e recursos de parte da Compensação Ambiental.

A ideia apresentada foi a de que a partir da abertura do parque ao público, os estudantes trabalhariam como voluntários na unidade. Durante esse processo ocorreu uma “seleção natural” e 11 participantes deram sequência ao projeto. Em 2007, foi revelada a criação da Oscip e do trabalho remunerado na unidade. O Parque Estadual Fritz Plaumann abriu ao público quatro anos após sua criação e desde então a Ecopef (Oscip) atua como cogestora em parceria com a Fundação do Meio Ambiente (Fatma).

No compromisso inicial, o Consórcio Itá, que financiou o processo de incubação, deveria realizar aportes mensais durante os três primeiros anos da unidade. Após 10 anos, a empresa segue com o aporte de R\$ 140 mil por ano até 2019. Outro fato importante se refere às regras quanto às renovações de contratos de cogestão, neste caso elas estão condicionadas às avaliações de efetividade.

A captação de recursos em fundos sociais é também uma prática realizada pela Ecopef, que está cadastrada, por exemplo, no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Concórdia, desde 2015. Os recursos obtidos com os fundos garantem a manutenção da folha de pagamentos da Oscip, permitem levar mais infraestrutura à unidade, além da continuidade no desenvolvimento de ações socioambientais.

PERÍODO

2004 a 2019.

PARCEIROS DO PROJETO

Fundação do Meio Ambiente (Fatma) - órgão ambiental da esfera estadual do Governo de Santa Catarina; Consórcio Itá; Tractebel; Sócio Ambiental; Universidade do Contestado (UNC); Caiapora Cooperativa para Conservação da Natureza.

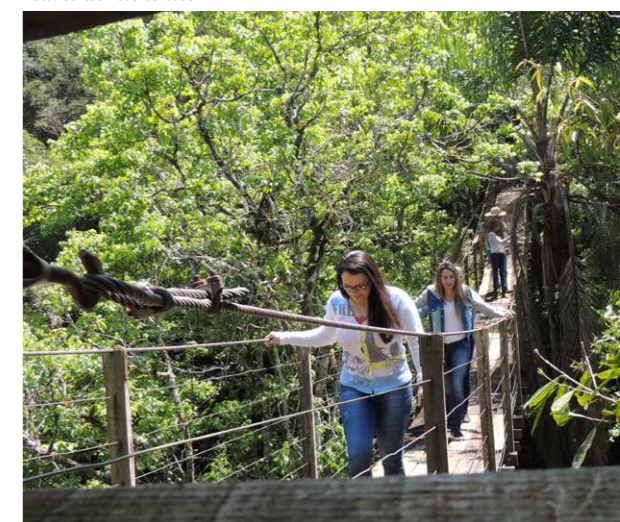
Foto: Carlos Alberto Cassini



INSPIRE-SE!

- » Estimular a participação de lideranças comunitárias e de pesquisadores nas iniciativas sobre gestão das UCs pode contribuir para o fortalecimento dessas áreas. Atividades de educação ambiental no entorno do parque podem ser usadas como forma de mobilizar a comunidade.
- » Estudantes de escolas e universidades podem ser parceiros interessantes nas atividades de monitoramento.
- » A articulação com o poder público local pode ajudar a viabilizar a participação de turmas das escolas públicas em atividades no parque.
- » Investir em peças de comunicação, como folders, desponta entre as estratégias para tornar a unidade mais conhecida, atrair visitantes e parceiros. A Ecopef, por exemplo, produz um material informativo sobre a unidade a cada seis meses e atua em eventos divulgando o parque e suas atividades.

Foto: Carlos Alberto Cassini



PESCA ARTESANAL EM MOSAICO LAGO DE TUCURUÍ REPRESENTA 13% DA PRODUÇÃO DE PESCADO DO PARÁ

Coordenação geral: Mariana Bogéa de Souza (Mosaico Lago de Tucuruí/Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – Ideflor-bio). Coordenação executiva: Thiago Valente Novaes, Wendell Andrade, Mariana Bogéa de Souza, Jossandra Carvalho da Rocha Pinheiro e Mônica Ferreira dos Santos (Ideflor-bio). Gestão dos recursos e gerenciamento: Gerência da Região Administrativa Lago de Tucuruí / Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (GRTUC/ Ideflor-bio).

Apesar do tamanho do litoral brasileiro e da potencialidade dos rios, a pesca enfrenta uma série de desafios que vão na direção contrária do fortalecimento. “No país, estima-se que a pesca produza cerca de 800 mil toneladas de pescado/ano, sendo quase 50% provenientes da pesca artesanal. São cerca de 3,5 milhões de empregos diretos e indiretos, sustentando o modo de vida de milhares de comunidades. Mesmo com a enorme importância socioeconômica, a gestão da pesca no Brasil não tem recebido a devida atenção, causando enormes prejuízos de ordem econômica, social e ambiental. Há uma década não existe um programa nacional de monitoramento pesqueiro, e atualmente, o número de pescadores e embarcações em atividade é desconhecido”, afirma Jossandra Carvalho da Rocha Pinheiro, gestora da Região Administrativa do Mosaico do Lago de Tucuruí (GRTUC) do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio) e relatora da prática.

O levantamento, a partir da articulação dos três Conselhos Gestores das Unidades de Conservação que constituem o Mosaico Lago de Tucuruí, em resposta à necessidade de melhor gestão, infraestrutura e controle, mostrou em números a representatividade da pesca para a economia local.

PERFIL

53,4% da área territorial do Mosaico é constituída por água, um reservatório artificial formado pelo barramento do trecho inferior do Rio Tocantins, consequência da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Três Unidades de Conservação no Pará constituem o Mosaico, são elas: Área de Proteção Ambiental Lago de Tucuruí; Reserva de Desenvolvimento Sustentável Alcobaça; Reserva de Desenvolvimento Sustentável Pucuruí Ararã abrangendo sete municípios: Tucuruí, Breu Branco, Goianésia do Pará, Jacundá, Nova Ipixuna, Itupiranga e Novo Repartimento.

OBJETIVOS

Levantar informações que subsidiem a adoção de medidas de ordenamento dos recursos pesqueiros nos limites do Mosaico, como determinar a cota máxima de captura; o período de defeso; limitar o acesso; controlar o tamanho mínimo de captura, conforme determinado em lei; identificar áreas prioritárias ao manejo e à reprodução; verificar o impacto da pesca sobre os recursos pesqueiros; mensurar os impactos futuros da Hidrovia Araguaia-Tocantins.

Foto: Acervo Ideflor-bio



RESULTADOS

» Apresentação da estatística de desembarque oficial de pescados com o Boletim de Monitoramento do Desembarque Pesqueiro e Aquícola do Mosaico Lago de Tucuruí, com dados coletados de abril a junho de 2017. Valorização dos pescadores, uma vez que as informações prestadas por eles contribuem para demonstrar a importância da atividade da pesca no contexto local.

» Reconhecimento da pesca no Mosaico pelo poder executivo local, diante de números como a movimentação de R\$ 1 milhão por mês na região, o que representa 13% da produção de pescado do Estado do Pará, com o envolvimento de 30.000 pessoas. O levantamento tornou visível uma atividade importante para a economia local até então desconsiderada.

» Maior aproximação da gestão do Mosaico com o Ministério Público do Estado do Pará, com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará e com as Prefeituras Municipais diante do potencial explorado pelo setor pesqueiro.

» Implementação de medidas voltadas ao manejo mais adequado. O Governo do Estado do Pará reconheceu a Boa Prática e analisa a possibilidade de expansão para outros municípios, com o objetivo de gerar números ao Estado, e por consequência atrair investimentos em políticas públicas ao setor.



METODOLOGIA

O Mosaico Lago de Tucuruí conta com três Conselhos Gestores da Área de Proteção Ambiental do Lago de Tucuruí; da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Alcobaça e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Pucuruí Ararão que juntos contataram a Gerência da Região Administrativa do Mosaico do Lago de Tucuruí (GRTUC), do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio) com uma demanda que pode ser sintetizada na aplicação da Gestão Ecosistêmica dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas.

A gestão apoiou a iniciativa. Visitas de campo para traçar um diagnóstico das condições de funcionamento dos portos marcaram o início do projeto, com o acompanhamento dos representantes do setor da pesca da região. Após os levantamentos, as problemáticas foram sistematizadas permitindo a busca por soluções mais estruturadas. A etapa seguinte consistiu em traçar um planejamento com previsão das ações, incluindo as etapas de discussão, adaptação e implantação.

O Plano de Ordenamento dos Recursos Pesqueiro e Aquícola do Mosaico Lago de Tucuruí tem como proposta melhorar as condições de trabalho dos pescadores e usuários dos portos de desembarque e possibilitar a inserção do Sistema de Monitoramento do Desembarque Pesqueiro e Aquícola do Mosaico Lago de Tucuruí.

O documento elaborado pela Gerência da Região Administrativa Lago de Tucuruí em parceria com os três Conselhos Gestores do Mosaico teve como base as demandas dos usuários dos recursos pesqueiros e as pesquisas sobre biologia, ecologia e a atual situação das espécies de pescado exploradas nesse ambiente. 60% da produção do pescado está concentrada em duas espécies.

A implantação do Sistema pode ser dividida em três etapas: levantamentos preliminares e início do monitoramento do desembarque pesqueiro (com acompanhamento dos técnicos do Ideflor-bio); construção do sistema de monitoramento informa-

tizado do desembarque pesqueiro e aquícola do Mosaico Lago de Tucuruí; construção da infraestrutura e a aquisição de equipamentos para os portos de monitoramento, esta última em andamento.

A prática é monitorada por portos localizados próximos à sede administrativa do Ideflor-bio. Técnicos visitam semanalmente os pontos de desembarque para acompanhar a rotina de coleta de informações e recolher os formulários preenchidos. Nos portos mais distantes, a visita técnica ocorre no mínimo uma vez ao mês, os formulários são recolhidos mensalmente, e toda a semana é feito contato telefônico com os coletores.

Os recursos utilizados no desenvolvimento do Sistema de Monitoramento vieram de compensação ambiental. O controle é realizado por comunitários sob responsabilidade das entidades representativas do setor da pesca nos municípios.

PERÍODO

Abril 2016 – em andamento.

PARCEIROS DO PROJETO

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS); Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (Sedap); Ministério Público do Estado do Pará – Comarca de Tucuruí; Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental Lago de Tucuruí; Conselho Gestor da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Alcobaça; Conselho Gestor da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Pucuruí-Ararão; Prefeitura Municipal de Tucuruí; Prefeitura Municipal de Breu Branco; Prefeitura Municipal de Novo Repartimento; Prefeitura Municipal de Itupiranga; Prefeitura Municipal de Nova Ipixuna; Prefeitura Municipal de Jacundá; Prefeitura Municipal de Goianésia do Pará; Central das Colônias de Pescadores da Bacia Hidrográfica do Araguaia-Tocantins (Cecoat); Colônia de Pescadores de

INSPIRE-SE!



» **Levantamentos e estudos que revelam números sobre a importância de determinada atividade para a região ganham força na esfera executiva e podem contribuir para investimentos no setor via políticas públicas. Busque articular nos estudos as informações sociais, biológicas, econômicas e institucionais.**

» **Unidades de Conservação que compartilham a macrorregião e onde as comunidades desenvolvem a mesma atividade também podem somar esforços na elaboração de estudos.**

» **Atividades tradicionais e artesanais reconhecidas pelo poder executivo local valorizam os profissionais envolvidos em toda a cadeia produtiva. Analise suas oportunidades de contribuir com o trabalho das comunidades.**

» **Apresentar os resultados obtidos a partir do monitoramento, na forma de boletins ou relatórios, por exemplo, com a forte utilização de números, demonstra transparência, o que pode atrair parceiros e patrocínio.**

Tucuruí; Colônia de Pescadores de Breu Branco; Colônia de Pescadores de Novo Repartimento; Colônia de Pescadores de Itupiranga; Colônia de Pescadores de Goianésia do Pará; Colônia de Pescadores de Jacundá; Colônia de Pescadores de Marabá; Sindicato dos Pescadores Artesanais e Aquicultores de Tucuruí e Região (Sinpaatur); Sindicato dos Pescadores de Jacundá (Sidjac).

Foto: Acervo Ideflor-bio



Foto: Acervo Ideflor-bio



TERMO DE RECIPROCIDADE E PLANO DE TRABALHO ORIENTAM PARCERIA NO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA

Coordenação geral, executiva, gestão dos recursos e gerenciamento: Ernesto Viveiros de Castro (Parque Nacional da Tijuca/ICMBio); Roberto Nascimento (Amigos do Parque Nacional da Tijuca).

O principal atrativo turístico do país, o Cristo Redentor, que recebe mais de 3 milhões de visitantes/ano, está dentro de uma Unidade de Conservação, que possui território fragmentado em quatro setores e consequentemente apresenta extensa fronteira com a cidade. “Problemas típicos de áreas urbanas, como tráfego de veículos e violência, afetam diretamente o Parque Nacional da Tijuca e se somam a impactos sofridos pelas áreas protegidas em geral, como ocupações irregulares, caça e incêndios criminosos, entre outros. O fato do parque ser fragmentado dificulta a compreensão de seus limites pela população. Poucas pessoas são capazes de reconhecer quando estão dentro dos limites, o que leva a comportamentos inadequados para uma Unidade de Conservação”, pontua Ernesto Bastos Viveiros e Castro, chefe da unidade.

No entanto, áreas protegidas também ganham visibilidade quando estão dentro dos grandes centros urbanos e suas demandas ficam evidentes para mais pessoas. “Frequentadores que recorrentemente demonstram interesse em contribuir para a salvaguarda do patrimônio ambiental e cultural. A prática baseia-se na disponibilidade desses cidadãos em atuar frente aos desafios elencados acima”, antecipa Ernesto Castro.

Foto: Acervo ICMBio



PERFIL

Parque Nacional da Tijuca, o mais visitado do Brasil, protege a maior floresta urbana do mundo replantada pelo homem, são quase 4 mil hectares de Mata Atlântica em plena cidade do Rio de Janeiro, reconhecidos como Patrimônio Mundial pela Unesco.

OBJETIVOS

Fortalecer a gestão do Parque com a participação da sociedade civil, via Associação dos Amigos do Parque Nacional da Tijuca, incluindo o engajamento de cidadãos em prol da unidade e a captação de recursos para investimentos na conservação, proteção e promoção da unidade.

Foto: Acervo ICMBio



RESULTADOS

- » A Associação Amigos do Parque investe cerca de R\$ 200 mil/ano no Programa Permanente de Apoio Administrativo e na Manutenção, nas áreas de gestão, proteção, pesquisa, manutenção, voluntariado, comunicação, entre outras.
- » Manutenção de funcionamento das Unidades de Atendimento ao Turista, localizadas no Morro do Corcovado. Compra de equipamentos de monitoria de trilhas e de sinalização.
- » Aquisição de materiais e equipamentos necessários às melhorias e manutenção das estruturas de apoio à visitação. Produção do novo folder do parque com mapa para distribuição aos visitantes.
- » Apoio a diversas ações do programa de Voluntariado, como a recuperação da Cascata Gabriela para banho, mutirões mensais de plantio de mudas e recuperação de trilhas.
- » Custeio da manutenção do site e das redes sociais do parque. Apoio no Curso de Condutores de Visitantes, ministrado pela equipe da unidade, que formou 54 colaboradores de comunidades do entorno, como Guararapes e Vila Laboriaux, na Rocinha.

Foto: Alane Silva Oliveira



METODOLOGIA

Um pequeno grupo da sociedade civil disposto a mobilizar outros cidadãos cariocas fundou, em articulação com a equipe gestora da unidade, a Associação dos Amigos do Parque Nacional da Tijuca, em 1999, com atuação nas seguintes frentes:

- » Infraestrutura e atendimento aos visitantes: intervenções arquitetônicas, de sinalização e em equipamentos de apoio.
- » Identificação de áreas de interesse da unidade e oportunidades para potenciais patrocinadores.
- » Projetos educativos e culturais: elaboração, desenvolvimento e execução.
- » Ações conservacionistas e científicas: realização de cursos, eventos, etc.
- » Publicações: desenvolvimento de conteúdos nas esferas cultural, ambiental, científica e técnica.
- » Apoio aos programas desenvolvidos.
- » Auxílio nas atividades rotineiras de administração e manutenção.

Em quase 16 anos de atividade, a organização realizou de forma contínua diversas ações em prol do parque, mas sem uma cooperação formalizada.

Em 2015, essa realidade mudou quando a Associação e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade firmaram Termo de Reciprocidade até 2020. A medida visa a implementação de programas, projetos e ações voltados para a preservação, conservação e aprimoramento do patrimônio do Parque Nacional da Tijuca e da Zona de Amortecimento.

Como desdobramento do Termo de Reciprocidade, a Associação Amigos do Parque e a equipe gestora do Parque Nacional da Tijuca/ICMBio elaboraram Plano de Trabalho que estabeleceu as linhas de ação, atividades e metodologias a serem implementadas, com cronograma e competências de cada instituição.

A equipe do Parque identifica ações que necessitam de insumos (materiais, ferramentas, equipamentos, etc.) e preenche uma solicitação de apoio, com a descrição da ação; indicando o setor e o local específico onde a atividade será realizada. Após assinatura da chefia da unidade, a solicitação é encaminhada a Amigos do Parque que avalia e realiza a compra.

Os recursos utilizados pela Associação são provenientes de pessoas físicas e jurídicas que realizam contribuições associativas (pagamentos realizados por associados de forma recorrente) ou doações (contribuições pontuais, sem vínculo associativo), por meio do site da organização. A busca por patrocínios específicos também integra as frentes para obter recursos e viabilizar projetos.

Para aumentar o número de associados, a Associação investe na estratégia de mobilizar grupos com interesses específicos que frequentam a UC. A aproximação feita com os ciclistas, por exemplo, resultou em tantas inscrições que esse público representa 56% dos associados.

Uma parcela das contribuições e doações recebidas pela Amigos do Parque é destinada aos custos operacionais da Associação e o restante é integralmente investido em ações para o Parque Nacional da Tijuca.



INSPIRE-SE!

- » **Associações de Amigos de Unidades de Conservação são estratégicas no apoio à gestão entre servidores e a sociedade. Institucionalizar essa parceria por meio de instrumento jurídico garante a continuidade mesmo com mudanças de gestão.**
- » **A parceria com a Associação tem potencial de despertar o interesse de outras empresas em apoiar a causa. A Amigos do Parque, por exemplo, tem um programa específico para pessoas jurídicas, com opções de valores de colaboração anuais. A visibilidade que a empresa tem é a contrapartida.**
- » **Comunicação faz toda a diferença na conquista de novos associados. Organizações da sociedade civil parceiras das Unidades de Conservação podem, por exemplo, buscar o apoio de uma empresa de comunicação para que desenvolva um material que integre as iniciativas e fortaleça assim os objetivos compartilhados.**

Compete à Associação elaborar e apresentar à administração do Parque Nacional da Tijuca todas as propostas de projetos e procedimentos, que somente serão executados mediante a aprovação da equipe gestora da unidade. Reuniões periódicas entre as equipes do parque e da Associação favorecem a troca de informações e o alinhamento de prioridades. A Amigos do Parque também apresenta anualmente as atividades ao Conselho Consultivo da UC.

PERÍODO

Maio de 1999 – em andamento.

PARCEIROS DO PROJETO

Associação dos Amigos do Parque Nacional da Tijuca (Amigos do Parque).

USO PÚBLICO E NEGÓCIOS

Unidades de Conservação estão repletas de oportunidades que podem e devem ser implementadas como forma de ampliar a visitação e oferecer melhor experiência ao público. As Boas Práticas que integram o grupo contam alguns dos caminhos já percorridos com esse objetivo.

Foto: Fernando Tatagiba



TRANSFORMANDO DESAFIOS EM OPORTUNIDADES

Coordenação geral: Gilson Luiz Souto Mota (Parque Nacional de Ubajara/ICMBio). Coordenação executiva: Alex de Sousa Lima (Cooperativa de Trabalho, Assistência ao Turismo e Prestações de Serviços Gerais - Cooptur). Gestão dos recursos e gerenciamento: Cooperativa de Trabalho, Assistência ao Turismo e Prestações de Serviços Gerais - Cooptur).

O principal ponto turístico do Parque Nacional de Ubajara/CE por quase 40 anos foi o passeio de teleférico “bondinho” até a Gruta de Ubajara. Os desgastes nas peças e as dificuldades de reposição levaram à paralisação do teleférico, em 2015, com impacto direto no número de visitantes. “O movimento diminuiu em parte pela pouca visibilidade dos demais atrativos, como trilhas, mirante e cachoeira. O quadro de cooperados ficou reduzido a 13 condutores e se nada fosse feito o número cairia ainda mais, dessa forma a condução dos visitantes seria comprometida e as famílias que dependiam diretamente do serviço ficariam sem renda. Assim as consequências atingiriam toda a rede turística regional que dependia da visitação do parque”, destaca Gilson Luiz Souto Mota, chefe do Parque Nacional de Ubajara. Como aumentar a visitação sem o principal atrativo e mobilizar os condutores em um momento de dificuldade?

Foto: Gilson Amaro



PERFIL

Localizado nos municípios de Ubajara, Tianguá e Frecheirinha/CE, o Parque Nacional de Ubajara com 6.288 hectares abriga três ecossistemas: Floresta Ombrófila Aberta (Mata Atlântica), Floresta Subperenifólia e Caatinga, além de 11 cavernas, entre elas a Gruta de Ubajara, aberta à visitação.

OBJETIVOS

Recuperar/aumentar a visitação no Parque Nacional de Ubajara (PNU); investir em novos pontos turísticos; promover a inclusão social; aplicar os procedimentos de credenciamento e regularização dos condutores de turismo no parque; melhorar a infraestrutura; aperfeiçoar a relação da Unidade de Conservação (UC) com o entorno; incluir procedimentos que proporcionem incremento educativo, interpretativo e recreativo aos visitantes, a partir da atuação dos condutores.

RESULTADOS

- » O Parque Nacional de Ubajara recebeu 58.660 visitantes, aumento de 3,5% entre janeiro e setembro de 2017, em relação ao mesmo período de 2016, quando 56.658 visitantes estiveram no parque já sem o funcionamento do bondinho.
- » Os investimentos em outros atrativos surtiram efeito, a visitação no Mirante Gameleira registrou crescimento de 112% e na Cachoeira do Cafundó 81,5%, entre 2015 (ano em que o teleférico parou de funcionar) e 2017.
- » Mais engajamento dos membros da Cooperativa de Trabalho, Assistência ao Turismo e Prestações de Serviços Gerais (Cooptur) na manutenção e recuperação dos equipamentos e ampliação gradativa no número de condutores de 13 para 20 cooperados.
- » Incremento no número de atividades, incluindo opções para pessoas com deficiências e ciclistas; revitalização das atividades já existentes, investimentos em infraestrutura. Construção de novos equipamentos, como o Mirante do Pendurado e a Casa da Árvore. Criação do circuito de arvorismo, passeio noturno e do roteiro histórico cultural.

METODOLOGIA

A sensibilização dos condutores da Cooperativa de Trabalho, Assistência ao Turismo e Prestações de Serviços Gerais (Cooptur) foi a primeira medida adotada pela equipe gestora do parque. Eles precisavam acreditar no potencial do parque e que poderiam, de verdade, continuar trabalhando na unidade.

Apesar de difícil, esse momento precisava ser enfrentado e a participação de cada membro da Cooptur era fundamental. Seria necessário engajamento na manutenção dos equipamentos, além de melhorar a condução dos visitantes, com ênfase na história, e na preservação das belezas naturais.

O planejamento teve como base o que determina o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e o documento Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação. A mão de obra formada pelos condutores de turismo da Cooptur, com participação de voluntários, principalmente ex-brigadistas



INSPIRE-SE!

- » Investimentos na capacitação de condutores permitem atingir dois públicos: contribuir para a melhor experiência do turista e ao mesmo tempo valorizar a mão de obra local.
- » Parcerias e articulações para a troca de experiência/saberes com condutores de outras unidades são instrumentos interessantes para a capacitação da equipe. Vale a pena planejar um calendário como forma de incluir a ação entre as atividades.
- » Converse com os visitantes sobre os principais motivos que contribuíram para a visita à UC e as descobertas feitas no local, aquelas atividades não divulgadas, mas que surpreenderam. Informações do público trazem novas perspectivas. Vale a pena e apresentá-las em reuniões como elementos influenciadores das estratégias.

e vigilantes viabilizou o projeto. O Conselho Consultivo do Parque Nacional de Ubajara também se envolveu na proposição e aprovação das novas atividades.

Os recursos vieram da contrapartida da Cooptur que destinou parte do valor arrecadado na condução de visitantes no parque em melhorias para a unidade. A madeira utilizada na construção de passarelas, pontes, placas e mirantes veio do estoque da sede da unidade e da doação de um lote do escritório regional do Ibama em Sobral/CE. A Prefeitura de Ubajara cedeu o veículo para o transporte. Painéis de orientação e interpretação das trilhas tornaram a experiência do público ainda mais interessante.

PERÍODO

Março de 2016 – em andamento.

PARCEIROS DO PROJETO

Cooperativa de Trabalho, Assistência ao Turismo e Prestações de Serviços Gerais (Cooptur); Conselho Consultivo do Parque Nacional Ubajara.

AGRICULTORES E PRODUTORES LOCAIS TÊM PRIORIDADE COMO FORNECEDORES DE CONCESSIONÁRIA

Coordenação geral: Fernando Henrique de Sousa (Cataratas do Iguaçu S/A) e Parque Nacional do Iguaçu (ICMBio). Coordenação executiva: Diretoria Institucional e Sustentabilidade do Grupo Cataratas S/A. Gestão dos recursos e gerenciamento: Cataratas do Iguaçu S/A.

O Parque Nacional do Iguaçu é a segunda Unidade de Conservação (UC) federal mais visitada do Brasil. Em 2017, a unidade registrou 1,8 milhão de turistas. Na liderança está o Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro, com mais 3 milhões de turistas, no mesmo período. Unidades de Conservação como essas, que são a principal atração de inúmeros roteiros turísticos, agregam à economia local valores significativos. E a questão é exatamente essa, como migrar do local para o regional?

“A visitação no parque é um claro gerador de benefícios para o setor turístico de Foz do Iguaçu. Em contrapartida os outros municípios do entorno da unidade se viam como não partícipes dos resultados da visitação e da presença da unidade”, pontua Fernando Henrique de Sousa, diretor institucional e sustentabilidade da Cataratas do Iguaçu S/A, empresa responsável pela gestão da bilheteria, do transporte interno no parque e de pontos de vendas de souvenirs, serviços de alimentos e bebidas.

Outra problemática identificada em estudo técnico do WWF-Brasil* para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 2015, mostra a relação entre expansão das monoculturas da soja e do milho nos municípios no entorno do parque e a perda de biodiversidade nessas áreas. “O mesmo estudo apontou que o fomento e o incentivo positivo à agricultura familiar, baseada em sistemas produtivos da agroecologia de pequenos produtores localizados próximos a esses fragmentos, poderia ser uma maneira de congelar a expansão da monocultura extensiva sobre essas áreas”, completa Sousa.

* *Mapeamento de Oportunidades de Atividades Econômicas baseadas em Serviços Ecossistêmicos no entorno do Parque Nacional do Iguaçu e Desafios de Implementação.*

PERFIL

Localizado a 637 quilômetros de Curitiba/PR, na região da tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, o parque abriga nos 185 mil hectares o maior remanescente de floresta Atlântica (Estacional Semidecídua) da região sul do Brasil. Desde 1986, integra a lista de Patrimônio Mundial da Unesco.

OBJETIVOS

Levar os benefícios socioeconômicos em consequência do Parque também para os municípios do entorno, reduzindo tensões no campo e introduzindo novas oportunidades baseadas na Economia Verde. Incorporação dos potenciais produtores e prestadores de serviço na rede de fornecedores. Integrar pequenos produtores da Agricultura Familiar, baseada em agroecologia no entorno da unidade, na cadeia de valor da concessão, por meio da compra dos seus produtos para os restaurantes e lanchonetes do parque, como forma de prestigiar e garantir a sobrevivência deste tipo de produção e de uso da terra, oferecendo produtos mais saudáveis e orgânicos aos visitantes.

Foto: Cassiano Preve/Cataratas S/A



RESULTADOS

- » 70% de todos os produtos e serviços consumidos na concessão vêm dos municípios do entorno da unidade, são 514 fornecedores, em geral micro e pequenos empresários.
- » O impacto na economia regional é de aproximadamente R\$ 38 milhões/ano, direta e indiretamente, incluindo a arrecadação de impostos e efeito distributivo, segundo estudo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- » No Centro de Visitantes, semanalmente, é realizada a Feira da Agricultura Familiar, uma vez que os funcionários das concessionárias do parque também são público-alvo dos agricultores.
- » O incentivo à agroecologia na região, por parte da concessionária, é uma estratégia na tentativa de frear a expansão da monocultura extensiva, protegendo a biodiversidade e as conexões entre os fragmentos florestais.

METODOLOGIA

A concessionária estabeleceu uma política de compras que privilegia produtores e prestadores de serviços dos 15 municípios no entorno do parque: Foz do Iguaçu, Santa Terezinha do Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis, Medianeira, Matelândia, Céu Azul, Santa Tereza do Oeste, Lindoeste, Capitão Leônidas Marques, Capanema, Ramilândia e Vera Cruz do Oeste, Missal e Cascavel.

A rede de fornecedores da concessionária é composta por produtores e prestadores de serviço comprometidos a observar o código de ética com critérios socioambientais legais e a seguir o compromisso de melhoria contínua na qualidade do produto, serviço e atendimento.

Produtores da agricultura familiar interessados em vender alimentos para o parque precisaram adotar práticas da agroecologia, proteger as nascentes e as Áreas de Proteção Permanente. A concessionária investiu na assistência técnica para esses agricultores



pela parceria com o WWF, seguida do acompanhamento da Cooperativa Biolabore, via financiamento da concessionária.

A equipe de compras buscou maior aproximação com esses fornecedores, por meio de rodadas de negociação, capacitações e, principalmente, em reuniões sobre condições de fornecimento especiais para a configuração de parceria de longo prazo.

Os turistas tiveram conhecimento sobre o conceito de compras sustentáveis como um valor da unidade de conservação, por meio de campanha desenvolvida pela equipe de comunicação da concessionária.

A constituição do Comitê de Governança e do Programa de Acompanhamento, com formulários específicos de avaliação em relação às atividades dos fornecedores, funcionam como subsídio à tomada de decisão por parte do departamento de compras da concessionária.

Durante todo o processo, reuniões entre a chefia da unidade e produtores, prefeitos e outras lideranças fortaleceram a importância da integração entre a cadeia produtiva do entorno do parque e a concessionária.

PERÍODO

Setembro de 2015 – em execução.

PARCEIROS DO PROJETO

Cooperativa da Agricultura Familiar do Oeste do Paraná (Coafaso); Associação Santa Anna de Fruticultura; WWF-Brasil; Associação Comercial de Foz do Iguaçu (Acifi); Prefeituras Municipais de Capanema, Serranópolis, Santa Terezinha, Matelândia e Foz do Iguaçu; Cooperativa Biolabore; Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (Amop); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Paraná (Sebrae-PR).



INSPIRE-SE!

» **Conheça os pontos fortes da produção local e regional, como por exemplo, o cultivo de algum alimento, em especial, ou até mesmo os produtos beneficiados, como conservas e compotas. O Centro de Visitantes pode ser um ponto estratégico para esses produtos. A agricultura familiar é uma ótima aliada da conservação. Feiras aos fins de semana de produtores locais/regionais, dentro das UCs, têm potencial para ampliar a renda da comunidade e surpreender turistas.**

» **Nesta prática, as negociações com os pequenos empresários mostraram a necessidade de contratos de longo prazo como forma de garantir fôlego financeiro ao parceiro. Diante de fornecedores com diferentes perfis, considere adaptações que podem tornar o negócio mais viável para todos os envolvidos. Futuras parcerias entre Unidades de Conservação e a iniciativa privada podem incluir a preferência por compras locais entre os critérios da contrapartida.**

» **Na Secretaria da Educação, a parceria entre Unidades de Conservação e fornecedores locais pode ser apresentada como sugestão de aula prática nas escolas. É possível abordar a valorização dos produtos locais, o comércio sem intermediários, que permite um preço mais justo ao produtor, a importância de distâncias menores entre produtor e consumidor e como o alinhamento dessas práticas reduz os impactos ambientais.**

» **Capacitar os moradores do entorno em agroecologia, via parcerias, pode otimizar os resultados dos agricultores em uma prática repleta de benefícios para quem trabalha direto com a terra, consumidores e o entorno, onde neste caso está a UC.**

PÚBLICO-PRIVADAS

PROJETO DESTACA VIABILIDADE ECONÔMICA E SOCIOAMBIENTAL DE DUAS FLORESTAS NACIONAIS COM FOCO EM PARCERIAS

Coordenação Geral: Larissa Moura Diehl (CONCES/CGEUP/ ICMBio), Pedro Paes Lira (Natureza Urbana Planejamento Integrado). Coordenação executiva: Thiago Beraldo, Edenice Brandão de Avila, Antonio Cesar Caetano, Lóren Daniele Nascimento e Fernando Mendes Ramos (CONCES/CGEUP/ ICMBio); Camila Sanches, Caíque Souza, Eduardo Tinti, Sidney Campos (Natureza Urbana Planejamento Integrado). Gestão dos recursos e gerenciamento: Paulo Timm e Alexandre Carlos de Albuquerque Santos (Instituto Brasileiro de Administração Municipal - Ibam).

As Florestas Nacionais de Canela e São Francisco de Paula, com apenas 60 km de distância entre elas, estão próximas de rotas e destinos turísticos já consolidados no Rio Grande do Sul, mas elas não fazem parte da programação. “As Unidades de Conservação (UCs) possuem importantes valores ambiental e cultural, que podem se converter em atrativos de ecoturismo, integrando o circuito de turismo da região. No entanto, tal potencialidade não tem sido explorada devido à falta de recursos para implantar e manter atividades de ecoturismo e serviços voltados à recepção dos turistas, que poderiam atrair visitantes e tornar as UCs mais conhecidas”, revela Pedro Paes Lira, coordenador da Natureza Urbana Planejamento Integrado.

Diante desse cenário, o Projeto Desenvolvimento de Parcerias Ambientais Público-Privadas (PAPP) ganha força e passa a contar com estudo sobre a viabilidade econômica, ambiental e cultural sobre as duas Florestas Nacionais. O PAPP é uma iniciativa do ICMBio e do Ministério do Meio Ambiente, com apoio do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam). “O estudo avaliou o potencial das unidades para o estabelecimento de parcerias, a partir do incremento de atividades (de recreação, alimentação, hospedagem, educação), tendo em vista o desenvolvimento e a estruturação das duas florestas como novos destinos turísticos da região”, pontua Lira.

PERFIL

Localizadas na região nordeste do Rio Grande do Sul, as duas Florestas Nacionais têm como características principais as matas com araucária e transição com os campos de cima da serra. A Floresta Nacional de Canela possui cerca de 557 hectares e está a apenas 6,4 km do município que dá nome à unidade. Já a Floresta Nacional de São Francisco de Paula é formada por 1.606 hectares e está a menos de 30 km da cidade presente no nome da unidade.

OBJETIVOS

Levantar as potencialidades de aplicação dos instrumentos jurídicos voltados às formas de cooperação público-privadas que potencializem o uso público sustentável nas UCs. Análise das atividades que podem ser implementadas; identificação das parcerias (existentes e potenciais) capazes de viabilizar a gestão economicamente sustentável do uso público das UCs; relacionar os possíveis arranjos, existentes ou que existiram nas UC; avaliar as potencialidades de inserção das unidades no destino turístico já consolidado da Serra Gaúcha com base na relação custo-benefício.



RESULTADOS

- » Estudos reforçaram a viabilidade socioeconômica, ambiental e cultural das duas Florestas Nacionais no contexto de Parcerias Ambientais Público-Privadas (PAPP).
- » Identificação dos principais atores locais que já atuam no mercado de ecoturismo da região e demonstraram interesse em potenciais parcerias.
- » Desenvolvimento de um sistema de monitoramento e fiscalização da parceria/concessão, baseado em quatro quesitos: satisfação de visitantes; obrigações contratuais; qualidade ambiental da operação; ações socioambientais.
- » Avaliação de instrumentos jurídicos de Parcerias Ambientais Público-Privadas (PAPP).

METODOLOGIA

Abertura de concorrência pública para escolha da consultoria dentro do projeto Parcerias Ambientais Público-Privadas, uma iniciativa do ICMBio e do Ministério do Meio Ambiente. O Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) foi a unidade executora financeira dos recursos do Fundo Multilateral de Investimentos, do Banco Interamericano

de Desenvolvimento (Fomin/BID) além do Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal, entre outros parceiros. A Coordenação Técnica do Estudo foi realizada pela Coordenadora de Concessões e Negócios (CONCES/CGEUP/DIMAN/ICMBio).

As empresas que ganharam a concorrência, Natureza Urbana Planejamento Integrado e Felsberg e Pedretti Advogados e Consultores Legais, elaboraram o estudo de caso sobre dois eixos: desenvolvimento de atividades de recreação em contato com a natureza e visitação de caráter educativo. Durante o levantamento das informações, foram realizadas reuniões com os principais atores locais interessados em possíveis parcerias.

O estudo analisou:

1. Viabilidade econômico-financeira das potenciais atividades identificadas para exploração comercial, incluindo apontamentos relativos à construção, reforma, reparo de edificações e estruturas de apoio para uso comercial, tais como pousada, hotel, restaurante etc.
2. Avaliação de instrumentos jurídicos de Parcerias Ambientais Público-Privadas (PAPP): delegação dos

Foto: Acervo Natureza Urbana



serviços, concessão de uso, permissões, termos de cooperação, convênios entre outros e sua adequação para a categoria de Unidade de Conservação em questão.

3. Avaliação jurídica das alternativas para viabilizar a reversão de parte do recurso arrecadado, com exploração comercial das atividades, em investimentos de adequação das infraestruturas de visitação das UCs e nas respectivas operações.

4. Determinar os impactos sociais, econômicos e ambientais sobre o território, sua população e a gestão do ICMBio, com a implementação da atividade de exploração comercial relacionadas ao uso público.

Segundo a tese de doutorado de Thiago Beraldo, analista ambiental do ICMBio, cada R\$ 1 investido no sistema de Unidades de Conservação produz R\$ 7 em benefícios econômicos ao país. O estudo reforçou a visão de que os impactos econômicos do turismo afetam diretamente a gestão das UCs, os empreendimentos no segmento, além de negócios em outras áreas e as comunidades locais, gerando emprego, renda e valor agregado.

O modelo de investimento prevê aporte de R\$ 3,1 milhões para a Floresta Nacional de Canela. Considerando que o estudo estimou receita total de R\$ 55 milhões na modelagem econômica, em 15 anos, o impacto para a economia do entorno da Unidade de Conservação com base no estudo fica em torno de R\$ 390 milhões. Em média, pela proposta de concessão, 30 empregos diretos devem ser criados na unidade.

Para a Floresta Nacional de São Francisco, o modelo de investimento tem como base o aporte de R\$ 3,3 milhões e receita de R\$ 50,3 milhões relativa aos gastos dos visitantes na Unidade de Conservação, em 15 anos, que devem movimentar R\$ 352 milhões na economia. A média de empregos gerados pela proposta de concessão é estimada em 25.

PERÍODO

Maio a outubro de 2017.



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

INSPIRE-SE!



» Na biblioteca do site Parcerias Ambientais Público Privadas (PAPP) estão disponíveis os estudos de caso das Florestas Nacionais de Canela e São Francisco de Paulo além de diagnósticos, levantamentos, avaliações e estudos relativos a outras UCs www.papp.org.br/biblioteca/estudos-papp/

» Confira a tese do analista ambiental do ICMBio, Thiago Beraldo: www.floridacademia.edu/ThiagoBeraldo. Veja também a publicação Contribuição do Turismo em UCs federais para a economia brasileira: http://bit.ly/turismo_economia

» Pesquise se há alguma rota turística consolidada próxima à Unidade de Conservação e avalie se a inclusão da unidade nesse circuito seria interessante, com base em estudos da própria equipe com participação do Conselho. Parcerias podem resultar em maior visibilidade às Unidades de Conservação com aprimoramento do potencial turístico.

» Busque informações sobre as iniciativas relacionadas ao desenvolvimento regional. Participar desses encontros tem potencial de favorecer a identificação de oportunidades com o objetivo de atrair visitantes às UCs.

» A aproximação da equipe gestora da Unidade de Conservação com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente pode agregar no desenvolvimento de roteiro turístico na região. A participação de outros atores sociais pode ser interessante.

PARCEIROS DO PROJETO

Floresta Nacional de Canela; Floresta Nacional de São Francisco; ICMBio; Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam); Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID); Fomin; Caixa Econômica Federal; atores sociais e institucionais ligados à prática e ao mercado de turismo e ecoturismo local.

FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES EM USO PÚBLICO APRIMORA SERVIÇOS NAS UNIDADES

Coordenação geral: Paulo Faria e equipe da Coordenação de Planejamento, Estruturação da Visitação e Ecoturismo (Coest/ICMBio). Coordenação executiva, gestão dos recursos e o gerenciamento: Coordenação de Planejamento, Estruturação da Visitação e Ecoturismo (Coest/ICMBio).

Nas Unidades de Conservação (UCs), aprimorar os serviços relacionados especialmente à visitação e recreação em contato com a natureza, envolve investir nas estruturas e no receptivo. Aperfeiçoar a capacidade institucional para atender à dupla demanda despontou como questão-chave, reforçada pelo aumento no número de visitantes nos últimos anos. “Havia necessidade de capacitação para desenvolver habilidades relacionadas ao planejamento, manejo de trilhas e interpretação ambiental, em resposta à carência institucional de instrutores treinados nas agendas supracitadas”, lembra Paulo Eduardo Pereira Faria, coordenador da Coordenação de Planejamento, Estruturação da Visitação e do Ecoturismo/ICMBio.

Foto: Acervo ICMBio



INSPIRAÇÃO

Capacitação realizada pelos servidores do ICMBio em parceria com o Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS).

PERFIL

Algumas das unidades com projetos executados ou onde eventos de capacitação de segunda geração foram ministrados.

- » Parques Nacionais: da Chapada dos Guimarães/MT; da Chapada dos Veadeiros/GO; da Chapada Diamantina/BA; Marinho de Fernando de Noronha/PE; de Anavilhanas/AM; das Cavernas do Peruaçu/MG; Marinho de Abrolhos/BA; da Serra do Cipó/MG; da Tijuca/RJ; da Serra dos Órgãos/RJ; de Itatiaia/RJ, do Jaú/AM; do Pau Brasil/BA; do Descobrimento/BA.
- » Área de Proteção Ambiental: da Baleia Franca/SC; e do Planalto Central/DF.
- » Florestas Nacionais: do Tapajós/AM; de São Francisco de Paula/RS; de Brasília/DF; e de Silvânia/GO.
- » Reserva Extrativista Marinha de Soure/PA.

OBJETIVOS

Formar instrutores/multiplicadores desenvolvendo capacidade institucional em duas frentes: Planejamento e manejo de trilhas terrestres; Interpretação ambiental. Na primeira, com o propósito de elaborar projetos específicos, efetuar ações de manejo e coordenar equipes de execução. Já no segmento de interpretação ambiental, elaborar planos interpretativos para UCs e desenvolver produtos, como trilhas interpretativas.

RESULTADOS

- » Aumento da capacidade de resposta às demandas relacionadas à interpretação ambiental e planejamento e manejo de trilhas, com reconhecimento de 29 técnicos como pontos focais.
- » 12 eventos de capacitação ministrados pelas equipes técnicas para servidores e parceiros, em diversas Unidades de Conservação. Apoio do ICMBio e de parceiros financiadores, como o próprio Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS), o Sebrae/SC e a a cooperação alemã para o desenvolvimento sustentável, por meio da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH*.
- » Equipes técnicas ampliadas garantem apoio e respostas a demandas específicas em diversas Unidades de Conservação (UCs).
- » Mais de 30 UCs com projetos técnicos desenvolvidos em planejamento, manejo de trilhas e interpretação ambiental, durante as capacitações.

Foto: Paulo Faria



METODOLOGIA

A parceria entre o ICMBio e o Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS) foi de suma importância nessa prática. A partir dela foi viabilizada a execução de seis eventos de capacitação no Brasil e de três eventos no exterior.

Nos três primeiros eventos de capacitação, a participação de servidores considerou a apresentação de projetos. Durante as capacitações, projetos técnicos foram desenvolvidos em mais de 30 Unidades de Conservação.

Mais de 110 servidores do ICMBio foram qualificados com os instrutores da instituição norte-americana referência no assunto, USFS. Os eventos nos Estados Unidos contaram ainda com a participação de instrutores parceiros do USFS, como Universidade do Colorado, International Mountain Bicycling Association (IMBA) e National Association for Interpretation (NAI).

Instrutores participantes dos eventos de capacitação ministrados pelos parceiros começaram a difundir as informações obtidas para servidores e voluntários em uma dinâmica chamada “segunda geração de eventos de capacitação”.

Após o primeiro ciclo realizado por técnicos das equipes ampliadas houve a capacitação dos multiplicadores no Curso de Formação de Instrutores do ICMBio, com apoio da ACADEBio. O USFS efetuou o alinhamento da modelagem do curso, enquanto o ICMBio realizou a adaptação à prática pedagógica do instituto.

PERÍODO

Agosto de 2011 – em andamento.

PARCEIROS DO PROJETO

Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS); Universidade do Colorado; International Mountain Bicycling Association (IMBA); National Association for Interpretation (NAI); voluntários e associações de condutores de visitantes em diversas Unidades de Conservação onde eventos de capacitação foram executados.

Foto: Acervo ICMBio



INSPIRE-SE!

- » **Amplie a capacidade de execução institucionalizando os conhecimentos e habilidades e formando instrutores/pontos focais descentralizados, a partir de diretrizes estratégicas. Estimule o compartilhamento de informações entre a equipe, definindo capacitações de segunda geração como estratégia diante da participação de um membro da equipe em cursos, seminários.**
- » **Conheça de perto os trabalhos de planejamento e manejo de trilhas e de interpretação ambiental desenvolvidos na Unidade de Conservação mais próxima a sua unidade.**
- » **Invista em relacionamento, a parceria com instituições que integram a rede de seus parceiros é também uma possibilidade.**
- » **Registre a experiência da sua unidade no planejamento e manejo de trilhas e na aplicação da interpretação ambiental com direitos aos detalhes de obstáculos e superação. O compartilhamento desse documento pode contribuir para a otimização do trabalho em outras unidades.**

CAPACITAÇÃO

INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL APROXIMA COMUNIDADE LOCAL DA EQUIPE GESTORA

Coordenação geral: Coordenação de Planejamento, Estruturação da Visitação e do Ecoturismo (Coest/ICMBio). Coordenação executiva: Antônio César Caetano, Felipe Franco Sardella, Josângela da Silva Jesus, Serena Turbay dos Reis, Elisabete Hulgado Holanda, Beatriz Nascimento Gomes, Tiago Juruá Damo Ranzi, Geraldo Machado Pereira (ICMBio). Gestão dos recursos e gerenciamento: Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP/ICMBio) e Serviço Florestal dos Estados Unidos - USFS (práticas realizadas em áreas demonstrativas no âmbito da parceria).

Os condutores de visitantes são parceiros estratégicos das Unidades de Conservação (UCs) e com frequência o público durante o passeio interage apenas com eles. Quando esses profissionais não se reconhecem como parte importante no alcance dos objetivos de gestão, a experiência do visitante fica comprometida. “Em algumas unidades havia pouco aproveitamento das oportunidades interpretativas para melhorar a experiência do visitante e atender às necessidades da gestão em transmitir os significados das UCs.”, afirma Serena Turbay dos Reis, analista ambiental do ICMBio, relatora da prática. Em quatro UCs foi identificada uma grande oportunidade de melhorar os serviços prestados, por meio da capacitação dos condutores e ao mesmo tempo sensibilizá-los sobre a causa em que estão envolvidos. A distância entre os gestores e os prestadores de serviços locais também representava certa dificuldade a ser enfrentada.

Foto: Acervo ICMBio



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

INSPIRAÇÃO

a partir das Capacitações em Interpretação Ambiental realizadas pela parceria do ICMBio com o Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS) e apoio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid).

PERFIL

Floresta Nacional do Tapajós/PA, Parque Nacional de Anavilhanas/AM, Parque Nacional Cavernas do Peruaçu/MG, Parque Nacional Marinho dos Abrolhos/BA.

OBJETIVOS

Maior aproximação entre a gestão da UC e os condutores de visitantes; sensibilizar os condutores; qualificar os serviços prestados pelos condutores; estimular o sentimento de pertencimento e motivar os parceiros locais sobre a importância de cada um no alcance dos objetivos de gestão; enriquecer a experiência do visitante; melhorar o diálogo com os parceiros locais (comunitários/prestadores de serviços não comunitários/associações/empresas de turismo, ONGs, poder público regional e local).

Foto: Acervo ICMBio



RESULTADOS

- » Maior senso de pertencimento dos prestadores de serviço, em especial condutores, em relação à Unidade de Conservação.
- » Melhora na relação entre os condutores e suas associações com a gestão da UC.
- » Maior interação entre os próprios condutores e suas organizações (associações/cooperativas).
- » Aumento no interesse de moradores das comunidades em trabalhar como condutores de visitantes, no caso específico da Floresta Nacional do Tapajós.

METODOLOGIA

A partir das capacitações de Interpretação Ambiental ministradas pelos instrutores do Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS) e da National Association for Interpretation (NAI), pela contrapartida institucional, foram feitas adaptações das estratégias de capacitação voltadas aos prestadores de serviços para o contexto brasileiro. Os recursos vieram da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) e do ICMBio.

A equipe ampliada de Interpretação Ambiental do ICMBio ministrou as capacitações para os prestadores de serviço. Nas UCs da Amazônia (Floresta Nacional do Tapajós e Parque Nacional de Anavilhanas), contaram também com o acompanhamento de um instrutor da Universidade Estadual do Colorado.

Recursos da parceria com o Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS) viabilizaram os cursos na Floresta Nacional do Tapajós e no Parque Nacional de Anavilhanas. No Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, a capacitação foi realizada com recursos da Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP/ICMBio) e no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, os recursos vieram do Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF Mar).



INSPIRE-SE!

- » Antes de qualquer capacitação, faça um diagnóstico dos principais desafios da UC na relação com os condutores e o perfil dos envolvidos.
- » Para o diagnóstico é importante conhecer o histórico da unidade e ouvir toda a equipe (servidores, parceiros, prestadores de serviço, voluntários).
- » Estratégias para avaliar a qualidade da experiência do visitante na UC são fundamentais. Vale investir em questionários, fichas, e-mails, busque trabalhar com amos-tragens para validar a informação.
- » Diante de elogios dos visitantes, compartilhe a informação com toda a equipe. Sucesso no trabalho é mérito da harmonia entre o grupo.

PERÍODO

Novembro de 2015 a abril de 2017.

PARCEIROS DO PROJETO

Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS); Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (Coomflona); Associação dos Agentes Ambientais do Vale do Peruaçu (AAVP); Associação dos Transportes Turísticos de Novo Airão (Attuna); Associação Novo Airãoense de Turismo (Anatur).

Foto: Beatriz Gomes



INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL

ESTRATÉGIA BUSCA COMUNICAR DE FORMA MAIS EFETIVA SOBRE AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E MELHORAR A EXPERIÊNCIA DO VISITANTE

Coordenação geral: Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (ICMBio) e Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS) - práticas realizadas em áreas demonstrativas no âmbito da parceria. Coordenação executiva: Antônio César Caetano, Josângela da Silva Jesus, Serena Turbay dos Reis, Beatriz Nascimento Gomes, Lílian Vieira Miranda Garcia, Cristina Batista, Maria Carolina Alves de Camargos (ICMBio). Gestão dos recursos e gerenciamento: Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP/ICMBio); Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS).

Comunicar os objetivos das Unidades de Conservação (UCs) pode parecer simples à primeira vista, mas a prática traz uma série de lacunas que precisam ser preenchidas pela gestão. “De forma geral, as equipes gestoras têm dificuldade em comunicar adequadamente a finalidade e os objetivos da Unidade de Conservação à sociedade. As ações de comunicação que visam a sensibilização do público, normalmente, não estão integradas em um planejamento abrangente, assumem caráter pontual e são pouco efetivas, apesar do esforço despendido. O principal desafio a ser superado pela elaboração de Planos Interpretativos, portanto, é tornar organizadas e mais efetivas as ações de sensibilização”, afirma Josângela Jesus, analista ambiental do ICMBio.

Em determinadas Unidades de Conservação de diferentes categorias, a elaboração dos Planos Interpretativos é utilizada como instrumento no planejamento das estratégias de comunicação, como principal recurso capaz de sensibilizar. Na prática, os Planos integram um conjunto de ações que buscam oferecer uma experiência de visita mais qualificada e ao mesmo tempo estreitar o relacionamento entre os gestores e os moradores do entorno.

INSPIRAÇÃO

A partir das capacitações em Interpretação Ambiental realizadas no âmbito da parceria do ICMBio com o Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS).

PERFIL

Floresta Nacional do Tapajós/PA, Parque Nacional de Anavilhanas/AM; Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros/GO; Parque Nacional Marinho dos Abrolhos/BA.

OBJETIVOS

Identificar, organizar e priorizar os assuntos-chave por meio da Interpretação Ambiental; planejar as estratégias de comunicação voltadas à sensibilização para diferentes públicos; orientar ações de aprimoramento da qualidade da experiência de visita; sensibilizar os diferentes atores sobre a importância da UC e o papel de cada público diante dos objetivos da gestão; melhorar a comunicação entre os diferentes públicos envolvidos com a gestão da unidade.



RESULTADOS (DIVIDIDOS EM QUATRO GRUPOS)

*Os tópicos 1, 2 e 3 são exclusivos da prática na Floresta Nacional do Tapajós.

» **Consolidação de parcerias locais** registrou aumento na mobilização, organização e aplicação de recursos financeiros, materiais e humanos de parceiros locais.

» **Gestão Socioambiental** contou com envolvimento dos comunitários na elaboração e implantação de produtos interpretativos, em especial na produção das placas e nas capacitações de condutores.

» **Qualificação da atividade de visita** otimizou esforços e recursos na implantação de estruturas (sinalização/exposição) e na melhoria/diversificação dos serviços oferecidos aos visitantes, o que levou à maior procura do público pelos condutores que estão mais integrados ao propósito das unidades.

» **Aumento da visibilidade institucional** priorizou ações que reforçam os objetivos das áreas protegidas. No Parque Nacional de Anavilhanas, a equipe desenvolveu vídeo que pode ser utilizado em diferentes contextos, mas principalmente para sensibilizar os visitantes e apresentar as normas de quem acessa os flutuantes para observação dos botos. Na Floresta Nacional do Tapajós, o desenvolvimento da identidade visual para os materiais de comunicação foi o destaque.

Foto: Josângela Jesus



METODOLOGIA

Na Floresta Nacional do Tapajós, a elaboração do Plano Interpretativo foi conduzida e escrita pelo Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS), o que resultou em um documento original em inglês, posteriormente traduzido para o português, em 2014. Já no Parque Nacional de Anavilhanas, o processo teve coordenação do USFS, mas a elaboração do plano teve como protagonista a equipe ampliada de Interpretação Ambiental do ICMBio, o que garantiu o documento original em português, em 2016.

Nas demais Unidades de Conservação mencionadas, membros da equipe ampliada de Interpretação Ambiental conduziram integralmente o processo em 2017. O roteiro utilizado pela equipe ampliada, em junho de 2017, foi uma adaptação do documento aplicado pelo Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS) na Floresta Nacional do Tapajós e no Parque Nacional de Anavilhanas.

A elaboração do Plano Interpretativo é personalizada e por esse motivo considera uma série de elementos, como os instrumentos de planejamento da UC, a missão institucional, o olhar da equipe gestora e as percepções dos atores locais; o que traz como premissa o viés participativo, com etapas a distância e presenciais.

À distância foram relacionados: contexto, desafios e fragilidades de gestão a respeito de cada público,

Foto: Beatriz Gomes



considerando a capacidade operacional das equipes. A partir deste diagnóstico tiveram início as oficinas com foco na elaboração dos planos interpretativos, tanto com os atores locais (parceiros de diferentes instituições, representantes das comunidades das UCs e do entorno, estudantes, condutores de visitantes), quanto com integrantes da equipe da UC e da equipe ampliada de Interpretação.

A sistematização dos dados levantados nas oficinas foi feita a distância, assim como o panorama sobre o plano, que deve ser concluído presencialmente com a participação da equipe gestora da UC e da equipe ampliada, sendo validada em reunião com o Conselho Gestor.

Atores locais demonstraram forte engajamento no processo de construção do plano interpretativo. Moradores das comunidades revelaram interesse pela capacitação em interpretação ambiental.

Para as unidades que já possuem o Plano existe a perspectiva de desenvolvimento de uma estratégia de monitoramento relativa ao impacto da elaboração do documento na eficiência da gestão, na relação com os diferentes públicos e na qualidade da experiência do visitante, com a implementação dos produtos decorrentes.

Os Planos Interpretativos do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos estão em andamento e devem ser concluídos no final do primeiro semestre de 2018.

PERÍODO

Maio de 2014 a outubro de 2017.

PARCEIROS DO PROJETO

Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS); representantes dos Conselhos Gestores das quatro UCs; Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (Coomflona); Federação das Organizações e Comunidades tradicionais da Floresta Nacional do Tapajós; Beloalter Hotel; Secreta-



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



INSPIRE-SE!

» **Oficinas com atores locais devem ser realizadas para compreender os múltiplos olhares sobre a UC de forma a incorporá-los na elaboração do plano, a medida ao mesmo tempo estimula a apropriação do processo pelos participantes.**

» **Estabelecer as expectativas da gestão com o Plano Interpretativo, alinhando no início do processo os conceitos e diretrizes institucionais das Unidades são duas medidas fundamentais para resultados práticos.**

» **A participação da equipe gestora deve ser efetiva na construção do plano, caso contrário ele perde sua função.**

» **Refletir sobre as formas e as prioridades de comunicação com os diferentes públicos é de suma importância para toda a equipe gestora de UC.**

ria Municipal de Desenvolvimento e Turismo de Santarém/PA (Semdetur); Escola da Floresta - Semed; Secretaria de Turismo e Meio Ambiente de Belterra/PA; Associação dos Operadores de Turismo do Município de Novo Airão (Attuna); Associação Novo Airãoense de Turismo - (Anatur); Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Novo Airão; Universidade Estadual do Amazonas (UEA); Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal de Goiás (UFG); Coletivo Oyá; Associação Teresinense de Condutores e Amantes da Natureza (Atecan); Associação Cavalcantense de Condutores de Ecoturismo (Acece); Secretaria Municipal de Turismo de Alto Paraíso de Goiás/GO; Secretaria Municipal de Turismo e Esporte de Caravelas/BA; Secretaria Municipal de Cultura de Caravelas/BA; Conservação Internacional (CI Brasil); Movimento Cultural Arte Manha; Instituto Baleia Jubarte (IBJ); Câmara de Turismo da Costa das Baleias.

10 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO OBTÊM DADOS INÉDITOS DE VISITAÇÃO COM ACESSO EM TEMPO REAL

Coordenação geral: Manuela Tambellini e Deise de Oliveira Delfino (Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (Inea). Coordenação executiva: Márcio Beranger, Geisy Leopoldo, Tercius Barradas e Felipe Queiroz (Inea). Gestão dos recursos e gerenciamento: Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio).

Números são informações valiosas para gestão e nas áreas protegidas não é diferente. Conhecer o fluxo de visitantes, por exemplo, abre um caminho de oportunidades. No entanto, o contexto nacional ainda está repleto de desafios com recursos e equipes insuficientes e uma demanda crescente da população por qualidade nos serviços públicos. “Nesta situação, com intuito de coletar dados de maneira eficiente, precisa, comparável entre as Unidades de Conservação (UCs) e em longo prazo, buscamos nas experiências internacionais uma solução capaz de desonerar os recursos humanos e agregar tecnologia à visitação. Na prática são duas questões diretamente relacionadas ao alcance de melhores resultados, incluindo na aplicação de recursos e utilizando as informações para orientar de forma precisa as atividades em campo e de planejamento”, afirma Manuela Tambellini, coordenadora da Gerência de Visitação, Negócios e Sustentabilidade do Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (Gevins/Inea).

PERFIL

Unidades de Conservação Estaduais do Rio de Janeiro atendidas: Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Macacu, Parque Estadual dos Três Picos, Parque Estadual da Pedra Branca, Parque Estadual da Costa do Sol, Parque Estadual do Desengano, Parque Estadual Cunhambebe, Parque Estadual do Mendanha, Parque Estadual da Pedra Selada, Parque Estadual da Serra da Tiririca, Parque Estadual da Ilha Grande.

OBJETIVOS

Criar rede de monitoramento automático das UCs Estaduais do Rio de Janeiro, a partir da instalação de sensores automáticos de contagem de visitantes de longo prazo e com bom custo-benefício; aumentar a eficiência de consulta aos dados; elaborar análises do fluxo de visitantes de cada ponto monitorado; estimular o fluxo de informações entre os gestores e parceiros, com aumento das análises em conjunto; estimular o desenvolvimento científico sobre visitação; disponibilizar informações ao público em geral, incentivar o desenvolvimento de pesquisas científicas, assim como gerar subsídios para prestadores de serviços e empreendedores locais e regionais.

RESULTADOS

» Instalação de placas nas trilhas e atrativos de 10 Unidades de Conservação, com dados inéditos sobre o número de visitantes e os locais mais frequentados. O Parque Estadual da Serra da Tiririca registrou 98 mil visitantes entre novembro de 2016 e junho de 2017, com média de 13 mil visitantes/mês, picos aos sábados e segundas entre 08:00 e 11:00 / 20:00 e 23:00, com destaque para cultos religiosos no horário noturno.

» Monitoramento 24 horas permite identificar fluxos de visitação até então não imaginados, como a circulação noturna de grupos em trilhas na Área de Proteção Ambiental Cachoeiras do Macacu. Nesse caso, diligências da Unidade de Policiamento Ambiental (UPAm) foram até o local.

» A partir da análise dos dados e da identificação do público, a equipe gestora da unidade tem condições de desenvolver ações mais assertivas. Equipes que possuem mais informação têm subsídios para investir em estratégias de fiscalização, no controle nos locais monitorados e na otimização dos recursos.

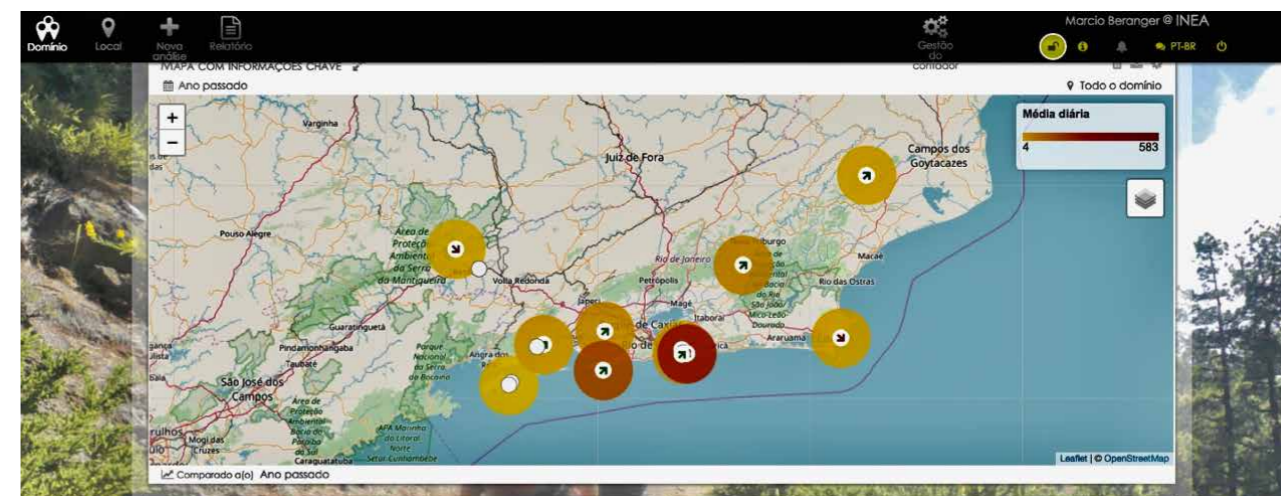
» Entre janeiro de 2016 e outubro de 2017, com o auxílio da tecnologia foram registrados automaticamente 365.879 visitantes em 10 Unidades de Conservação estaduais do Rio de Janeiro, com possibilidade de extração de dados referentes a dia e horário de maior visitação.

METODOLOGIA

Com o objetivo de implantar o sistema em determinadas áreas protegidas estaduais, servidores do Instituto do Ambiente do Rio de Janeiro (Inea) buscaram soluções nas experiências internacionais. Para os servidores do Estado do Rio de Janeiro, um sistema produzido na França, que utiliza placas equipadas com sensores piezoelétricos, foi a alternativa com a melhor relação entre custo e benefício. As placas são enterradas no lugar a ser monitorado, o que garante a invisibilidade da tecnologia no ambiente, vedação contra as intempéries e certa segurança contra vandalismo. A autonomia da bateria é de 10 anos.

A aquisição e instalação das placas foi viabilizada por recursos de Compensação Ambiental via Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (Inea), Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e Instituto Terra de Preservação Ambiental (ITPA). A instalação do equipamento ficou por conta do Inea e da empresa Soluções Ambientais com Inovação e Sustentabilidade (Sacis), parceira e distribuidora das placas no Brasil.

Toda a transmissão de dados é feita pelo aplicativo Eco-Visio no celular. A plataforma de análise padronizada entre as UCs em português permite organizar análises e consultas. É possível acessar a plataforma ao mesmo tempo que as UCs e obter informações sobre a sistemática adotada, compartilhar pontos de contagem entre as UCs, inclusive criando uma conta com todos os pontos monitorados.



Durante a prática, a análise dos dados das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro foi feita pelas equipes do Inea e do Sacis. A gerência do Inea, com base nos dados, definiu as estratégias relativas à visitação. O órgão estadual também disponibilizou as informações, assim como abriu a possibilidade de consulta a toda equipe.

No Estado do RJ, com a utilização dos sensores, após a coleta de dados pelo gestor, a informação automaticamente fica disponível para a Gerência de Visitação, Negócios e Sustentabilidade do Inea, por meio da plataforma online de análise de dados (Eco-Visio). É recomendada a leitura mensal dos equipamentos pela UC.

Após um ano do início das atividades, a empresa parceira ministrou capacitação e curso de reciclagem para guarda-parques e gestores (sem custo).

PERÍODO

Janeiro de 2016 a outubro de 2017.

PARCEIROS DO PROJETO

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio); Instituto Terra de Preservação Ambiental (ITPA); Soluções Ambientais com Inovação e Sustentabilidade (Sacis).

Foto: Galiana Lindoso



INSPIRE-SE!

- » O uso da tecnologia automatiza a contagem dos visitantes, mas essa ainda é a exceção no Brasil por conta do alto custo. Novas tecnologias já estão em desenvolvimento. Enquanto isso, busque outras formas de obter essa informação. A contagem na portaria segue como o método mais utilizado, mas considere outras possibilidades.
- » A contagem de visitantes pode ser feita por mais de 10 instrumentos divididos em quatro grupos, com os mais diversos custos: contagem direta (controle de portaria, contadores automáticos, sistemas de agendamento); contagem indireta (dados de visitação obtidos por número de desembarques em aeroportos, rodoviárias, portos, ocupação na rede hoteleira); estimativa (dados obtidos por meio de estatísticas, amostras); autorregistro (livro de visita, formulários, totens).
- » Gestores de Unidades de Conservação federais devem escolher o método e validá-lo com a Coordenação Geral de Uso Público e Negócios, com apresentação da proposta via Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Os números são importantes para a unidade e a sede, por isso compartilhe, se possível, mensalmente, as informações pelo SEI.
- » Em 2017, 102 Unidades de Conservação (UCs) enviaram os dados ao ICMBio pelo SEI e revelaram um recorde, 10,7 milhões de visitantes. O número representa um marco e significa que, desde 2012, o ICMBio mais do que dobrou a performance do alcance de monitoramento da visitação, quando apenas 48 UCs comunicavam o indicador à sede. Os dados de 2017 comparados a 2016 - com 8,3 milhões de visitantes em 71 UCs - trazem 20% como a estimativa real de aumento. Os outros 10% se referem ao aprimoramento metodológico.

MONITORAMENTO AUTOMÁTICO

RESULTADOS SUBSIDIAM A CRIAÇÃO DE NOVA TRILHA E MOSTRAM VISITAÇÃO ACIMA DAS EXPECTATIVAS

Coordenação geral: Alexandre Lorenzetto (Soluções Ambientais com Inovação e Sustentabilidade - Sacis/Eco Contadores/Brasil). Coordenação executiva: Galiana da Silveira Lindoso (Soluções Ambientais com Inovação e Sustentabilidade - Sacis/Eco Contadores/Brasil). Gestão de recursos e gerenciamento: Galiana da Silveira Lindoso (Soluções Ambientais com Inovação e Sustentabilidade - Sacis/Eco Contadores/Brasil); Leandro Goulart e Jorge Luiz do Nascimento (Parque Nacional da Serra dos Órgãos/ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio); Ivan Monteiro e Frederico Pimentel (Concessionária Rio Teresópolis - CRT/ Parque Nacional da Serra dos Órgãos).

Implementar ações de monitoramento do uso público em Unidades de Conservação (UCs) auxilia na readequação de trilhas e atrativos turísticos. A contagem de visitantes nas portarias, sem dúvida, revela dados valiosos aos gestores das unidades e à sede do ICMBio, porém como o próprio nome já diz ela fica restrita à entrada, não permitindo a validação dos principais atrativos, por exemplo. “Em relação às trilhas isso é essencial para conhecer a carga turística e os potenciais impactos da visitação. Os dados são importantes para atrair investimentos, elaborar parcerias com empresas para execução de serviços turísticos, além de orientar estudos de viabilidade econômica para a delegação de serviços de apoio à visitação para a iniciativa privada”, afirma Alexandre Lorenzetto, biólogo e consultor da Soluções Ambientais com Inovação e Sustentabilidade (Sacis/Eco Contadores/Brasil).

Foto: Galiana Lindoso



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PERFIL

Localizado na região serrana do Rio de Janeiro, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos abrange os municípios de Petrópolis, Guapimirim, Magé e Teresópolis, é a terceira Unidade de Conservação mais antiga do Brasil e possui a maior rede de trilhas do país com mais de 200 Km.

OBJETIVOS

Monitorar e quantificar os visitantes que percorrem as trilhas do parque. Elaborar análises do fluxo de visitantes de cada ponto monitorado por: quantificação total, perfil diário, perfil horário, horários de picos de visitação, sazonalidade (meses/estações). Desenvolver projeto-piloto com contador automático de visitantes (Eco-Contador) em trilhas.

RESULTADOS

» Os dados obtidos surpreenderam a equipe gestora. Por exemplo, o percentual de utilização da Trilha Cartão Postal foi maior do que o esperado e as informações sobre a Travessia Cobiçado-Ventania, mais distante da sede e com praticamente nenhum controle de entrada, mostraram que, apesar de recente, já conta com certo fluxo.

» Na Trilha Cartão Postal, a partir dos dados quantitativos, foi desenvolvido estudo do perfil de visitantes, por alunas voluntárias do curso de Turismo, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

» Criação da Trilha 360 Graus, que liga as trilhas Cartão Postal e a Mozart Catão, estabelecendo assim mais um importante atrativo com base no conhecimento do fluxo de visitantes da primeira trilha, uma ação prática de gestão. O mirante da trilha contou com financiamento da WWF.

» Os resultados do monitoramento apareceram como assunto de dois resumos publicados nos Encontros Científicos do parque, em matéria na TV aberta e na comunicação do ICMBio. A prática também contribuiu para a implementação das metas institucionais em aliança ao Mapa Estratégico do ICMBio e a Relação de Indicadores Institucionais por Objetivo Estratégico.

Foto: Galiana Lindoso



Foto: Galiana Lindoso



METODOLOGIA

Projetos relacionados com os Caminhos da Serra do Mar, o comprometimento com áreas naturais protegidas e a empatia com Parques de Montanha levaram a equipe técnica da Sacis, empresa representante da Eco Counter, no Brasil, a procurar o Parque Nacional da Serra dos Órgãos e oferecer uma parceria de monitoramento automático de visitantes.

As partes assinaram contrato primeiramente por três meses, renovados por mais três e assim sucessivamente, até o total de 20 meses ininterruptos de monitoramento. Dois atrativos foram escolhidos, no período de 2014. O primeiro, a Travessia Cobiçado-Ventania, onde não havia controle de acesso de visitantes, apesar de autorizada a visitação. A instalação do monitoramento nesse local está relacionada a primeira temporada de abertura dos Caminhos da Serra do Mar, o objetivo nesse caso foi avaliar se a utilização da trilha, que é de longa distância, estaria aumentando, frente aos esforços de implementação e divulgação. O segundo ponto escolhido foi a Trilha Cartão Postal, que apesar de localizada dentro dos limites da sede Teresópolis, ou seja, com controle, não se sabia ao certo qual era a taxa de visitantes que utilizavam este atrativo.

A tecnologia de eco-contadores consiste em placa acústica com sensor (piezoelétrico) enterrada no solo que registra os visitantes pelas alterações na pressão da placa. A precisão do equipamento chega a 95%. Os dados são transmitidos via Global System for Mobile Communications (GSM) o que permite que a administração da UC monitore diariamente a trilha, com base em horário, direção do fluxo, hora, data entre outras especificações. A plataforma de análise oferece inúmeras possibilidades de consultas, comparações, análises e elaboração de gráficos.

A empresa emprestou os equipamentos, efetuou o transporte/instalação e realizou o treinamento para a equipe gestora com destaque para os recursos de análise da plataforma online. Os custos foram divididos entre a empresa Sacis (Brasil) e o fabricante Eco-Counter (França). O parque contribuiu com a logística de transporte interno do equipamento e o acompanhamento da equipe de Uso Público.

PERÍODO

Trilha Cobiçado-Ventania: Maio a outubro de 2014

Trilha Cartão Postal: Outubro de 2014 a janeiro de 2016.

PARCEIROS DO PROJETO

Equipe técnica da empresa Soluções Ambientais com Inovação e Sustentabilidade (Sacis/Eco Contadores/Brasil).



INSPIRE-SE!

» Unidades que possuem trilhas integradas a outros projetos podem buscar ampliar as parcerias por esse caminho. Participe dos eventos promovidos por iniciativas paralelas, mas que atingem a Unidade ainda que seja sobre um pequeno território e conheça os atores envolvidos. Aproveite todas as oportunidades.

» Obter informações dos visitantes, sem dúvida, não é uma tarefa fácil para equipes pequenas, mas pode ser interessante trabalhar com amostras durante determinado período e avaliar as respostas. Por exemplo, conversar com visitantes que estão voltando da trilha, da cachoeira, enfim da experiência na unidade, permite levantar informações sobre os motivos que contribuíram para a visita e descobrir qual atrativo surpreendeu.

» Relacionar esses dados possibilita criar uma base de dados e em certos casos repensar as estratégias utilizadas. Em outras situações, as entrevistas ou formulários reforçam o posicionamento adotado pela gestão.

» Integrar trilhas, atrativos, criar circuitos enriquecem a experiência na unidade. Para o visitante trata-se de um dia (ou mais) na unidade e, no conjunto, o acesso a diferentes propostas, vale muito.

UNIVERSIDADE DESENVOLVE SISTEMA DE CONTAGEM DE VISITANTE AO CUSTO DE R\$ 135,00

Coordenação geral: professor José Roberto Andrade (Unifeso). Coordenação executiva: professor Lucas de Andrade (Unifeso). Gestão dos recursos e gerenciamento: Laboratório de Projetos e Prototipagem do Centro de Ciências e Tecnologia do Centro Universitário Serra dos Órgãos (LPP-Unifeso).

Experiência é o que não falta à gestão do Parque Nacional da Serra dos Órgãos na tentativa de obter informações sobre a visitação. “Entre as iniciativas da equipe do parque que focaram nesta tarefa estão a contagem manual nos centros de visitantes, a aplicação de formulários semiestruturados para acessar o perfil, análise dos dados de bilheteria e mais recentemente, a instalação de contadores automatizados nas trilhas”, revela Leonardo Martins Gomes, coordenador de Uso Público da unidade e relator da prática.

Depois da experiência com os contadores canadenses, que não resistiram ao clima úmido tropical, a equipe gestora decidiu investir em inovação. “A equipe do parque buscou o apoio para o desenvolvimento de solução de baixo custo que se adequasse ao contexto de variáveis climáticas e limitações financeira e administrativa da UC. Um dos primeiros passos na construção de um planejamento estratégico para o manejo da visitação é conhecer como, quando, onde e com que intensidade ocorrem as interações entre visitantes e atrativos da UC”, revela o coordenador de Uso Público da UC.

Foto: Acervo Unifeso



INSPIRAÇÃO

A iniciativa busca conciliar o conhecimento da visitação com as técnicas de manejo e planejamento difundidas nos cursos da Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP/ICMBio).

PERFIL

Localizado na região serrana do Rio de Janeiro, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos abrange os municípios de Petrópolis, Guapimirim, Magé e Teresópolis e possui uma das maiores redes de trilhas do Brasil com mais de 200 Km. É a terceira Unidade de Conservação mais antiga do Brasil.

OBJETIVOS

Subsidiar a gestão da visitação com o desenvolvimento do contador de visitantes, por meio de solução de baixo custo, considerando a diversidade climática do Brasil; desenvolver sistema de gestão de dados com interface intuitiva facilitando a operação do equipamento em escala, frente às dimensões das áreas protegidas e da quantidade de atrativos.

RESULTADOS

» Excelente custo/benefício das peças do contador desenvolvido pelo Laboratório de Projetos e Prototipagem do Centro de Ciências e Tecnologia, do Centro Universitário Serra dos Órgãos (LPP-Unifeso) com valor inferior a R\$ 200,00.

» O equipamento realiza contagem de visitantes em ambos os sentidos e possui conectividade por bluetooth, o que facilita a coleta de dados.

» Possibilidade de identificar no aplicativo o local de instalação do contador em sobreposição às imagens de satélite (Google Earth). Essa característica otimiza a gestão da operação.

» Pelo baixo custo, a instalação em múltiplos pontos da UC permite uma visão global da distribuição da visitação, o que otimiza os processos de gestão, o manejo do uso público e torna o planejamento mais efetivo.

METODOLOGIA

A equipe gestora do parque contactou pesquisadores do Laboratório de Projetos e Prototipagem do Centro de Ciências e Tecnologia, do Centro Universitário Serra dos Órgãos (LPP-Unifeso) e buscou sensibilizá-los a respeito do desafio da contagem da visitação e a importância do desenvolvimento de um equipamento para essa tarefa.

O alto custo dos sistemas comerciais de contagem de visitação automatizados inviabiliza a implantação em larga escala nos espaços públicos. A equipe do parque chegou a adquirir, em 2015, o TRAFx, equipamento canadense constituído por três contadores e website, ao de custo R\$ 15 mil. No entanto, o clima úmido da região levou a perda de dois contadores pela corrosão das placas eletrônicas após fortes chuvas.

Entrevistas entre os pesquisadores responsáveis pelo planejamento e construção do protótipo e gestores marcaram a fase de levantamento das demandas e dos requisitos a serem atendidos



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

pela solução tecnológica, considerando: local da instalação, coleta de dados, interface, análises necessárias e futuras implementações.

A equipe do Unifeso iniciou o planejamento e o desenvolvimento do protótipo e do sistema com a aprovação do projeto em edital interno do Plano de Incentivo à Inovação e Tecnologia da Diretoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão, que contou com bolsas de apoio aos alunos de graduação e técnicos de laboratório da Instituição.

Na sequência, a equipe do Unifeso elaborou o planejamento do sistema e adquiriu os componentes para a construção do protótipo, considerando a importância do baixo custo e dos expressivos benefícios. Parte dos recursos para aquisição dos componentes que permitiram os estudos em busca do protótipo veio da gestão do parque.

As técnicas utilizadas e a gestão do projeto seguiram os critérios e métodos da engenharia de software. Os testes seguiram os critérios pré-estabelecidos, com uma sequência de testes em laboratório, antes do início dos testes em campo. O contador foi desenvolvido com a utilização da Plataforma de Prototipagem Eletrônica Arduino, por conta do baixo custo e da facilidade na obtenção de componentes. A validação final do protótipo ocorreu em ambiente controlado, no Centro de Visitantes do Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

No desenvolvimento do software para dispositivos móveis, os pesquisadores privilegiaram o sistema operacional Android e a plataforma Xamarin, o que permitirá a implementação futura em outros Sistemas Operacionais e Plataformas. A contagem de visitante ocorreu na trilha Mozart Catão do Parque Nacional Serra dos Órgãos em Teresópolis-RJ.

Para o professor José Roberto da Unifeso, o projeto possibilitou incentivar os estudantes da graduação sobre o uso da pesquisa na busca por soluções de ordem prática de gestão.

Na segunda etapa, em 2018, pesquisadores estão analisando as melhores opções para o fornecimen-

to de energia com o uso de pilhas e/ou baterias e desenvolvendo circuito próprio para a transição da fase de protótipo à solução comercial.

PERÍODO

Fevereiro a novembro de 2017.

PARCEIROS DO PROJETO

Centro Universitário da Serra dos Órgãos (Unifeso) e Parque Nacional da Serra dos Órgãos/ICMBio.

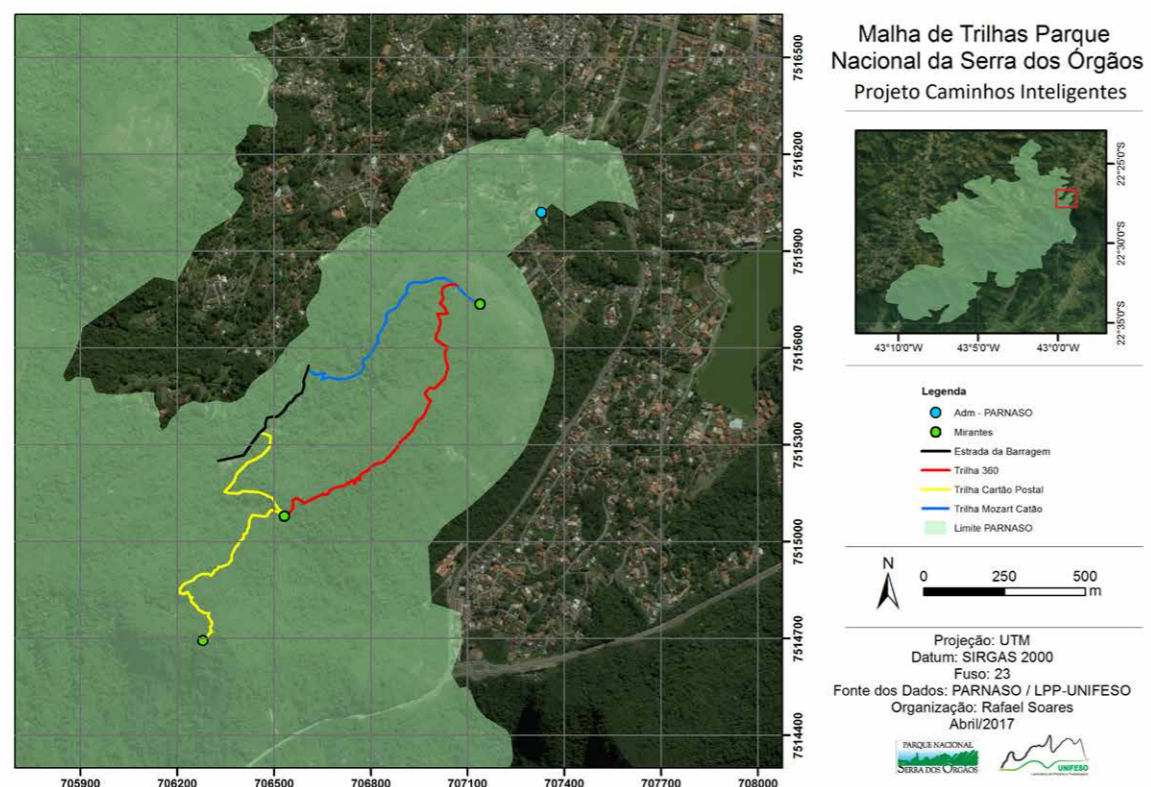


INSPIRE-SE!

» Sistemas automáticos de contagem ainda precisam de expressivos investimentos, mas é possível levantar os números da visitação de outras formas. O Roteiro Metodológico para Manejo dos Impactos de Visitação, por exemplo, do ICMBio, conta com informações práticas para começar o seu planejamento. <http://bit.ly/roteirovisitacaoICMBio>

» Consulte as publicações da International Union for Conservation of Nature (IUCN) que trazem conhecimento e ferramentas sobre gestão das áreas protegidas. www.iucn.org/ <http://bit.ly/IUCNbest-practice-guidelines>

» Inovações que buscam solucionar demandas nacionais têm grande potencial de mobilizar parceiros. Antes de qualquer ação, avalie se aquela potencial alternativa seria do interesse das demais UCs e contate a área responsável do ICMBio assim a demanda ganha ainda mais força.



PLURIPARTICIPAÇÃO

GESTÃO RECUPERA PRAIAS PROTEGIDAS DE EMPREENDIMENTOS PRIVADOS IRREGULARES

Coordenação geral: Francisco Livino (ICMBio). Coordenação executiva, gestão dos recursos e gerenciamento: Thiago Rabello (ICMBio).

A apropriação irregular de áreas públicas ainda é realidade em muitas Unidades de Conservação. No Parque Nacional da Serra da Bocaina até pouco tempo, empreendimentos irregulares dominavam a paisagem da praia com intensa visitação desordenada. “A Praia do Meio estava integralmente sob domínio privado de proprietários de bares e de estacionamentos, que promoviam visitação extremamente degradante e incompatível com os objetivos da Unidade de Conservação (UC)”, esclarece Francisco Livino, gestor da unidade de 2008 a 2017.

A remoção desses empreendimentos era o primeiro passo para recuperar as áreas, a biodiversidade, ordenar, formalizar e qualificar o uso público. “Trata-se, na verdade, de uma prática que engloba uma grande gama de procedimentos, indo desde a mediação de conflitos, fiscalização até o planejamento da UC, com a materialização de seu uso público e a regularização fundiária”, completa Livino.

Foto: Acervo ICMBio



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PERFIL

Localizado entre os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, o Parque Nacional da Serra da Bocaina protege áreas contínuas de Mata Atlântica, desde altitudes superiores a 2.000 metros até praias, costões rochosos e uma baía (Caixa d’Aço). Os mais de 100 mil hectares abrangem Paraty e Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro e São José do Barreiro, Ubatuba, Cunha e Areias, no Estado de São Paulo. A unidade é reconhecida como Reserva Mundial da Biosfera, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), desde 1992 e compreende a área núcleo da proposta da candidatura de Paraty a Patrimônio Mundial, na categoria de Sítio Misto.

OBJETIVOS

Resgatar ao domínio público as áreas ocupadas irregularmente, visando consolidar a Unidade de Conservação, qualificar a atividade turística e compartilhar responsabilidades e benefícios com a comunidade local.

RESULTADOS

» A Praia do Meio está praticamente desocupada, restam poucos estabelecimentos, embargados desde 2012, à espera da decisão judicial que autoriza a total demolição.

» O trabalho realizado (e ainda em curso) permitiu avanços nos processos de Visitação, Regularização Fundiária, Proteção e Gestão Socioambiental.

» A comunidade local e os visitantes já reconhecem como Parque Nacional as respectivas áreas de visitação, demonstram interesse pela unidade e cobram a consolidação das estruturas e dos serviços públicos.

METODOLOGIA

Quatro reuniões, no total de 17 horas, entre a equipe gestora do parque e a Associação de Moradores da Trindade (Amot) foram o ponto de partida para o resgate das praias do Parque Nacional da Serra da Bocaina, que há anos tinham uso privado.

Após o ordenamento inicial, a gestão do parque trabalhou na formatação das estratégias para a retirada dos estabelecimentos comerciais irregulares com o apoio de outras esferas do Poder Público, em especial a Advocacia-Geral da União (AGU), o Ministério Público Federal (MPF) e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

A primeira ação em campo foi realizada durante o Carnaval de 2009. Longas negociações marcaram o processo que resultou na retirada dos empreendimentos privados irregulares da Praia do Meio. O ápice, em dezembro de 2012, contou com o apoio do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal.

Até o primeiro semestre de 2015, as operações de ordenamento turístico, monitoramento e controle de atividades irregulares foram ininterruptas em todos os feriados prolongados. Após essa fase crítica, a equipe do parque tem realizado operações em períodos estratégicos, mantendo a integridade da área protegida.

A revisão do Plano de Manejo, na Área Estratégica Interna da Trindade (AEI), também foi feita nesse período com ampla participação dos atores locais, por meio da formalização de um Grupo de Trabalho no âmbito do Conselho Consultivo da unidade.

Paralelamente, os projetos de arquitetura para as edificações gerenciais e de recepção de visitantes foram elaborados contando com recursos da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) Econsenso, parceira do Parque Nacional da Serra da Bocaina desde 2006.

De maneira simultânea, o ICMBio e os atores da comunidade local construíram as bases para a formalização da travessia de barco operada pela Abat, como atividade de Turismo de Base Comunitária (TBC). Em 2014, dois eventos-teste colocaram em prática medidas de controle na piscina natural Caixa d'Áço, tais como a materialização do número máximo de pessoas no atrativo ao mesmo tempo, estabelecido pela metodologia do Número Balizador da Visitação (NBV) - resultado de capacitação promovida pela Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP/ICMBio). As medidas visam reduzir os impactos da visitação, recuperar a qualidade ambiental da área e compatibilizar a viabilidade econômica das atividades desenvolvidas pelos comunitários.

Atualmente, os estudos sobre o edital de concessão de serviços de apoio à visitação estão em fase de conclusão (incluindo a viabilidade econômica) e devem resultar na definitiva consolidação turística e gerencial do Parque Nacional, ao menos nos principais acessos turísticos. Em paralelo, a equipe revela avanços no lançamento de um edital de Termo de Parceria para Gestão Compartilhada que tem como objetivo ampliar a capacidade gerencial da UC, através de recursos extragovernamentais.

Todos os recursos utilizados na presente prática vieram da parceria entre o ICMBio com a OSCIP Econsenso, além de aportes da Fundação SOS Mata Atlântica e da Associação Cairuçu, contando

ainda com o apoio logístico do Inea, da Prefeitura Municipal de Paraty e das instituições locais Abat e Amot.

PERÍODO

Fevereiro de 2009 – em andamento.

PARCEIROS DO PROJETO

Advocacia-Geral da União (AGU); Ministério Público Federal (MPF); Econsenso; Fundação SOS Mata Atlântica; Instituto Semeia; Associação de Moradores da Trindade (Amot); Associação de Barqueiros e Pequenos Pescadores de Trindade (Abat); Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro; Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Prefeitura Municipal de Paraty; Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

Foto: Acervo ICMBio



INSPIRE-SE!

» **Parcerias com outras instituições públicas e organizações locais são fundamentais para legitimar as iniciativas da equipe gestora da Unidade de Conservação, em especial no enfrentamento de situações que envolvem complexos conflitos sociais.**

» **Medidas impopulares devem ser tomadas com amplo processo de esclarecimento público, mantendo, acima de tudo, coerência e isonomia. O planejamento de longo prazo é um importante aliado.**

» **A arquitetura vai além da mera estruturação, construindo linguagem institucional com importante papel na interpretação ambiental, deve absorver os aspectos paisagísticos e culturais da área protegida na concepção.**

» **Eventos-teste são excelentes formas de amadurecer as bases de normativas de funcionamento de atividades, permitem antecipar potencialidades, entraves e soluções, antes da formalização. Confira a notícia sobre a ação: http://bit.ly/ICMBio_eventoteste. No site da Fundação SOS Mata Atlântica, parceira do projeto, é possível conferir a comunicação desenvolvida: http://bit.ly/comunicacao_evento_teste.**

Foto: Acervo ICMBio



NOVOS ESPAÇOS DE DISCUSSÃO ATRAEM MAIS DE 400 CONDUTORES

Coordenação geral: Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha/ICMBio. Coordenação executiva: Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha/ICMBio; Associação de Condutores de Turismo de Fernando de Noronha (Acitur). Gestão dos recursos e gerenciamento: Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha/ICMBio.

A atuação integrada dos Conselhos do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha e da Área de Proteção Ambiental não tem sido suficiente para abordar a diversidade de questões que envolvem as Unidades de Conservação (UCs). Desde 2016, os conselheiros das duas unidades trabalham em conjunto no Núcleo de Gestão Integrada de Fernando de Noronha - instituído por portaria em 2017. “Dessa forma, assuntos voltados ao ordenamento do uso público do parque e das demandas dos condutores de visitantes tinham dificuldade para entrar na pauta frente às outras demandas no âmbito do conselho”, revela Felipe Cruz Mendonça, gestor do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha.

A dinâmica entre a equipe do parque e os condutores tinha como característica consultas pontuais sobre regras de ordenamento da visitação, emissão das autorizações de condução e formação continuada. “Mas havia a demanda para estabelecer uma agenda de discussão mais próxima com os condutores de visitantes - temos um contrato de autorização assinado com cada um. Outro ponto se referia a ampliar o envolvimento da sociedade local na tomada de decisões relativas à gestão”, completa Mendonça.

Foto: Lucas de Godoy Chicarelli



PERFIL

Localizada no Oceano Atlântico, a 360 quilômetros do continente, a unidade abrange 70% do Arquipélago de Fernando de Noronha. O Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha é reconhecido como Patrimônio Mundial da Humanidade, desde 2001 pela Unesco.

OBJETIVOS

Mais diálogo entre a equipe gestora do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha e os condutores. Estabelecimento de um novo fórum permanente de contribuição da sociedade local na gestão do Parque Nacional Marinho fortalecendo assim a relação de confiança entre condutores e ICMBio.

Foto: Marcel Favery



INSPIRE-SE!



- » **Gestão participativa e Conselho não são sinônimos, esse é apenas um ponto de partida. Valorize o conhecimento e a experiência de atores locais que veem a visitação, por exemplo, de outra perspectiva. Desenvolva uma agenda em conjunto.**
- » **Reuniões entre diferentes atores sociais costumam ser polêmicas e os ânimos as vezes se exaltam, mas o diálogo é o único caminho, siga em frente.**
- » **A capacitação dos atores sociais sempre influencia de maneira positiva na gestão de unidades. Fique atento a parcerias que podem agregar conhecimentos às associações de classe, de agroextrativistas, de jovens.**
- » **Grupos de mensagem eletrônica para que funcionem precisam do comprometimento de todos os envolvidos com o envio exclusivo de mensagens relacionadas à causa. Diante de mensagens relativas a outros assuntos converse e defenda essa que é uma conquista de todos.**

RESULTADOS

- » **Construção coletiva de regras e normas de ordenamento relativas à conduta dos condutores na venda de seus serviços na praia do Sueste, visitação no complexo do Sancho e para agendamento dos atrativos com vagas limitadas.**
- » **Maior confiança entre gestores e condutores em prol do melhor para a visitação da unidade.**
- » **A proximidade com os condutores que estão diariamente no parque, que como poucos compreendem a dinâmica de visitação, vem contribuindo com o próprio ICMBio.**
- » **Criação de grupos em aplicativos de mensagens instantâneas (WhatsApp) mantém canal aberto entre gestores e condutores.**



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

METODOLOGIA

A equipe gestora do parque e a Associação de Condutores de Turismo de Fernando de Noronha (Acitur) construíram uma agenda permanente de reuniões bimestrais, como forma de aproximar da gestão os cerca de 410 condutores autorizados pelo parque.

As reuniões têm contribuído de maneira efetiva para o melhor ordenamento do uso público na unidade e já possibilitaram avanços em alguns gargalos da gestão, em especial relativos às regras de visitação no complexo do Sancho e para agendamento dos atrativos com vagas limitadas. As regras e normas de conduta que devem orientar os condutores na venda de seus serviços na praia do Sueste também já foram alinhadas.

Esse novo espaço tem sido palco de debates fortes, característica das discussões em busca do denominador comum. A equipe gestora sinaliza que já é possível verificar aumento na relação de confiança entre gestores e condutores.

Durante as reuniões, os atores sociais decidiram criar um grupo no aplicativo de mensagens instantâneas (Whatsapp), como canal direto para troca de informações e esclarecimentos constantemente entre condutores e servidores do ICMBio.

A parceria com a equipe gestora do parque e lideranças da Acitur se fortaleceu e segue nesse caminho. A associação passa por um processo de planejamento e profissionalização, o que também contribui no amadurecimento dos condutores e na interlocução com o ICMBio. As reuniões não geraram custo específico, já que o território insular facilita a mobilização e os deslocamentos.

Diante do envio de mensagens relativas a outros assuntos converse e defenda essa que é uma conquista de todos.

PERÍODO

Fevereiro de 2017 – em andamento.

PARCEIROS DO PROJETO

Associação de Condutores de Turismo de Fernando de Noronha (Acitur).

PUBLICAÇÃO SISTEMATIZA TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Coordenação geral: Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP/DIMAN/ICMBio), Coordenação Geral de Populações Tradicionais (CGPT/DISAT/ICMBio) e Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT/DISAT/ICMBio). Coordenação executiva: Grupo de Trabalho do Turismo de Base Comunitária (GT-TBC), coordenado pela Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP/DIMAN/ICMBio): Carolina Mattosinho de Carvalho Alvite – ICMBio, Denise Arantes de Carvalho Manso – ICMBio, Ivan Machado de Vasconcelos – ICMBio, Josângela da Silva Jesus – ICMBio, Juciara Elise Pelles – ICMBio, Lílian Lindoso – ICMBio, Marcelo Derzi Vidal – ICMBio, Marília Falcone Guerra – ICMBio, Mateus Sônego – ICMBio, Neuza Maria Gonçalves Pereira – ICMBio, Rafael Pereira Pinto – ICMBio, Thiago do Val Simardi Beraldo Souza – ICMBio (coordenador do GT), Ana Cristina Alves Penante - Associação de Moradores da Resex Soure, Conceição Fonseca Pantoja - Associação Comunitária Jamaraguá (ASMORJA) / Flona do Tapajós, Maria José Nunes da Silva - Associação de Moradores do Rio Unini / Resex de Unini.

Durante o I Seminário de Ecoturismo de Base Comunitária em Reservas Extrativistas, realizado em São Luís/MA, em 2011, uma dupla solicitação começava a ser respondida. “Iniciamos naquele evento o desenvolvimento dos princípios e das diretrizes do Turismo de Base Comunitária, buscamos suprir dessa forma uma demanda que crescia e atualmente o desafio é colocar todo esse resultado em prática”, afirma Marília Falcone Guerra, integrante da Coordenação Geral de Populações Tradicionais, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (CGPT/ICMBio). O cenário consistia no interesse dos povos e das comunidades residentes no interior e entorno das UCs federais por uma efetiva participação nas ações de visitação realizadas ou previstas nas áreas protegidas. Paralelamente, gestores do ICMBio visualizavam no envolvimento desses atores um importante caminho capaz de diversificar os programas de visitação, agregar valor à experiência dos visitantes, incrementar a renda desses moradores e aproximá-los positivamente da gestão das Unidades de Conservação (UCs).

INSPIRAÇÃO

Seminário de Ecoturismo de Base Comunitária em Reservas Extrativistas, em São Luís/MA, organizado pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT) com apoio da Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP/ICMBio) e da Coordenação Geral de Populações Tradicionais (CGPT/ICMBio).

PERFIL

O Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação federais já é desenvolvido nas Reservas Extrativistas - Marinha de Soure, Prainha do Canto Verde e Chico Mendes - nas Florestas Nacionais - Tapajós e Purus - em Parques Nacionais, como Jaú e Chapada Diamantina.

OBJETIVOS

Estabelecer um marco referencial para o Turismo de Base Comunitária nas Unidades de Conservação federais, direcionado principalmente aos gestores, como forma de orientar e implantar a atividade, com base nos princípios e diretrizes compatíveis com a conservação da biodiversidade, a salvaguarda da história, a cultura das comunidades locais e com o protagonismo comunitário.

Foto: Priscila Franco Steier



RESULTADOS

- » Desenvolvimento do caderno *Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação federais: princípios e diretrizes*, a primeira publicação que sistematiza esse trabalho como instrumento de gestão. O documento traz o conceito de Turismo de Base Comunitária a ser adotado no âmbito do ICMBio, além dos princípios e diretrizes que visam nortear a implementação do TBC como atividade complementar as já desenvolvidas pelas comunidades, com potencial de promover a valorização cultural e a geração de renda.
- » Ampliação do conhecimento sobre a importância do protagonismo comunitário em todas as etapas que compreendem a concepção, desenvolvimento e monitoramento do TBC.
- » Mais conhecimento do potencial que representa a interface entre comunidades tradicionais e as questões de conservação ambiental.

METODOLOGIA

No final de 2011, o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT/DIBIO/ICMBio) e a Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP/DIMAN/ICMBio) realizaram o I Seminário de Ecoturismo de Base Comunitária em Reservas Extrativistas. O intuito do ICMBio foi discutir durante o evento, de maneira coletiva, as diretrizes que norteariam o desenvolvimento do turismo com a efetiva participação das comunidades, nas Unidades de Conservação.

Durante o evento, a necessidade de aprofundar o debate sobre os princípios, diretrizes e possíveis metodologias para o TBC em Unidades de Conservação federais levou à criação de um Grupo de Trabalho, a partir da articulação de servidores do ICMBio interessados na temática e de representantes de povos e comunidades que vivem nas áreas protegidas.



Em 2013, os membros do Grupo de Trabalho participaram do III Congresso de Natureza, Turismo e Sustentabilidade (Conatus). A primeira versão do caderno Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação: princípios e diretrizes foi elaborada no mesmo ano.

Em 2016, o GT passou a contar com nova composição que deu sequência ao trabalho com a revisão e conclusão do caderno *Turismo de Base Comunitária*. Atores sociais que estudam a temática também colaboraram na elaboração do documento, por meio de reuniões presenciais ou ainda conferências online.

Os recursos para as reuniões presenciais e a participação nos seminários vieram do Projeto Pnud-BRA 08/023, com a complementação de recursos orçamentários. O documento foi lançado no Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social (Sapis), em outubro de 2017.

Com esta etapa concluída, o próximo desafio do GT-TBC em andamento é construir um Caderno de Experiências. O documento apresentará metodologias para o alcance dos princípios e diretrizes almejados e será pautado em experiências práticas consideradas fontes significativas de aprendizado e com potencial de replicação em outros cenários, a partir de adequações, por conta de cada realidade.

PERÍODO

Dezembro de 2011 a outubro de 2017.

PARCEIROS DO PROJETO

Representantes de povos e comunidades tradicionais.



INSPIRE-SE!

» O caderno *Turismo de Base Comunitária: princípios e diretrizes* traz os princípios e as diretrizes para o desenvolvimento da atividade, além do conceito de TBC a ser adotado no âmbito do ICMBio. As diretrizes para o TBC estão divididas em três blocos: diretrizes para a participação social e organização comunitária, diretrizes para a qualificação da experiência e diretrizes para gestão da UC. Confira: <http://bit.ly/cadernoTBC>

» Quando o assunto é Turismo de Base Comunitária (TBC) não há fórmula pronta, mas conhecer as experiências já desenvolvidas nas Unidades de Conservação sempre agrega conhecimento. Contate os gestores e esclareça suas dúvidas.

» O TBC não deve ficar restrito entre a equipe de gestão e a comunidade, envolva os parceiros, contate institutos, centros de pesquisa e inicie um projeto participativo, respeitando o protagonismo comunitário na tomada de decisões.

» O contexto do Turismo de Base Comunitária é a Unidade de Conservação, busque criar roteiros que agreguem as diferentes dimensões indissociáveis do território: naturais, sociais e histórico-culturais. Integração aqui é a palavra-chave.

COMUNICAÇÃO

ESTRATÉGIA REFORÇA O CONCEITO DA TRILHA TRANSCARIOCA E GARANTE VISIBILIDADE EXTRA À INICIATIVA

Coordenação geral: Adriano Melo (Conservação Internacional - CI-Brasil). Coordenação executiva: Adriano Melo, Bruno Coutinho, Fernando Ribeiro, Maurício Bianco, Priscila Steffen e Alan Camargo (Conservação Internacional - CI Brasil); Paula Rascão e Marcos Ferreira (E-Trilhas). Gestão de recursos e gerenciamento: Conservação Internacional.

De 2012 a 2017, o Mosaico Carioca de Áreas Protegidas conectou seis Unidades de Conservação do Rio de Janeiro, entre a Barra de Guaratiba e o Morro da Urca, formando a Transcarioca, oficialmente a maior trilha urbana da América Latina com 180 km de amplo corredor ecológico. A fase seguinte buscou estimular a colaboração de uma série de atores sociais, empresas e instituições diante de mais essa conquista e para isso foi preciso focar em uma área que articula mais do que informação, a do conhecimento. “Fortalecer a estratégia de comunicação era realmente necessário para dar identidade e mais unidade à trilha e ao movimento social associado ao mesmo. Acreditamos que é preciso não apenas apoiar a iniciativa com o desenvolvimento de peças e produtos de divulgação, mas também fazer parte dela, participar ativamente”, pontua Adriano Melo, coordenador de Projetos da Conservação Internacional do Brasil (CI-Brasil).

Foto: Marcello Cavalcanti



INSPIRAÇÃO

O livro *Transcarioca - todos os passos de um sonho*, de Pedro da Cunha e Menezes, Sextante Artes (2000) foi o ponto de partida do projeto que teve como inspiração trilhas de longo percurso, como Appalachian Trail (Estados Unidos), Huella Andina (Argentina), Hoerikwaggo Trail (África do Sul) e Te Araroa Trail (Nova Zelândia).

PERFIL

Inaugurada com 180 km e 90% de sinalização, a Trilha Transcarioca integra o planejamento e a gestão de seis Unidades de Conservação (UCs): Parque Nacional da Tijuca; Parque Estadual da Pedra Branca e na esfera municipal, Parque Natural da Catacumba; Parque Natural Paisagem Carioca; Parque Natural de Grumari e ainda o Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca.

OBJETIVOS

Promover a Trilha Transcarioca como ferramenta de conservação e estímulo ao cuidado, à inovação e à colaboração nas Unidades de Conservação e entorno. Divulgar e engajar comunidades, instituições, voluntários, visitantes, por meio do turismo ecológico na trilha.



RESULTADOS

O fortalecimento da comunicação da Trilha Transcarioca contribuiu para institucionalizar a iniciativa como ferramenta de conservação que já inspira experiências na Bolívia e no México.

Com a Trilha Transcarioca as áreas naturais protegidas da cidade tornam-se ainda mais estratégicas para o desenvolvimento em bases sustentáveis no Rio de Janeiro, com potencial para gerar oportunidades de negócios, trabalho e renda, especialmente às comunidades mais próximas do percurso.

As informações do aplicativo móvel e do guia de bolso contribuem para a visibilidade nacional e internacional do corredor ecológico, atraindo visitantes.

O minidocumentário sobre a Trilha Transcarioca inscrito em uma série de festivais nacionais e internacionais é outra ferramenta de comunicação capaz de apresentar essa conquista da cidade do Rio de Janeiro para o mundo. Festivais de Portugal, Índia, Alaska, Letônia, Rússia, Bósnia, Herzegovina e Rio de Janeiro já aprovaram a exibição do documentário. Confira <http://bit.ly/trilhatranscarioca>

Foto: Marcello Cavalcanti



METODOLOGIA

O planejamento da Trilha Transcarioca teve início em 2012 como grande projeto do Mosaico Carioca de Áreas Protegidas, iniciativa que integra o planejamento e a gestão de seis Unidades de Conservação (UCs) do Rio de Janeiro, sendo uma federal, uma estadual e quatro municipais. Em 2017, a trilha foi inaugurada com 180 km e 90% de sinalização. São 25 trechos e 20 grupos de voluntários, entre clubes de montanhistas, pequenas empresas, pessoas e ONGs que sinalizam e realizam o manejo da área, a partir de atividades colaborativas.

A gestão da trilha conta com uma Comissão Provisória de Coordenação do Movimento Trilha Transcarioca, que possui uma Coordenação Geral e nove coordenações temáticas, como Segurança, Comunicação Social, Empreendedorismo e Parcerias, Organização dos Voluntários, Manejo e Sinalização, Material Promocional, Governança, Parque Estadual da Pedra Branca e Articulação Institucional. Este ano, todavia, foi criada a Associação Movimento Trilha Transcarioca (AMTT).

O movimento tem amadurecido e atraído diversos públicos, como apoiadores, moradores, voluntários e

turistas, além de instituições atentas às oportunidades de geração de renda para a comunidade, nesse contexto a comunicação ganhou espaço e hoje é um dos focos do Mosaico Carioca de Áreas Protegidas.

Empresas adotantes dos trechos, organizações da sociedade civil, voluntários e comunidades do entorno desenvolveram planejamento para compilar e analisar as informações. Mapas e shapefiles (arquivo que armazena dados geoespaciais em vetor) estão entre as ferramentas utilizadas. Essa base de dados permitiu o desenvolvimento de uma série de peças e produtos de comunicação e possibilitou à própria gestão do Mosaico ampliar o conhecimento sobre a área.

A Conservação Internacional (CI-Brasil) investiu na elaboração do guia de bolso impresso, site, minidocumentário, além das ações de marketing digital. A empresa utilizou a Lei de Incentivo à Cultura do Município do Rio de Janeiro e contou com a parceria da coordenação do Movimento Trilha Transcarioca e do Mosaico Carioca.

Também fez parte da estratégia o desenvolvimento de aplicativo móvel pela Millennium Innovation Lab, iniciativa da Conservação Internacional. A ferramenta oficial reúne os principais atrativos da trilha, os 25 trechos, Unidades de Conservação, horário de visitação, distância, grau de dificuldade entre os trechos, incluindo espécies da fauna e da flora encontradas na região.

Um dos diferenciais do App da TT é o recurso de gamificação, o usuário pode ganhar medalhas na medida que supera alguns desafios, como percorrer trechos mais longos, subir os pontos mais altos da trilha, completar 50%, 75% e 100% da trilha - tudo compartilhável via redes sociais.

PERÍODO

Planejamento e execução da Trilha Transcarioca: 2012 – 2017 (abertura oficial).

Comunicação: Fevereiro de 2017 – em andamento.



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



INSPIRE-SE!

» **Investir no levantamento de dados para a comunicação beneficia todas as outras áreas. Articular o conhecimento reunido com as experiências e os desafios fortalece o projeto e dessa forma reforça a importância das outras frentes.**

» **Desenvolver aplicativos com parceiros também é uma forma de estimular a visitação, mas antes de chegar nessa fase vale a pena dar um passo para trás e recorrer à comunicação. Fotos da unidade, informações da fauna e da flora, percursos, grau de dificuldade, atrativos com filtro são elementos com potencial de despertar o interesse e que tornam a visita mais informativa. Aplicativos infantis com dados reais de uma aventura na unidade também podem levar toda a família para uma visita.**

» **O aplicativo da Trilha Transcarioca conta com o recurso colaborativo Guardiã através dele o usuário pode enviar alertas aos adotantes do trecho e às equipes das UCs sobre a experiência e ainda relatar algum problema incluindo foto, data e descrição da ocorrência. Servidores e colaboradores conseguem responder às mensagens pelo sistema e assim criam colaboração através da Ciência Cidadã.**

PARCEIROS DO PROJETO

Mosaico Carioca de Áreas Protegidas; Movimento Trilha Transcarioca; Coordenação geral de Uso Público e Negócios (CGUP/ICMBio).

ECOTRILHA FORTALECE A GESTÃO INTEGRADA ENTRE UNIDADES, DIÁLOGO COM O DER E O ENGAJAMENTO DA SOCIEDADE

Coordenação geral: Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP/ICMBio). Coordenação executiva: Parque Nacional de Brasília/ICMBio; Área de Proteção Ambiental do Planalto Central/ICMBio; Floresta Nacional de Brasília/ICMBio. Gestão dos recursos e gerenciamento: Parque Nacional de Brasília/ICMBio; Área de Proteção Ambiental do Planalto Central/ICMBio.

A reforma da estrada no entorno do Parque Nacional de Brasília, com potencial aumento da velocidade dos motoristas, preocupou a gestão da unidade, localizada, inclusive, próxima a outras quatro áreas protegidas federais que também seriam afetadas, mas até então a integração entre elas era inexplorada. “A área I do Parque Nacional de Brasília, criada em 1961, com aproximadamente 30 mil hectares, é cercada em toda a sua extensão, sendo limitada também por rodovias, em sua maior parte, pela DF-001. O parque sofre muitas ameaças e pressões externas, devido à proximidade com o ambiente urbano, o que envolve despejo irregular de lixo e entulho, incêndios florestais, invasões de terras, caça, pesca e outros usos irregulares”, afirma Daniela Costa de Assis, analista ambiental do ICMBio e relatora da prática.

Ao mesmo tempo, a sociedade civil demandava que as áreas protegidas tivessem mais trilhas, o que possibilitaria atividades recreativas em contato com a natureza. Até 2016, a área destinada ao uso público do Parque Nacional de Brasília estava restrita a 0,8% dos mais de 42 mil hectares. Em busca de mudança, no mesmo ano, a unidade triplicou uma das trilhas e atraiu um novo perfil de público, os ciclistas, mas esse era apenas o começo.

INSPIRAÇÃO

Participação de servidores do Parque Nacional de Brasília e da Área de Proteção Ambiental do Planalto Central em cursos de capacitação promovidos pela Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP/ICMBio), como a oficina de Planejamento e Manejo de Trilhas no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e o curso de Implementação e Manejo de Trilhas para mountain bike na Floresta Nacional de Brasília.

PERFIL

Parque Nacional de Brasília; Reserva Biológica da Contagem; Floresta Nacional de Brasília; Área de Proteção Ambiental do Planalto Central e Área de Proteção Ambiental do Rio Descoberto.

OBJETIVOS

Implementar ecotrilha de longa distância de 45 km no entorno do Parque Nacional de Brasília, entre a cerca da unidade e a rodovia DF 001 – onde há um trecho com cerca de 40 metros de largura. A intervenção do Balão do Colorado até a Floresta Nacional de Brasília busca promover atividades recreativas associadas à conservação e fortalecer o reconhecimento das Unidades de Conservação do Distrito Federal.



Foto: Pedro Helder Pinheiro

RESULTADOS

» Inaugurada a Trilha União Parque Nacional de Brasília com 45 km que liga o circuito da Floresta Nacional de Brasília (44 Km) e o da Serrinha do Paranoá (cerca de 47 km), localizado na Área de Proteção Ambiental (APA) do Planalto Central. A implementação do novo trecho transformou esse circuito no maior do Brasil para mountain bike, são 136 Km de trilhas contínuas e sinalizadas

» Aumento da visibilidade institucional via projeto com destaque para o propósito das Unidades de Conservação e consequentemente para o papel do ICMBio enquanto órgão gestor.

» Integração entre as cinco Unidades de Conservação federais também representa um importante instrumento para a conservação. Aperfeiçoamento do diálogo interinstitucional entre ICMBio e o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER/DF) resultou em benefícios tanto para pedestres e ciclistas, quanto para travessia da fauna silvestre.

» Fortalecimento do voluntariado na construção da trilha e na revitalização dessa área, mais de 1.000 toneladas de lixo foram recolhidas.

METODOLOGIA

O contato entre a gestão do Parque Nacional de Brasília e o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER/DF), por conta da reforma de um trecho da rodovia DF-001, no limite da unidade e da Reserva Biológica da Contagem, foi o ponto de partida dessa prática. Para o parque, a principal consequência da reforma, em um primeiro momento foi o potencial aumento da velocidade dos motoristas, o que implicou na adoção de uma série de medidas em proteção à fauna da região.

Nesse contexto, a gestão do parque solicitou ao DER-DF a confecção de placas de sinalização e de pórticos no início e no fim do trecho limítrofe às duas Unidades de Conservação, a instalação de radares eletrônicos e lombadas (quebra-molas); a implementação de uma ciclotrilha às margens da rodovia, ao lado do Parque Nacional de Brasília; a construção de um mirante na faixa de domínio da DF-001 estimulando a contemplação da natureza, entre outras medidas. Durante o projeto, o limite de velocidade da rodovia DF 001 foi reduzido para 60 km/h.



Ao mesmo tempo, quatro Unidades de Conservação também localizadas na região, a Área de Proteção Ambiental do Planalto Central; Reserva Biológica da Contagem, Floresta Nacional de Brasília e Área de Proteção Ambiental do Rio Descoberto buscavam junto com o Parque Nacional de Brasília implementar ações integradas direcionadas à conservação e à proteção da biodiversidade.

Em agosto de 2017, a reunião entre as equipes gestoras do Parque Nacional de Brasília, Área de Proteção Ambiental do Planalto Central, Reserva Biológica da Contagem e a Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP/ICMBio) seguida de vistoria de campo, com a presença da equipe do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER/DF), representou um momento de ação em campo importante para avaliar a metodologia e a viabilidade de implantar a ecotrilha ao lado do parque.

O projeto foi dividido em duas etapas, a primeira de curto prazo consistiu também em uma estratégia para manter o engajamento e a mobilização da sociedade, incluindo os parceiros. O planejamento inicial previu a execução de aproximadamente de 3 a 4 km de trilha/dia, considerando 4 horas de trabalho/dia, assim seriam necessários, entre 10 a 15 dias de trabalho até a conclusão do trecho entre o Balão do Colorado e a Floresta Nacional de Brasília. No levantamento de campo do DER ficaram definidos os trechos onde seriam utilizados trator e roçadeira manual.

Em cerca de um mês, entre setembro e outubro de 2017, a trilha com percurso de 45 km até a Floresta Nacional de Brasília já contava com o traçado concluído. Na sequência, com o envolvimento dos mesmos atores sociais, o planejamento e a execução da limpeza, sinalização e o início do monitoramento completaram a ação. Desde novembro de 2017, o projeto consiste em manutenção e monitoramento.

A ecotrilha faz parte do projeto Caminho dos Goyazes/Trilha Missão Cruis, com 600 km, em implementação, que vai interligar UCs e outras áreas protegidas do Distrito Federal e Goiás.



INSPIRE-SE!

» **Articule ações integradas com os gestores das Unidades de Conservação mais próximas, incluindo medidas operacionais e de comunicação. As equipes podem, por exemplo, responder em conjunto a uma demanda dos municípios.**

» **Vale a pena também desenvolver circuitos turísticos incluindo duas ou três áreas protegidas e outros atrativos da região, tanto públicos quanto privados. Muitas vezes turistas estão interessados justamente em contato com a natureza e por simples desconhecimento não visitam as Unidades de Conservação.**

» **A aproximação com outros órgãos expondo as reais necessidades das Unidades de Conservação permite construir soluções práticas e responder às demandas da sociedade.**

» **Admirar a paisagem, a partir de um mirante, possibilita que mesmo pessoas que não possuem de imediato o interesse em visitar a unidade parem por alguns minutos e contemplem a natureza. Fique atento às oportunidades de em parceria com outros órgãos contribuir para a implantação de estruturas como essa. Uma vez feito o mirante, invista em comunicar questões relevantes sobre a vista, como por exemplo, animais e plantas da região, a porcentagem daquele bioma em áreas de proteção, espécies endêmicas, contextualize a vista e pontue a Unidade de Conservação.**

PERÍODO

Março de 2016 – em andamento.

PARCEIROS DO PROJETO

Voluntários do Parque Nacional de Brasília, da Floresta Nacional de Brasília e da Associação dos Produtores do Lago Oeste (Asproeste); Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER/DF).

GRUPOS DE VISITANTES

MOBILIZAÇÃO DE CICLISTAS, CAMINHANTES E ESCOTEIROS TRIPLICA VISITAÇÃO

Coordenação geral e executiva: José Leocádio Teixeira Gondim de Lima (Floresta Nacional de Brasília/ICMBio). Gestão dos recursos e gerenciamento: parceiros do projeto e a equipe da Floresta Nacional de Brasília/ICMBio.

Intensificar a relação entre os visitantes e a Unidade de Conservação, de forma a promover o envolvimento do público em ações capazes de melhorar a própria experiência na área protegida e estendê-la assim a toda a sociedade, na Floresta Nacional de Brasília esse era o grande objetivo, como explica José Leocádio Teixeira Gondim de Lima, analista ambiental na unidade. “Já estava trabalhando na Floresta Nacional de Brasília com Uso Público e Educação Ambiental há cerca de oito anos e me sentia impotente diante dos grandes desafios de desenvolver ações para o público. Criei o programa de educação ambiental A Floresta é Nossa com o objetivo de que as pessoas, de certa forma, tomassem conta da Floresta, se sentissem parte dela e a partir desse momento, fariam algo mais prático para a unidade, a Floresta e para elas mesmas”.

PERFIL

Localizada na região de Taguatinga/DF, a Floresta Nacional de Brasília protege 9 mil hectares de Cerrado. Está entre as Unidades de Conservação responsáveis pela preservação das nascentes que irrigam a maior represa da região, a do Descoberto, que representa aproximadamente 70% do abastecimento de água do Distrito Federal.

OBJETIVOS

Estimular uma relação mais próxima entre a sociedade e a Floresta Nacional de Brasília, de forma que os visitantes somassem esforços com a gestão.

Foto: Leo T. Gondim



RESULTADOS

» Sete trilhas para ciclistas sinalizadas com 5 km, 14 km, 21km, 27 km, 28 km, 32 km e 44 km para diversos perfis. Melhoria de duas pontes, da Bica d'Água e da Geladeira.

» Mobilização dos ciclistas que se apropriaram da floresta respondendo a um movimento que partiu da equipe gestora. As ações foram decididas em conjunto, os ciclistas entraram com a mão de obra e os investimentos nas novas pontes.

» Criação de trilhas para caminhadas com diferentes níveis de dificuldade: 6 km, 12 km, 18 km e 36 km.

» O número de visitantes triplicou no intervalo de 3 anos. Em 2017, a floresta registrou 33 mil pessoas; em 2016, 26 mil pessoas; em 2015, 16 mil e em 2014, 11 mil. As 11 trilhas da unidade, sendo sete para ciclistas e quatro para caminhantes, estão sinalizadas.

METODOLOGIA

A Floresta Nacional de Brasília até o início da Boa Prática em questão tinha como programa de educação o *A Floresta é Nossa*, desenvolvido pelo analista ambiental José Leocádio Teixeira Gondim de Lima (ICMBio), com o intuito de aproximar a sociedade da Floresta, esse seria o primeiro passo e

Foto: Leo T. Gondim



que, uma vez obtido sucesso, resultaria em ações práticas.

O analista, no entanto, acreditava que mais ações poderiam ser implementadas com o mesmo objetivo. Durante reunião com os servidores da Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP/ICMBio), uma das sugestões pontuadas foi a de contatar lideranças dos visitantes. José Leocádio Teixeira Gondim de Lima (ICMBio) optou por começar pelos ciclistas, incluindo os grupos já organizados de Brasília.

Para a reunião com esse público específico investiu nos convites por e-mail e via aplicativo de mensagem instantânea (WhatsApp), convidou também a imprensa e contou com o presidente do ICMBio, na época, Claudio Maretti. Durante a reunião surgiram ideias para muitas iniciativas e as pontes foram escolhidas como prioridade. Os ciclistas do Grupo Jah do Cerrado de Mountain Bike Team preferiram começar pela ponte da Bica d'Água e o resultado surpreendeu a gestão da unidade. Ponte feita de pallets, corrimão rústico e sinalização.

A segunda ponte em um primeiro momento contou com o trabalho de um outro voluntário, mas diante dos resultados, a equipe que concluiu o primeiro trabalho e assumiu também essa execução, in-

Foto: Leo T. Gondim



cluindo realocação da ponte e uma trilha suspensa de 63 metros para proteger o solo hidromórfico, da Mata de Galeria. A equipe gestora contribuiu com os recursos da unidade - veículo, motosserra, roçadeira e em determinadas situações com o apoio dos servidores. No entanto, os voluntários conseguiram equipamentos que a unidade não possuía e que facilitaram o trabalho, além disso arrecadaram dinheiro entre eles.

O curso *Como fazer a Sinalização das Trilhas*, ministrado por Pedro de Menezes, coordenador de Uso Público e Negócios do ICMBio, trouxe conhecimento prático de alto nível. O curso foi importante e levou à criação da trilha mais longa sinalizada dentro de uma Unidade de Conservação no Brasil, com 44 km, em setembro de 2016.

Reuniões com outros dois grupos específicos também garantiram mobilização efetiva na promoção de uso público da floresta. O Grupo de Caminhadas de Brasília desenvolveu quatro trilhas sinalizadas com diferentes níveis de dificuldade 6 km, 12 km, 18 km e 36 km. Enquanto o Grupo de Escoteiro Roberto Simonsen 5ª DF colaborou na construção de mesas destinadas à área externa, na implementação de um banheiro ecológico e no acompanhamento dos usuários ao Centro de Visitantes.

PERÍODO

Janeiro de 2015 – em andamento.

PARCEIROS DO PROJETO

Grupo Ciclístico Jah do Cerrado Mountain Bike Team; Grupo de Caminhadas de Brasília e Grupo Escoteiro Roberto Simonsen 5ª DF.



INSPIRE-SE!

» **Busque ganhar o apoio dos principais grupos que já visitam a unidade desenvolvendo ações específicas. A eficácia tende a aumentar, quando a comunicação é direcionada. Vale também mobilizar grupos que realizam atividade ao ar livre, mas até o momento com pouca frequência na unidade.**

» **Ouçá as demandas dos diferentes públicos que possuem inclusive diversos interesses em relação à unidade e busque incluí-las, contemplá-las no planejamento das ações de Uso Público, por exemplo.**

» **Diante de iniciativas práticas com os voluntários envolvidos, tenha o cuidado de não restringir os movimentos do público interessado, isso pode comprometer o envolvimento, converse e tenha uma postura participativa. Começar aos poucos, com grupos menores, em alguns casos quando as equipes de gestão são muito pequenas, pode ser uma boa estratégia.**

» **Frente à mobilização de públicos distintos interessados na mesma causa, como nessa Boa Prática que envolveu ciclistas, caminhantes e escoteiros, dê atenção a todos os interessados em ajudar. Antecipe-se e marque reuniões inicialmente específicas com cada grupo e evite assim dispersões de grupos que são menores, mas que somam esforços importantes na gestão; quanto mais pluralidade e debates de ideias, melhor.**



SOCIEDADE CIVIL E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS IMPLEMENTAM ECOTRILHAS NA SERRINHA DO PARANOÁ

Coordenação geral: Miguel von Behr e Maicon Braúna (Instituto Oca do Sol). Coordenação executiva: Pedro da Cunha Menezes (ICMBio); Márcio Bittencourt (Rebas do Cerrado); Leandro Cassarini (Administração do Lago Norte); Luciano R. B. Lima (Grupo BCC - Bikers Conexão Cerrado); Mônica Evangelista de Carvalho (Grupo de Escoteiros Gavião Real); Deomar Rosado (Grupo de Escoteiros Lis do Lago); Izabel Oliveira Souza (UnB/Engenharia Florestal); Sirlene Bendazzoli (Grupo de Caminhadas de Brasília), Armin Deitenbach (Instituto Oca do Sol). Gestão de recursos e gerenciamento: Solange Sato, Yoharra Moraes e Paulo Cesar Araújo da Silva (Instituto Oca do Sol); Osvaldo Antônio Passos Teixeira Dantas (Projeto Voluntários BB/Fundação Banco do Brasil).

Mais de 100 nascentes compõem a recarga de aquífero da Serrinha do Paranoá, na Área de Proteção Ambiental do Planalto Central, localizada próxima à Brasília; o que é motivo de preocupação. “A unidade está sob forte risco de impermeabilização do solo com perda da biodiversidade e, portanto, da função de recarga devido a empreendimentos imobiliários de expansão urbana, realizados tanto por programas sociais como por uma ocupação desordenada. A diversidade socio-cultural, a beleza cênica e o patrimônio de águas, em um cenário de crise hídrica e de aquecimento global, motivaram o Instituto Oca do Sol a desenvolver um projeto de empoderamento da organização social comunitária em parceria com a Área de Proteção Ambiental do Planalto Central”, conta Maria Consolación Villafañe Udry, presidente do Instituto Oca do Sol.

INSPIRAÇÃO

Oficina sobre sinalização de trilhas na Serrinha do Paranoá, ministrada por Pedro da Cunha e Menezes, idealizador da Trilha Transcarioca e coordenador da Coordenação Geral de Uso Público e Negócios do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), reuniu mais de 40 participantes, em março de 2017, na sede do Instituto Oca do Sol.

PERFIL

Localizada no Lago Norte, em Brasília/DF, a Área de Proteção Ambiental do Planalto Central conta com 504.160 hectares.

OBJETIVOS

Promover a prática de gestão socioambiental integrada do território; estimular o senso de pertencimento da população; somar esforços para demonstrar a compatibilidade de manutenção de áreas remanescentes de Cerrado com o seu uso, de forma racional e sustentável; possibilitar a replicação da prática em outras regiões da Área de Proteção Ambiental do Planalto Central; explorar e ampliar o conhecimento da população sobre manejo de trilhas; implementar um espaço de educação ambiental permanente, em especial, para as escolas da região; desenvolver práticas permanentes de combate a incêndio florestal e formação de brigadas voluntárias comunitárias.

RESULTADOS

» Visibilidade institucional da Área de Proteção Ambiental na comunidade estimulou a colaboração dos moradores e usuários da região no apoio no manejo de trilhas e na instalação das placas que agregam conhecimento sobre botânica.

» Reconhecimento pela comunidade de Brasília das ecotrilhas como agenda de esportes para caminhantes e ciclistas em sintonia com o patrimônio natural. Empoderamento da área protegida para as atividades de educação ambiental das escolas da região.

» Potencial ecoturístico consolidado na Serrinha do Paranoá. Comitê Gestor Permanente de Ecotrilhas constituído. O Instituto Brasília Ambiental (Ibram) replicou a metodologia de sinalização rústica na Trilha Pirá Brasília, localizada no Parque Ecológico e Vivencial da Candangolândia, com participação e orientação do Grupo de Caminhada de Brasília (GCB), formado por frequentadores das trilhas da Serrinha do Paranoá. A experiência com a sinalização rústica também foi replicada na Trilha União, ao redor do Parque Nacional de Brasília, que conecta a Serrinha do Paranoá à Floresta Nacional de Brasília.

» Divulgação expressiva na mídia (televisiva, impressa, digital), com destaque para reportagem em veículo de comunicação do ICMBio. Visitantes, inclusive internacionais, conheceram pelas reportagens o projeto da Serrinha do Paranoá.

Foto: Miguel von Behr



METODOLOGIA

Durante as fases de planejamento e gestão territorial, o controle socioambiental do projeto Águas da Serrinha do Paranoá, com base na metodologia da macroeducação, foi orientado pelo Projeto Águas, um programa de educação ambiental do Instituto Oca do Sol, que visa contribuir para a formação de uma sociedade sustentável.

A equipe executiva foi constituída a partir da metodologia Dragon Dream que norteou o projeto. Na execução das ecotrilhas foram estabelecidas formalmente as parcerias entre o Instituto Oca do Sol, proponente, e parceiros, detalhando direitos e responsabilidades das iniciativas envolvidas na gestão compartilhada. O desenvolvimento do programa teve como característica a articulação institucional entre Administração Local do Lago Norte, Conexão Bikers Cerrado e o Instituto Oca do Sol. Posteriormente, a equipe do Rebas do Cerrado integrou o grupo como mobilizadora dos grupos de ciclistas.

Em um primeiro momento, o projeto estimulou a comunidade da Serrinha do Paranoá a contribuir no mapeamento das nascentes, como forma de dimensionar a importância da produção de águas para a região. Na sequência, a comunidade foi convidada a identificar as melhores estratégias para protegê-las.

Os moradores reconheceram o potencial turístico do lugar onde vivem e iniciaram a criação de circuitos a partir das trilhas já existentes. A atividade teve como fio condutor sensibilizar e conscientizar

Foto: Miguel von Behr



os participantes sobre a importância de preservar a região. O contexto da escassez hídrica do Distrito Federal reforçou o papel que a Área de Proteção Ambiental exerce na proteção aos mananciais e na conservação da biodiversidade.

O projeto avaliou a degradação das trilhas já existentes, implementadas pelas comunidades de ciclistas e caminhantes. Grupos comunitários “adotaram” as trilhas e passaram a alertar as demandas emergentes de cuidados. Os eventos contaram com ampla cobertura fotográfica.

O processo comunitário de sinalização das trilhas, incluindo relacionar a biodiversidade, viabilizou a formação de um roteiro com cinco trilhas: Pedra dos Amigos, Caliandra, Bom Tempo, Península do Lago Norte e Pamonhas. A Administração do Lago Norte disponibilizou trabalhadores, maquinários e apoio na divulgação regional.

Edital do Programa de Voluntariado do Banco do Brasil viabilizou financeiramente o Projeto Ecotrilhas Serrinha. Os parceiros contribuíram com a capacidade técnica das equipes de forma voluntária. A continuidade do Ecotrilhas encontrará suporte e apoio no Comitê Gestor Permanente já constituído.

PARCEIROS DO PROJETO

Instituto Brasília Ambiental (Ibram); Secretaria do Meio Ambiente do Distrito Federal; Administração Regional do Lago Norte; Fundação Banco do Brasil - Voluntariado Banco do Brasil; Corpo de Bombeiros, Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável - Lago Norte; Movimento Salve o Urubu; Viveiro Comunitário Lago Norte; Fundação Mais Cerrado; Grupo de Caminhadas Brasília/DF; Rebas do Cerrado Brasília/DF; Amigos da Quebra da Treze; Raia Norte; Grupos Escoteiros da Lago Norte; Grupo de Escoteiros

INSPIRE-SE!

- » **Termos de parceria fortalecem os vínculos institucionais entre governo e a sociedade civil em busca da melhor governança e gestão dos recursos naturais.**
- » **Definir responsabilidades de cada instituição e órgão público participante otimiza processos e resultados.**
- » **O desenvolvimento de atividades práticas em conjunto entre sociedade civil e servidores também estreita parcerias.**
- » **Áreas de Conservação são ótimos espaços para aprender, estimule que as aulas das redes de ensino pública e privada incluam visitas à UC e articulem assim teoria e prática.**

PERÍODO

Março a outubro de 2017.

Gavião Real; Grupo de Escoteiros Lis do Lago; Instituto Salvia Soluções Socioambientais (ISSA); Espaço de Cultura Ecologia e Educação Holística (Ilumina); Instituto de Permacultura (Ipoema); Comitê de Bacia do Lago Paranoá; Ateliê Anjico - Arte e Educação Ambiental; Batom Bikers; Conexão Bikers Cerrado; Rodas da Paz; Jornal do Lago Norte; Guia do Lago Norte - O Guia da Cidade; Península FM; Colégio do Sol; Escola Classe Aspalha; Grupo de Trabalho Serrinha do Paranoá.



TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

PARQUE ESTADUAL DO PICO DO ITAMBÉ AUMENTA A VISITAÇÃO E FORTALECE ALIANÇAS NA ESFERA MUNICIPAL

Coordenação geral: Silvia Jussara Duarte (Parque Estadual do Pico do Itambé / Instituto Estadual de Florestas - IEF). Coordenação executiva: Silvia Jussara Duarte (Parque Estadual do Pico do Itambé / IEF) e Flávia Oliveira (área de monitoria ambiental prestadora de serviço ao IEF). Gestão dos recursos e gerenciamento: Silvia Jussara Duarte (Parque Estadual do Pico do Itambé / Instituto Estadual de Florestas - IEF).

Quando a servidora estadual Silvia Jussara Duarte assumiu a gerência do Parque Estadual do Pico do Itambé, em 2013, ela encontrou um cenário parecido com a experiência que teve na gestão do Parque Estadual Serra do Intendente, em Minas Gerais, onde o déficit de investimentos compromete ações e projetos com as comunidades do entorno, escolas, associações etc. “A falta de recurso financeiro por parte do Governo, ocasionava (e ainda ocasiona) fragilidades na gestão, desmotivando a equipe. Tenho buscado com outras ferramentas garantir o mínimo de aplicabilidade dos Planos de Ação alinhados ao Plano de Manejo. O desafio maior foi mostrar para os prefeitos que investir recursos financeiros na Unidade de Conservação traz benefícios para todo um contexto local com aumento no fator de qualidade, na medida do investimento”, destaca.

INSPIRAÇÃO

Curso de pós-graduação em Administração e Manejo de Unidade de Conservação (Amuc), realizado no Estado de Minas Gerais em Unidades de Conservação sob jurisdição do Instituto Estadual de Florestas (IEF) 2010. O Amuc é realizado desde 1992 e tem como parceiros a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola (FAFILE/UEMG), a Fundação Biodiversitas e o apoio financeiro da U.S. Fish and Wildlife Service, do Programa de Proteção da Mata Atlântica de Minas Gerais (Promata/MG).

PERFIL

Inserido na Serra do Espinhaço, considerada a única cordilheira brasileira, o Parque Estadual do Pico do Itambé com 6.520 hectares fica entre os municípios de Santo Antônio do Itambé, Serro e Serra Azul de Minas.

OBJETIVOS

Realizar atividades em regime de integração e cooperação mútua com as prefeituras, estabelecer regras/condições para a cooperação técnica e a gestão compartilhada dos recursos florestais e das ações no parque.



Foto: Tiago Geister



RESULTADOS

- » Aumento significativo de visitantes e melhora na gestão da UC, comprovada pela nota atingida (8) como fator de qualidade.
- » Interação com o entorno a partir de atividades de educação socioambiental: Férias no Parque; Viveiro Didático; Recuperação de Nascentes; Doação de mudas para as prefeituras e comunidade; Conhecendo nossos rios e córregos; Resíduo Sólido nas escolas; Clubinho Ecológico e Conhecendo o Parque.
- » Apoio a pesquisas científicas e na manutenção das estruturas físicas, como Casa de Abrigo no topo do pico, utilizada por visitantes e pesquisadores. Instalação de placas indicativas no entorno e dentro da UC.
- » Fortalecimento entre a UC estadual e a prefeitura, potencializando ações que têm como objetivo a possibilidade de melhorar a gestão das instituições públicas envolvidas alcançando os resultados em escala local e regional.

Foto: Mariane Gervasio Ferreira



METODOLOGIA

A gerente do Parque Estadual do Pico do Itambé, em 2013, Silvia Jussara Duarte, desenvolveu proposta de Plano de Ação para convencer a prefeitura e a Câmara Municipal sobre a importância de investir parte do ICMS na Unidade de Conservação. A gerente apresentou o documento em reunião com o supervisor Silvio Henrique, com o coordenador responsável pelas Unidades de Conservação Gabriel Ávila e com o procurador Nelson Mascarenhas e teve como resultado imediato o início da minuta do Termo de Cooperação Técnica. Os conselheiros do parque também validaram a iniciativa.

O Plano de Ação estava alinhado ao planejamento dos poderes públicos locais e enfatizou a importância do fortalecimento entre as instituições para o alcance de objetivos compartilhados. Nesse momento, Silvia buscou mobilizar os prefeitos da área abrangida pela Unidade de Conservação e a Câmara Municipal de Santo Antônio do Itambé.

As negociações evoluíram e ficou estabelecido o repasse de parte do valor do ICMS ecológico do muni-

Foto: Mariane Gervasio Ferreira



cípio de Santo Antônio do Itambé, cerca de R\$ 2 mil/mês, ao Parque Estadual do Pico do Itambé.

O sinal positivo favoreceu a assinatura do Termo de Cooperação Técnica, o primeiro passo em direção ao fortalecimento da UC junto às comunidades locais, poderes públicos e parceiros.

A equipe do Parque Estadual do Pico do Itambé fez um planejamento interno sobre de que forma os recursos seriam aplicados e monitorados.

Nessa prática, os investimentos na produção de informativos e banners foram importantes instrumentos para divulgar a Unidade de Conservação como um território de uso público. Ações de educação ambiental também contribuíram de maneira significativa para despertar o interesse da comunidade do entorno e dos visitantes da macrorregião. Na avaliação, a equipe relacionou os pontos positivos e negativos e pontuou onde a iniciativa pode ser aperfeiçoada.

PERÍODO

Dezembro de 2013 a julho de 2015.

PARCEIROS DO PROJETO

Conselho Consultivo do Parque Estadual do Pico do Itambé; Câmara Municipal de Santo Antônio do Itambé; Prefeitura de Santo Antônio do Itambé.



INSPIRE-SE!

- » **No momento de desenvolver propostas para outros órgãos, é essencial incluir os benefícios para todos os envolvidos. Por mais que eles estejam conectados e integrados, vale a pena pontuar, assim como reforçar os impactos de tal medida na sociedade e no fortalecimento entre as instituições.**
- » **Leve o conhecimento adquirido em cursos e capacitações para a prática, aproveite suas experiências e antecipe-se diante de situações semelhantes. A teoria só existe para fazer a diferença na prática.**
- » **A gestão compartilhada com os municípios e outros parceiros nas Unidades de Conservação estaduais costuma garantir resultados positivos, já que os objetivos são alcançados no contexto regional.**



PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS PARA PROSPERAR SOMA ESFORÇOS EM SETE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Coordenação geral: Ivana Lamas (Conservação Internacional - CI-Brasil). Coordenação executiva: Adriano Melo, Tais Silva e Renata Pereira (Conservação Internacional - CI-Brasil). Gestão dos recursos e gerenciamento: Conservação Internacional.

O sul da Bahia há décadas está consolidado como polo turístico, mas as Unidades de Conservação não fazem parte do roteiro, o que revela um potencial subaproveitado. A região é um mosaico de ambientes marinhos, costeiros e terrestres, incluindo ecossistemas como recifes de coral, fundos de algas calcárias, manguezais, praias, restingas, florestas tropicais, incluindo a maior concentração de pau-brasil nativo. Apenas a biodiversidade marinha já registrou 1.300 espécies na porção sul do Oceano Atlântico. “Neste contexto, a parceria entre o ICMBio e a Conservação Internacional do Brasil (CI-Brasil) na região visa o fortalecimento do uso público em sete Unidades de Conservação e entorno, estimulando o ecoturismo entre ações de outras agendas, como restauração florestal e pesca sustentável”, destaca Adriano Melo, coordenador de Projetos da Conservação Internacional do Brasil (CI-Brasil). A iniciativa compõe a estratégia “Áreas Protegidas para Prosperar”, da CI Brasil, voltada à criação, ampliação, implementação e governança das Unidades de Conservação.

Foto: Luciano Candisani



PERFIL

Parques Nacionais: Pau Brasil; Histórico do Monte Pascoal; do Descobrimento; Marinho dos Abrolhos; Reservas Extrativistas: do Corumbau e Cassurubá. Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades.

OBJETIVOS

Fomentar o turismo sustentável nas Unidades de Conservação (UCs) federais do extremo sul da Bahia, como estratégia de desenvolvimento territorial integrado.

RESULTADOS

- » Engajamento crescente de parceiros que acreditam na transformação em escala territorial, maximizando o potencial para atrair parceiros e compartilhar benefícios sociais, ambientais, econômicos e políticos. Ação coletiva, colaborativa e planejada para o desenvolvimento da atividade de observação de aves em esfera nacional.
- » A entrada do Parque Nacional Pau Brasil na agenda institucional do ICMBio entre as prioridades para a concessão.
- » Criação de mecanismo financeiro com o apoio direto às Unidades de Conservação para custear os planos de trabalho pactuados no projeto.
- » Fortalecimento das ações que visam promover o Turismo de Base Comunitária junto aos indígenas Pataxó, da Aldeia do Pé do Monte e no entorno do Parque Nacional Marinho de Abrolhos, de modo a fortalecer a economia local.

METODOLOGIA

A Conservação Internacional (CI-Brasil) tem como abordagem demonstrar inovações em campo e depois disseminá-las gerando impactos positivos em larga escala. O uso público desses territórios é o eixo central desse trabalho.

A estratégia da CI-Brasil envolve articular projetos com potencial de gerar resultados por uma transformação territorial integrada com a participação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Parcerias governamentais e com a sociedade civil despontam como características de sustentação dos projetos relacionados abaixo:

1. Mecanismo Financeiro para Conservação (tipo fiduciário) elaborado com a participação de todos os gestores em oficinas de planejamento, sob liderança da Coordenação Regional da 7ª Região, em 2014 e 2015. Em 2016, o projeto envolveu fortemente o ICMBio sede. O Fundo Abrolhos Terra e Mar específico para o fortalecimento do uso público nas sete

UCs federais do extremo sul da Bahia contou com aporte inicial de U\$ 2,1 milhões do Global Conservation Found (GCF). A execução do Plano de Trabalho terá início em 2018.

2. Projeto de desenvolvimento da atividade de observação de aves, na Costa do Descobrimento, busca tornar a região referência no turismo nesse segmento. A iniciativa possui comitê de gestão e plano estratégico participativo. O comitê é constituído pelas equipes da Reserva Particular do Patrimônio Natural Estação Veracel; do Parque Nacional Pau Brasil; do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades; do Reserva Particular do Patrimônio Natural Rio do Brasil e da Conservação Internacional (CI-Brasil).

3. Projeto Parques para Prosperar desenvolve também ações de fomento ao Turismo de Base Comunitária (TBC). Gestores e parceiros estratégicos, como a Associação Despertar Trancoso, que implementam ações em duas comunidades do Parque Nacional do Pau Brasil (Coqueiro Alto e Sapirara). A Associação Pataxó do Pé do Monte e o Movimento Arte Manha realizam esse trabalho no Parque Nacional Histórico do Monte Pascoal.

4. Projeto de Fortalecimento do Parque Nacional Pau Brasil, em que todas as ações contaram com a participação decisiva do gestor e sua equipe. Entre 2015 e 2016, um conjunto de ações (exposição no centro de visitantes, trilhas sinalizadas, plano de gestão da segurança, elaboração de mapa oficial, entre outras) favoreceu a abertura do parque que estava fechado desde a sua criação há mais de 15 anos. O projeto levou à elaboração do Estudo de Viabilidade Econômico Financeira para delegação de serviços de apoio ao visitante.

PERÍODO

2015 a 2018.



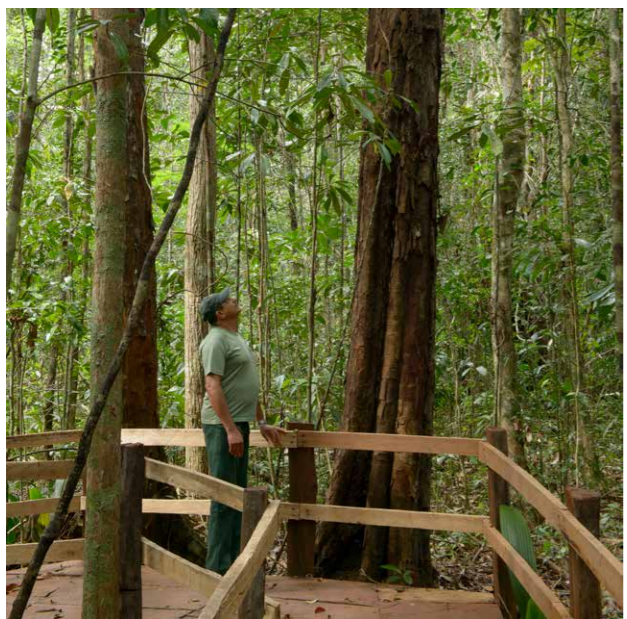
PARCEIROS DO PROJETO

Reserva Particular do Patrimônio Natural Estação Veracel; Reserva Particular do Patrimônio Natural Rio do Brasil; Associação Despertar Trancoso; Movimento Arte Manha; Conselho de Turismo da Costa das Baleias.

Foto: Jailson Souza



Foto: Luciano Candisani



INSPIRE-SE!

» **Parcerias que apoiam Unidades de Conservação com fundos fiduciários garantem a longevidade de projetos, por meio dos rendimentos das aplicações. Trabalho colaborativo é mais do que a soma das partes, na prática ele transforma pequenas ações em grandes impactos positivos. Amplie parcerias locais e regionais, invista nessa direção.**

» **A publicação Observação de Aves na Costa do Descobrimento - educação, conservação e sustentabilidade traz as lições aprendidas incluindo um Plano de Ação com orientações gerais para implantação da atividade e um guia de aves da região. http://bit.ly/Aves_Costa_do_Descobrimento**

» **Conheça o site da CI-Brasil sobre o projeto Observação de Aves <https://www.conservation.org/global/brasil/Pages/Observacao-de-Aves.aspx>**

» **Roteiros de ecoturismo que incluam duas ou três Unidades de Conservação são potencialmente estratégicos para atrair turistas. Vale a pena considerar três programações para diferentes perfis de público, destaque a característica da região, os atrativos de cada unidade, a infraestrutura, os serviços disponíveis, o melhor percurso, por onde começar, de forma que o visitante otimize o tempo entre uma área protegida e outra.**

» **Atividades tradicionais inseridas em roteiros turísticos podem aumentar a renda da população local. Converse com as lideranças, desenvolva uma proposta em conjunto com as equipes gestoras e mobilize os Conselhos.**

VISITAÇÃO AGENDADA

PARQUE NACIONAL DAS ARAUCÁRIAS ABRE PARA USO PÚBLICO COM APOIO DO CONSELHO

Coordenação geral, executiva, gestão dos recursos e gerenciamento: Juliano Rodrigues Oliveira (Parque Nacional das Araucárias/ICMBio).

As restrições no efetivo da equipe ampliam os desafios das Unidades de Conservação. No Parque Nacional das Araucárias, essa característica foi intensificada em 2008, quando apenas um servidor continuou na unidade. Mas em nenhum momento esse cenário foi sinônimo de trabalho solo, ao contrário. “Por isso, realizar parcerias e fortalecer o Conselho Consultivo são as prioridades da gestão”, pontua Juliano Rodrigues Oliveira, chefe do parque. A unidade foi criada em 2005 e até 2013 esteve fechada à visitação. Nesse período o tema não estava na pauta.

Até que em assembleia do Conselho, a implantação do uso público passou a ser o principal objetivo. “No mesmo momento, o Conselho se posicionou como principal parceiro e assumiu participação efetiva no planejamento e na implantação do processo”, destaca Oliveira.

PERFIL

Localizado na região oeste do Estado de Santa Catarina, o Parque Nacional das Araucárias abrange nos 12 mil hectares áreas dos municípios de Ponte Serrada e Passos Maia.

OBJETIVOS

Planejar, administrar, avaliar a implantação do uso público no parque e garantir a participação da sociedade local no processo.

Foto: Acervo ICMBio



RESULTADOS

» Abertura do Parque Nacional das Araucárias à visitação, mediante agendamento por e-mail. Na unidade, é possível pedalar, praticar esporte, fazer piquenique, trilhas noturnas e claro, caminhar muito. O parque estimula as visitas organizadas de escolas e universidades. Os voluntários contabilizam o fluxo de visitantes.

» Estudos para criação do Plano Municipal de Turismo e da Rota das Araucárias, com atrativos do entorno e do interior da Unidade de Conservação estão em andamento. A iniciativa é da prefeitura de Passos Maia, que contratou consultoria junto ao Sebrae-SC.

» Fortalecimento do Conselho Consultivo, representando a comunidade do entorno.

» Potenciais novos parceiros, como Sebrae, Sesi/SC e Fundação Grupo Boticário, se aproximaram da unidade após a divulgação da abertura do parque pela mídia.

METODOLOGIA

Com a equipe do Parque Nacional das Araucárias restrita ao gestor, o Conselho Consultivo assumiu o papel de parceiro estratégico e criou o Grupo de Trabalho (GT) de Uso Público para aprofundar os debates e tornar as assembleias mais produtivas, com o encaminhamento de propostas. O GT apoiou as atividades, incentivou o trabalho voluntário, reavaliou o planejamento, e, em 2017, foi incorporado à Comissão Permanente da unidade.

O Conselho também investiu na capacitação dos próprios integrantes por meio de visitas técnicas a Unidades de Conservação de uso público. A comunidade do entorno passou a ter mais representatividade nas discussões do Conselho, o que minimizou os conflitos.

A abertura da unidade à visitação não contou com recursos específicos, apenas com o tempo disponibilizado pelos conselheiros. A utilização de parte dos recursos de compensação ambiental em estrutura e contratação de serviços para a unidade foi aprovada pelo Conselho.

Com a abertura da unidade à visitação, o Conselho do Parque Nacional das Araucárias também se for-



INSPIRE-SE!

» Planejar é essencial, mas reconhecer as adaptações necessárias também. O planejamento precisa fazer parte do dia a dia, orientar a direção mas, em nenhuma fase, deve ser visto como obstáculo. Ao contrário, ele é um aliado.

» Visitas agendadas despontam como estratégia nas Unidades de Conservação onde as restrições no número de servidores representam certos limites. Nesses casos, vale a pena reforçar essa informação em todos os materiais de comunicação e diante de todo e qualquer contato feito pela mídia, pontue a importância de divulgar os contatos para o agendamento.

» Busque parcerias em diversos setores. Investir no relacionamento com as esferas municipais tem potencial capaz de fazer a diferença no impacto da Unidade de Conservação para a população. Organizações não governamentais, institutos de pesquisa, voluntários... as oportunidades são inúmeras. Implemente esforços e amplie parcerias: esse é um caminho estratégico para mobilizar a sociedade e atrair visitantes.

» Mantenha relacionamento com jornalistas e comunicadores da mídia local, identifique aqueles que cobrem temas relacionados às Unidades de Conservação e uso público e envie informações sobre a unidade. Pesquisas, números de visitação e a programação do mês podem virar pauta.

taleceu. Vale pontuar que algumas instituições nesse processo foram protagonistas, como as organizações não governamentais e a prefeitura local.

PERÍODO

Dezembro de 2013 – em andamento.

PARCEIROS DO PROJETO

Conselho Consultivo do Parque Nacional das Araucárias, prefeitura de Passos Maia/SC; Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi).

ORDENAMENTO PARTICIPATIVO

PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS E CNPT APLICAM PLANO DE AÇÃO E AUMENTAM SEGURANÇA DE BOTOS E TURISTAS

Coordenação geral: Marcelo Derzi Vidal (Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais - CNPT/ICMBio). Coordenação executiva: Priscila Maria da Costa Santos (Parque Nacional de Anavilhanas/ICMBio).

O turismo interativo com botos vermelhos (*Inia geoffrensis*), baseado na oferta de alimentos, está entre os principais atrativos do Parque Nacional de Anavilhanas. No entanto, a falta de monitoramento da atividade colocava em risco o bem-estar dos botos e a segurança dos turistas. “As interações entre botos e turistas eram realizadas sem controle. A falta de normas levava a um excesso de pessoas em interação com os botos, provocando um estresse desnecessário aos animais. Os turistas tinham permissão para nadar com os botos, o que frequentemente ocasionava comportamentos inadequados, como subir nos animais e segurar as nadadeiras. Outra situação preocupante era o oferecimento de alimentos que não faziam parte da dieta natural dos botos, como salgadinhos, cerveja, salsichas e pães”, destaca Marcelo Vidal, analista ambiental do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais/ICMBio. Dessa forma, implementar melhorias para a manutenção dessa prática de uso público na Unidade de Conservação era uma necessidade.

Foto: Marcelo Vidal



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

INSPIRAÇÃO

Cursos para instrutores do ICMBio e para facilitação de PANs.

PERFIL

Com cerca de 350 mil hectares, o Parque Nacional de Anavilhanas abrange parte dos municípios de Manaus e Novo Airão, no Estado do Amazonas. A unidade preserva o arquipélago fluvial de Anavilhanas, diversas formações florestais e fauna terrestre e aquática.

OBJETIVOS

Implementar programa-piloto de ordenamento participativo do turismo interativo com botos no Parque Nacional de Anavilhanas.

Foto: Marcelo Vidal



RESULTADOS

» Proposta de ordenamento do turismo com botos para a Amazônia elaborada e encaminhada à Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade do ICMBio, em Brasília.

» Plano de Ação para Ordenamento do Turismo com Botos no Parque Nacional de Anavilhanas colocado em prática garantiu o bem-estar dos botos e a segurança dos turistas. O documento auxilia o gestor da Unidade de Conservação na tomada de decisão.

» Mais de 100 profissionais do segmento do turismo, entre órgãos públicos e iniciativa privada, participaram de capacitações nas áreas de ecologia amazônica, biologia, conservação de cetáceos e turismo sustentável. A medida visa contribuir com a conservação dos animais e aperfeiçoar os serviços oferecidos aos turistas.

» Mais de 30 matérias sobre o tema veiculadas em jornais impressos e na mídia televisiva nas esferas estadual e nacional.

METODOLOGIA

As estratégias utilizadas no processo de ordenamento do turismo interativo com botos foram realizadas em três etapas e consideraram ferramentas de diagnóstico, de planejamento e de gestão participativa.

A primeira etapa foi a criação, em março de 2010, do Grupo de Trabalho sobre Ordenamento do Turismo com Botos (GT Botos), instituído no Conselho Consultivo da Unidade de Conservação. O grupo envolveu pesquisadores, representantes de instituições governamentais (técnicos das Secretarias de Meio Ambiente, Turismo, Educação), a iniciativa privada (proprietários de hotéis, restaurantes e de agências de turismo) e a sociedade civil organizada (membros da colônia de pescadores e das associações de operadores e condutores de turismo).

Sob a liderança do ICMBio, o GT Botos realizou ações participativas para formatar programa-piloto

de ordenamento do turismo com botos, incluindo os aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Na segunda etapa, três reuniões e dois seminários buscaram nivelar o conhecimento dos diversos atores integrantes. Após os encontros, os participantes elaboraram um conjunto de normas para o turismo com botos.

A terceira etapa consistiu em desenvolver o Plano de Ação com metas de curto, médio e longo prazo (respectivamente, quatro, oito e doze meses) para o alcance das normas estabelecidas na etapa anterior. O monitoramento e a fiscalização do alcance destas metas ficaram a cargo dos analistas ambientais do ICMBio.

Em paralelo às etapas descritas, Marcelo Vidal, coordenador da prática de gestão vinculado ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT/ICMBio), em quatro visitas ao Flutuante dos Botos, coletou mais informações sobre:

» Atendimento ao público: quantidade de funcionários, informações divulgadas aos visitantes.

» Interações turísticas com os botos: número de visitantes por grupo, conduta em relação aos animais.

» Impactos negativos de outras atividades realizadas no entorno do empreendimento: descarte de poluentes na água, fluxo de embarcações de pequeno e de grande porte.

A proposta de ordenamento do turismo com botos para a Amazônia elaborada pelo Grupo de Trabalho e encaminhada à Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade do ICMBio, em Brasília apresentou três partes distintas, mas complementares, de normas a serem seguidas: estrutura mínima e localização do empreendimento onde as interações com os cetáceos serão realizadas; modo como essa interação acontecerá; critérios relacionados ao turismo embarcado para observação dos botos.

Já o Plano de Ação desenvolvido colocou em prática os seguintes itens: palestra antecede a interação com os botos; número limitado de visitantes no mirante e nas plataformas do Flutuante dos Botos; o visitante entra na água somente em plataforma submersa e com uso obrigatório de colete salva-vidas. A alimentação dos botos é restrita aos funcionários do Flutuante dos Botos, que devem oferecer nas oito sessões diárias, com duração máxima de 30 minutos cada, apenas peixe resfriado no limite de 2 kg por dia/boto. O Flutuante dos Botos também teve a localização alterada e a delimitação de uma área de 20 m ao redor do empreendimento, onde é proibida a circulação de embarcações.

A capacitação dos profissionais que atuam no segmento do turismo foi outra frente da iniciativa. Os participantes foram selecionados a partir de critérios de representatividade de gênero, capacidade de aplicação e de multiplicação dos conhecimentos adquiridos e o reconhecimento da atuação como liderança dentro de seu grupo.

Ações de marketing social também integraram a estratégia para difundir informações educativas sobre o ordenamento do turismo com os botos e os principais impactos antrópicos à espécie. Mais de 200 exemplares de um cartaz, em português e inglês foram produzidos e distribuídos em hotéis, pousadas, restaurantes, aeroportos e operadoras de turismo. No Flutuante dos Botos, onde acontecem as interações, um banner sintetiza informações sobre a biologia e a anatomia dos botos como forma de qualificar a visita e estimular atitudes compatíveis com as Unidades de Conservação.

O projeto contou com recursos orçamentários do ICMBio e do Programa Áreas Protegidas da Amazônia.

PERÍODO

Março de 2010 – em andamento.



INSPIRE-SE!

» **Interação entre animais e turistas deve prever regras claras ao visitante. A qualidade da experiência para o público também está relacionada à organização e às informações compartilhadas no local.**

» **Turistas precisam conhecer as regras quando estão escolhendo os passeios, isso evita desgaste desnecessário aos profissionais envolvidos na atividade. Divulgue as normas no site da unidade, nas redes sociais e distribua material para fixação em lugares-chave como hotéis, pousadas, centro de informações turísticas e aeroportos.**

» **A capacitação de profissionais-chave do setor relacionados ao projeto valoriza quem trabalha no segmento, estimula o compartilhamento da informação e favorece parcerias.**

PARCEIROS DO PROJETO

Conselho Gestor do Parque Nacional de Anavilhanas; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa); Instituto de Pesquisa Ecológicas (IPÊ); Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônica (Cepam); Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema/AM); Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonastur); Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Turismo e Educação de Novo Airão; hotéis, pousadas e restaurantes; agências de turismo; associações de operadores e transportadores de turismo; colônia e associação de pescadores; sindicato de trabalhadores rurais.

REABERTURA DE TRILHAS EM CARÁTER EXPERIMENTAL GARANTE VITÓRIA DA SOCIEDADE

Coordenação executiva: Grupo de Trabalho do Conselho Consultivo (CC). Coordenação geral: Conselho Consultivo (CC). Gestão dos recursos e gerenciamento: equipe do Parque Nacional de São Joaquim/ICMBio.

Durante mais de 50 de anos, o uso público do Parque Nacional de São Joaquim – entre os 10 mais visitados do país – antecedeu a regulamentação oficial de 2012 e a publicação do primeiro Plano de Manejo. “Em janeiro de 2015, o ICMBio - por conta do posicionamento mais restritivo no período - optou pelo fechamento das trilhas à visitação, diante da falta de instrumentos como o Plano de Manejo. A ação repercutiu negativamente no trade turístico e em toda a sociedade, culminando com reuniões em Brasília, cartas e protestos em rede social, sem naquela época, sensibilizar a instituição. Os problemas de gestão para a equipe começaram a aparecer, como a entrada de pessoas não autorizadas e até caçadores, a mesma história conhecida em outras situações”, pontua Michel Tadeu R. N. de Omena, analista ambiental da unidade. Nesse contexto de mobilização social, servidores da unidade buscaram alternativas e contaram com o apoio de uma série de instituições.

Foto: Sérgio Sachet



PERFIL

Localizado na região Serrana de Santa Catarina, o Parque Nacional de São Joaquim, com cerca de 50 mil hectares, protege o bioma Mata Atlântica, com expressiva presença de remanescentes de matas de araucárias. A unidade é formada por áreas dos municípios de Urubici, Bom Jardim da Serra, Grão Pará, Lauro Müller e Orleans.

OBJETIVOS

Integrar a sociedade na gestão da Unidade de Conservação; refletir sobre os objetivos das áreas protegidas.

RESULTADOS

- » Reabertura das Trilhas da Nascente do Rio Pelotas e da Pedra Furada em caráter experimental com consequente aumento no número de visitantes.
- » Em 2017, 346 pessoas percorreram a trilha da Pedra Furada, algumas repetiram o percurso. Questionadas se fariam a trilha novamente, todas responderam que sim. 100% dos visitantes aprovaram a quantidade de pessoas na trilha simultaneamente.
- » Formação de Câmara Técnica de Uso Público. Aprimoramento na relação da equipe gestora da UC com o Conselho, visitantes, sociedade. Visibilidade do movimento pela reabertura das trilhas na mídia.
- » Aumentar a proteção do Parque Nacional de São Joaquim contra caçadores. Fortalecer o Conselho e as parcerias com as prefeituras de Urubici, Grão Pará e Bom Jardim da Serra, em Santa Catarina e o Comando da Aeronáutica.

METODOLOGIA

O fechamento das trilhas mobilizou uma série de parceiros locais: Instituto Serrano de Conservação da Natureza (Isecon); Comando da Aeronáutica (DTCEA-MDI); proprietários de áreas rurais não regularizadas; Fundação do Meio Ambiente (Fatma), órgão estadual de meio ambiente substituído pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), a partir de dezembro de 2017.

Durante reuniões do Conselho Gestor do Parque Nacional de São Joaquim, o tema foi avaliado, levando em consideração os prós e contras e equipe disponível para monitorar e prezar pela segurança dos visitantes e a integridade dos recursos naturais.

Parceiros ficaram responsáveis pela avaliação das trilhas, verificação de impactos; identificando necessidade de melhoria. Após o levantamento, os dados justificavam a abertura experimental de duas trilhas. Assim os servidores da Unidade de Conservação poderiam concentrar esforços nos trechos. O trabalho voluntário na manutenção das trilhas foi essencial.



INSPIRE-SE!

- » Estimule a gestão compartilhada, valorize a integração dos conselheiros e dos comunitários. A mobilização desses grupos aumenta o senso de pertencimento da sociedade em relação às áreas protegidas, o que contribui com o trabalho de gestão.
- » Parcerias com institutos de pesquisa e observatórios conferem subsídios para a gestão nas mais diversas frentes.
- » O uso público dos parques federais favorece a visitação no município e no Estado. Busque estreitar relacionamentos e trabalhar a divulgação do parque com as Secretarias de Turismo.

A equipe gestora da UC reavaliou as trilhas com o uso de indicadores NBV (número balizador da visitação) e VIM (gerenciamento do impacto da visitação). A Coordenação de Planejamento, Estruturação da Visitação e do Ecoturismo (Coest/ICMBio) analisou os dados e permitiu a reabertura das trilhas Nascentes do Rio Pelotas e da Pedra Furada. No momento, visitantes interessados nos percursos devem efetuar agendamento.

PERÍODO

Novembro de 2016 – em andamento.

PARCEIROS DO PROJETO

Conselho do Parque Nacional de São Joaquim; Instituto Serrano de Conservação da Natureza (Isecon); Destacamento de Controle do Espaço Aéreo - Morro da Igreja (DTCEA MDI); proprietários de áreas rurais não regularizadas; Fundação do Meio Ambiente (Fatma) - órgão estadual de meio ambiente - substituído pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), a partir de dezembro de 2017.

GESTÃO PARTICIPATIVA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Conselhos, voluntariado, parcerias com diferentes esferas de governo e a criação de novos espaços de discussão potencializam as metas da equipe gestora e transformam realidades que rompem os limites das áreas protegidas. Confira os desafios superados por cada uma dessas práticas e as ações que fizeram a diferença.



Foto: Fernando Tatagiba

PROCESSO FORMATIVOS

PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS UNEM DIFERENTES ATORES SOCIAIS COM OBJETIVOS COMPARTILHADOS

Coordenação geral, executiva e gestão de recursos: Departamento de Educação Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Um dos propósitos do Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Bolsa Verde) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) é estimular a participação dos beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional. “Em 2015, foi desenvolvida uma estratégia com o intuito de contribuir com essa questão. O Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente propôs a estruturação de Projetos Político Pedagógicos (PPPs) de Educação Ambiental para o público do programa Bolsa Verde. Essa dinâmica já vinha sendo trabalhada pelo Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF) em diversos Estados e territórios do país.”, comenta Patrícia Fernandes Barbosa, analista ambiental do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

Os motivos que reforçam a importância de Projetos Políticos Pedagógicos de Educação Ambiental em Unidades de Conservação envolvem o fortalecimento das próprias unidades. “Os PPPs se justificam pelo desafio de pensar e planejar ações formativas nessas áreas com os atores envolvidos direta ou indiretamente na gestão, contribuindo para a resolução dos problemas existentes e na organização de ações educativas estruturantes nas UCs”, pontua Patrícia Fernandes Barbosa.

PERFIL

Três grupos distintos participaram da iniciativa. No Distrito Federal, Área de Proteção Ambiental do Planalto Central, o Parque Nacional de Brasília e a Reserva Biológica de Contagem. No Pará, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá; e no Amazonas, a Floresta Nacional de Tefé.

OBJETIVOS

Compreender os territórios onde as UCs estão inseridas e desenvolver com a comunidade caminhos para mapear ações capazes de orientar a atuação dos vários atores e instituições com base em uma visão comum. Relacionar as dificuldades, necessidades e potencialidades de cada unidade com o processo participativo; mapear ações em andamento como forma de articular parcerias e potencializar a sua realização; propor ações de educação ambiental que ampliem a participação e fortaleçam a gestão das Unidades de Conservação. Contribuir na adoção de práticas sustentáveis e agroecológicas; fortalecer as comunidades na busca da qualidade de vida e na conservação da biodiversidade.



RESULTADOS

» Em todas as UCs, fortalecimento do diálogo com as comunidades, ampliação de parcerias com instituições de ensino e organizações locais, além da forte demonstração da efetividade dos Conselhos.

» Ampliação do olhar sobre as problemáticas socioambientais do Distrito Federal, surgimento de ações convergentes e maior sinergia no trabalho dos gestores das UCs. O ponto de partida de todas essas ações foi a possibilidade que o Projeto trouxe de juntar diferentes atores sociais em territórios com características socioeconômicas e ambientais heterogêneas. No Distrito Federal: 100 ações mapeadas e 40 atores com potencial de articulação em atividades na área ambiental relacionadas aos principais desafios dos territórios.

» Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá/PA: envolvimento de oito comunidades da reserva e de doze instituições parcerias, alcançando 300 participantes. Criação da Câmara Temática de Educação Ambiental (CTEA), do Conselho Gestor da unidade, para liderar as ações do Projeto Político Pedagógico.

» Na Floresta Nacional de Tefé/AM: a principal parceira na execução do trabalho foi a Associação de Produtores Agroextrativistas da Floresta Nacional de Tefé e Entorno (Apafe). O Conselho comprometido com a melhoria das condições de vida das comunidades da Floresta Nacional e entorno foi uma escolha acertada como o “espaço maior” de gestão do PPP. Os espaços de diálogo fortaleceram a interação entre moradores, professores municipais e instituições governamentais e não governamentais atuantes nas áreas de educação e no agroextrativismo.

METODOLOGIA

O processo foi realizado com a contratação de consultorias técnicas com recursos do Departamento de Educação Ambiental (DEA) disponíveis no Projeto de Cooperação Técnica (PCT) Educação Ambiental,

firmado com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

Em 2015, MMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) definiram o escopo do trabalho e as UCs prioritárias: Floresta Nacional de Tefé/AM e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá/PA. No Distrito Federal, em 2016, a escolha das Unidades envolveu diálogo com gestores das UCs. A principal referência utilizada durante o projeto foi o Guia Metodológico de Oficina do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF).

A estruturação dos PPPs ocorreu em três eixos principais: conceitual, situacional e operacional:

1. No eixo conceitual, foram reunidos os marcos legais que orientaram o processo, os principais conceitos e seus significados, valores, princípios, saberes e sonhos.
2. No eixo situacional, estavam concentrados os levantamentos de dados, análises de indicadores sociais e mapeamentos das instituições e ações socioambientais e educacionais.
3. No eixo operacional, foram definidas as ações estruturantes, seguindo as linhas de implementação do PEAAF, como articulação, formação, comunicação, apoio aos territórios, fomento, continuidade, monitoramento e avaliação.

Oficinas específicas sobre cada eixo mobilizaram diferentes instituições e grupos envolvidos na gestão do território. Entrevistas-diálogo, rodas de conversa, reuniões, grupos de trabalho, levantamento de dados secundários, observação participante e leitura dialogada estavam entre as estratégias utilizadas para o levantamento das contribuições ao PPP. Em todos os PPPs estavam previstas ações de monitoramento e avaliação como linha do eixo operacional.

As semelhanças quanto aos desafios nas unidades do Distrito Federal e do Pará se referem aos resíduos sólidos e fiscalização ambiental no combate à caça e à pesca ilegais nas UCs. Sobre os resíduos, no

Distrito Federal os apontamentos destacam a proximidade do lixão e a pressão antrópica (aquilo que é consequência da ação do homem), enquanto, no Pará, a ausência de coleta e a destinação inadequada ainda resistem como problemas.

Na Floresta Nacional de Tefé, por conta das particularidades da categoria, os desafios incluem: o êxodo rural desencadeado pela busca por melhores condições de saúde e educação para crianças e jovens; pouca diversificação da produção agrícola; intensificação do uso das capoeiras (redução do tempo de pousio) e perda da identidade cultural (em especial o saber sobre os usos dos recursos).

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) conduziu o processo de construção e a redação do PPP, enquanto o ICMBio forneceu apoio logístico e contou com parceiros que contribuíram com a mobilização dos participantes.

PERÍODO

PPP (DF): Julho de 2016 a março de 2017.

PPP (PA) e (AM): Fevereiro a julho de 2016.

Foto: Equipe DEA



INSPIRE-SE!

» **Conheça as ações defendidas pelos atores sociais da sua região na área socioambiental. Considere incluir além do entorno e da cidade onde está a UC os municípios próximos. Identifique potenciais parceiros alinhados às ações e princípios defendidos pela UC e some esforços.**

» **Faça um levantamento dos principais obstáculos na área ambiental sob o olhar de diferentes lideranças.**

» **A elaboração participativa de PPPs em UCs apresenta breve, mas importante histórico, como excelente instrumento metodológico de mobilização e planejamento, definindo prioridades para apoio financeiro e contribuindo com a gestão da UC.**

» **Boas experiências devem ser compartilhadas: trace planos, estratégias, busque novas soluções e troque conhecimento prático com gestores de Unidades de Conservação da região.**

PARCEIROS DO PROJETO

PPP (DF): Consultora Sumaya Cristina Dounis; Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema); Instituto Brasília Ambiental (Ibram); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal; (Caesb); Agência Reguladora de Águas, Energia; Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa); Associação de Produtores do Núcleo Rural Lago Oeste (Asproeste); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater); Associação dos Carregadores da Ceasa (Ascar); Pesquisa Agropecuária (Embrapa Cerrados); Agropecuária (Embrapa Cerrados); Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (Seagri); Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEE-DF); Representante da Comunidade da Serrinha do Paranoá; Instituto Federal de Brasília (IFB); Instituto Federal de Goiás (IFG); Universidade de Brasília (UnB); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Administração da RA Lago Norte; Reserva da Biosfera; Secretaria de Educação do Distrito Federal; Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama); Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU); Agência de Fiscalização do Distrito Federal (Agefis); Escola da Natureza; Estação Ecológica de Águas Emendadas (Esec-AE); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Votorantim

Cimentos; Brasília é o Bicho; Instituto Oca do Sol; Projeto Se liga aí; Amigos do Parque Canela de Ema; Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília; APA do Planalto Central; Reserva Biológica da Contagem e Parque Nacional de Brasília.

PPP (PA): Consultora Maria Henriqueta Andrade Raimundo; moradores das Comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá; Associação dos Trabalhadores Rurais Agroextrativistas do Itatupã-Baquiá; Câmara Municipal de Gurupá; Casa Familiar Rural de Gurupá; Conselho Gestor da RDS Itatupã-Baquiá; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-Gurupá); Escolas Municipais da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá; Grupo de Mulheres do São João do Jaburu; Polo de Educação da Região da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá; Prefeitura Municipal de Gurupá e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Gurupá.

PPP (AM): Consultora Lêda Luz; Associação de Produtores Agroextrativista da Floresta Nacional de Tefé e Entorno (Apafe); Instituto Federal do Amazonas (Ifam); Universidade do Estado do Amazonas (UEA); Jovens Protagonistas; Prefeitura de Tefé; Prefeitura de Alvarães; Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.

Foto: Maria Henriqueta



Foto: Equipe DEA



EDUCAÇÃO TRANSFORMA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO GARANTE RESULTADOS TRANSDISCIPLINARES

Coordenação geral: Huéfeson Falcão dos Santos (Jovens Protagonistas da Floresta Nacional de Tefé). Coordenação executiva: Núcleo de Gestão Integrada Tefé (NGI Tefé) com apoio da Coordenação de Educação Ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Gestão dos recursos e gerenciamento: Coordenação de Educação Ambiental do ICMBio, equipes gestoras das Unidades de Conservação; Leonardo Rodrigues (consultor).

A precariedade da educação na Floresta Nacional de Tefé era tema recorrente nas comunidades tradicionais sob dois aspectos, acesso e qualidade. “Isso passa a ser um dos principais problemas para a gestão da Unidade de Conservação (UC), tendo em vista que muitas comunidades acabam porque os ribeirinhos se mudam para a cidade em busca de educação para seus filhos”, afirma Huéfeson Falcão dos Santos, liderança dos Jovens Protagonistas da Floresta Nacional de Tefé.

Espaços dominados pelos homens também exerciam forte influência nas comunidades, dificultando qualquer interferência daqueles que não se sentiam por eles representados. “Nas reuniões comunitárias e de gestão, a participação de homens com mais de 30 anos era predominante. As comunidades relatavam dificuldades para eleger novos presidentes que normalmente permaneciam por muitos anos no cargo. A partir disso, ficou evidente a importância de melhorar a representatividade de jovens e mulheres nos locais de decisão.”, destaca Santos.

Prestes a completar 30 anos, a Floresta Nacional de Tefé até um passado recente era pouco conhecida no município que dá nome à unidade e inclusive por jovens moradores que vivem na própria área protegida, o que já indicava a falta de senso de pertencimento.

Diante dessa realidade, o Projeto Político Pedagógico transborda aprendizados, tanto de chegar a um consenso sobre o ponto de partida frente a tantos desafios, quanto no momento de traçar estratégias tendo em vista a meta a ser alcançada.



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

INSPIRAÇÃO

O II Curso de Educação Ambiental e o I Ciclo de Gestão Participativa, em especial a participação de Tatiana Souza, analista ambiental do ICMBio, na época lotada na Reserva Extrativista do Baixo Juruá/AM e de mais um jovem dessa UC que decidiram escrever junto com os jovens a Boa Prática apresentada unindo duas demandas: aumentar a participação da juventude nas UCs e investir na formação de novas lideranças, utilizando a metodologia Verde Perto Educação, conduzida pelo professor Leonardo Rodrigues.

PERFIL

Localizada na região do Médio Rio Solimões, microrregiões geográficas de Tefé e Juruá, a Floresta Nacional de Tefé conta com 1.020.000 hectares onde vivem cerca de 100 comunidades tradicionais, cerca de 900 famílias, 3.600 pessoas.

OBJETIVOS

Estruturar as ações de educação ambiental, no âmbito formal e informal, como estratégia para mobilizar a comunidade local em relação às questões ambientais e propor soluções capazes de valorizar os conhecimentos tradicionais e favorecer a permanência das comunidades. Elaborar e implementar o Projeto Político Pedagógico (PPP) incluindo o resgate da cultura e das experiências comunitárias. Diversificar as lideranças nos mais diversos estratos, jovens e mulheres devem ganhar espaço e desenvolver atividades independente dos homens.

RESULTADOS

» Jovens líderes formados com forte participação nas reuniões e maior senso de pertencimento quanto ao lugar onde vivem. Articulados, demandaram cadeira no Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Tefé e no Conselho Municipal da Juventude, assumindo cargos na diretoria da Associação. Os jovens buscaram melhorias na educação pública para as comunidades junto aos Ministérios Públicos Federal e Estadual.

» Lideranças de mulheres formadas estão participando de maneira ativa das reuniões. Unidas, demandaram cadeira específica no Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Tefé. Elas são responsáveis pela criação e manutenção de cinco hortas agroecológicas, que melhoram a segurança alimentar das famílias e apresentam potencial capaz de gerar renda.

» Formação de meliponicultores nas comunidades (criação de abelhas sem ferrão) como alternativa à diversificação de fontes de renda. O projeto teve início com dois produtores e já conta com mais de 30. Com a atividade, os produtores extraem e comercializam mel e derivados.

» Elaboração de três livros paradidáticos sobre a Floresta Nacional de Tefé com forte envolvimento dos moradores, para utilização nas aulas nas comunidades. A oficina de formação para 45 professores do ensino fundamental teve recursos do PNUD 08/023. O Projeto Político Pedagógico (PPP) na Floresta Nacional de Tefé já vem sendo adotado como prática pela Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental (DGPEA/ ICMBio).

Foto: Acervo ICMBio



METODOLOGIA

Para apoiar a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Floresta Nacional de Tefé, o Ministério do Meio Ambiente contratou uma consultoria. A construção participativa do projeto foi garantida com uma série de reuniões envolvendo diferentes públicos, como conselheiros, jovens, mulheres, professores e gestores municipais e instituições parceiras. Já o consenso sobre diretrizes, objetivos, métodos e ações voltadas à educação ambiental foi obtido em oficinas.

Entre as frentes já trabalhadas no Projeto Político Pedagógico estão tanto ações com início anterior ao projeto, mas que ganharam apoio, quanto novas iniciativas:

Grupo de Jovens Protagonistas: consiste na realização de Encontros de Jovens com o objetivo de mobilizar, organizar e formar a juventude extrativista. A metodologia tem como base o Verde Perto Educação alicerçado no tripé: protagonismo juvenil, transdisciplinaridade e educação lúdica.

Grupo de Mulheres da Floresta Nacional de Tefé: formar, mobilizar e organizar mulheres de 11 comunidades. A iniciativa é uma parceria entre a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e o Instituto Federal do Amazonas (Ifam), que levou à aprovação de um projeto junto ao MDA. Política, direitos e saúde, os três com foco na mulher, estão entre os temas-chave dos encontros de formação. Na capacitação, as mulheres ampliam o conhecimento sobre hortas agroecológicas e contam também com visitas de assistência técnica.

Foto: Acervo ICMBio



Grupo de Meliponicultores Multiplicadores: a atividade desenvolvida desde 2012 teve início com a capacitação promovida pelo Instituto Mamirauá. Os primeiros produtores formados, atualmente, realizam oficinas sobre construção de caixas de abelhas, controle de pragas, Boas Práticas na manipulação dos produtos e formas de comercialização. As temáticas das oficinas são definidas com base nas demandas dos moradores. No fim do ano, os envolvidos com a prática desenvolvem um planejamento na tentativa de atender às expectativas dos demais moradores. Uma vez feito o planejamento, as lideranças do grupo buscam recursos financeiros com o ICMBio e/ou com outros parceiros, como o Sebrae, por exemplo.

Elaboração de Material Paradidático e Capacitação de Professores(as): desenvolvimento e publicação de três livros paradidáticos para utilização nas escolas da unidade. Os recursos vieram de edital para divulgação do conhecimento. Uma oficina específica foi promovida para o levantamento e confirmação das informações. O primeiro livro traz conteúdo sobre natureza, modo de vida, história e trabalho. O segundo apresenta atividades pedagógicas, enquanto o terceiro é de literatura infantil. O desenvolvimento das obras só foi possível pela parceria do ICMBio-Tefé com o Núcleo de Estudos em Geografia e Ambiente (Nega-UFRGS).

PERÍODO

Abril de 2011 – em andamento.

PARCEIROS DO PROJETO

Universidade do Estado do Amazonas (UEA); Núcleo de Estudos em Geografia e Ambiente (Nega-UFRGS); Associação de Produtores Agroextrativistas da Floresta de Tefé e Entorno (Apafe); Grupo de Jovens Protagonistas; Grupo das Mulheres da Floresta Nacional de Tefé; Secretarias Municipais de Educação de Tefé e de Alvarães/AM.



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



INSPIRE-SE!

» Conheça os livros paradidáticos desenvolvidos na Boa Prática:

» **O lugar onde moro – Flona de Tefé – Práticas Pedagógicas de Geografia**
Organizadores: Cristiano Quaresma de Paula, Maíra Suertegaray Rossato, Cleder Fontana, IGEO/UFRGS (2016).
<http://bit.ly/flonatefe1>

» **O lugar onde moro – Geografia da Flona de Tefé**
Organizadores: Dirce Maria Antunes Suertegaray, Cláudia Luísa Zeferino Pires, Cristiano Quaresma de Paula. <http://bit.ly/flonatefe2>

» **Livro infantil: Boyrá e o menino (apenas em versão impressa)**
Maíra Suertegaray / Ilustrações: Carla Pilla Editora Compasso Lugar Cultura (2016).

» **Conhecimentos transmitidos pela comunicação oral são excelentes fontes de inspiração para livros infantis e permitem levar a cultura de uma etnia, por exemplo, para crianças de todo o país.**

» **A utilização do livro impresso faz toda a diferença na sala de aula, mas a versão digital pode levar a mensagem para outras comunidades, outras cidades, Estados; nesses casos o conteúdo teria outra função, a de revelar e valorizar as diferenças socioculturais.**

» **As lideranças das comunidades tradicionais são de fato representativas, com a participação de homens, mulheres e jovens? Avalie o seu cenário e busque envolver pessoas de diferentes grupos, novos perfis trazem diferentes olhares inclusive em relação à Unidade de Conservação.**

A ENTRADA DE UM TERCEIRO ATOR SOCIAL PODE MUDAR OS RUMOS DE UM CONFLITO

Coordenação geral: Nicholas Kaminski (Fundação Neotrópica do Brasil - FNB). Coordenação executiva: Nicholas Kaminski, Juliana Andrade Santana, Isis Rodrigues Reitman, Rodolfo Portela Souza e Giana Alves Corrêa (Fundação Neotrópica do Brasil - FNB); Nayara Stacheski e Sandro Roberto da Silva Pereira (Parque Nacional da Serra da Bodoquena/ICMBio). Gestão dos recursos e gerenciamento: Fundação Neotrópica do Brasil.

Apesar de recente, o Parque Nacional da Serra da Bodoquena tinha sua trajetória relacionada aos conflitos com o Assentamento Canaã, localizado nos limites da Unidade de Conservação (UC). “A criação de uma UC de proteção integral após 20 anos de existência do assentamento gerou diversos conflitos ambientais e fundiários que perduraram até recentemente. A falta de informação sobre o contexto da criação de uma UC, a regularização fundiária de alguns lotes sobrepostos à área do parque ainda não concluída e a restrição na utilização desses lotes levou a uma relação bastante conflituosa entre os assentados e a gestão da unidade”, pondera Nicholas Kaminski, superintendente executivo da Fundação Neotrópica do Brasil (FNB).

Entre as principais atividades econômicas nos 3.620 hectares do assentamento estava a pecuária (leite e corte) praticada sobre solos rasos e com grande potencial de erosão. Até 2016, diversas tentativas de aproximação da gestão do parque com a comunidade do Assentamento Canaã foram frustradas, qualquer movimento parecia em vão até que surgiu uma janela de oportunidade pela iniciativa de uma organização de fins não lucrativos na área de conservação da natureza.

PERFIL

O maior remanescente de Mata Atlântica de interior do Brasil está no Parque Nacional da Serra da Bodoquena. A unidade tem como principal característica o relevo cárstico que funciona como reservatório hídrico em canais submersos, responsáveis por uma série de rios que seguem para o Pantanal. O Assentamento Canaã localizado nos limites do parque, no município de Bodoquena/MS, possui 3.620 hectares ocupados por 50 lotes. Em 1980, contava com mais de 100 famílias, atualmente, apenas 37 residem no local.

OBJETIVOS

Demonstrar aos moradores do Projeto Canaã que novas alternativas de geração de renda aliadas à conservação da natureza são possíveis. Realizar oficinas de capacitação sobre Turismo de Base Comunitária, recursos naturais e sistema agroflorestal, com plantio de mudas de espécies arbóreas nativas e de plantas de espécies agrícolas, visando a produção e a recuperação florestal, principalmente de matas ciliares nas propriedades. Otimizar o uso da terra, conciliando a produção florestal com a produção de alimentos, conservando o solo e diminuindo a pressão pelo uso da terra para produção agrícola. Desenvolver atividades de educação ambiental, em especial a observação de aves, com crianças e jovens residentes no Assentamento Canaã.

RESULTADOS

- » Aproximação e mudança na relação entre os moradores e a equipe gestora da UC, que passou a ser vista como parceira.
- » O olhar sobre o parque também revela alterações, desde o projeto, a unidade é considerada como oportunidade de crescimento para a região. O acesso a alguns atrativos em áreas que estão sendo regularizadas dentro da UC poderá ser feito pelo assentamento Canaã, integrando assim a comunidade na dinâmica do parque.
- » O fortalecimento da comunidade levou à criação de uma nova associação, o que demonstra superação quanto a uma infeliz experiência com o antigo grupo. O trabalho especificamente com mulheres não estava previsto, mas também registrou avanços em busca de novas perspectivas de trabalho.
- » A implantação dos sistemas agroflorestais proporcionou melhor qualidade de vida aos moradores e ao mesmo tempo contribuiu na regeneração dos solos degradados e na restauração da mata ciliar em alguns lotes. Os moradores aprimoraram o manejo do gado, compreenderam a legislação vigente e passaram a segui-la.

METODOLOGIA

Em 2016, a Fundação Neotrópica iniciou o Projeto Canaã e convidou a gestão do parque a apoiar a iniciativa. Esse momento foi um marco de uma nova relação entre moradores da comunidade e a gestão do parque, com a construção do diálogo no sentido da resolução de conflitos.

A partir de visitas e conversas nas residências do Assentamento foi feito diagnóstico nas esferas socioeconômica e ambiental. Coleta de pontos em GPS, criação de mapas, cadastro dos moradores e calendário de atividades subsidiaram o desenvolvimento do projeto.

As oficinas participativas incluíram as seguintes estratégias: mapa falado, linha do tempo, diagrama de Venn (organização de conjuntos para agrupar elementos dentro de figuras geométricas e de suas áreas de conexão) e árvore dos sonhos. Visitas a outros projetos no Estado para troca de experiências também integraram o processo. Após o levantamento, foram realizadas reuniões participativas e oficinas de capacitação, seguidas de almoço e conversas informais.

Foto: Acervo FNB



O repasse de conhecimento à comunidade privilegiou a apresentação de alternativas produtivas sustentáveis, implantação dos sistemas agroflorestais e diversificação da produção. Visitas periódicas e registros fotográficos são as práticas utilizadas para o monitoramento do plantio. A assessoria técnica aos moradores busca responder as questões levantadas nas oficinas. As reuniões com a comunidade apresentam como eixo as técnicas e ferramentas de participação comunitária.

O projeto contou com apoio financeiro do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA).

PERÍODO

Junho de 2016 – em andamento.

PARCEIROS DO PROJETO

Prefeitura Municipal de Bodoquena/MS; Agência Nacional de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul (Agraer).

Foto: Acervo FNB



INSPIRE-SE!

» Participação de atores sociais de diferentes esferas muitas vezes favorece a construção do diálogo e a identificação do interesse em comum. A presença exclusiva de atores sociais posicionados nos extremos é um desafio por si só.

» Desenvolver atividades com crianças presume resultados de longo prazo, mas considerando a influência delas sobre as famílias o retorno pode estar mais próximo do que o estimado.

» Visitas de monitoramento possuem múltiplas funções: acompanhar a evolução da iniciativa, trocar informações sobre o projeto e aprimorar a relação com a comunidade, mantendo sempre esse canal aberto.

» Capacitar os moradores de assentamentos em atividade econômica harmônica à Unidade de Conservação e que dialogue com o perfil da comunidade desponta como potencial instrumento gerador de renda.

Foto: Acervo FNB



MAGISTÉRIO EXTRATIVISTA

79 JOVENS ATINGEM O ENSINO FUNDAMENTAL EM RESERVAS EXTRATIVISTAS DA TERRA DO MEIO

Coordenação geral: Raquel da Silva Lopes (Universidade Federal do Pará – UFPA/Campus Altamira). Coordenação executiva: Universidade Federal do Pará, por meio da Escola de Aplicação e do Campus de Altamira. Gestão dos recursos e gerenciamento: Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa da Universidade Federal do Pará (Fadesp/UFPA).

A dificuldade do acesso à educação, em especial nas áreas protegidas da região Norte, desponta como um dos principais obstáculos ao empoderamento das comunidades locais, comprometendo a condução dos próprios interesses na gestão do território em que vivem. “O diferencial da educação está relacionado não somente à necessidade de diminuir a distância estrutural que separa esses segmentos do acesso à educação formal, mas também – e sobretudo – à possibilidade concreta de, uma vez incluídos no sistema escolar, reunirem condições para uma efetiva apropriação dos elementos fundamentais para o seu “empowerment” e, conseqüentemente, para a superação das condições sociais de vulnerabilidade que transformam diferença em desigualdade”, destaca Raquel da Silva Lopes, professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará/Campus Altamira.

Dados do Censo Escolar de 2010 divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Legislação e Documentos (Inep) indicam que na região Norte 40% das matrículas da 1ª a 4ª séries concentram-se na zona rural, em relação a 5ª a 8ª o índice é de apenas 15%. Em resposta a essa realidade, uma série de instituições parcerias, incluindo representantes da sociedade civil e órgãos públicos, além de universidades e escolas investem em duas frentes relativas à educação nas Reservas Extrativistas, confira.

Foto: Acervo Projeto



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PERFIL

Reservas Extrativistas: Rio Xingu/PA; Rio Iriri/PA; Riozinho do Anfrísio/PA.

OBJETIVOS

Aumentar a escolaridade de jovens moradores das Unidades de Conservação (UCs) da Terra do Meio/PA; habilitar professores das Reservas Extrativistas da Terra do Meio e adjacências ao exercício da docência profissional identificados/as com as raízes e o cotidiano das Reservas Extrativistas; construir um sistema diferenciado de ensino para as escolas da Reservas Extrativistas comprometido com a transformação da educação e da realidade desses territórios; promover o intercâmbio entre as experiências de educação escolar extrativista, no Estado e no país.

Foto: Acervo Projeto



RESULTADOS

- » 79 jovens extrativistas atingiram o Ensino Fundamental. Construção de uma metodologia eficaz afirmativa para o enfrentamento das desigualdades sociais.
- » Mobilização dos jovens e dos demais segmentos das comunidades extrativistas das UCs.
- » Compreensão socioantropológica a respeito da complexa questão da educação escolar para comunidades tradicionais isoladas fundamentada em pesquisas científicas.
- » Geração de conhecimento para a operacionalização de uma proposta pedagógica adequada às necessidades e às características dessas comunidades, incluindo problematizar ideologias que alimentam pré-noções e preconceitos que naturalizam a desigualdade.

METODOLOGIA

O Projeto Formação de Professores/Magistério Extrativista da Terra do Meio trabalhou com três sub-turmas; uma por Reserva Extrativista, atendendo assim a um pedido dos moradores e os desafios logísticos.

A primeira etapa consistiu em duas frentes: a seleção de estudantes e a escolha dos professores formadores. Os estudantes tinham que ser moradores das Reservas Extrativistas e áreas adjacentes interessados e referenciados pela comunidade. Já a seleção dos professores formadores trouxe como condições para inscrição o licenciamento nas diferentes áreas do conhecimento, aptidão e disponibilidade para desenvolver o trabalho. Os 75 educadores selecionados passaram por processos de formação (oficinas de afinação) por conta da proposta diferenciada em uma realidade peculiar.

Os princípios curriculares do projeto estão de acordo com a legislação educacional vigente, são eles: Flexibilidade; Interdisciplinaridade; Pluralidade de Saberes e Linguagens; Trabalho como princípio educativo; Pesquisa como eixo estruturante; Práxis. A In-

terdisciplinaridade traz o currículo como articulador de conteúdos escolares e saberes locais, contextualizados no plano regional e global, o que estimula as inter-relações entre os múltiplos aspectos: econômico, político, social, cultural, de gênero, geração e etnia. Enquanto o princípio Pluralidade de Saberes e Linguagens incorpora à proposta elementos culturais lado a lado com os conhecimentos científicos, pedagógicos e tecnológicos. O conceito extrapola a forma escrita, oral e dos números, potencializando as linguagens corporal, artística, fotográfica e cartográfica.

O acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem foi feito a partir dos seguintes instrumentos: arquivo das atividades; diário de classe; ficha-síntese de acompanhamento individual; fichas de autoavaliação dos/as educandos/as; ficha de parecer individual dos educandos; mapas de avaliação que retratam o aproveitamento coletivo dos/as educandos/as.

A formação de educadores traz na base os seguintes princípios metodológicos: Dialogicidade, Multidimensionalidade, Transversalidade, Contextualização, Alternância do Ato Educativo e Flexibilidade. A Contextualização utiliza múltiplas perspectivas: histórica, sociológica, cultural para que a educação atenda de forma prática às expectativas e necessidades dos estudantes. Já Alternância do Ato Educativo contempla dois momentos: o tempo-escola, que consiste em estudos desenvolvidos nos centros de formação; e o tempo-comunidade, que oportuniza o desenvolvimento de estudos na comunidade.

Após a formação em nível médio, os professores estavam aptos a ministrar aulas na educação infantil, ensino fundamental/séries iniciais e Educação de Jovens Adultos (EJA), articulados com os conhecimentos e as necessidades dessa população.

Os educandos não concluem séries, mas oito módulos constituídos por 2.915 horas, sendo 1.685 horas de tempo escola/presenciais e 1.230 horas de tempo-comunidade. Em 2017, 79 jovens estavam formados, sendo: 26 estudantes da Reserva Extrativista

Riozinho do Anfrísio (abril), 25 estudantes da Reserva Extrativista do Rio Xingu (junho) e 28 estudantes da Reserva Extrativista do Rio Iriri (julho). O projeto segue até 2019 quando os educandos vão concluir o Ensino Médio.

Em cada Reserva Extrativista há uma escola polo com a seguinte infraestrutura: sala de aula, alojamento, cozinha e auditório, espaços que garantem a operacionalização dos módulos com certo conforto e segurança para alunos e professores. Os trabalhos administrativo e de gestão também contam com estrutura própria composta por sala estruturada com alguns móveis (mesas, cadeiras e armários) e linha telefônica no Campus de Altamira.

O projeto é financiado pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).

PERÍODO

Dezembro de 2015 a dezembro de 2019.

PARCEIROS DO PROJETO

Associação de Moradores e Conselhos Gestores das Três UC's envolvidas; Universidade Federal do Pará/Campus de Altamira; Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará; Secretaria Municipal de Educação de Altamira; Secretaria Municipal de Saúde de Altamira; Instituto Socioambiental; Fundação Viver, Produzir e Preservar.



INSPIRE-SE!

- » Faça um levantamento sobre o grau de instrução da comunidade que vive no entorno da Unidade de Conservação (UC) e converse com os moradores sobre as questões que mais incomodam nesse sentido.
- » Pesquise se alguma atividade de formação de professores com foco em comunidades tradicionais é realizada na sua região.
- » Reúna lideranças das comunidades, em especial moradores com os perfis que formam o público-alvo da temática, além de parceiros e levante hipóteses para aumentar a escolaridade dessa população. Educação empodera comunidades o que pode refletir na UC.
- » Durante as reuniões do Conselho Gestor de UCs dê voz a participantes dos mais diferentes perfis, com as mais diversas formações, formais e informais, para que eles somem esforços.

Foto: Acervo Projeto



RECURSO AUDIOVISUAL FAVORECE APROXIMAÇÃO ENTRE GESTÃO ESTADUAL E A COMUNIDADE

Coordenação geral: Paulo César Lyra (Secretaria do Meio Ambiente do Ceará - Sema-CE). Coordenação executiva: Cecília Licarião Barreto Luna (Secretaria do Meio Ambiente do Ceará - Sema-CE). Gestão dos recursos e gerenciamento: Fátima Viviane Carneiro Bezerra (Secretaria do Meio Ambiente do Ceará - Sema-CE).

A permanência das comunidades tradicionais que já viviam na área demarcada como o Parque Estadual do Cocó, em 2017, está prevista no decreto de criação da unidade, assim como a continuação das atividades econômicas desenvolvidas pelos moradores e o uso dos recursos naturais, com base no Plano de Manejo. A partir desse panorama, o estabelecimento de uma relação próxima entre a Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará e as comunidades era mais do que necessário. “O projeto foi desenvolvido como forma de identificar as comunidades tradicionais e associações de moradores na área de abrangência do Parque Estadual do Cocó e assim buscar a aproximação das mesmas com a gestão do Parque por meio da educação ambiental”, esclarece Paulo César Lyra, gestor do Parque Estadual do Cocó.

Fotos: Sabrina Soares e Eduardo Barbosa



PERFIL

Localizado em Fortaleza, é o maior parque natural urbano do Norte/Nordeste, com 1.571 hectares. O rio Cocó percorre toda a extensão da unidade que tem como principal ecossistema o manguezal.

OBJETIVOS

Ampliar o alcance das práticas educativas no parque; criar agentes multiplicadores de ações ambientais; despertar o interesse pelas causas ecológicas; fortalecer práticas ambientais desenvolvidas pelas associações de moradores das comunidades locais; proporcionar momentos de lazer para os envolvidos.

RESULTADOS

- » A aproximação entre a gestão do Parque e as comunidades possibilitou a criação de um canal de diálogo permanente.
- » Identificação dos anseios, conflitos e dificuldades dos moradores, suas formas de organização e aspectos socioambientais.
- » Formação de cidadãos mais conscientes sobre a importância do parque, os objetivos da unidade e as particularidades dos ecossistemas ali presentes.
- » Ampliação das ações ambientais no território. Parceria voluntária para a fiscalização das áreas do entorno.

METODOLOGIA

A Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará selecionou duas comunidades como público-alvo: Associação de Nativos e Moradores da Sabiaguaba e a Comunidade do Tancredo Neves.

O projeto foi desenvolvido em três locais: nas duas comunidades e no Centro Cocó, que integra o Centro de Referência Ambiental do parque.

Uma vez por semana, às quartas à noite, 15 moradores escolhidos pela Associação e pela Comunidade participavam de dinâmicas relativas às questões ambientais. No Cine Cocó, as práticas tinham início com jogos de tabuleiro que faziam referência à temática, como uso racional da água e prevenção ao mosquito da dengue, por exemplo. Na sequência, os moradores assistiam a produções audiovisuais pré-selecionadas (filmes, documentários, curtas-metragens, manifestos, comerciais) sob as diversas faces do assunto. Após a exibição, educadores do Parque Estadual do Cocó conduziam rodas de conversa sobre o assunto abordado, com o propósito de aguçar o senso crítico dos participantes a partir de questionamentos.

Às sextas-feiras, semanalmente também, educadores ambientais realizavam palestras e rodas de



conversa nas comunidades sobre temas sugeridos pelos moradores ou seguindo o Calendário Ecológico do Semiárido desenvolvido pela Associação Caatinga. O calendário traz os dias comemorativos relacionados à natureza, como por exemplo, 22 de março/Dia Mundial da Água; assim como ações de prevenção, 11 de janeiro/Dia do Controle da Poluição por Agrotóxicos; e celebra cada profissional envolvido nessa missão, 06 de fevereiro/Dia do Agente de Defesa Ambiental.

Durante o projeto, os moradores sugeriram a realização de passeios de barco pelo rio Cocó. Para os servidores da Secretaria essa prática permitiu abordar questões voltadas aos recursos hídricos em um contexto de maior apelo. Oficinas de plantio e horta orgânica, em menor escala, também constituíram a prática.

PERÍODO

Julho de 2016 a janeiro de 2017.

PARCEIROS DO PROJETO

Associação de Nativos e Moradores da Sabiaguaba; Comunidade Tancredo Neves; Associação Caatinga.

Fotos: Sabrina Soares e Eduardo Barbosa



Fotos: Sabrina Soares e Eduardo Barbosa



Fotos: Sabrina Soares e Eduardo Barbosa



INSPIRE-SE!



- » Selecionar filmes sobre a temática ambiental que dialoguem com os desafios da Unidade de Conservação pode ser um caminho para iniciar rodas de conversa.
- » Fotografias são instrumentos que permitem também novas abordagens como ponto de partida nas conversas sobre questões ambientais. Valem fotos de fotógrafos reconhecidos, imagens do próprio ICMBio, da comunidade e dos visitantes, uma vez que é possível rastreá-las pelas hashtags.
- » Oficinas que estimulem os moradores das comunidades a fotografar os motivos de orgulho e os desafios da Unidade de Conservação e do entorno também podem produzir registros surpreendentes. A análise desse material pode funcionar como eixo central de uma série de rodas de conversa.
- » A análise conjunta da equipe gestora nos bastidores é interessante, mas a conclusão final deve ser participativa. Organizar uma mostra com a revelação de pelo menos uma foto de cada participante tem potencial de estabelecer nova dinâmica de trabalho.

TERMO DE COMPROMISSO

CONCILIAÇÃO PERMITE A PESÇA EM UNIDADE DE PROTEÇÃO INTEGRAL RECÉM-CRIADA PELO PODER LEGISLATIVO

Coordenação geral: João Augusto Madeira (Coordenação de Gestão de Conflitos em Interfaces Territoriais Coordenação Geral de Gestão Socioambiental - COGCOT/CGSAM/DISAT/ICMBio) e Bryan Renan Müller (Núcleo de Estudos sobre Sistemas Pesqueiros e Áreas Marinhas Protegidas, vinculado ao Centro de Estudos do Mar, da Universidade Federal do Paraná - Nespamp/CEM/UFPR). Coordenação executiva: João Augusto Madeira (COGCOT/CGSAM/DISAT/ICMBio); Bryan Renan Müller, Rodrigo Pereira Medeiros, Ana Clara Giraldo (Nespamp/CEM/UFPR); Jocemar Mendonça (Instituto de Pesca - IP/SP); Carolina Alvite (Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais - CNPT/ICMBio); Walter Steenbock (Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul - CEPsul/ICMBio); Fabio Moreira Correa (Parque Nacional Marinho das Ilhas Currais - PNMIC/ICMBio). Gestão dos recursos e gerenciamento: COGCOT/CGSAM/ICMBio; Coordenação Regional de Florianópolis (ICMBio); Nespamp/CEM/UFPR.

A falta de consultas públicas e de estudos técnicos – na contramão do que preconiza o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) – fez com que a Lei 12.829, de 2013 que instituiu o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, pelo Poder Legislativo, desde o início colecionasse críticas. “A proibição imediata da pesca nas Ilhas Currais, decorrente da criação da Unidade de Conservação (UC) de proteção integral, acarretou na instalação de conflito socioambiental entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e os pescadores artesanais da região, dificultando, conseqüentemente, a gestão da UC”, declara João Augusto Madeira, analista ambiental da Coordenação de Gestão de Conflitos Territoriais (Cogcot/ICMBio).

INSPIRAÇÃO

Ciclo de Gestão Participativa, um investimento feito anualmente pelo ICMBio, desde 2010, na capacitação de turmas do quadro de servidores em diversas técnicas voltadas a lidar com as comunidades que interagem com as UCs, inclusive relativas à gestão de conflitos.

PERFIL

Localizado no litoral do Paraná, próximo aos municípios de Pontal do Paraná e Matinhos, o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais conta com 1.359 hectares. É o terceiro parque nacional marinho do país, ao lado das unidades de Abrolhos/BA e de Fernando de Noronha/PE.

OBJETIVOS

Fazer a gestão do conflito, assumindo a existência da colisão de direitos; melhorar a relação entre a equipe gestora do Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais e a comunidade local; enfrentar um problema que atinge, em maior ou menor grau, 70% das UCs federais de proteção integral; desenvolver uma prática que funcione como bom exemplo para as UCs que apresentam situação semelhante.



RESULTADOS

» Conquista da confiança entre a gestão da unidade e os pescadores artesanais das Colônias de Pontal do Paraná e Matinhos, desde o monitoramento prévio de 2016 que indicava a viabilidade do acordo.

» Assinatura do Termo de Compromisso que regulamentou transitoriamente a pesca da tainha (*Mugil liza*) dentro da área de sobreposição entre o território tradicional de pesca destas comunidades e o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, durante a temporada de pesca desta espécie em 2017.

» Aprimoramento de equipes do ICMBio na agenda de gestão de conflitos socioambientais, o que possibilita replicar experiências positivas em diversos casos já previamente mapeados.

» Integração de informações técnicas entre: Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul (Cepsul/ICMBio) e o Núcleo de Estudos sobre Sistemas Pesqueiros e Áreas Marinhas Protegidas (Nespamp), vinculado ao Centro de Estudos do Mar (CEM) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). A interlocução com a equipe do Nespamp/CEM/UFPR trouxe novos parceiros ao projeto, como o Instituto da Pesca (IP-SP) e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio (Fundepag).

Foto: Acervo ICMBio



METODOLOGIA

A Unidade de Conservação contava com apenas um analista ambiental desde 2014. Os pescadores fizeram uma denúncia ao Ministério Público Federal (MPF) em Paranaguá, que acolheu a ação e percebeu a necessidade de negociar, já que os pescadores estavam privados do uso de um de seus principais recursos com a criação da área protegida.

Em 2014, tiveram início as primeiras negociações sobre a polêmica quanto aos impactos da pesca sazonal da tainha (*Mugil liza*), da cavala (*Scomberomorus cavala* e *Scomberomorus brasiliensis*) e da salteira (*Oligoplites spp.*) sobre os ecossistemas protegidos pela unidade. Foi feita uma autorização pelo Ministério Público, mas ficou constatada a necessidade de formalizar um acordo como forma de garantir mais segurança aos envolvidos.

Em 2016, a Coordenação de Gestão de Conflitos Territoriais, do ICMBio (COGCOT) e a Coordenação Regional de Florianópolis definiram o Plano de Trabalho para subsidiar a tomada de decisões antes do início da safra de pesca em 2017 (15 de maio a 31 de julho).

A parceria com o Núcleo de Estudos sobre Sistemas Pesqueiros e Áreas Marinhas Protegidas (Nespamp), vinculado ao Centro de Estudos do Mar (CEM), da Universidade Federal do Paraná (UFPR) foi fundamental e viabilizou um acordo em bases técnicas com previsão do monitoramento do impacto da

pesca tradicional dos pescadores artesanais de Matinhos e Pontal do Paraná. Em 2016, foi levantado um primeiro conjunto de dados, que identificou impactos relativamente pequenos, com a possibilidade de saídas negociadas, ainda que transitórias, na busca por soluções permanentes mais à frente.

O esforço da COGCOT e da Coordenação Regional de Florianópolis para que o presidente do ICMBio delegasse ao coordenador regional a prerrogativa de assinar o Termo de Compromisso garantiu agilidade ao processo. A negociação entre ICMBio e pescadores contou com intermediação do Nespamp/CEM/UFPR e participação do Instituto de Pesca/SP e da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio (Fundepag).

Em menos de uma semana de negociações, servidores do ICMBio e pescadores firmaram o Termo de Compromisso (TC) que viabilizou a avaliação mais concreta dos locais de pesca utilizados por esses pescadores tradicionais no litoral paranaense (dentro e fora da unidade), das quantidades pescadas e de possíveis soluções permanentes para o conflito.

Entre maio e agosto de 2017, o Nespamp/CEM/UFPR e o Instituto de Pesca/SP, em parceria com a Fundepag, realizaram o monitoramento, a partir de três formas de coleta de dados: acompanhamento dos desembarques (registros de captura e informações

Foto: Acervo ICMBio



INSPIRE-SE!

» Núcleos de pesquisa e instituições de ensino que desenvolvem estudos na unidade são parceiros estratégicos na análise dos possíveis impactos, a partir das alterações de cenário. Investir em parcerias como essas fortalece a UC.

» A criação de Unidades de Conservação que desconsideraram normas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) ou ainda foram decretadas antes da vigência dessa legislação representam um desafio, mas experiências como a do Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais despontam como exemplos de alternativas. Compartilhar o histórico de conciliação pode favorecer a retomada de negociações.

» Busque construir uma boa relação com as comunidades tradicionais mesmo em situações de insegurança como essa da Boa Prática.

» Frente a situações onde o SNUC não foi seguido e a relação com a comunidade é no mínimo delicada, relacione Unidades de Conservação onde todas as etapas do SNUC foram cumpridas e apresente exemplos das ações voltadas à comunidade; a ideia é mostrar até onde uma boa relação pode chegar.

sobre a pescaria no momento de chegada das embarcações); registros dos diários de pescaria dos barcos (preenchimento de relatório diário de produção e descrição da pescaria); observação das pescarias a bordo da embarcação, com acompanhamento de pesquisadores e estudantes (com registro da atividade de captura, além das informações biológicas). O estudo relacionou dados sobre pescas dentro e fora da unidade como forma de avaliar a participação dos pesqueiros localizados dentro da UC na renda da comunidade.

Apenas a etapa final do monitoramento embarcado da pesca realizada pelo CEM/UFPR contou com aporte do Projeto Pnud/BRA/08/23. Prefeituras e Câmaras de Vereadores apoiaram a iniciativa, mas sem participação direta.

Os resultados do monitoramento das atividades, realizado pelo Nespamp/CEM/UFPR e pelo Instituto da Pesca (IP-SP), com parceria da Fundepag, confirmaram os dados preliminares de 2016, mostrando a baixa taxa de fauna acompanhante e a viabilidade de garantir a sequência ao acordo. A previsão é a de que ele seja novamente firmado ainda em maio de 2018, desta vez com vigência de três anos.

Em 2017, a pesca da tainha não ocorreu nas Ilhas dos

Currais, houve apenas a captura da cavala. A avaliação do ICMBio e dos parceiros é a de que um acordo com maior vigência viabilizará uma avaliação mais adequada sobre as necessidades dos pescadores, a aceitabilidade dos impactos e possíveis soluções permanentes. Participaram do estudo a Coordenação de Gestão de Conflitos em Interfaces Territoriais (COGCOT/ICMBio), o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul (CEPSUL/ICMBio), Coordenação Regional de Florianópolis (ICMBio) e o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais (ICMBio).

PERÍODO

Maio de 2016 a dezembro de 2017.

Monitoramento: Maio a agosto de 2017.

PARCEIROS DO PROJETO

Colônias de Pescadores de Matinhos e de Pontal do Paraná; Nespamp/CEM/UFPR; Instituto de Pesca (IP-SP); Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio (Fundepag).

Foto: Acervo ICMBio



COMUNICAÇÃO

DIÁLOGO E INTERAÇÃO SOCIAL APOIAM A IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DO JALAPÃO

Coordenação geral: Angélica Beatriz Corrêa Gonçalves (Parque Estadual do Jalapão/Naturantins); Rejane Ferreira Nunes (Área de Proteção Ambiental Jalapão/Naturantins). Coordenação executiva: Maurício José Alexandre de Araújo (Coordenação de Manejo e Proteção Parque Estadual do Jalapão/Naturantins); Cassiana Moreira (Coordenação de Atividades de Educação Ambiental Parque Estadual do Jalapão/Naturantins). Gestão dos recursos e gerenciamento: Emivaldo Campos de Farias e José Santana (Naturantins).

Novas Unidades de Conservação representam uma conquista da sociedade, geralmente acompanhada de inúmeros desafios. Com o Parque Estadual do Jalapão não foi diferente. “Tínhamos um cenário de uma unidade recém-criada, com pouco ou quase nenhum conhecimento acerca de sua realidade por parte do próprio órgão gestor (que não participou do processo de criação da mesma) e com uma problemática social que envolvia pequenos produtores e extrativistas que sobreviviam da exploração direta dos recursos naturais na região, em especial nas áreas do parque”, lembra Angélica Beatriz Corrêa Gonçalves, inspetora de Recursos Naturais, do Instituto Natureza do Tocantins (Naturantins), responsável pela gestão da unidade, no período de 2003 a 2007.

O tamanho da equipe inicial era restrito a dois servidores na unidade. “Além disso, havia relatos de muita visitação desordenada aos atrativos turísticos do lugar. Concluímos que seria necessário iniciar um processo de intensa comunicação para compreender a dimensão do que deveríamos planejar com o objetivo de implementar as atividades do parque”, completa Angélica.

INSPIRAÇÃO

A experiência de gestão do Parque Estadual do Cantão entre 2000 e 2002 e dos aprendizados no Curso de Administração e Manejo de Unidades de Conservação, do Instituto Estadual de Florestas, de Minas Gerais, em 2001 (mesmo ano de criação do parque).

PERFIL

Localizado na porção leste do Tocantins, na divisa com Maranhão, Piauí e Bahia, o Parque Estadual do Jalapão (com mais de 158 mil hectares) está na área nuclear da macrorregião do Jalapão. É envolvido pela Área de Proteção Ambiental Jalapão (de 467 mil hectares), e próximo a outras Unidades de Conservação, como a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins ao sul, com 716 mil hectares e o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba à nordeste, com quase 730 mil hectares.

OBJETIVOS

Compreender a realidade do parque e encontrar o melhor caminho para a implementação com base em cinco metas: conhecimento regional; orientação para o controle de visitação para os proprietários; orientação aos visitantes; orientação junto à comunidade urbana e rural dos municípios no entorno; otimização na administração de recursos.



RESULTADOS

» Mais do que visibilidade institucional, o grande marco foi a construção do relacionamento com a comunidade urbana e rural, a princípio, dos municípios de Mateiros e São Félix e na sequência dos municípios de Novo Acordo, Lizarda e Ponte Alta do Tocantins.

» A experiência do Parque Estadual do Jalapão influenciou a adoção da Boa Prática, com as devidas adaptações, na Área de Proteção Ambiental Jalapão e no Parque Estadual do Lajeado.

» Elaboração do Plano de Manejo do parque e da área de proteção ambiental com ativa participação das comunidades. Elaboração de norma de controle do manejo e coleta para uso do capim dourado, além da criação e instalação do Conselho Gestor da unidade.

» Apoio ao desenvolvimento de pesquisas autorizadas. Uma com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Pesquisa e Conservação do Cerrado (Pequi) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) sobre o capim dourado e o buriti. Outra com a Birdlife Internacional/Biota, relativa ao inventário de avefauna na área do parque. A terceira é uma iniciativa da Universidade Federal do Tocantins em parceria com a Fundação Boticário sobre os impactos provenientes da visitação turística nos atrativos do parque.

» Instituição da Rede Jalapão de Produtos Artesanais é sinônimo de progresso. Os produtos são comercializados no Centro de Visitantes do Parque Estadual do Jalapão, em pousadas, hotéis e feiras nos municípios de Mateiros, São Félix do Tocantins e Novo Acordo e no comércio da capital do Estado, Palmas. Os produtos também são fornecidos para o programa de merenda escolar dos municípios do entorno.

» A parceria com o Corpo de Bombeiros de Palmas/TO relativa ao treinamento e apoio à formação dos brigadistas do parque representou o início de uma série de ações no combate ao fogo.

METODOLOGIA

No primeiro ano, os dois técnicos alocados na unidade trabalharam na elaboração do planejamento como caminho capaz de levá-los aos objetivos. A ampliação da equipe, no ano seguinte, foi comemorada, já que o trabalho ficou mais dinâmico e permitiu avanços na implementação das atividades. O planejamento contou com cinco frentes:

Por exemplo, para ampliação do **Conhecimento Regional**, foi essencial visitar proprietários rurais e povoados do entorno do parque, assim como realizar o georreferenciamento dos atrativos turísticos na região. Conversas informais, entrevistas semiestruturadas e a técnica da Travessia, também conhecida como Caminhada Transversal, permitiram obter informações sobre as características locais espaciais.

Desenvolver a **Orientação para o controle de visitação pelo proprietário** presumiu reuniões de trabalho com os proprietários das áreas onde estão os atrativos turísticos com o intuito de planejar ações preventivas. Entre as ferramentas utilizadas destaque para a elaboração do mapa temático.

A divulgação da normativa estadual sobre a **Orientação aos visitantes** auxiliou no ordenamento da visitação nos atrativos da Área de Proteção Ambiental do Jalapão. A diversidade de plataformas escolhidas garantiu a entrega da mensagem, começando pela imprensa regional, veiculação institucional, instalação de placas de identificação nos atrativos turísticos nas duas Unidades de Conservação.

Já a **Orientação junto à comunidade urbana e rural dos municípios do entorno do parque** trouxe como atividades-chave a organização de reuniões anuais com as comunidades dos municípios de Mateiros e São Félix do Tocantins. Em um primeiro momento esse encontro teve como objetivo a apresentação do Plano de Trabalho semestral do parque e da legislação referente às Unidades de Conservação (UCs). Com o tempo e o amadurecimento da equipe essa oportunidade se transformou em um evento estratégico para a elaboração do Plano de Manejo

Foto: Acervo GESTO



do Parque do Jalapão e da Área de Proteção Ambiental Jalapão, além de ter sido palco de discussões produtivas sobre o manejo do fogo.

A **Otimização na administração de recursos** consistiu em buscar celeridade com a Coordenação de Unidades de Conservação diante de encaminhamentos de pedidos de compra de combustível e na manutenção do veículo, por exemplo, garantindo a realização das atividades sem interrupção dos compromissos com a comunidade.

A gestão da unidade anualmente discutiu e avaliou o planejamento de ações, tendo em vista compor o Plano Operativo Anual do Parque Estadual do Jalapão. As reuniões foram divididas em três momentos, a primeira interna e preparatória entre os membros da equipe técnica; a segunda externa, com a participação do Conselho Gestor, parceiros e voluntários; e a terceira interna institucional, com a consolidação e compartilhamento do Plano Operativo Anual na sede do Naturatins, com as equipes das demais UCs estaduais.

A estruturação da equipe do parque e o estabelecimento de parcerias para diversas ações da gestão (proteção e fiscalização, projetos de apoio às

comunidades extrativistas e pesquisa) contribuíram para os resultados alcançados. Os produtos como farinha de jatobá, doces, óleos (pequi e buriti), castanhas e utilitários ornamentais ganharam logomarca e mercado. As parcerias com o Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN) e a Associação Onça D'água de Apoio à Gestão das UCs do Tocantins também foram decisivas para a implantação da Rede Jalapão.

As parcerias com o Corpo de Bombeiros de Palmas/TO garantiu ainda treinamento e apoio à formação da primeira Brigada Civil de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais do município de Mateiros, também conhecida como Associação Fogo Apagou. Posteriormente, por meio de parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Parque Estadual do Lajeado foi obtido apoio para implementação da Brigada Civil do município de São Félix do Tocantins. A articulação também permitiu complementar a orientação e o treinamento dos proprietários do entorno do Parque Estadual do Jalapão e elaborar o Calendário Anual de Queima Controlada.

O Naturatins e a ONG Conservation International (CI



do Brasil) também estabeleceram Termo de Cooperação Técnica. A medida resultou na aquisição de provisões para os três postos de fiscalização do Parque Estadual do Jalapão e suporte à telefonia/rede de comunicação da sede e de veículos da unidade.

PERÍODO

Fevereiro de 2003 a junho de 2007.

PARCEIROS DO PROJETO

Fátima Costa e Patrícia Oliveira (Associação Onça D'água, apoio à Gestão das UCs do Tocantins); Adriana Valentim, Luciano Moulin Pelicão, Adriano Feltrin (Rede Jalapão de Produtos Artesanais); Cristiano Nogueira (Conservação Internacional do Brasil/CI do Brasil); Rejane Ferreira Nunes (Escola Estadual Estefânio Telles das Chagas); Paulo César (Estação Ecológica Serra Geraldo Tocantins); Corpo de Bombeiros de Palmas/TO; Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN); Prefeituras de Mateiros e São Félix do Tocantins; Brigada Civil de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais do Município de Mateiros (Associação Fogo Apagou); Conselho Gestor do Parque Estadual do Jalapão; Pesquisa e Conservação do Cerrado (Pequi); Flávia Rodrigues (psicóloga/voluntários).

Foto: Acervo GESTO



INSPIRE-SE!

» **No momento de comunicar os significados e desafios das Unidades de Conservação aos moradores locais, desenvolva um planejamento a respeito e dose as informações. Sobrecarregar na quantidade de dados, nas primeiras reuniões, pode ter o efeito contrário e afastar quem estava interessado. Respeite o tempo deles, às vezes isso significa ir com mais calma e em outros momentos é possível, sim, acelerar.**

» **Da teoria à prática, na elaboração da meta Conhecimento Regional, os servidores do parque utilizaram, entre outras referências, o livro Participação Comunitária no Manejo de Unidades de Conservação: Manual de Técnicas e Ferramentas, Instituto Terra Brasilis. Belo Horizonte (2002).**

» **Visitar os atores envolvidos no espaço deles, no sítio, na comunidade, costuma ser mais produtivo. Em especial, quando o motivo é compreender a realidade dos moradores, ao invés de convidá-los à Unidade de Conservação.**

» **Conversas informais com os moradores das comunidades sempre contam pontos no sentido de aproximá-los da gestão da unidade. Valorize esses momentos e esteja atento às oportunidades.**

Foto: Acervo GESTO



PROTAGONISMO JUVENIL

42 JOVENS DESENVOLVEM AGENDA 21 LOCAL E CONQUISTAM CERTIFICAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

Coordenação geral: Ana Carolina Saupe (Floresta Nacional do Assungui/ICMBio) e Priscila Cazarin Braga (Associação Miríade). Coordenação executiva: Rômulo Macari da Silva (Associação Miríade). Gestão dos recursos e gerenciamento: Associação Miríade.

Aproximar a comunidade das Unidades de Conservação requer planejamento, ações de mobilização e uma série de outras iniciativas. Quando esses lugares têm a conotação de temporários para os jovens, em especial, por conta do alto índice de êxodo rural, como no município de Campo Largo, Paraná, onde está a Floresta Nacional do Assungui/PR, a identificação com o lugar diminui e a relação com ele, o senso de pertencimento em alguns casos sequer existe. “O projeto Agenda 21 do Cerne teve como objetivo contribuir com o despertar e a formação dos jovens para a conservação e a valorização da região da Estrada do Cerne (PR-090) nos setores econômico, político, ambiental, social e cultural. A ideia de executar o projeto na região partiu da observação das riquezas e potencialidades dos três distritos localizados ao redor da unidade, muitas vezes ignoradas pelos próprios moradores que, em diversas oportunidades, migram para outras cidades em busca de estudo, trabalho e emprego”, pontua Ana Carolina Saupe, analista ambiental na unidade.

A Floresta Nacional do Assungui tem como destaque a presença de Araucárias em mais de 50% da área. “A região possui rico potencial para a sustentabilidade, mas se encontra desarticulada de um projeto efetivo de desenvolvimento e conservação. O que demonstra vulnerabilidade aos riscos socioambientais e culturais e a falta de perspectivas para a permanência dos jovens, com poucas alternativas para geração de renda e a ausência de políticas públicas incisivas que favoreçam sua autonomia.”, reforça Ana Carolina.

Foto: Acervo ICMBio



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PERFIL

Localizada no município de Campo Largo/PR, a Floresta Nacional do Assungui conta com 718 hectares, sendo mais da metade da área formada por floresta de araucárias.

OBJETIVOS

Fortalecer o vínculo entre as comunidades e a Floresta Nacional do Assungui, com ênfase nos jovens; desenvolver de forma participativa um documento que possa guiar a criação de políticas públicas para a região, bem como fornecer subsídios para o próprio planejamento da unidade; implantar estruturas sustentáveis com finalidade pedagógica (agroflorestas experimentais, jardim nativo, sinalização da trilha ecológica interpretativa e espiral de ervas); promover a reflexão sobre a sustentabilidade da floresta de Araucária; valorizar a região da Estrada do Cerne (PR-090) nos setores econômico, político, ambiental, social e cultural.

Foto: Acervo ICMBio



RESULTADOS

- » Agenda 21 do Cerne, volume 1, desenvolvida pelos jovens da comunidade, com o tema *Construindo uma estrada para um mundo melhor*, trouxe uma série de propostas para a região da Estrada do Cerne. A iniciativa fortaleceu o senso de comunidade, de equipe, valorizou a cultura local e revelou novas perspectivas de mundo.
- » Aumento da visibilidade da Floresta Nacional do Assungui na região.
- » Participação da comunidade, presença de cerca de 150 pessoas na floresta, durante a realização de evento voltado ao contato com a natureza e à cultura local.
- » Formação de uma rede de interessados em apoiar a Floresta Nacional na área de visitação. Essas pessoas participaram do curso de Condutores de Trilhas Ecológicas e têm como propósito fomentar duas frentes na unidade, planejamento e uso público.

METODOLOGIA

O Projeto Agenda 21 do Cerne construiu de maneira participativa com jovens, entre 14 e 24 anos, moradores dos distritos de Bateias, Três Córregos e São Silvestre, propostas capazes de viabilizar a diversificação de fontes de renda, a partir de atividades como agricultura ecológica e ecoturismo de base comunitária.

Durante dois anos, a iniciativa impactou 94 jovens por meio de oficinas semanais de práticas sustentáveis, encontros culturais, rodas de conversa e expedições agroflorestais. Além da Floresta Nacional do Assungui, também foram utilizados como espaços do projeto o Colégio Estadual do Campo São Francisco de Assis, a Estância Hidromineral Ouro Fino e a Subprefeitura de Bateias.

Quarenta e dois jovens receberam certificado de conclusão das 160 horas de formação em sustentabilidade, divididas em módulos: **O exercício do Olhar; Práticas Sustentáveis; Agrofloresta; Reco-**

hecendo Campo Largo. O quarto e último módulo consistiu na compilação de todo o material para produção da Agenda 21 do Cerne.

O primeiro módulo, **O exercício do Olhar** teve como proposta a elaboração do diagnóstico participativo da região e atividades de percepção socioambiental. Já o segundo, **Práticas Sustentáveis e Agroflorestas**, priorizou a troca de conhecimentos sobre práticas sustentáveis e ecológicas relativas à gestão de resíduos, cuidado com a água, solo e formas de agricultura integradas à natureza. **Reconhecendo Campo Largo** promoveu rodas de conversa sobre história, cultura e natureza a fim de reconhecer, refletir e valorizar as manifestações e tradições culturais na região e registrá-las, bem como, utilizá-las em soluções para os desafios encontrados como opções de geração de renda. No quarto módulo, após a construção da Agenda 21, o documento foi apresentado oficialmente à comunidade rural e às lideranças da cidade de Campo Largo.

A cada três meses o Encontro Conexões Sustentáveis favoreceu a integração entre os jovens das três turmas, reunindo também a comunidade do entorno e lideranças do município. A programação incluiu palestras sobre agroecologia, atividades artísticas, lúdicas e seminários de trocas de experiências. O grupo de jovens *Essência da Força*, do distrito de Bateias, expôs o trabalho de implantação do viveiro de mudas. Enquanto a turma *Jovens em Ação*, do distrito de São Silvestre, realizou trilha ecológica no interior da Floresta Nacional do Assungui, com destaque para o trabalho com a sinalização e desenho da trilha previamente aberta e nomeada de Trilha da Galha Azul. O encerramento ficou por conta dos jovens do grupo *Desbravadores do Futuro*, do distrito de Três Córregos, que apresentaram a peça de teatro *Um dia no passado*, de autoria dos próprios educandos. Inspirada nas entrevistas com os moradores mais antigos, retratou o dia a dia na região em um passado não tão distantes, com direito a crenças, costumes e experiências na natureza.

De acordo com o Sistema de Indicadores Socioambientais, previamente definido em contrato, todas as metas foram cumpridas nos critérios: conteúdo, horas aula, número de jovens atendidos, quantidade de público indireto e publicações.

O Projeto Agenda 21 do Cerne foi desenvolvido pela Associação Miríade com patrocínio do Programa Petrobras Socioambiental no valor de R\$ 300 mil. Os investimentos de outros parceiros totalizaram R\$ 30 mil.

PERÍODO

Abril de 2015 a abril de 2017.

PARCEIROS DO PROJETO

Fundação Ângelo Cretã; Colégio Estadual do Campo Prof. Aloísio; Colégio Estadual do Campo São Francisco de Assis; Colégio Estadual Otalípio Pereira de Andrade; Associação Solidária de Agricultura Ecológica de Ponta Grossa e Campo Largo (Asaeco); Instituto Federal do Paraná (IFPR); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Prefeitura Municipal de Campo Largo (SMMA, SMECE, SMDR); Sociedade Chauá; Mater Natura Instituto de Estudos Ambientais; Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS); Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-PR); Empresa de Águas Ouro Fino; Programa Petrobras Socioambiental Comunidades.

Foto: Acervo ICMBio



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



INSPIRE-SE!

- » Publicações ampliam o raio de influência dos conceitos implícitos em cada projeto. O desenvolvimento da revista *Despertando Olhares: Práticas de educação socioambiental na construção da Agenda 21 do Cerne*, direcionada aos educadores socioambientais é um exemplo. <http://bit.ly/despertando-olhares>
- » Peças de comunicação também levam as mensagens dos projetos e das causas de cada iniciativa adiante. Durante o projeto, os jovens produziram seis banners, um informativo, cinco vídeos e diversos posts em redes sociais, além de conteúdos para jornais locais e para o site institucional <http://bit.ly/agenda21cerne>, confira.
- » Ações de educação ambiental vão além do tempo das atividades, mesmo os jovens que não concluíram o projeto, não saíram indiferentes à prática. Ainda que esses jovens deixem os distritos onde vivem, eles vão olhar as comunidades de outra forma, com olhar de reconhecimento. Acompanhe esses jovens por mais tempo, mantenha o cadastro dos participantes atualizado, forme grupos nas redes sociais e envie informações sobre o projeto com baixa frequência, mas mantenha esse canal aberto.
- » A capacitação de jovens em agroecologia e ecoturismo em lugares onde o potencial turístico ainda não foi explorado representa o primeiro passo nessa direção em um novo contexto já alterado pelo projeto. A Agenda 21 é um documento-chave para a unidade e os municípios do entorno com potencial de atrair novas parcerias.

SECRETARIA ESTADUAL LANÇA PROGRAMA E MELHORA A EXPERIÊNCIA DO VISITANTE NAS UNIDADES

Coordenação geral: Hermógenes Henrique Oliveira Nascimento (Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará - Sema-CE). Coordenação executiva: Andréa de Sousa Moreira (Sema-CE). Gestão dos recursos e gerenciamento: Hermógenes Henrique Oliveira Nascimento (Sema-CE).

O Programa Agente Voluntário Ambiental, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Ceará (Sema-CE), propõe estimular a cooperação entre a sociedade civil e a gestão pública das Unidades de Conservação (UCs) cearenses.

“O contexto atual é de dificuldades na arrecadação e aparelhamento do Governo do Estado em todos os setores. Diante da escassez de recursos financeiros para aumentar o quadro de funcionários, por meio de concurso público, a iniciativa foi desenvolvida como forma de suprir algumas lacunas. Dessa forma, a Sema assume o protagonismo no cenário ambiental do Estado, compartilhando a gestão das suas Unidades de Conservação com a sociedade e contribuindo com responsabilidade socioambiental”, revela Hermógenes Henrique Oliveira Nascimento, gestor ambiental da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará (Sema-CE) e coordenador do Programa.

INSPIRAÇÃO

Programa de Voluntariado da Costa Rica, onde o gestor teve a oportunidade de conhecer o Sistema Nacional de Áreas de Conservação e observar o reconhecimento de governos, empresas privadas e sociedade do meio ambiente como o principal patrimônio.

PERFIL

Unidades de Conservação Estaduais do Ceará onde a oferta de serviços é mais crítica, no entanto, com infraestrutura para os voluntários: Parque Estadual do Cocó, Parque Estadual Botânico, Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité, Estação Ecológica do Pecém, Parque Estadual do Sítio Fundão, Área de Proteção Ambiental da Bica do Ipú, além da Célula de Conservação da Diversidade Biológica (Cedib).

OBJETIVOS

Despertar a cidadania ambiental da população por meio do Programa; estimular a cooperação entre sociedade civil e a gestão pública buscando soluções para a conservação e proteção das Unidades de Conservação; planejar ações de orientação e controle de visitantes; articular a oferta de trabalho voluntário com as principais demandas; favorecer a interação entre comunidade, voluntários e os profissionais das unidades; auxiliar na formação ética e cidadã do voluntário, com destaque às esferas técnica e científica; promover o trabalho voluntário; criar indicadores de efetividade de gestão; transformar os voluntários em potenciais multiplicadores na proteção do meio ambiente e apoiadores das áreas protegidas.

Foto: Jonas de Sousa Lopes



RESULTADOS

- » Melhora na experiência do visitante que agora possui mais informações sobre a unidade. Aumento no número de palestras educativas como estratégia de educação ambiental.
- » Crescimento da visitação, em especial, nas unidades onde há trilhas monitoradas, como por exemplo no Parque do Cocó.
- » O programa tem despertado a consciência ambiental em muitas pessoas que ainda não eram sensibilizadas à causa, o que aproxima e aumenta o interesse da sociedade civil na conservação das áreas protegidas.
- » Maior visibilidade da Secretaria Estadual do Meio Ambiente que já registra o interesse de novos parceiros pelo Programa AVA, como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE do Campus de Paracuru/CE) e a Universidade Federal do Ceará (UFC).

METODOLOGIA

Servidores da Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Ceará (Sema-CE), por meio da Coordenadoria de Biodiversidade (Cobio), supervisionada pela Célula de Conservação da Diversidade Biológica (Cedib), desenvolveram o Programa de Agente Voluntário Ambiental (PAV) com base nas experiências com voluntariado socioambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

A equipe elaborou a Instrução Normativa nº 05/2015 que traz critérios para ingresso no Programa, direitos e deveres dos participantes, assim como as atividades desenvolvidas. Participam do Programa as Unidades de Conservação estaduais que possuem estrutura de visitação mínima, mas com suporte administrativo para receber os voluntários; decisão consenso entre os servidores.



A versão final do documento foi apresentada ao Secretário que aprovou a iniciativa. A partir dessa conjuntura, os servidores buscaram as fontes para viabilizar o projeto, incluindo auxílio no transporte, por exemplo. Uma vez alinhadas questões de logística, foi elaborado edital que contou com o apoio de parceiros da Sema para divulgação, com destaque para ações nas mídias sociais.

Para emissão do certificado, o voluntário deve participar do programa por no mínimo nove meses, o período máximo é de um ano, sem renovação. Entre as atividades previstas do Programa AVA para os voluntários estão: prestação de informações aos visitantes; desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental e pesquisa; manutenção de trilhas e instalações; apoio às populações no entorno das UCs; trabalhos administrativos nas sedes; brigadas de incêndio; busca e resgate; recuperação de áreas degradadas/manejo de exóticas; auxiliar na implementação de projetos de manejo. A carga horária mínima é de 20h/semanais.

Estão aptos a concorrer pessoas maiores de 18 anos. No processo de seleção têm preferência moradores do entorno da Unidade de Conservação, estudantes universitários a partir do terceiro semestre, graduados e pós-graduados nas áreas de turismo, ciências biológicas, ciências da terra, ciências sociais, ciências agrárias etc.

O Programa atraiu potenciais parceiros. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE do Campus de Paracuru/CE) apresentou interesse em contribuir, enquanto o Departamento de Educação Ambiental, da Universidade Federal do Ceará (UFC) busca estabelecer um convênio, por meio dos cursos de biologia e geografia.

O monitoramento das atividades dos voluntários foi feito com relatórios mensais das atividades realizadas e em andamento. A cada três meses, voluntário e gestor responderam questionário com aspectos gerais e específicos sobre o Programa.



INSPIRE-SE!

» **Valorize o trabalho voluntário realizado na Unidade de Conservação em que você atua, a equipe da instituição também precisa estar comprometida com o voluntário.**

» **Converse com os voluntários sobre as atividades, os motivos, desafios e as expectativas, afinal eles são membros da equipe e precisam de informação. Somente assim terão condições de perceber o valor do próprio trabalho para a instituição, isso para os voluntários é resultado.**

» **Servidores do ICMBio também devem divulgar a abertura do edital de voluntariado nas redes sociais da unidade em questão, encontre o link específico em <http://www.icmbio.gov.br/portal/sejaumvoluntario>. Vale também imprimir o edital e fixá-lo em pontos-chave da cidade, como na sede de parceiros, por exemplo. Voluntários precisam ter fácil acesso à unidade, em geral são moradores das proximidades, estão nos municípios do entorno da unidade e por isso a comunicação local, incluindo na imprensa é tão importante.**

» **Estabelecer o período máximo de participação do trabalho voluntário favorece o engajamento, já que aquela é uma oportunidade única e dá a chance de mais pessoas se envolverem com a causa, o que é sempre um aprendizado.**

PERÍODO

Maio de 2017 a maio de 2018.

PARCEIROS DO PROJETO

Casa Civil; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (Campus Fortaleza); Universidade Federal do Ceará (UFC); O Estado do Ceará (Jornal); Universidade de Fortaleza (Unifor).

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

PARCERIA ENTRE SEMA E SESC-CEARÁ IMPLEMENTA PROJETO AFLORAR EM ÁREA PROTEGIDA

Coordenação geral: Izaura Lila Lima Ribeiro (Sema-CE) e Clarice Araújo (Sesc-Ceará). Coordenação executiva: Izaura Lila Lima Ribeiro (Sema-CE), Clarice Araújo (Sesc-Ceará) e Janet Girão (Instituto Natureza Viva). Gestão dos recursos e gerenciamento: Clarice Araújo (Sesc-Ceará).

As atividades promovidas na Área de Relevante Interesse Ecológico do Sítio Curió sempre tiveram como eixo a educação ambiental, mas a participação dos moradores estava abaixo do esperado. “Percebíamos que a comunidade ainda não tinha desenvolvido senso de pertencimento em relação à unidade, o que representava um grande desafio. Observamos também que o público da Floresta do Curió, como a unidade é popularmente conhecida, era composto predominantemente por adultos e crianças, os jovens do entorno não participavam das atividades e muitos deles não se interessavam pelas questões ambientais”, pontua Izaura Lila Lima Ribeiro, servidora da Secretaria do Meio Ambiente do Ceará (Sema-CE).

A implementação de um novo projeto em parceria, diversificando as abordagens e com foco em um público que pouco frequentava a unidade, aparecia como caminho a ser trilhado.

Foto: Jr. Panela



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PERFIL

Localizada em Fortaleza, a Área de Relevante Interesse Ecológico do Sítio Curió foi a primeira Unidade de Conservação nessa categoria no Ceará.

OBJETIVOS

Promover o desenvolvimento comunitário sustentável; contribuir para a preservação e ampliação da cobertura vegetal, favorecendo a presença de plantas nativas nas áreas verdes da cidade de Fortaleza e região metropolitana; colaborar para a preservação da biodiversidade da flora e fauna do Ceará.

RESULTADOS

» Aumento no número de visitantes na Área de Relevante Interesse Ecológico do Sítio Curió. Realização da Semana do Meio Ambiente com destaque para a prática de esportes de aventura, como rapel, *slackline* e corridas de orientação, atraindo assim mais jovens à unidade.

» Levantamento florístico da trilha da Floresta com 49 espécies nativas do Ceará identificadas, além de uma espécie exótica. Implantação de placas de identificação das espécies vegetais mapeadas, incluindo nome popular e científico, origem, fotos e curiosidades.

» Plantio de 80 espécies arbóreas nativas nas comunidades do entorno da Floresta do Curió e da Escola Liceu de Messejana. Capacitação de 40 estudantes em coleta e beneficiamento de sementes, produção de mudas e plantio.

» Construção de viveiro de mudas florestais para disseminação de plantas nativas. Fortalecimento da articulação de uma rede de parcerias institucionais entre organizações governamentais e não governamentais.

METODOLOGIA

A parceria entre o Sesc-Ceará, a Secretaria do Meio Ambiente do Ceará e o Instituto Natureza Viva levou o Projeto Sesc Aflorar, na edição 2016, para dentro da Área de Relevante Interesse Ecológico do Sítio Curió.

A interdisciplinaridade e a educação não formal estão entre as principais características do projeto que acontece na prática por meio de intervenções nas áreas verde de Fortaleza e da região metropolitana. O projeto faz duas escolhas a cada intervenção, a primeira relativa à área onde a prática será executada e a segunda sobre a escola pública envolvida.

Na identidade do Sesc Aflorar está o propósito de disseminar reflexões e práticas que favoreçam a

mudança de paradigmas, assim como atitudes capazes de alterar/minimizar as consequências da degradação ambiental que diariamente extingue plantas e animais, destrói paisagens, polui e seca mananciais.

Na Área de Relevante Interesse Ecológico do Sítio Curió, a intervenção de 10 meses com atividades semanais contou com 40 estudantes do Ensino Médio do Liceu de Messejana, que moram nos bairros do entorno. Com o objetivo de transformar a percepção ambiental, as ações trouxeram novas perspectivas sobre a natureza, como local de lazer, socialização e práticas esportivas na tentativa de aproximar ou reaproximar jovens desse convívio.

A partir da parceria com o Sesc-Ceará para a implementação do Projeto Sesc Aflorar na Floresta do Curió, houve aumento no interesse pelo Sítio Curió em um segmento da população que até então pouco visitava a unidade, os jovens. O Projeto Sesc Aflorar possibilita a reconexão dos participantes à natureza, contribuindo para a transformação da percepção ambiental sobre as paisagens naturais e seus benefícios.

Nessa edição do Projeto Sesc Aflorar, análises revelaram que 100% dos participantes tiveram a percepção ambiental transformada sobre a Área de Relevante Interesse Ecológico do Sítio Curió de negativa para positiva. 70% dos participantes passaram a frequentar a Unidade de Conservação para práticas de esporte e lazer. O Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Ceará (IPDC) da Fecomércio do Ceará realizou a aplicação de instrumentos e a tabulação dos dados da pesquisa. O acompanhamento do projeto, ações e articulações na comunidade ficaram sob responsabilidade da Secretaria do Meio Ambiente do Ceará e do Instituto Natureza Viva.

Há três anos, o Sesc-Ceará em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, movimentos ambientalistas, pesquisadores independentes e universidades desenvolve o Projeto

Sesc Aflorar. Mais de quatro áreas de Fortaleza e da região metropolitana passaram por intervenções realizadas por 120 estudantes do Ensino Médio.

PERÍODO

Março a dezembro de 2016.

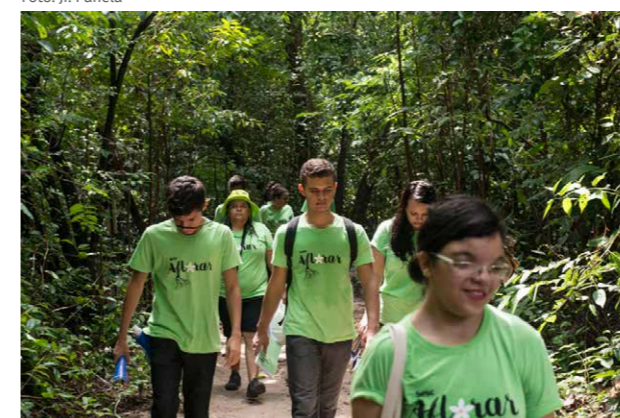
PARCEIROS DO PROJETO

Sesc-Ceará; Instituto Natureza Viva; Escola Liceu de Messejana; Movimento Pró-Árvore; Núcleo de Estudos em Agricultura Urbana da Universidade Federal do Ceará (NEPAU/UFC).

Foto: Jr. Panela



Foto: Jr. Panela



INSPIRE-SE!

» Parcerias com projetos que compartilham do mesmo eixo temático são excelentes para diversificar as atividades na UC e atrair novos públicos.

» A articulação com as Secretarias Municipais e Estaduais favorece o envolvimento das escolas em atividades de média/longa duração nas áreas protegidas, o que aumenta as chances de efetividade do trabalho.

» Intervenções no entorno da unidade ajudam a mobilizar a comunidade, em especial os jovens. Extrapolar nesse sentido os limites da área protegida favorece a aproximação dos diversos atores sociais com a unidade. Quais públicos frequentam a UC em que você atua? Qual perfil representa a exceção? O cruzamento entre os públicos e as práticas desenvolvidas pode mostrar uma série de respostas.

» Estimule experiências compartilhadas na natureza, áreas protegidas vão além de lugares de contemplação. Trilhas nas mais diversas modalidades, circuitos para ciclistas, por exemplo, são estratégias capazes de atrair públicos de todas as idades, mas em especial jovens.

Foto: Jr. Panela



ZONEAMENTO AMBIENTAL PARTICIPATIVO FORTALECE COMUNIDADE DA RESERVA EXTRATIVISTA DA PRAINHA DO CANTO VERDE

Coordenação geral: Karina de Oliveira Teixeira e Alexandre Caminha de Brito (ICMBio). Coordenação executiva: professora Dra. Adryane Gorayeb e Nátane de Oliveira da Costa (Universidade Federal do Ceará - UFC). Gestão dos recursos e gerenciamento: Karina de Oliveira Teixeira (ICMBio).

A especulação imobiliária e a pesca predatória da lagosta, antigos problemas que afligem a Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde, ganharam nos últimos tempos uma nova estratégia de desdobramento. “A pressão por marcação e ocupação de novas áreas no interior da Reserva, por parte de alguns moradores, se intensificou. Paralelamente a esse processo, a gestão da Unidade de Conservação (UC) passou a receber constantes denúncias por parte das lideranças comunitárias, alertando que a maioria dessas demarcações e novas construções tinha por objetivo alimentar uma demanda por compra de terras e imóveis por parte de pessoas não beneficiárias da UC, contrariando os objetivos de criação da reserva”, revela Alexandre Caminha de Brito, chefe da unidade.

Em resposta à ameaça, a equipe gestora da Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde convocou reunião extraordinária com o Conselho Deliberativo. “Por ampla maioria o Conselho decidiu que, enquanto o perfil da família beneficiária da Reserva Extrativista e o Zoneamento Ambiental Participativo não fossem definidos e publicados, obras e cercamentos não seriam autorizados. Esse momento marcou a instituição do grupo de trabalho, com a meta de desenvolver estratégias e metodologias para construir os instrumentos de gestão necessários.”, afirma Brito.

INSPIRAÇÃO

Um novo olhar sobre a gestão e os conflitos, fruto da concepção dos gestores e analistas ambientais que formavam a equipe da Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde e que acreditaram no estabelecimento de parcerias para a construção coletiva dos instrumentos de gestão da UC - o caminho mais eficiente para consolidar a Reserva Extrativista e minimizar os efeitos negativos do conflito. O I Seminário de Práticas Inovadoras do ICMBio (2014) incentivou a releitura da prática, por meio do ato de registrar e relatar as experiências de gestão vivenciadas pelos gestores.

PERFIL

Localizada no município de Beberibe/CE, a Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde conta com mais de 29 mil hectares. Apenas 600 hectares são destinados à ocupação dos moradores tradicionais. As 389 famílias beneficiárias têm como principal fonte de renda a pesca artesanal.

OBJETIVOS

Estabelecer parcerias institucionais que possibilitassem a construção do Zoneamento Ambiental Participativo da Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde, otimizando recursos e utilizando metodologias participativas, a exemplo da Cartografia Social.

RESULTADOS

» Viabilização de um conjunto de demandas sociais analisadas, discutidas e mapeadas por atores sociais que consideram a Reserva Extrativista Marinha da Prainha do Canto Verde uma importante conquista para a manutenção do modo de vida tradicional comunitário e a conservação dos recursos naturais.

» Mapeamento Social nas esferas das potencialidades, problemas, pesca e propositiva (com propostas/sugestões). As principais lideranças destacaram que a prática favoreceu a melhor gestão da comunidade. O material subsidiou as discussões do Acordo de Gestão da Reserva Extrativista e foi a base da proposta de Zoneamento Ambiental da unidade.

» Fortalecimento das relações comunitárias, durante o processo de construção dos mapas. Autorreconhecimento da comunidade diante dos resultados do processo e dos desdobramentos positivos para a Unidade de Conservação.

» Participação efetiva de vários grupos (mulheres, pescadores e jovens). Pesquisadores da graduação e da pós-graduação que acompanharam o processo publicaram a experiência em artigos científicos, compartilhando assim o projeto.

METODOLOGIA

A parceria entre a Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde e o Laboratório de Cartografia Social do Departamento de Geografia, da Universidade Federal do Ceará (UFC), se tornou ainda mais evidente a partir de 2014 com a aprovação do Projeto Cartografia Social dos Territórios Tradicionais do Litoral Nordeste e Amazônico junto ao edital Universal do CNPQ.

O levantamento dos dados necessários para a elaboração dos quatro mapas temáticos (potencialidades, problemas, pesca e propositivo) foi feito com base em oito oficinas. Em média, cada oficina teve a adesão de 45 participantes, entre grupos de pescadores, mulheres, professores, artesãos, jovens, profissionais do turismo e da educação. Todos os

encontros aconteceram na Associação de Pescadores da Prainha do Canto Verde (associação velha).

A primeira oficina priorizou a apresentação da metodologia, dos principais objetivos e cronograma. A segunda dinâmica correspondeu ao Diagnóstico Participativo (DP) e permitiu que a comunidade, a partir de um conjunto de técnicas e ferramentas, estabelecesse uma análise territorial, subsidiando as ações voltadas ao autogerenciamento. Ações de educação ambiental, comunicação social, capacitações com foco na geração de renda também fizeram parte da ação.

A oficina sobre os problemas trouxe a espacialização como eixo condutor. Os participantes utilizaram imagens de satélites e a técnica do overlay que prioriza a complementaridade entre os módulos. No encontro sobre as potencialidades ficou evidente a força da beleza paisagística e a necessidade de um desenvolvimento local comunitário mais justo e participativo.

Na construção do mapa da pesca, os participantes trabalharam cinco temáticas divididas em grupos. Um integrante de cada equipe compartilhou as constatações com os outros grupos, de forma a permitir que todos tivessem as mesmas informações. Durante a atividade, os participantes utilizaram imagens de satélite em A1, na escala de 1:2.000 da área marinha da Reserva, além de marcadores (caneta e pincel, por exemplo) para inserção e organização dos dados.

Cinco temas trabalhados na oficina mapa da pesca

» **Mapa temático:** identificação dos recursos pesqueiros naturais e artificiais por profundidade, ocorrência de espécie por pesqueiro, profundidade e época do ano, artes de pesca utilizadas por pesqueiro, por profundidade e espécies que capturam.

» **Problemas:** conflitos internos entre os beneficiários da Reserva Extrativista, conflitos externos entre beneficiários e pescadores não beneficiários.

» **Plano de proteção:** formas de fiscalização atual e ideal, possíveis contribuições dos benefi-



ciários da reserva nas ações de fiscalização.

» **Manejo e potencialidades:** verificação dos peixes capturados (jovens ou adultos) relacionando com a época do ano outras possibilidades de pesca, citando espécies, aparelhos de pesca, embarcações e certificações da pesca na reserva.

» **Ordenamento da pesca:** em discussão as medidas de ordenamento por espécie, por aparelho de pesca, por área e época do ano.

Na última oficina houve a verificação das informações incluídas e as correções técnicas de escala e legenda. Ficou acordado entre comunidade, ICMBio e a equipe Labocart que os mapas fossem levados para correções em laboratório, utilizando as ferramentas SIG e impressos em formato de banner para a cerimônia de entrega, em audiência pública, aberta à participação comunitária.

As equipes que promoveram as oficinas destacaram que na cartografia social não existem mapas acabados, todos são passíveis de melhorias e atualizações. Assim, os mapas podem ser atualizados, sempre que os moradores considerarem conveniente.

Durante a oficina de entrega dos mapas, as equipes do ICMBio e do Labocart apresentaram mapeamentos de outras comunidades, como forma de compartilhar as experiências de outras situações organizacionais.

PERÍODO

Junho a novembro de 2014.

PARCEIROS DO PROJETO

Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde; Laboratório de Cartografia Social (Labocart); Laboratório de Geoecologia da Paisagem e Planejamento Ambiental (Lageplan) - ambos do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

INSPIRE-SE!

» **Oficinas temáticas permitem trabalhar com mais profundidade os assuntos relacionados à Unidade de Conservação, em especial nos momentos de enfrentamento de ameaças. Os resultados obtidos vão muito além das informações e mapeamentos realizados nas oficinas, eles fortalecem as relações comunitárias e aproximam os moradores da gestão da UC.**

» **Dividir as oficinas é um recurso capaz de atrair diferentes públicos para cada iniciativa, o que pelas múltiplas perspectivas fortalece o projeto.**

» **O conhecimento dos moradores e de suas práticas é de extremo valor no momento de traçar estratégias que preservem o patrimônio natural de onde vivem e a cultura.**

» **A parceria com universidades tem potencial de contribuir no desenvolvimento das mais diversas iniciativas de proteção socioambiental.**

Foto: Acervo ICMBio



PROGRAMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

ECOFOLIA DESENVOLVE PESQUISAS NAS COMUNIDADES COM PARTICIPAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS DURANTE O CARNAVAL

Coordenação geral: Alex Luiz Amaral Oliveira (Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais). Coordenação executiva: Frederico Mendes (Negrito Comunicação e Faculdade Pitágoras); Fernanda Oliveira (moradora do entorno do Parque); Cibele Alvarenga e Flávia Pantuza (Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira); Amanda Oliveira (estudante da Universidade Federal de Itajubá); Diuly Mesquita (estudante da Universidade Federal de Itajubá). Gestão de recurso e gerenciamento: Alex Luiz Amaral Oliveira (IEF-MG); Negrito Comunicação; moradores das comunidades do entorno do parque.

Mobilizar a população do entorno, aumentar a equipe do parque, levantar uma série de informações sobre a comunidade, como forma de promover melhorias capazes de impactar na qualidade de vida, o Programa Ecofolia, iniciativa do Parque Estadual Mata do Limoeiro, sintetiza todas essas demandas desde 2014. “A prática surgiu a partir de uma necessidade de pesquisas para identificação e conhecimento da dinâmica e do comportamento das comunidades do entorno a respeito da própria percepção, dos hábitos de caça, pesca, corte de lenha, uso da água, renovação de pastagens, além de questões sobre saneamento, lazer e existência da área protegida”, esclarece Alex Luiz Amaral Oliveira, gerente do parque/Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG).

Foto: Acervo IEF-MG



PERFIL

Localizado na Serra do Espinhaço, em Itabira/MG, o Parque Estadual Mata do Limoeiro está a cerca de sete quilômetros do Parque Nacional da Serra do Cipó e conta com mais de 2 mil hectares divididos entre Mata Atlântica e Cerrado.

OBJETIVOS

Realizar ações de educação ambiental que aproximem a comunidades do entorno, voluntários e turistas da Unidade de Conservação; estimular as pesquisas no parque e nas proximidades; sensibilizar os moradores, a partir da criação do senso de pertencimento; mobilizar a população para que participe da busca por soluções; articular comunitários e pesquisadores na implementação de atividades no parque; levantar e trabalhar em conjunto com os moradores no enfrentamento das principais dificuldades.

Foto: Acervo IEF-MG



RESULTADOS

» Criação do senso de pertencimento nos moradores locais em relação à UC, com presença mais efetiva nos projetos e ações. O conhecimento da dinâmica da comunidade permitiu o incremento de ações sobre inclusão socioambiental, com base nas particularidades identificadas em pesquisas.

» O Programa está na quinta edição e já foi indicado duas vezes ao prêmio Hugo Werneck. Em 2016, foi vencedor na categoria Melhor Prática em Educação Ambiental.

» Mais de 100 estudantes do ensino técnico e superior de diversas regiões de Minas Gerais e do Brasil já participaram do projeto. Maior visibilidade da Unidade de Conservação no meio acadêmico, o que contribuiu para o desenvolvimento de pesquisas sobre o parque.

» Fortalecimento da Unidade de Conservação como um importante equipamento turístico. Incêndios florestais não fazem mais parte da realidade da UC e diminuíram as ocorrências de caça.

Foto: Orlando Ramos



METODOLOGIA

O Ecofolia é desenvolvido com base no planejamento anual e na escolha do tema, a edição de 2017 trabalhou a temática Perfil Socioambiental das Comunidades do Entorno. A partir desse momento, a equipe gestora do parque buscou mobilizar parceiros que de alguma forma tivessem sua atividade relacionada ao tema.

A característica de eleger temas-chave permite à equipe trabalhar as questões relativas de maneira mais estruturada e ainda favorece o engajamento das comunidades sobre as inúmeras questões que envolvem o uso público nas Unidades de Conservação e entorno. De acordo com a temática são identificadas também as lideranças locais que podem contribuir no enfrentamento das dificuldades em maior articulação com a equipe gestora do parque.

Para a comunidade, turistas e voluntários, o programa tem início a cada Carnaval com uma série de atividades de educação ambiental e pesquisas. A equipe gestora do parque publica a abertura das

inscrições para o trabalho voluntário na página do www.facebook.com/ParqueEstadualMataDoLimoeiro/ que orienta a solicitação do edital e do formulário de inscrições pelo e-mail divulgado no post. Estudantes universitários de todo o Brasil podem participar. Em geral, as inscrições ficam abertas do início da segunda quinzena de novembro até o mesmo período de dezembro. Durante todo o período de execução do projeto, os universitários ficam alojados nas dependências da unidade.

A programação alinha atividades teóricas e práticas, como relatos de experiências, palestras com pesquisadores de universidades parceiras, pesquisa na comunidade, trilha dos sentidos, visita guiada às Cachoeiras do Paredão e Derrubado, orientação ao turista e plantio de mudas. O Carnaval funciona como força-tarefa do projeto. No fim da festa, a equipe gestora possui os dados sobre as temáticas já tabulados.

O monitoramento e a avaliação são realizados a cada etapa do projeto, desde a realização da pesquisa, ações desenvolvidas no entorno, apresentação e discussão dos resultados, além de reuniões com lideranças governamentais locais.

Os recursos vêm das parcerias e da própria comunidade e são utilizados principalmente na alimentação dos pesquisadores e na produção do material de identificação.

Nas edições anteriores o Ecofolia abordou: Qualidade de Vida das Comunidades do Entorno (2016); Perfil do Turista (2015); Demanda Turística Local (2014).

PERÍODO

Novembro de 2016 a março de 2017.



INSPIRE-SE!

» A revista Gigante Verde, publicação oficial do Parque Estadual Mata do Limoeiro, está na 17ª edição, confira: https://issuu.com/fredericomendesdecarvalho/docs/17_edicao

» O Carnaval é sinônimo de uma programação intensa na unidade, que oferece conhecimentos específicos aos participantes, ao mesmo tempo em que viabiliza o levantamento de informações em escala junto à comunidade para a gestão do parque.

» As temáticas como eixo de cada edição permitem mobilizar patrocinadores de diferentes perfis a cada ano.

» Divulgue as iniciativas do parque nas redes sociais e mobilize quem não está tão perto fisicamente da unidade, mas compartilha dos mesmos ideais. O Ecofolia, por exemplo, mobiliza também estudantes de outros Estados.

PARCEIROS DO PROJETO

Vale S.A.; Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Santo Antônio; Ministério Público de Minas Gerais; Universidade Federal de Itajubá (Campus Itabira); Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira (Funcesi); Negrito Comunicação; Polícia Militar de Meio Ambiente de Minas Gerais; Faculdade Pitágoras; Prefeitura de Itabira.

ESTRATÉGIA GARANTE CONTINUIDADE DO PROTAGONISMO JUVENIL APÓS TÉRMINO DOS RECURSOS

Coordenação geral: Ana Luiza Castelo Branco Figueiredo (Reserva Extrativista Rio Unini/ICMBio) e Mariana Macedo Leitão (Parque Nacional do Jaú/ICMBio). Coordenação executiva: Ana Luiza Castelo Branco Figueiredo (Reserva Extrativista Rio Unini/ICMBio) e Mariana Macedo Leitão (Parque Nacional do Jaú/ICMBio), Angela Midori Furuya Pacheco (Reserva Biológica do Abufari/ICMBio e Reserva Extrativista Rio Unini/ICMBio) e Josângela da Silva Jesus (Parque Nacional do Jaú/ICMBio); Tarcísio Franklin Madalena (colaborador eventual); Fundação Vitória Amazônica; Debora Menezes (colaboradora). Gestão dos recursos e gerenciamento: Ana Luiza Castelo Branco Figueiredo e Mariana Macedo Leitão (ICMBio).

A qualificação e o empoderamento dos jovens da Reserva Extrativista do Rio Unini e do Parque Nacional do Jaú eram demandas antigas das organizações de base locais frente à necessidade de formação de novas lideranças. Entre 2013 e 2015, o parque em questão aprovou o Projeto Jovens Protagonistas no Rio Unini – Verde Perto Educação, voltado à capacitação de jovens e à formação de novas lideranças, via edital do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa). “Foram realizados 10 encontros e, a partir desse momento, a participação dos jovens aumentou significativamente nas atividades de gestão. Com o término dos recursos do projeto, as equipes gestoras das unidades e a Fundação Vitória Amazônica optaram por estimular e viabilizar a participação dos jovens nas atividades de gestão já existentes, promovendo espaços de participação e atividades de educomunicação voltados a este público”, revela Ana Luiza Castelo Branco Figueiredo, analista ambiental na Reserva Extrativista Rio Unini.

INSPIRAÇÃO

No Projeto Jovens Protagonistas, aprovado em edital do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa). A Boa Prática aqui apresentada busca garantir a continuidade desse trabalho.

PERFIL

Localizada no Amazonas, a Reserva Extrativista do Rio Unini abrange uma área de 833.352 hectares. Ao longo do Rio Unini vivem cerca de 180 famílias, em nove comunidades, sendo que cinco estão inseridas na área do Parque Nacional Jaú, três na Reserva Extrativista do Unini e uma na área da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (Estadual). O Parque Nacional do Jaú pertence à região do médio Rio Negro, entre os municípios de Novo Airão e Barcelos/AM, é uma das maiores Unidades de Conservação do país com 2,3 milhões de hectares, onde vivem 10 comunidades, dessas cinco próximas ao Rio Jaú. As duas unidades estão inseridas no Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro, no Corredor Central da Amazônia e são reconhecidas como Reserva da Biosfera e Sítio Ramsar, protegendo a quase totalidade das bacias hidrográficas dos Rios Jaú e Unini.

OBJETIVOS

Estimular e fortalecer o protagonismo juvenil na gestão participativa das Unidades de Conservação, por meio da educomunicação; promover o acesso à informação e capacitar jovens em construção midiática, registro e sistematização de conteúdo, com destaque para a produção de vídeos, áudios e jornal-mural sobre as reuniões e atividades de gestão das UCs.

Foto: Josângela Jesus



RESULTADOS

- » Maior interesse e participação dos jovens nas reuniões de gestão das Unidades de Conservação. Os jovens também estão presentes nas diretorias da Associação de Moradores do Rio Unini (Amaru) e da Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Unini (Coomaru).
- » Jovens desenvolveram habilidades para sistematizar conteúdos, ampliando assim as formas de expressão, por meio da educomunicação.
- » Divulgação do conteúdo sobre reuniões e capacitações em linguagem acessível (vídeo, áudio e texto), produzido pelos jovens, favorece o envolvimento e o interesse dos demais moradores das comunidades.
- » Mais de 12 vídeos e 10 programas de rádio, além de página do Facebook, acompanhe:
 - » Youtube: <http://bit.ly/jovenscomunicadores>
 - » SoundCloud: <http://bit.ly/radiojovenscomunicadores>
 - » www.facebook.com/jovenscomunicadoresjauunini/

METODOLOGIA

Ferramentas de educomunicação foram utilizadas para estimular a participação e fortalecer o protagonismo juvenil na gestão participativa das UCs em todas as oportunidades: reuniões de Conselho, assembleias gerais, reuniões nas comunidades, capacitações, reuniões para revisão do Plano de Manejo.

As atividades tinham como objetivo: promover o acesso à informação; capacitar jovens em construção midiática, registro e sistematização de conteúdo; estimular o registro educamunicativo pelos jovens durante as reuniões e atividades de gestão das UCs - produção de vídeos, áudios e jornal-mural; incentivar a produção contínua de material educamunicativo pelos jovens visando a divulgação e registro das atividades das UCs e de suas comunidades.

Desde então, os jovens começaram a realizar a cobertura educamunicativa nos espaços participativos, registrando assim os principais assuntos em: vídeos, áudios, textos, desenhos e histórias em quadrinhos.

As atividades contaram com apoio técnico da ONG parceira, Fundação Vitória Amazônica (FVA).



PERÍODO

Maio de 2016 – em andamento.

PARCEIROS DO PROJETO

Fundação Vitória Amazônica (FVA); Coletivo Radio Difusor; Rede Mocaronga - projeto Saúde e Alegria; Conselhos Gestores da Reserva Extrativista do Unini e do Parque Nacional do Jaú; Jovens Protagonistas do Unini; Associação de Moradores do Rio Unini (Amoru) e Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Unini (Coomaru); Inspiri Comunicação.

Foto: Josângela Jesus



Foto: Erica Bettiol



INSPIRE-SE!



- » Estimular a participação dos jovens nos momentos de decisão é a melhor estratégia para formar lideranças. Promover intercâmbio entre jovens de diferentes Unidades de Conservação desponta entre as principais formas de estimular e inspirar esse público.
- » Oficinas específicas para jovens sobre os desafios socioambientais favorecem a participação mais efetiva nas reuniões.
- » Efetuar a cobertura dos eventos da própria comunidade é uma das formas mais plurais de engajamento. Os registros, a partir de diversas plataformas, levam a informação adiante e aumentam a mobilização da comunidade.
- » A médio prazo o material produzido pelos jovens pode ser articulado de outra forma, por exemplo, como registro sociocultural sob a perspectiva das futuras lideranças.

Foto: Josângela Jesus



VOLUNTARIADO

ADESÃO AO TRABALHO VOLUNTÁRIO PELAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO CRESCE 62% ENTRE 2015 E 2017

Coordenação geral: o Programa de Voluntariado é coordenado, em nível nacional, pela Coordenação Geral de Gestão Socioambiental e pela Divisão de Gestão Participativa e de Educação Ambiental. O trabalho que culminou nesta Boa Prática é resultado do envolvimento de diversas pessoas, com destaque para Paulo Renato Russo, Camilla Helena da Silva, Cristiane Ramscheid Figueiredo, Fernanda de Barros Boaventura, Beatriz Nascimento Gomes e Maria Vilani Lopes, pelo ICMBio, Fabiana Prado, Cibele Tarraço Castro e Angela Pellin, pelo IPÊ e Michel dos Santos, pelo WWF. Coordenação executiva: a operacionalização do Programa em nível nacional é realizada pela equipe do Serviço de Apoio ao Programa de Voluntariado – Sevol, do ICMBio - Fernanda de Barros Boaventura e Beatriz Nascimento Gomes. Gestão dos recursos e gerenciamento: o Programa de Voluntariado do ICMBio é executado por meio de uma ampla composição de recursos e diferentes instâncias de governança, tanto em nível da administração central como localmente.

No intervalo de dois anos, mais de 60 gestores agregaram voluntários às equipes nas áreas geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Com base em informações de 2017, 158 unidades organizacionais do Instituto, entre Unidades de Conservação (UCs), centros nacionais de pesquisa e conservação e outras instâncias técnicas desenvolviam o programa, enquanto em 2015, o número não chegava a 100. O voluntariado está entre as estratégias do Instituto que visam sensibilizar e mobilizar a sociedade quanto à importância da conservação ambiental. “Um dos grandes desafios do ICMBio, para alcançar a missão institucional, é obter o apoio da sociedade nas atividades desenvolvidas pelo órgão e no reconhecimento da importância da conservação do patrimônio natural, histórico e cultural. O programa de voluntariado, desde sua implantação no ICMBio, em 2009, é visto como ferramenta capaz de sensibilizar e envolver a sociedade, com grande potencial para promover um maior engajamento na conservação”, afirma Beatriz Nascimento Gomes, analista ambiental do ICMBio e relatora da prática. Em 2017, o programa registrou mais de 1.300 voluntários e 88 mil horas de trabalho no apoio às atividades do ICMBio.

PERFIL

158 Unidades organizacionais do ICMBio aderiram ao Programa de Voluntariado até o final de 2017.

OBJETIVOS

Sensibilizar os diferentes segmentos da sociedade para a importância da conservação do patrimônio natural, histórico e cultural. Oferecer aos interessados oportunidades de contribuir com a gestão das unidades do ICMBio. Promover a troca de ideias, conhecimentos e experiências entre todos os atores envolvidos em atividades de voluntariado no Instituto nas esferas local, regional e nacional. Reconhecer e valorizar o trabalho voluntário no âmbito do Instituto. Para atingir estes objetivos, o Programa de Voluntariado do ICMBio tem o propósito de promover o engajamento da sociedade na conservação da biodiversidade via trabalho voluntário com reconhecimento público desta contribuição.



RESULTADOS

- » Adesão ao trabalho voluntário pelas Unidades de Conservação cresceu 62% entre 2015 e 2017, passando de 97 para 158 equipes gestoras que já implementam o programa.
- » Para 57% dos gestores, o programa ampliou o conhecimento da sociedade em geral sobre a unidade e a importância das áreas protegidas.
- » 94% dos voluntários acreditam que o conhecimento adquirido durante o programa auxiliará no desenvolvimento pessoal.
- » A iniciativa também garantiu mais visibilidade institucional. Em 2017, o Programa Voluntariado do ICMBio foi reconhecido como iniciativa de sucesso pela Presidência da República (em 28 de agosto, Dia Nacional do Voluntariado).
- » Em todas as Unidades de Conservação que implementaram o programa, os gestores atestaram, sem exceção, a conquista de mais abertura para o diálogo com a sociedade.

Foto: Josângela Jesus



METODOLOGIA

Regulamentado em 2009, por Instrução Normativa, o Programa de Voluntariado do ICMBio foi vinculado à Coordenação Geral de Proteção do ICMBio e trouxe como linhas temáticas para desenvolvimento das atividades: manejo para conservação, pesquisa e monitoramento, gestão socioambiental, uso público e negócios, consolidação territorial, produção e uso sustentável e proteção ambiental.

A partir de 2016, por meio de outra Instrução Normativa, o escopo do voluntariado foi ampliado dentro do ICMBio e o programa passou a ser vinculado à Coordenação Geral de Gestão Socioambiental do Instituto. A equipe responsável pelo programa iniciou em conjunto e com financiamento de parceiros, com destaque para o IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas e WWF, uma série de ações de reestruturação da própria iniciativa. Entre os resultados dessa medida foram destaques a elaboração do Planejamento Estratégico do programa; confecção e distribuição de kits de identificação do voluntário,

em um amplo esforço de divulgação do programa; lançamento dos Guias de Gestão e do Voluntário e a realização do *Seminário Voluntariado ICMBio - Experiências Internacionais de Voluntariado em Áreas Protegidas*.

Em 2017, foi criado o Serviço de Apoio ao Programa de Voluntariado (Sevol), vinculado à Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental, que passa a ser o condutor dos processos relacionados ao programa no que se refere às ações gerais para o Instituto como um todo.

No âmbito local, cada unidade tem autonomia para planejar e executar as ações de voluntariado de acordo com as próprias demandas, definindo assim linhas temáticas que serão executadas, frequência e periodicidade das atividades, público envolvido, número de vagas, formas de mobilização, etc. O Programa de Voluntariado, do ICMBio, funciona como instrumento de apoio aos macroprocessos pela vinculação às linhas temáticas.

PERÍODO

Outubro de 2009 – em andamento.

PARCEIROS DO PROJETO

Em âmbito nacional, o programa conta com instituições que apoiam a estruturação do programa, como o IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas, WWF-Brasil e Serviço Florestal dos Estados Unidos UFSF/Usaid. Em nível local, porém, o programa ocorre em parceria com uma grande variedade de instituições como clubes de montanhismo, ciclismo e caminhadas, associações de moradores, associações de amigos do parque, Conselhos Gestores das unidades, organizações não governamentais e empresas privadas com atuação local, órgãos públicos de outras esferas de governo, tais como Batalhão Ambiental e Prefeituras, entre outros.



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



INSPIRE-SE!

- » O voluntariado abre as portas do ICMBio e convida a sociedade a conhecer o papel e a importância da Instituição e a se engajar ativamente na conservação da natureza. Para iniciar ou ampliar o programa, busque observar as experiências dos gestores que já investiram nessa direção.
- » O envolvimento de voluntários dinamiza a rotina da unidade e gera importante troca de experiências que beneficia a todos.
- » Voluntários são pessoas mobilizadas pela causa e o olhar deles pode revelar novas perspectivas para a gestão.
- » Confira mais informações sobre o Programa do Voluntariado do ICMBio em <http://www.icmbio.gov.br/portal/sejaumvoluntario>. No link é possível encontrar os Guias de Voluntários e de Gestão do Programa, uma série de vídeos, incluindo experiências práticas, além das unidades que oferecem oportunidades de voluntariado, divididas por região e os editais abertos.



Foto: Marco Sarti

VISIBILIDADE DO MOSAICO AUMENTA COM FORTALECIMENTO DE JOVENS LIDERANÇAS

Coordenação geral: Cassandra Oliveira (ICMBio). Coordenação executiva: Cassandra Oliveira (ICMBio) e Edilza Serrano (Instituto de Pesquisa e Formação Indígena - Iepê). Gestão dos recursos e gerenciamento: Nayara Araújo (consultora) e Sueli Pontes (ICMBio).

O reconhecimento do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará, em 2013, foi uma conquista para os povos indígenas, agricultores e extrativistas, após quase 10 anos de mobilização. No Amapá, como em outros Estados, o tema Unidades de Conservação ainda não é consenso. “A opinião pública local era bastante reativa à ideia de áreas protegidas, sendo muito forte a sensação, no Amapá, de que essas áreas “engessavam” o desenvolvimento. Dessa forma era preciso criar uma estratégia para apresentar esses territórios como indutores de oportunidades regionais e difundir os conceitos de gestão integrada e do próprio Mosaico”, afirma Cassandra Oliveira, analista ambiental do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, uma das unidades que integra o Mosaico.

Foto: Wirley Almeida



INSPIRAÇÃO

O Projeto Jovens Protagonistas, que envolve jovens dos diferentes territórios do Mosaico, desde 2014. A iniciativa alinhada ao Plano de Comunicação do Mosaico traz como referência as atividades do Grupo de Trabalho de Audiovisual do ICMBio, em especial as Oficinas de Educomunicação com jovens - sobre linguagens do audiovisual e da fotografia - desenvolvidas pelos servidores Cassandra Oliveira e Roberto Zanin, desde 2016.

PERFIL

O Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará, também conhecido como Mosaico da Amazônia Oriental, conta com 12,4 milhões de hectares onde estão seis Unidades de Conservação (UCs) e três Terras Indígenas (TIs): Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque; Floresta Nacional do Amapá; Floresta Estadual do Amapá; Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru; Parque Natural Municipal do Cancão; Reserva Extrativista Beija-Flor Brilho de Fogo; Terra Indígena Wajãpi; Terra Indígena Parque do Tumucumaque e Terra Indígena Rio Paru d’Este.

OBJETIVOS

Integrar as agendas das Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Assentamentos Agrícolas, envolvendo os jovens de forma transversal na discussão dos temas relacionados ao Mosaico de Áreas Protegidas da Amazônia Oriental. Sistematizar e contribuir para a geração de conhecimento sobre a importância do Mosaico. Promover o melhor entendimento do papel do conselheiro, responsável por informar comunidades, aldeias e instituições (imprensa e poder público) sobre as ações voltadas ao desenvolvimento regional.

Foto: Gabriela Marques



RESULTADOS

- » O aumento da visibilidade do Mosaico na região, pelas ações nas mídias locais, com valorização das práticas e conceitos relacionados às UCs desencadeou a reflexão das comunidades locais sobre as identidades territoriais e os modelos de desenvolvimento atualmente propostos.
- » Engajamento jovem fortalecido na gestão das UCs com destaque para as parcerias com o Coletivo Jovem de Meio Ambiente e os Jovens Protagonistas do Mosaico, que compartilharam o trabalho com o público em questão. Participação mais efetiva do Conselho Consultivo no Projeto de Educomunicação, durante as escolhas da identidade visual e da abrangência da temática nos materiais.
- » Duas oficinas de Educomunicação no Rio Araguari e na Perimetral Norte mobilizaram 60 jovens de diversas comunidades. Também foi promovido Encontro com Comunicadores (PressTrip) para a Floresta Nacional do Amapá com 50 participantes, entre comunicadores, acadêmicos, conselheiros e parceiros do Mosaico.
- » No período do projeto, o Mosaico foi tema de 45 publicações, entre blogs, sites, TV, impresso e rádio. A fanpage do Mosaico registrou aproximadamente 4 mil interações ativas (reações a postagens, compartilhamentos, comentários) com alcance superior a 90 mil pessoas.



METODOLOGIA

Na reunião de Planejamento Interno para o biênio 2015/2016, a equipe de gestão integrada do Mosaico elaborou um Plano de Comunicação como forma de traçar estratégias capazes de contribuir para uma nova percepção da sociedade quanto às áreas protegidas. Nessa esfera, o projeto Jovens Protagonistas, que teve início em 2014, articulou a comunicação com o fortalecimento do protagonismo juvenil na gestão do território.

O Projeto Educomunicação do Mosaico de Áreas Protegidas da Amazônia Oriental selecionado pela Chamada 001/2016, do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), contou com orçamento de R\$ 313 mil. A coordenação da proposta foi do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Jornalistas e comunicadores locais puderam refletir quanto à importância das áreas protegidas do Amapá. Jovens comunitários produziram materiais de comunicação sobre o próprio território. A atividade buscou identificar caminhos para aumentar a presença de temas relacionados às UCs e TIs na mídia local.

A execução das atividades, em especial das oficinas com jovens, foi compartilhada entre ICMBio e parceiros do Coletivo Jovem e dos Jovens Protagonistas,

que conduziram a maior parte das atividades com esse público. O Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) e a Fundação Nacional do Índio (Funai) apoiaram a avaliação metodológica e de conteúdo das atividades e, quando necessário, a logística no território.

A equipe visitou as prefeituras de Porto Grande, Pedra Banca do Amapari e Serra do Navio, no Amapá, para divulgar o projeto e envolver a gestão municipal nas atividades realizadas nos territórios.

PERÍODO

Janeiro de 2017 a março de 2018.

PARCEIROS DO PROJETO

Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé); Fundação Nacional do Índio (Funai); Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Amapá; Jovens Protagonistas do Mosaico.

Foto: Alessandra Lameira



INSPIRE-SE!

» Oficinas de comunicação que incluem análise crítica das matérias publicadas sobre as Unidades de Conservação, em diferentes veículos, são importantes para a formação dos jovens e o posicionamento das comunidades. Os jovens, inclusive com orientação, podem assumir o papel-chave de articular saberes e os múltiplos interesses dos diversos atores sociais (presentes ou ausentes nas matérias) no momento de compartilhar as percepções com a comunidade.

» Nessas oficinas será possível observar temas que não estão na mídia, mas que, se desenvolvidos por comunitários e articulados à esfera regional, podem aumentar a visibilidade da área protegida.

» Textos, vídeos, fotos e áudios produzidos pelos jovens fazem mais do que revelar a cultura, eles aumentam a conexão das futuras lideranças com a própria identidade e disseminam modelos de desenvolvimento alinhados às áreas protegidas.

CONSELHOS INTEGRADOS

ESTRATÉGIA PERMITE RESPONDER ÀS PRINCIPAIS DEMANDAS DO TERRITÓRIO E AUMENTA MOBILIZAÇÃO

Coordenação geral: Cristina Batista (Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange – ICMBio) e Mariele Borro Mucciato Xavier (Parque Nacional Guaricana/ICMBio). Coordenação executiva: Renata Garret Padilha (colaboradora contratada pelo Pnud) e José Otávio Cardoso Consoni (Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange – ICMBio). Gestão dos recursos e gerenciamento: Luiz Francisco Ditzel Faraco (Parque Nacional Guaricana/ICMBio).

Cinco Unidades de Conservação (UCs) no litoral sul do Paraná gerenciadas pelas três esferas de governo, apesar de integradas e sobrepostas, até há pouco tempo não utilizavam essas características em prol do seu fortalecimento. Três dessas unidades estão, inclusive, dentro da Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaratuba. “A exceção é o Parque Nacional Guaricana, que possui cerca de 4.750 hectares, cerca de 9,5% do território, fora da unidade. As demais estão integralmente inseridas na área de uso sustentável”, destaca José Otávio Cardoso Consoni, analista ambiental do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange.

Apesar de tantas conexões, a falta de articulação entre as unidades ameaçava os interesses em comum. “Em reunião de 2016, ficou claro na discussão inicial que esse processo deveria considerar a composição dos conselhos existentes e buscar a integração com aqueles que precisavam ser instituídos. Dois aspectos também estavam evidentes, as semelhanças entre demandas de todas as UCs e a necessidade de implementar arranjos que permitissem atender a legislação vigente e fazer frente aos novos desafios de gestão”, completa Consoni.

INSPIRAÇÃO

A experiência da Área de Proteção Ambiental das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná e do Parque Nacional Ilha Grande apresentada no lançamento da Revista de Boas Práticas, na Academia Nacional de Biodiversidade (Acadebio), em 2015 e em reunião específica em Matinhos/PR, em 2017, quando representantes das duas unidades explicaram detalhes da prática aos integrantes do Grupo de Trabalho de Integração dos Conselhos da Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaratuba e dos Parques Nacionais Saint-Hilaire/Lange e Guaricana.

PERFIL

No Estado do Paraná, a porção sul do litoral e da Serra do Mar abriga um conjunto de cinco Unidades de Conservação (UCs), de duas categorias, gerenciadas pelas três esferas de governo:

- » Parques Nacionais: Saint-Hilaire/Lange; Guaricana.
- » Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaratuba.
- » Parque Estadual do Boguaçu.
- » Parque Natural Municipal da Lagoa do Parado.

OBJETIVOS

Promover a integração entre os Conselhos das Unidades de Conservação da região, considerando os existentes e aqueles em formação. Ampliar e qualificar a participação social nos Conselhos, otimizar recursos humanos e financeiros; aumentando assim a eficácia.



RESULTADOS

- » Interação entre gestores do ICMBio e do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), a partir do estabelecimento de objetivos comuns.
- » As reuniões em conjunto entre os Conselhos do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange e da Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaratuba despertaram o interesse dos Conselheiros, obtendo maior participação.
- » Os conselheiros do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange aprovaram proposta preliminar, desenvolvida pela Câmara Técnica, dos setores que poderiam ser incluídos na reformulação e criação dos Conselhos.
- » Criação da Câmara Temática de Revisão do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba.

METODOLOGIA

Em 2016, uma reunião do Grupo de Trabalho (GT) entre gestores do ICMBio e do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) - gestor da Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaratuba e do Parque Estadual Boguaçu - tinha como pauta discutir as estratégias para criação do Conselho do Parque Nacional Guaricana. À medida que as discussões avançaram, ficou evidente a necessidade de um Conselho mais amplo, considerando os existentes e os que ainda seriam criados.

A Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaratuba possuía Conselho Gestor Deliberativo com composição parcialmente alterada para adequação e ampliação das representações. O Conselho do Parque Natural Municipal da Lagoa do Parado era o próprio Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de Guaratuba. Em 2014, o Parque Estadual do Boguaçu, apesar dos 20 anos, não contava com representação até que a chefe da Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaratuba também assumiu a unidade. O Parque Nacional Guaricana, de 2014, com a chefia nomeada, em outubro de 2015, deu iní-

cio ao processo de criação do Conselho.

A atuação integrada permitiria aumentar a eficácia das ações e, ao mesmo tempo, motivar a participação qualificada dos conselheiros. Os participantes foram divididos em três grupos para o levantamento preliminar de informações sobre: os setores que deveriam estar nos Conselhos; temas prioritários, recorrentes ou novos; problemas identificados no funcionamento dos Conselhos, origem e possíveis soluções. Os grupos trabalharam os temas em três sessões, o que garantiu o diálogo cruzado e a construção coletiva em três mesas redondas.

Na reunião de dezembro de 2016, além da apresentação das informações sistematizadas foram sinalizadas as próximas etapas: complementação do levantamento de informações; elaboração de propostas preliminares de setores envolvidos; comunicação com os representantes desses setores; elaboração de proposta preliminar de reformulação para o Conselho do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange e de composição do Conselho do Parque Nacional Guaricana. Na ocasião, o Grupo de Trabalho foi transformado em Câmara Temática de Reformulação dos Conselhos.

Após essa etapa, a Câmara realizou uma série de reuniões para sistematizar os dados levantados pelos conselheiros e elaborou proposta preliminar dos setores que poderiam ser incluídos na reformulação e criação dos Conselhos. A matriz proposta pela Câmara Temática foi aprovada pelo Conselho do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange, em outubro de 2017. Desde então busca-se estabelecer o número de cadeiras e planejar os encontros setoriais, tanto para a reformulação do Conselho do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange, quanto para a criação do Conselho do Parque Nacional Guaricana. Os conselheiros da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba optaram por aguardar essa etapa dos Parques Nacionais antes de qualquer atitude. Já o Conselho do Parque Nacional Guaricana obteve avanços com reuniões setoriais.

Em paralelo, praticamente o mesmo grupo tem participado da Câmara Temática de Revisão do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba. Nesses encontros, o tema integração de conselhos é recorrente; o que revela outra oportunidade de aproximação.

Os recursos vieram dos Projetos Especiais/Pnud.

PERÍODO

Abril de 2016 – em andamento.

PARCEIROS DO PROJETO

Conselhos Gestores do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange e da Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaratuba; Instituto Ambiental do Paraná (IAP); Mater Natura Instituto de Estudos Ambientais; Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná (Adetur); Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater); Prefeitura de Paranaguá, Prefeitura de Tijucas do Sul, Prefeitura de Matinhos.

Foto: Acervo ICMBio



INSPIRE-SE!

- » A integração entre as Unidades de Conservação que compartilham da mesma região não deve ficar restrita às equipes gestoras, o alinhamento entre os Conselhos tem potencial de contribuir com avanços importantes.
- » Conselhos integrados otimizam tempo e recursos tanto durante os encontros, quanto na busca por soluções.
- » Grupos de Trabalho são temáticos e em algumas Unidades de Conservação podem estimular o envolvimento de setores específicos.
- » Alinhamento entre os atores sociais e instituições que atuam em áreas sobrepostas permite discutir no conselho o território a partir de uma visão mais estratégica, o que fortalece a representatividade do grupo.

JOVENS PARCEIROS

GESTÃO DO PARQUE NACIONAL DAS ARAUCÁRIAS IMPLEMENTA ATIVIDADES COM ADOLESCENTES

Coordenação geral, executiva, gestão dos recursos e gerenciamento: Juliano Rodrigues Oliveira (ICMBio).

Com apenas um servidor público, desde 2008, o Parque Nacional das Araucárias precisou descobrir outros caminhos para que a Unidade de Conservação cumprisse com os objetivos que caracterizam esse perfil de área protegida. “Desde 2009, parcerias são prioritárias no parque. Um dos desafios propostos pelo Conselho Consultivo da unidade foi a implantação do uso público – até 2015 o parque estava fechado à visitação – e nesse contexto, o voluntariado tornou-se uma opção capaz de viabilizar esse objetivo”, revela Juliano Rodrigues Oliveira, chefe do parque.

PERFIL

Localizado na região oeste do Estado de Santa Catarina, nos municípios de Ponte Serrada e Passos Maia, o Parque Nacional das Araucárias conta com mais de 12 mil hectares.

OBJETIVOS

Implantar o voluntariado no Parque Nacional das Araucárias para apoiar as atividades de Uso Público; incentivar a participação social nas atividades, especialmente por parte dos jovens; intensificar a parceria com a Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina.

Foto: Acervo ICMBio



RESULTADOS

- » Em três anos, os voluntários realizaram mais de 15 atividades no parque, com dedicação superior a 200 horas. Com o trabalho dos jovens foi possível contabilizar a visitação. Mais de 500 pessoas tiveram o acompanhamento dos voluntários durante as visitas.
- » Aumento da visibilidade regional do parque. Os voluntários passaram a divulgar os conceitos sobre as Unidades de Conservação nos diversos ambientes por onde circulam, começando pela escola.
- » Os jovens voluntários são cidadãos mais críticos e atuantes, com melhor rendimento escolar nos temas ambientais. A comunicação entre o gestor da unidade, pais dos jovens e comunidade escolar foi ampliada e aperfeiçoada.
- » Parceria com a Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina fortalecida.

METODOLOGIA

A Polícia Militar Ambiental (PMA) de Santa Catarina desenvolveu o curso Protetores Ambientais para estimular uma percepção mais consciente e crítica nos adolescentes. Durante um ano, jovens na faixa dos 13 anos participaram de atividades de formação nas áreas de Meio Ambiente e Turismo ministradas pelos membros da PMA e parceiros.

As Unidades de Conservação também estavam incluídas no programa e a PMA convidou o gestor do Parque Nacional das Araucárias para ser o instrutor de uma das turmas. Após a apresentação, um pequeno grupo dos adolescentes manifestou interesse em realizar atividades voluntárias no parque.

O gestor complementou a formação dos jovens com palestras sobre ICMBio, Sistema Nacional de Unidades Conservação (SNUC), as características do Parque Nacional das Araucárias, além da importância da visitação e do estímulo ao turismo. Os jovens passaram a guiar e orientar os visitantes, contabilizando o fluxo.

Com o uso de aplicativo de mensagens instantâneas (WhatsApp), o gestor planejou as ações com os jovens, esclareceu dúvidas e, dessa forma, manteve um canal para a comunicação com os voluntários. Conversas após as atividades permitiram identificar



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



INSPIRE-SE!

- » Investir na formação dos voluntários antes do início de qualquer atividade aumenta o senso de pertencimento à causa e valoriza o trabalho que será desenvolvido. Adapte o conteúdo de acordo com o público e faça dessa oportunidade um momento de troca, reserve um período para responder dúvidas.
- » Durante o planejamento das atividades de voluntariado considere as habilidades de cada participante e otimize os resultados. Os recursos materiais de parceiros muitas vezes já são capazes de permitir a realização de uma série de ações.
- » Parcerias são fundamentais, apesar das restrições no número da equipe, apoie e participe dos eventos de outras instituições.
- » Jovens e crianças mobilizadas despertam também o interesse dos pais e da comunidade escolar, busque aprimorar a comunicação com esses dois públicos e aumente as chances de conquistar novos parceiros.

aspectos positivos, negativos e sugestões

O trabalho teve como base a horizontalidade entre o gestor e os voluntários, em uma relação de parceria. O projeto foi desenvolvido sem recursos extras e a Prefeitura de Ponte Serrada/SC apoiou a iniciativa com o transporte dos jovens à unidade.

No momento, o Parque Nacional das Araucárias possui cadastro de interessados pelo Programa de Voluntariado do ICMBio. Investimentos podem ampliar e consolidar o Programa.

PERÍODO

Abril de 2014 a outubro de 2017.

PARCEIROS DO PROJETO

Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina e Prefeitura de Ponte Serrada/SC.

VALORIZAÇÃO E VISIBILIDADE DE PESCADORES GARANTEM AVANÇOS NO ACORDO DE GESTÃO

Coordenação geral: Laci Santin (Reserva Extrativista Marinha de Pirajubaé/ICMBio), Guilherme Tebet (Conselho da unidade pelo Coletivo UC da Ilha), Eloisa Vizuete (Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul - Cepsul/ ICMBio) e Silvane Dalpiaz (Fundação Municipal de Meio Ambiente de Florianópolis - Floram). Coordenação executiva: Guilherme Tebet (Conselho da unidade pelo Coletivo UC da Ilha), Eloisa Vizuete (Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul - Cepsul/ ICMBio) e Silvane Dalpiaz (Fundação Municipal de Meio Ambiente de Florianópolis - Floram). Gestão dos recursos e gerenciamento: Karina Dino (extinta Coordenação de Educação Ambiental - Coedu/CGSAM/ICMBio.)

Com mais de 25 anos, a Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé tem a história atrelada à extração do berbigão (*Anomalocardia brasiliensis*), bivalve que ocorre nos bancos arenosos e lamosos da Baía Sul de Florianópolis, em sobreposição às demais atividades. “Dos mais de 100 beneficiários da Reserva, apenas 25 têm permissão para a extração comercial de berbigão, sendo que a maioria não pesca regularmente. Os instrumentos de gestão existentes (Planos de Utilização, Instruções Normativas e Portaria) apenas consideraram a regulamentação da extração do berbigão, o que evidencia a invisibilidade dos demais beneficiários (pescadores artesanais e coletores de caranguejo)”, destaca Laci Santin, analista ambiental e orientadora pedagógica na unidade/ICMBio.

A crise aumentou em 2015 com a mortandade generalizada do molusco na região. “O recurso entrou em colapso por causas naturais ainda não totalmente esclarecidas – apesar de pesquisas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) – agravando ainda mais a situação dos extrativistas que aumentaram a pressão sobre recursos pesqueiros, como a pesca de peixes e do camarão. A única organização formal dos beneficiários era a Associação Caminhos do Berbigão (ACB), atualmente desarticulada por disputas internas pós-mortandade do molusco”, complementa Laci.

A localização da unidade também traz agravantes. “A Reserva fica a cerca de 5 km do centro de Florianópolis/SC, o que resulta em impactos sobre a área protegida pelo adensamento populacional no entorno e das obras de infraestrutura. “Como con-

sequência dessa dinâmica ocorre a discriminação da atividade extrativista, a invisibilidade do território e das atividades tradicionais de pesca; perda de espaços de socialização entre os beneficiários; desagregação da comunidade; aumento das disputas internas prevalecendo interesses individuais nas decisões sobre o território e recursos; desinteresse, em especial dos jovens, pela atividade pesqueira/extrativa, pela falta de atrativos econômicos e eventual possibilidade de empregos em outras áreas”, comenta a analista ambiental.

PERFIL

Localizada na região urbana da Ilha de Santa Catarina, em Florianópolis, a Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé abrange com 1.700 hectares ecossistemas marinhos e manguezais.

OBJETIVOS

Contribuir para qualificar a participação dos pescadores artesanais na construção do Acordo de Gestão da Unidade de Conservação (UC), uma vez que esses beneficiários historicamente possuem pouca voz ativa nas tomadas de decisão da reserva. Incentivar o diálogo sobre o uso dos recursos pesqueiros, fortalecer a identidade dos pescadores artesanais, como beneficiários e usuários da reserva. Estimular o mapeamento das artes de pesca para incluir as demandas do setor nos marcos legais, no acordo de gestão; ampliar a participação dos pescadores artesanais na gestão.

RESULTADOS

- » Conquista de um espaço de diálogo sobre os usos dos recursos pesqueiros que permite identificar as demandas, problemas, dificuldades e potencialidades relacionadas à pesca na reserva.
- » Mapeamento dos principais locais, espécies pescadas, artes e períodos de pesca na unidade e no entorno.
- » Aumento da integração entre os pescadores durante a etapa que antecede a elaboração qualificada do Acordo de Gestão. Fortalecimento da identidade dos pescadores artesanais como beneficiários e usuários da reserva.
- » Inserção da Reserva Extrativista Marinha de Pirajubaé no Projeto SocMon Brasil, que incentiva a criação de estratégias de monitoramento socioambiental participativo orientado para a gestão costeira.

METODOLOGIA

Três alunos do II Curso de Formação em Gestão Socioambiental, na Academia Nacional de Biodiversidade ACADEBio, sendo dois servidores públicos – um do ICMBio, outro da Fundação Municipal de Meio Ambiente de Florianópolis (Floram), e o terceiro, um conselheiro da unidade e integrante do Coletivo UC da Ilha - analisaram o contexto da Reserva Extrativa Marinha do Pirajubaé e formaram uma equipe de trabalho com foco em qualificar a participação dos pescadores na construção do Acordo de Gestão, a partir do mapeamento participativo, por meio de um processo de educação ambiental crítico.

O grupo, em parceria com a equipe gestora da unidade, buscou identificar os principais pescadores beneficiados para realizar o levantamento das artes de pesca e dos recursos pesqueiros utilizados no território. Após algumas reuniões entre os servidores da unidade e os autores do Criando Redes, 10 pescadores foram identificados como informantes-chave.



Para compreender melhor o uso dos recursos pesqueiros na Unidade de Conservação, seis pescadores participaram de entrevistas individuais em que assinalaram em mapas as atividades realizadas em cada ponto da reserva, enquanto descreviam o sistema de pesca (petrecho, intensidade, dificuldades). Após essa etapa, os membros do projeto e a equipe gestora sistematizaram e digitalizaram os mapas.

A atividade dos mapas teve como sequência uma oficina com dez mestres de pesca locais, onde foi construída, de forma conjunta e por consenso, uma maquete com os usos dos recursos pesqueiros na Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé. A equipe transformou a maquete em mapas digitais.

O projeto intensificou a integração da equipe da unidade com o Coletivo UC da Ilha, membro do Conselho Deliberativo, que assim ampliou a presença na gestão. Ao mesmo tempo, a iniciativa estreitou a colaboração e o intercâmbio de informações com a Fundação Municipal de Meio Ambiente de Florianópolis (Floram).

Internamente, a medida fortaleceu a articulação no ICMBio, entre a unidade e o Cepsul, criando oportunidades de pesquisas conjuntas e de gestão pesqueira. O projeto criou possibilidades para integrar as ações de monitoramento participativo da pesca na reserva ao Projeto SocMon, coordenado pelo Centro de Estudos do Mar, da Universidade Federal do Paraná (CEM/UFPR).

A prática foi conduzida como atividade integrante do II Curso de Formação em Gestão Socioambiental, na linha de Educação Ambiental na Gestão Pública da Biodiversidade, realizado na ACADEBio, pela extinta Coordenação de Educação Ambiental (Coedu), da Coordenação Geral de Gestão Socioambiental (CGSAM) e pela Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (CGGP).

PERÍODO

Novembro de 2015 a maio de 2016.

PARCEIROS DO PROJETO

Coletivo UC da Ilha; Fundação Municipal de Meio Ambiente de Florianópolis (Floram); Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul (Cepsul/ ICMBio).

Foto: Acervo ICMBio



Foto: Acervo ICMBio



INSPIRE-SE!

- » A valorização dos atores locais em processos educativos planejados e integrados à gestão fortalece as comunidades, o modo de vida local e aumenta a integração. A abordagem contribui para reforçar a identidade da população tradicional e o sentido de pertencimento ao território.
- » Pesquisas desenvolvidas em conjunto por diferentes órgãos públicos, de esferas distintas e com a participação de organizações não governamentais têm alto poder de impacto, uma vez que sintetizam múltiplas perspectivas.
- » A parceria entre diferentes órgãos também permite integrar mais profissionais ao processo, aumentando a capilaridade e apropriação de cada órgão sobre o projeto.
- » Estimule os processos participativos, especialmente diante de situações onde falte integração. Os resultados concretos e os instrumentos são importantes, mas a construção coletiva reforça identidade e parcerias que abrem caminho para outros projetos.

COMUNICAR

EU AMO CERRADO INVESTE NA ESTRATÉGIA CONHECER PARA PROTEGER

Coordenação geral: Luiz Henrique Caixeta Gatto (Instituto Brasília Ambiental - Ibram-DF). Coordenação executiva: Marcus Vinicius Falcão Paredes (Instituto Brasília Ambiental - Ibram-DF). Gestão dos recursos e gerenciamento: Coordenação de Educação Ambiental e Difusão de Tecnologias – Codea/Ibram-DF.

O desconhecimento sobre a flora e a fauna do Cerrado pela população que vive na área do bioma foi o ponto de partida dessa prática. A necessidade de conhecer para valorizar, motivou a observação dos servidores do Instituto Brasília Ambiental (Ibram) sobre quais e como as informações sobre o Cerrado são divulgadas à população. “No Instituto Brasília Ambiental (Ibram) não havia nenhum material gráfico que contemplasse de forma lúdica a biodiversidade do Cerrado”, revela Marcus Vinicius Falcão Paredes, gerente de Educação Ambiental em Unidades de Conservação do Instituto Brasília Ambiental (Ibram) e relator da prática. Na tentativa de responder a essa demanda, os servidores do Ibram desenvolveram programa específico para difundir conhecimento.

INSPIRAÇÃO

Cartaz Aves Comuns nos Parques do Distrito Federal, como parte do trabalho de conclusão de curso de um servidor.

PERFIL

Unidades de Conservação do bioma Cerrado.

OBJETIVOS

Ampliar o conhecimento da população sobre a fauna e a flora do Cerrado, como estratégia de valorização; desenvolver material decorativo com a temática Cerrado para ambientes, fonte de pesquisa estudantil e material de promoção institucional.

Foto: Acervo Ibram-DF



RESULTADOS

» O projeto *Eu Amo Cerrado* já produziu mais de 10 edições de cartazes a partir de quatro temas: Aves do Cerrado; Frutos do Cerrado; Mamíferos e Pegadas do Cerrado; Árvores do Cerrado. O material é divulgado nas Unidades de Conservação e pelo Ibram. Em quatro anos do projeto, 40 mil exemplares impressos.

» 50 mil folders desenvolvidos e distribuídos com os temas aves, frutos e mamíferos do Cerrado.

» Exposição fotográfica *Eu Amo Cerrado* com registros da Estação Ecológica Águas Emendadas, no Distrito Federal, é itinerante. Entre as montagens já realizadas, são destaques: a estreia no Congresso Reeditor Ambiental, em 2016, para 400 alunos e 15 professores da Secretaria da Educação do DF e a comemorativa dos 10 anos do Ibram, na estação do metrô de Brasília, o que permitiu que milhares de pessoas conhecessem mais o Cerrado.

» A cada nova edição, mais parceiros são incluídos e novas espécies são contempladas. As publicações ambientais representam ferramentas de divulgação do Ibram.

METODOLOGIA

A pesquisa acadêmica realizada por um dos servidores motivou um grupo a produzir material bibliográfico oficial sobre o bioma. O desenvolvimento dos materiais envolveu a elaboração das listas de espécies do Cerrado, inicialmente de Aves e na sequência de Frutos, Mamíferos e Árvores. A edição do conteúdo é feita pelos servidores do Ibram. Os recursos para impressão vieram de duas fontes, do orçamento da Educação Ambiental do Ibram e das conversões de penas ambientais.

A relação das espécies e a cessão de fotos para a publicação contaram com a mobilização de parceiros que contribuíram desde a primeira edição de cada produto. A Polícia Ambiental de São Paulo cedeu as fotos dos mamíferos. Enquanto a Universidade de Brasília, por meio do professor Manoel Cláudio da

Silva Júnior, cedeu e auxiliou na identificação dos frutos e das árvores do Cerrado. O Grupo de Observadores de Aves do Planalto Central (Observaves) contribuiu com algumas fotos e na identificação de espécies de aves.

O cartaz Árvores do Cerrado, lançado em 2016, no Dia da Árvore, 21 de setembro, traz 12 espécies representativas do bioma: Copaíba, Sucupira Branca, Aroeira, Piqui, Imbiruçu, Jacarandá do Cerrado, Gomeira, Ipê Amarelo, Pau Doce, Buriti, Peroba do Cerrado e Cagaita; são árvores tombadas como Patrimônio Ecológico do Distrito Federal. O lançamento oficial do cartaz ocorreu na Virada do Cerrado, organizada pela Secretaria do Meio Ambiente (Sema).

Como forma de divulgar o conhecimento reunido e sintetizado sobre o Cerrado e assim contribuir para a valorização do bioma, cartazes são fixados nas Unidades de Conservação e tornam o ambiente mais informativo e alinhado à missão das áreas protegidas.

O Ibram distribui o material em pontos específicos. Já existe uma demanda pelo material: escolas e a sociedade solicitam as publicações para ações independentes ou em conjunto com o Ibram, durante todo ano. A cada publicação, novos parceiros são incluídos no projeto.

Com o fortalecimento do programa duas frentes são trabalhadas: Coleção *Eu Amo Cerrado* e *EcoSapiens*. O projeto *EcoSapiens* segue na mesma direção de contribuir com a difusão de conhecimento. Nele, jovens que atuam no Instituto Brasília Ambiental elaboram perguntas e respostas sobre a temática do Cerrado para a formação de um banco de dados. O resultado pode ser aplicado em uma série de produtos. O primeiro material previsto é um jogo ambiental sobre biodiversidade do bioma, mudanças climáticas, Unidades de Conservação, entre outros. O programa reconhecerá em premiação os jovens com o maior número de questões selecionadas para compor a estratégia.

Cartazes desenvolvidos:

Aves do Cerrado: quatro edições, cerca de 15 mil exemplares;

Frutos do Cerrado: três edições, cerca de 10 mil exemplares;

Mamíferos e pegadas do Cerrado: três edições, cerca de 10 mil exemplares;

Árvores do Cerrado: uma edição, cerca de 5 mil exemplares;

A prática está inserida no planejamento da Coordenação de Educação Ambiental e Difusão de Tecnologias (Codea) com metas de publicações anuais.

PERÍODO

Julho de 2014 – em andamento.

PARCEIROS DO PROJETO

Grupo de Observadores de Aves do Planalto Central (Observaves); Polícia Ambiental de São Paulo; Universidade de Brasília (UnB); Gerências de Fauna e Flora do Instituto Brasília Ambiental (Ibram); fotógrafos voluntários.

Foto: Acervo Ibram-DF



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

INSPIRE-SE!

» Biodiversidade é uma das características das Unidades de Conservação e o conhecimento dos gestores e de outros órgãos deve ser compartilhado de inúmeras formas com a sociedade. Os materiais e a edição do conteúdo da biodiversidade regional podem ser desenvolvidos localmente.

» Fotografias são essenciais nessa prática, organize o material da Unidade de Conservação, levante as imagens registradas pelos pesquisadores e mobilize fotógrafos voluntários para a parceria.

» Além do material impresso, outra forma de aproximar a sociedade do bioma é investir em produtos digitais, que podem ser acessados nas mais diversas plataformas, por interessados de todo o país, ou melhor do mundo. Diante de um movimento em Unidades de Conservação de todo o país, professores podem trabalhar com esse material em sala de aula e sugerir o acesso a mais conteúdo como atividade complementar.

» Com o incremento de material sobre o bioma, as visitas às Unidades de Conservação podem ser ainda mais educativas.

Foto: Acervo Ibram-DF



NOVOS CAMINHOS PARA REDUZIR INCÊNDIOS FLORESTAIS

Coordenação geral: Núcleo de Gestão Integrada Cipó-Pedreira (NGI/ICMBio); Flávio Cerezo (Parque Nacional da Serra do Cipó/ICMBio); Romina Belloni (Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira/ICMBio); Conselho Gestor do Parque Nacional da Serra do Cipó e APA Morro da Pedreira. Coordenação executiva: Flávio Cerezo, Paulo Sérgio Campos Avelar, Romina Belloni, Ronaldo Matos e Edward Elias Junior (Núcleo de Gestão Integrada - NGI Cipó-Pedreira/ICMBio); Brigada de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Parque Nacional da Serra do Cipó; Aristeu Nunes dos Santos (Estação Ecológica de Pirapitinga/ICMBio). Gestão dos recursos e gerenciamento: Coordenação de Prevenção e Combate a Incêndios (COIN/ICMBio) e Núcleo de Gestão Integrada - NGI Cipó-Pedreira/ICMBio.

Os incêndios seguem entre as principais ameaças às Unidades de Conservação. As comunidades que vivem em áreas protegidas ainda realizam a cultura da queima sem orientação. “A maior parte dos focos de incêndios no interior do Parque Nacional da Serra do Cipó tem origem no entorno, já no interior da Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira. Um grande desafio visto que estamos em uma região de Cerrado, Mata Atlântica e Campos Rupestres, com muitos criadores de gado, abrangendo oito municípios”, pontua Romina Belloni da Silva, gestora do Núcleo de Gestão Integrada - NGI Cipó-Pedreira /ICMBio.

PERFIL

A Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira e o Parque Nacional da Serra do Cipó são Unidades de Conservação complementares, uma vez que o parque, como unidade de proteção integral, com cerca de 30 mil hectares, está envolvido pelos mais de 130 mil hectares da área de uso sustentável.

OBJETIVOS

Capacitar e trocar experiências com as comunidades sobre prevenção e combate aos incêndios florestais. Divulgar os procedimentos necessários para autorização e regularização de queima controlada; formação de Brigadas Municipais no entorno do parque, construção de gestão participativa e aumento da consciência ambiental.

Foto: Acervo ICMBio



RESULTADOS

- » Melhor visibilidade institucional da Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira nas comunidades com formação de Brigada Municipal treinada e equipada.
- » Executivos municipais e comunidades alinhados sobre a importância das ações preventivas aos incêndios florestais.
- » Compreensão aperfeiçoada das comunidades sobre as Unidades de Conservação e a gestão compartilhada das áreas protegidas no Brasil.
- » Fortalecimento da relação entre as equipes gestoras dos parques com os conselheiros, associações locais, servidores dos parques estaduais e municipal e principalmente com os proprietários rurais.

METODOLOGIA

Durante análise dos resultados da operação Boa Vizinhança, que tem como objetivo construir uma agenda positiva com vizinhos do Parque Nacional da Serra do Cipó, a equipe gestora identificou a necessidade de uma agenda educativa sobre a queima controlada.

As demandas dos conselheiros, a relação com a Prefeitura e com Associações locais contribuíram para a definição das comunidades onde os cursos seriam ministrados. A decisão anualmente tomada na última reunião dos Conselhos incluía a ação no programa do ano seguinte.

A iniciativa na esfera do Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndio (PPCI) realizou cinco cursos de curta duração (12 horas) e um de Brigada Voluntária Municipal em comunidades de cinco dos oito municípios da Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira: Itabira, Conceição do Mato Dentro, Santana do Riacho, Itambé do Mato Dentro e Nova União.

O conteúdo do curso apresentou os procedimentos para a realização da prática, com base na legislação e nos documentos necessários, além de métodos, equipamentos e técnicas apropriadas para cada região, de acordo com os objetivos e de maneira a prevenir grandes incêndios.



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



INSPIRE-SE!

- » A parceria com as esferas municipal e estadual favorece a obtenção de resultados promissores em múltiplas frentes, inclusive no combate à queima desorganizada.
- » Capacitar as comunidades do entorno é uma prática que transcende o conteúdo ministrado e mobiliza pessoas-chave na conservação dos biomas da região.
- » Cursos de curta duração permitem replicar a prática em série, impactar de forma estratégica maior número de pessoas e marcar o início da atividade de educação ambiental.

O treinamento e os cursos contaram com servidores do ICMBio e do Instituto Estadual de Florestas (IEF), com o gestor do Parque Estadual do Intendente e o gestor do Parque Estadual do Limoeiro. A Prefeitura Municipal de Santana do Riacho adquiriu os equipamentos e o uniforme para a Brigada Voluntária Municipal, nomeada Guardiões da Serra.

PERÍODO

Abril de 2015 a setembro de 2017.

PARCEIROS DO PROJETO

Instituto Estadual de Florestas (IEF); Marcos Alexandre dos Santos (Parque Estadual da Serra do Intendente/IEF); Alex Amaral (Parque Estadual do Limoeiro/IEF); Associação Amigos da Lapinha, da Comunidade da Lapinha da Serra, de Santana do Riacho; Associação de Moradores, Agricultores e Apicultores da Lapinha (Amalapinha); Associação da Lapinha do Morro, do Morro do Pilar; Coletivo Condutores do Espinhaço; Prefeitura de Santana do Riacho, Prefeitura do Morro do Pilar, Prefeitura de Conceição do Mato Dentro, Prefeitura de Itambé do Mato Dentro, Prefeitura de Itabira e Prefeitura de Nova União.

MANEJO E AGROECOLOGIA

Verdades até pouco tempo tidas como absolutas começam a dar lugar a novos pontos de vista e diferentes estratégias já apresentam resultados significativos. Projetos sobre valorização de cadeia de valor diversificam as atividades econômicas das comunidades, enquanto a agroecologia revela ainda mais benefícios. Propostas inovadoras obtêm apoio da iniciativa privada, recuperam áreas degradadas e ampliam horizontes.

Foto: Aurelice Vasconcelos



RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

FEIRA DOS POVOS FORTALECE PRODUTOS AGROFLORESTAIS E BUSCA MAIOR RENTABILIDADE

Coordenação geral: Ana Cléia Azevedo (ICMBio). Coordenação executiva: servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai), servidores do ICMBio, Nathalia Larios de Sousa Cordeiro (consultora do Plano de Ação Sustentável da Reserva Extrativista Rio Iriri), Bruna Schrickte (colaboradora eventual), Rejane Andrade (consultora ICMBio) e Rafael Sá Leitão Barboza (colaborador eventual). Gestão dos recursos e o gerenciamento: Ana Cléia Azevedo (ICMBio), Gilson Lopes de Oliveira (Funai) e Nathalia Larios de Sousa Cordeiro (consultora).

Povos tradicionais extrativistas e indígenas são sinônimo de resistência no Médio Xingu diante do avanço do agronegócio. O modo como as comunidades tradicionais vivem, seus valores e as práticas desenvolvidas formam um ciclo de plena relação de respeito com a biodiversidade amazônica.

Os produtos agroflorestais desenvolvidos por essas comunidades também carregam todo o conhecimento de quem sabe viver em harmonia com a floresta. As dificuldades se apresentam diante das tentativas de comercialização, já que parte dos produtos é destinada ao consumo próprio, enquanto a outra para aumentar a renda dessas famílias. “Frequentemente os produtos agroflorestais são vendidos sem um preço justo, não conseguem escoar para os centros urbanos e muitas vezes faltam oportunidades no mercado local”, pontua Ana Cléia Azevedo, chefe na Reserva Extrativista Rio Iriri.

A apresentação desses produtos em eventos costuma ser um caminho para obter visibilidade e efetuar a venda direta. “Com a II Feira dos Povos do Médio Xingu o objetivo foi fortalecer o modo de vida tradicional das populações indígenas e extrativistas da região, valorizando os produtos da floresta através da sua exposição, divulgação e comercialização”, completa Ana Cléia.

PERFIL

Reservas Extrativistas: do Riozinho do Anfrísio; Rio Iriri; Rio Xingu; a Estação Ecológica Terra do Meio; Parque Nacional Serra do Pardo. Além de Terras Indígenas (TIs) das etnias Araweté; Parakanã; Xipaya; Kuruaya; Juruna; Xikrin; Kayapó; Kararaô; Arara; e Asurini.

OBJETIVOS

Fortalecer o modo de vida das comunidades tradicionais (extrativistas e indígenas), com a valorização da diversidade dos produtos da floresta e ao mesmo tempo destacar a conectividade e o intercâmbio dessas populações com a cidade de Altamira. Proporcionar a construção de novas relações entre as comunidades da floresta e da área urbana com princípios de valorização, respeito e boa convivência; favorecer a incorporação desses produtos nos mercados regionais a preço justo; facilitar a troca de saberes, o encontro e a solidariedade entre os povos do Médio Xingu; aprimorar a gestão do território entre as Unidades de Conservação e Terras Indígenas.





RESULTADOS

- » Realização da II Feira dos Povos, em 10 e 11 de junho de 2017, na Concha Acústica, em Altamira/PA, proporcionou visibilidade a produtos agroflorestais desenvolvidos por 15 comunidades tradicionais, extrativistas e indígenas. O evento também contou com exposição fotográfica e atividades voltadas às crianças.
- » Reconhecimento da diversidade étnica e cultural da região por parte dos moradores da área urbana, incluindo a aproximação com os povos tradicionais. O evento permitiu que moradores de Altamira conhecessem os produtos de cinco comunidades extrativistas e de 10 etnias.
- » Maior troca de saberes entre extrativistas e indígenas, com aumento do diálogo sobre a gestão territorial das áreas protegidas.
- » Fortalecimento interinstitucional entre Funai e ICMBio beneficia extrativistas e indígenas que vivem na região, com destaque para as associações de moradores das Unidades de Conservação e das Terras Indígenas.

METODOLOGIA

A II Feira dos Povos teve início com o desenvolvimento do cronograma de ações contemplando macroáreas, como estrutura, programação, produção e comunicação.

Reuniões semanais e mensais com a presença da equipe organizadora do evento e de servidores do ICMBio e da Funai foram fundamentais em especial no planejamento e no monitoramento detalhado das atividades.

O evento foi viabilizado pelo Plano de Ação Sustentável (PAS) da Reserva Extrativista Rio Iriri, subsidiado pelo Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Recursos da Funai também foram importantes para a iniciativa. Parceiros e patrocinadores efetuaram contribuições.

A primeira edição da Feira dos Povos foi realizada em 20 e 21 de junho de 2015. O objetivo é que o evento seja realizado a cada dois anos, assim a próxima edição está prevista para 2019.

INSPIRE-SE!



- » A articulação entre os povos da floresta que resulta em um evento-chave de valorização cultural, onde toda a comunidade é convidada, proporciona mais visibilidade aos objetivos e à causa.
- » Compartilhar informações sobre os produtos agroflorestais, como materiais utilizados, o tempo necessário no desenvolvimento de cada peça, o fator exclusividade (pela característica do “feito à mão” e com destaque para o nome da etnia) são dados que costumam ajudar a aumentar o valor das peças no momento da comercialização (direta e indireta).
- » As comunidades tradicionais, a biodiversidade e a preservação do patrimônio cultural são diretamente impactadas pelo maior alinhamento entre os órgãos governamentais.
- » Livros, documentários e fotografias permitem divulgar, por exemplo, o conceito das feiras de exposições de produtos agroflorestais por um tempo maior do que o próprio evento. Essa é uma estratégia capaz de difundir a iniciativa a pessoas de cidades do entorno ou mesmo de lugares mais distantes; o que pode ser um instrumento na busca por novos mercados e parcerias.

Foto: Bruno Bimbato



PERÍODO

2015 – em andamento

PARCEIROS DO PROJETO

Fundação Nacional do Índio (Funai); Universidade Federal do Pará; Exército Brasileiro; Instituto Socioambiental (ISA); Projeto Infâncias; Secretaria Municipal de Gestão do Meio Ambiente e Turismo de Altamira; Secretaria Municipal de Educação de Altamira; Secretaria Municipal de Integração Social de Altamira; Secretaria Municipal de Saúde de Altamira; The Nature Conservancy (TNC); Polícia Militar; A Musical Produções; Papelaria Papel & Cia; União Navegações e Turismo; Supermercado Nossa Horta;

Foto: Bruno Bimbato



Foto: Bruno Bimbato



MAIS DE 100 HECTARES DE MANGUEZAIS RECUPERADOS EM MENOS DE 10 ANOS

Coordenação geral e executiva: Maurício Barbosa Muniz (Área de Proteção Ambiental Guapimirim/ICMBio); Klinton Vieira Senra (Estação Ecológica da Guanabara/ICMBio).

Construção civil, lenha destinada às olarias e implantação de curral (tipo de pesca artesanal) estão entre os motivos para a degradação de parte do manguezal da Área de Proteção Ambiental Guapimirim, anterior à criação da Unidade de Conservação (UC). “As áreas terrestres compreendidas na unidade chegaram a ter apenas 36% da cobertura original, em 1984, na época da publicação do decreto.”, afirma Juliana Cristina Fukuda, analista ambiental da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim e da Estação Ecológica da Guanabara/ICMBio, relatora da prática.

Manguezais apresentam como característica a rápida recuperação, mas o crescimento de espécies oportunistas pode representar um obstáculo extra no cumprimento dessa tarefa. “A partir da criação da Área de Proteção Ambiental, os trabalhos de sensibilização ambiental e posteriormente de fiscalização foram eficazes na recuperação de vários fragmentos graças à própria resiliência do ecossistema. Entretanto, em outras áreas, espécies de plantas com crescimento muito rápido em ambientes abertos colonizaram de tal forma o ambiente que as espécies arbóreas de manguezal não conseguiam se instalar novamente”, revela Juliana. Áreas como essas precisavam de planejamento, equipe, a escolha das melhores estratégias, monitoramento e aporte de recursos financeiros.

Foto: Acervo ICMBio



PERFIL

Localizada na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, em região drenada pelos baixos cursos de diversos rios e canais. Três das sete espécies de mangues que ocorrem no Brasil estão presentes na unidade: mangues vermelho, branco e preto.

OBJETIVOS

Recuperação das áreas de manguezal degradadas antes da criação da Unidade de Conservação; aumentar a biodiversidade; melhorar a qualidade da água dos rios da região; contribuir na qualidade de vida da população local; gerar renda à população local, por meio dos plantios; obter e produzir conhecimento sobre o ecossistema.

RESULTADOS

» Recuperação de aproximadamente 100 hectares de áreas degradadas com registro de reocupação da fauna local. Ações como essa fortalecem o título da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim como Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

» A dinâmica social também já revela mudanças, catadores de caranguejo do entorno não precisam mais viajar para outros Estados do Brasil em busca de manguezais onde fosse possível coletar os crustáceos. A Área de Proteção Ambiental Guapimirim voltou a oferecer essa possibilidade.

» Maior consciência da comunidade quanto à importância do manguezal com a criação inclusive de um orgulho sobre o envolvimento na recuperação das áreas. Atualmente, o índice de apreensão de madeira de mangue cortada na região é quase inexistente.

» Visibilidade institucional da Unidade de Conservação pela cobertura jornalística sobre o projeto. O envolvimento do cantor Lenine também contribuiu para a repercussão. Apesar de subaproveitado, o programa de recuperação atrai visitantes à unidade.

METODOLOGIA

A equipe gestora da Área de Proteção Ambiental Guapimirim, em 2006, começou o planejamento para recuperação dos fragmentos de manguezais alterados antes da existência da unidade. A partir desse momento, editais, patrocínios, condicionantes de licenciamento ambiental e sanções judiciais viabilizaram a iniciativa.

Inicialmente, a equipe gestora analisou as imagens de satélite e verificou a localização dos fragmentos de áreas degradadas passíveis de intervenção. A seguir, veio a etapa de campo com visita e análise das condições das áreas, assim como as melhores estratégias para executar o reflorestamento.

Em 2006, a equipe gestora firmou um Termo de



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Ajustamento de Conduta (TAC) com a Ferrovia Centro Atlântica S.A na tentativa de compensar danos referentes ao acidente ferroviário que provocou o escoamento de 60 mil litros de óleo diesel em um dos rios da unidade em 2005.

Entre 2009 e 2012, o projeto coordenado pelo Instituto Nacional de Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável (Innatus) e executado pela Cooperativa Manguezal Fluminense recuperou 9,3 hectares.

Em 2012, a Cooperativa Manguezal Fluminense foi contratada pela empresa Polifix para recuperar 0,12 hectare, em atendimento a processo relativo à emissão da licença de operação. Em 2013, o Instituto Nacional de Tecnologia e Uso Sustentável (Innatus) recuperou 5 hectares de manguezal, como compensação de supressão de vegetação em obras de uma unidade da Petrobras Distribuidora. No mesmo ano, a Cooperativa Manguezal Fluminense executou a restauração ecológica de áreas na foz do rio Guapimirim, recuperando 0,5 hectare com recurso de um edital da Fundação SOS Mata Atlântica.

Entre 2013 e 2014, a empresa Dedalus contratada pela Petrobras recuperou 87 hectares em atendimento à condicionante dos processos de licenciamento ambiental referentes à implantação de píer e via de acesso especial para os grandes equipamentos do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

No mesmo período, a Associação Protetores do Mar, com recursos do Programa Petrobras Ambiental, estabeleceu parceria com a Cooperativa Manguezal Fluminense e recuperou 8,7 hectares. Entre 2015 e 2016, a ação se repetiu, com a recuperação de mais 9 hectares com recursos do mesmo programa.

Em 2015, a Transportadora Associada de Gás S.A (TAG) contratou a empresa Egis para recuperar 10 hectares em um projeto experimental que envolveu o uso de três técnicas, com a recuperação das características hídricas das áreas. A ação atendeu a uma condicionante de licenciamento ambiental para instalação de um gasoduto e a área em questão deve ser restaurada a partir de 2018.

Em 2016, durante o Seminário de Restauração de Manguezais, pesquisadores convidados de outros Estados compartilharam experiências. Os executores das ações na Área de Proteção Ambiental de Guapimirim apresentaram a metodologia e resultados alcançados em cada fragmento, com direito à visita de campo nas áreas recuperadas. O evento foi promovido pela ONG Guardiões do Mar, em parceria com a Área de Proteção Ambiental Guapimirim e a Estação Ecológica da Guanabara, como parte das comemorações de 10 anos dessa Unidade de Conservação.

No fim de 2017, mais de 129 hectares de áreas até então degradadas já estavam em processo de recuperação. A equipe da Unidade de Conservação desenvolveu um protocolo de monitoramento, que não tem sido aplicado na frequência recomendada por falta de pessoal e de combustível para a embarcação.

PERÍODO

2006 – em andamento.

PARCEIROS DO PROJETO

Instituto Nacional de Tecnologia e Uso Sustentável (Innatus); Transportadora Associada de Gás S.A (TAG); ONG Guardiões do Mar; Cooperativa Manguezal Fluminense; Fundação SOS Mata Atlântica (responsável pelo Fundo Guanabara); Dedalus; Egis Engenharia e Consultoria.

INSPIRE-SE!

- » Desenvolver roteiros específicos de visitação a áreas recuperadas pode aumentar a visibilidade dos projetos, o fluxo de visitantes na unidade e assim atrair o interesse de investidores para a recuperação de outras áreas.
- » O desenvolvimento de aplicativos, via parceria, sobre a recuperação de manguezais é também uma possibilidade capaz de difundir informações mais complexas sobre o ecossistema para crianças.
- » Contatar professores/pesquisadores de universidade e institutos próximos à região da unidade tem chances de despertar o interesse pelo desenvolvimento de pesquisas de ordem prática na UC.
- » Conheça e contate gestores de Unidades de Conservação que também estão recuperando áreas degradadas do mesmo ecossistema da sua unidade em condições similares. A troca de experiências costuma otimizar recursos e diminuir o caminho rumo às melhores práticas.

Foto: Acervo ICMBio



MANEJO INTEGRADO DO FOGO

40% DE REDUÇÃO NA ÁREA ATINGIDA POR INCÊNDIOS ENTRE 2010 E 2016 EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS

Coordenação geral: Christian Niel Berlinck, Angela Barbara Garda, Luciano de Souza Malanski, Hudson Coimbra Felix, Rita de Cássia da Conceição, Caroline Peixoto, Sarah Clariene Correia Fontoura, Camila Souza Silva (Coordenação de Prevenção e Combate a Incêndios – Coin/ICMBio). Coordenação executiva: Christian Niel Berlinck, Angela Barbara Garda, João Paulo Morita (Coin/ICMBio); Philipp Buss, Anja Hoffmann, Michael Scholz (GIZ); Luciana Machado, Juliana Simões (MMA); Rodrigo de Moraes Falleiro, Vanderlei Grama Pereira, Marivaldo Santos Santana, Augusto Avelino de Araújo, Mariana Senra de Oliveira, Gabriel Zacharias, Lara Steil (Ibama); Julia Zapata, Kelly Borges, Gabriel Coan, Jonathan Vinagre Braga, Juan Carlos Orozco Filho (Divisão de Monitoramento e Informações – Dmif). UCs e regionais: Ana Carolina Sena Barradas, Marco Borges, Máximo M. da Costa, Jerônimo C. Martins, Marcio Lucca, Simone Fonseca, Daniel Rios, Paulo Adriano Dias, Estevão J. Marchesini Fonseca, Antônio Batista S. Medeiros, Fernando A. T. Tiziane, Bianca T. Z. Tiziane, Rogério O. Souza, Bruno C. Cambraia, Fernando Tatagiba, Luis Henrique Mota de F. Neves, José F. dos Santos Rebello, Valdeci da Silva Carvalho, Aires Ferreira dos Santos, Piquerobi de Souza, Gustavo Abreu, Raoni Merisse, Miguel Bonilha, Anivaldo L. Chaves, Aino Víctor A. Jacques, Adão Luiz da Costa Güllich, Deonir G. Zimmermann, Eduardo V. Martin, Fábio O. Corrêa Neves, Fernando Antonio dos Santos Fernandez, Lourdes Ferrerira, Roseli L. da Costa Bortoluzzi, Sérgio Brant Rocha, Valério de P. Pillar, Veronica Theulen, Willem A. Kempers, Luiz Gustavo Gonçalves, Cintia Maria Santos da Camara Brazão, Carolina Potter de Castro, Cecilio Vilabarde Pinheiro, Flávia Lopes Bertie, Jacqueline Ananias, Franciane Silva, Lisandro Márcio Signori, Marcelo S. Motta, Gustavo Tomzhinsk, Mário Pitombeira, Henrique T. Zaluar, Virgílio D. Ferraz, Robin Beatty (especialista contratado), Vanílio Marques (servidor aposentado), Maurício Marcon. Gestão dos recursos e o gerenciamento: Christian Niel Berlinck, Angela Barbara Garda, João Paulo Morita (Coin/ICMBio).

A técnica segue como polêmica – em especial porque ainda há certa confusão sobre os conceitos de manejo integrado e queima prescrita – mas a experiência implementada já mostra resultados capazes de fazer com que mesmo os profissionais mais conservadores reconsiderem novas práticas. “Uma mudança de paradigma e uma transformação na abordagem do manejo do fogo vem diminuindo a busca pela política de ‘fogo zero’ em favor do uso sustentável do fogo, seja para produção agrícola com as queimas controladas, seja para a conservação ambiental com as queimas prescritas em fitofisionomias savânicas, sob condições em que o fogo pode ser facilmente controlado (no início e final da estação chuvosa, por exemplo). Esta abordagem está reduzindo o número de grandes incêndios que costuma ocorrer no meio e no final da estação seca e são, conseqüentemente, mais severos”, destaca Camila Souza Silva, bolsista da Coordenação de Prevenção e Combate a Incêndios (Coin) e relatora da prática.



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

INSPIRAÇÃO

Seminário de Manejo Integrado do Fogo (MIF), em 2013, na Acadebio-SP, organizado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) com contribuição do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a cooperação alemã para o desenvolvimento sustentável, por meio da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH*.

PERFIL

Estação Ecológica de Serra Geral do Tocantins; Reserva Extrativista Chapada Limpa; Parque Nacional dos Campos Amazônicos; Parque Nacional da Chapada das Mesas; Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros; Parque Nacional das Sempre-Vivas, Parque Nacional do Itatiaia; Parque Nacional Lagoa do Peixe; Parque Nacional do Araguaia; Parque Nacional da Serra da Canastra; Parque Nacional da Chapada dos Guimarães; Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral.

OBJETIVOS

Aplicar o Manejo Integrado do Fogo como programa de prevenção e combate a incêndios florestais em Unidades de Conservação (UCs) federais contribuindo para a conservação da biodiversidade, a manutenção dos biomas como sumidouros de carbono de relevância global e na redução de emissões de gases de efeito estufa.

RESULTADOS

» Redução de aproximadamente 40% da área atingida por incêndios nas Unidades de Conservação federais entre 2010 e 2016.

» Alteração no regime de fogo da Estação Ecológica de Serra Geral do Tocantins e do Parque Nacional da Chapada das Mesas com o fogo ocorrendo em épocas chuvosas, coincidindo com o período do fogo natural causado por raios, com a vegetação mais acostumada.

» As queimadas prescritas estão resultando num mosaico com vários regimes de fogo, com paisagens e ecossistemas diversificados em termos de estrutura e idade da vegetação, o que propicia diferentes habitats e nichos para os seres vivos, com destaque para a fauna.

» Maior envolvimento de comunidades residentes e do entorno, com destaque para indígenas, quilombolas, sertanejos e coletores de sempre-vivas, na gestão participativa em Unidades de Conservação e na valorização das práticas e conhecimentos tradicionais sobre uso do fogo.

METODOLOGIA

Em 2013, através do Projeto Cerrado-Jalapão e sob coordenação do ICMBio foi feita uma grande troca de experiências internacionais e nacionais em manejo do fogo em áreas protegidas, inclusive com a participação de Ronald L. Myers, autor do livro *Convivendo com o Fogo — Manutenção dos Ecossistemas & Subsistência com o Manejo Integrado do Fogo*, de 2006, lançado pela The Nature Conservancy. Esse é considerado o I Seminário Internacional sobre Manejo

Integrado do Fogo em Áreas Protegidas no Brasil.

Nesse mesmo ano, ações sobre a temática fogo passaram a ser planejadas e executadas com mais sinergia e integração, principalmente nas Unidades de Conservação (UCs) beneficiadas pelo projeto Cerrado-Jalapão.

Os recursos financeiros que viabilizaram ações nas UCs, Terra Indígenas (TIs) e propriedades rurais vieram de doações do Governo Alemão, por meio do projeto bilateral Cerrado-Jalapão, além dos recursos orçamentários do ICMBio, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Governo do Tocantins.

Insumos ordinários brasileiros suprimiram a contratação de brigadistas, pagamento de servidores, diárias, passagens, combustível e outros custos logísticos. O projeto aportou recursos extras para contratar consultorias especializadas nas mais diversas áreas e promover eventos de capacitação.

Quatro tipos de planejamento e monitoramento envolvidos:

1. Projeto Cerrado-Jalapão conta com um Plano Operativo Anual. As ações e atividades são monitoradas anualmente nas duas esferas: execução e resultados.
2. Coordenação de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (Coin) indica as UCs onde a implementação do Manejo Integrado do Fogo (MIF) aparece como mais urgente, utilizando ferramentas de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) e sensoriamento remoto para monitoramento e avaliação.
3. Unidade de Conservação que já elabora o Plano Anual de MIF, incluindo ações de gestão participativa, prevenção, combate ao fogo e queimadas prescritas. As atividades são monitoradas anualmente nas duas esferas: execução e resultados alcançados, como redução de área atingida por incêndios e de conflitos.
4. Monitoramento ambiental se refere às parcerias com universidades para avaliar os impactos das queimadas prescritas e dos incêndios sobre a vegetação ou espécies alvo de conservação, como por exemplo na sempre-viva (*Eriocaulaceae*).

As pesquisas das universidades também auxiliam no planejamento das próximas ações de MIF. O Parque Nacional dos Campos Amazônicos e a Universidade Federal de Rondônia já trabalham em parceria; o mesmo acontece entre os Parques Nacionais da Chapada dos Veadeiros e da Serra da Canastra com a Universidade Federal de Minas Gerais.

Estão em desenvolvimento a Instrução Normativa institucional e a política nacional que preveem o MIF como programa obrigatório na prevenção e no combate aos incêndios.

PERÍODO

2013 – em andamento.

PARCEIROS DO PROJETO

Isabel B. Schmidt, Livia Carvalho de Moura, Samuel Montenegro, Ana Carla dos Santos (Universidade de Brasília - UnB); Gerhard Overbeck (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS), Valério Pillar, Julia Maria Herrmann (Universidade Técnica de Munique (TUM). Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA/Prevfogo); Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe); Secretaria do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável de Tocantins (Semades); Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins); Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (Ruraltins), Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério Federal do Ambiente, da Proteção da Natureza e da Segurança Nuclear da Alemanha (BMU, sigla em alemão); cooperação alemã para o desenvolvimento sustentável, por meio da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH*.

Foto: Vanessa Teixeira de Oliveira Sandi



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



INSPIRE-SE!

» No site da Conservation Gateway está disponível para download gratuito o livro *Convivendo com o Fogo — Manutenção dos Ecossistemas & Subsistência com o Manejo Integrado do Fogo*, de Ronald L. Myers, que mudou o paradigma entre fogo e conservação da biodiversidade.

<http://bit.ly/convivendofogo>

» Sobre o Projeto Cerrado-Jalapão também é possível obter mais informações em <http://cerradojalapao.mma.gov.br/projeto>

» O Projeto Prevenção, Controle e Monitoramento de Queimadas Irregulares e Incêndios Florestais no Cerrado (Projeto Cerrado-Jalapão) lançou inclusive um livro infantil sobre a temática: *O fogo e o Cerrado*, de Yana Marull Drews, Angela Barbara Garda, João Paulo Morita e Christian Niel Berlinck, com ilustração de Yana Marull Drews (2015).

» A obra pode ser utilizada como base para discutir a questão em sala de aula. Compartilhe essa informação com as Secretarias Municipais e Estaduais com direito a visitas nas unidades que já aplicam o manejo. O livro está disponível na Biblioteca do Projeto Cerrado-Jalapão <http://cerradojalapao.mma.gov.br/biblioteca/arquivos>

Foto: Paulo Adriano Dias



PROGRAMA CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS BIOLÓGICOS DA AMAZÔNIA AVANÇA E IMPLEMENTA PROJETOS-PILOTO

Coordenação geral: ICMBio, Funai, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS). Coordenação executiva: ICMBio e USFS. Gestão dos recursos e gerenciamento: ICMBio e USFS.

Sessenta e uma mil famílias vivem nas Unidades de Conservação (UCs) de Uso Sustentável, segundo dados do ICMBio de 2016. Trezentas mil pessoas estão cadastradas em 77 unidades. “São pequenos agricultores, extrativistas, pescadores artesanais e ribeirinhos fortemente dependentes dos recursos naturais nos aspectos econômico e cultural. Dessa forma o uso direto da biodiversidade amazônica é uma realidade inserida nas comunidades e cidades da região. Apesar de avanços, as dificuldades seguem presentes na estruturação da cadeia produtiva, na demanda pelo fortalecimento das organizações comunitárias, passando pelo acesso aos mercados até políticas públicas relativas à inclusão social”, afirma João da Mata Nunes Rocha, coordenador da Coordenação de Produção e Uso Sustentável (Coprod) do ICMBio e relator da prática.

Foto: Miguel Arantes/AAPA



PERFIL

14 Reservas Extrativistas e Florestas Nacionais apoiadas diretamente com investimentos e/ou ações, Reservas Extrativistas: Alto Juruá/AC, Cazumbá-Iracema/AC, Chico Mendes/AC, Médio Purus/AM, Ituxi/AM, Auati-Paraná/AM, Rio Unini/AM, Médio Juruá/AM, Rio Cautário/RO (federal), Rio Cautário/RO (estadual), Rio Ouro Preto/RO, Tapajós-Arapiuns/PA, Verde para Sempre/PA; Floresta Nacional do Tapajós/PA; e as Terras Indígenas Paumari/AM e Rio Branco/RO.

OBJETIVOS

Promover o desenvolvimento sustentável na região Amazônica Brasileira; contribuir com o ordenamento da ocupação do território e do uso dos recursos naturais; fortalecer as organizações sociais para o uso sustentável dos recursos naturais, as atividades extrativistas e o manejo realizado pelas comunidades; estruturar cadeias de valor de produtos da sociobiodiversidade como estratégia de conservação priorizando madeira, castanha do Brasil, pirarucu manejado e açai.

Foto: João da Mata



RESULTADOS

- » Cinco projetos-piloto implementados, sendo três no Acre e dois em Santarém/PA. Consolidação de documentos sistematizados de contextualização das cadeias de valor da madeira, castanha e pirarucu.
- » Arranjo produtivo e de comercialização constituído no Estado de Rondônia, considerando Unidades de Conservação (UCs) e Terras Indígenas (TIs) com interface direta com o governo do Estado (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA Estadual, por exemplo).
- » Realização do curso Formar Castanha em mais de 10 áreas protegidas. Construção de estruturas de pré-beneficiamento (lavagem e evisceração) de pirarucu na Reserva Extrativista Auati Paraná/AM e na Terra Indígena Paumari, em andamento.
- » Cinco Planos Operacionais Anuais (POAs) em execução, com ciclo de exploração de 25 a 30 anos, na Reserva Extrativista Verde/AM para Sempre.

METODOLOGIA

Inicialmente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS) convidaram, para as três primeiras oficinas (madeira, castanha e pirarucu), instituições de governo, como Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Fundação Nacional do Índio (Funai) e organizações da sociedade civil. Nesse momento, foi sistematizado um diagnóstico geral com a identificação de gargalos e das ações necessárias.

A partir desse panorama, ICMBio e USFS propuseram uma lógica de construção conjunta de estratégias para implementação das ações de forma participativa e ampliada, considerando algumas instituições como “chave” com complementaridade e colaboração entre elas.

Os recursos para implementar as ações vieram da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), por meio do Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS). Cada instituição envol-



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

vida nos arranjos apresentou contrapartidas considerando as próprias fontes de recursos específicas, como por exemplo, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Fundação Moore, Fundo Vale, Climate and Land Use Alliance (Clua).

A estratégia tem favorecido a aproximação entre as organizações da sociedade civil com expertises diversas e as organizações comunitárias das Unidades de Conservação e das Terras Indígenas. Até o final do projeto de execução o objetivo é criar ambientes de articulações e construções que se desenvolvam ao longo do tempo. Reuniões periódicas são realizadas entre os parceiros como forma de avaliar e monitorar as atividades e estabelecer as próximas etapas.

Mais de 15 áreas protegidas são beneficiadas indiretamente com diagnósticos e capacitações sobre o Pirarucu Manejado: Reserva Extrativista do Rio Jutai/AM; Floresta Nacional de Tefé/AM; Reservas de Desenvolvimento Sustentável estaduais no Amazonas: Amanã, Mamirauá, Piagaçu-Purus. Terras Indígenas no Amazonas: Acapuri de Cima, Espírito Santo, Estação, Macarrão, Deni, Lago Aiapuá, Itixi-Mitari, Paumari do Cuniuá, Paumari do Lago do Paricá, Paumari do Lago Manissuã.

Comunidades de mais de 10 áreas protegidas participaram do curso Formar Castanha, com a presença dos gestores do ICMBio e da Funai, entre elas seis Unidades de Conservação federais: Reservas Extrativistas: Rio Ouro Preto/RO, Rio Cautário/RO, Médio Purus/AM, Ituxi/AM, Lago do Capanã Grande/AM, Rio Unini/AM e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus/AM (Estadual). Além de seis Terras Indígenas (TIs): Igarapé Lourdes/RO, Yanomami/AM, Rio Branco/RO, Paumari/AM, Caititu/AM, Lago Itixi-Mitari/AM.

PERÍODO

2015 a 2019.

INSPIRE-SE!



» Fortalecer as organizações comunitárias é o primeiro passo para construir a cadeia de valor de produtos do extrativismo. Se a comunidade não tiver formalizado a Associação e/ou Cooperativa, esse deve ser o início. A partir desse momento, busque junto com os demais atores sociais entender as oportunidades e os desafios. Oficinas de diagnóstico e de planejamento podem ampliar a perspectiva.

» A qualificação das atividades produtivas representa a segunda etapa, identifique em quais áreas do processo é preciso investir. Reúna os parceiros e some esforços. O projeto pode atrair novos atores sociais, afinal muitas parcerias têm início diante de um projeto concreto.

» Participar de reuniões sobre o desenvolvimento regional também pode ser um caminho interessante, ainda que seja para levantar o tema e identificar potenciais apoiadores.

» Contatar Observatórios que articulam organizações da sociedade civil, centros de pesquisa e comunidades também é uma possibilidade para trocar experiências e fortalecer a iniciativa. Divulgar a evolução dos programas em que a Unidade e os parceiros estão envolvidos é uma atitude com capacidade de facilitar a trajetória que tantas comunidades ainda buscam trilhar.

» O uso sustentável de recursos naturais - com organização social e produtiva, inclusão social e fortalecimento das cadeias de produção e de valor dos produtos da socio-biodiversidade - é uma importante estratégia de conservação dos ecossistemas.

PARCEIROS DO PROJETO

Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid); Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS); Serviço Florestal Brasileiro (SFB); Fundação Nacional do Índio (Funai); Universidade Federal do Pará (UFPA); Instituto Floresta Tropical (IFT); Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB); Pacto das Águas, Operação Amazônia Nativa (Opan); Fundação Vitória Amazônica (FVA); Conservação Estratégica (CSF Brasil); Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora); Instituto Socioambiental (ISA); Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá; Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam); Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (Coomflona); Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns (Tapajoara), Associação Agroextrativista de Auati-Paraná (AAPA); Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus (Atamp); Cooperativa Mista de Agroextrativismo do Rio Unini (Coomaru); Associação dos Produtores da Assembleia de Deus do Rio Ituxi (Apadrit); Cooperativa Mista Agroextrativista Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Rio Arimun; (Coomnspra); Associação São Bento do Inumbi; Associação Rio Curuminim; Associação Itapeua; Associação Deus Proverá; Associação do Baixo Acari; Associação Agupapé; Associação de Seringueiros do Rio Ouro Preto (Asrop); Associação de Seringueiros e Agroextrativistas do Baixo Rio Ouro Preto (Asaex); Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz.

Foto: João da Mata



SISTEMAS PRODUTIVOS

PARQUE NACIONAL BUSCA DIVERSIFICAR RENDA DAS COMUNIDADES EXTRATIVISTAS DO ENTORNO

Coordenação geral: Wilhan Rocha Cândido Assunção e Antonio Elson Portela (ICMBio). Coordenação executiva: Antonio Elson Portela (Parque Nacional Mapinguari/ICMBio) e Raimundo Cajueiro Leandro (Núcleo de Apoio à Pesquisa em Rondônia - Napro/Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - Inpa). Gestão dos recursos e gerenciamento: Wilhan Rocha Cândido Assunção, Antonio Elson Portela, Tatiane Rodrigues Lima e Cláudia Barbosa de Lima Sacramento (ICMBio).

A coleta de castanhas no Parque Nacional Mapinguari era uma atividade praticada por comunidades extrativistas que residem no entorno da unidade. “Os coletores que são moradores do entorno do Rio Umari acessavam os castanhais alocados nas cabeceiras de rios que ocorrem em território sobreposto aos limites do parque”, explica Tatiane Rodrigues Lima, analista ambiental na unidade e relatora da prática.

Em 2013, a coibição da atividade mobilizou associações de castanheiros que justificavam a importância da prática para geração de renda dessas comunidades. “Em reunião com os castanheiros e organizações não governamentais, a gestão do parque expôs a inviabilidade de abertura do parque para coleta de castanha - atividade ilegal diante da legislação e categoria da UC, com base nas orientações da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (PFE/ICMBio) e do Plano de Proteção”, complementa Tatiane Lima.

Associações de castanheiros recorreram ao Ministério Público Estadual do Amazonas e solicitaram a mediação do órgão. “O Parque Nacional Mapinguari reconheceu a necessidade de desenvolver estratégias para mitigar os impactos sociais e econômicos a partir da proibição de coleta de castanha após sua criação”, lembra Tatiane.

PERFIL

Localizado nos municípios de Canutama/AM e Lábrea/AM e Porto Velho/RO, possui cerca de 1.800.00 hectares.

OBJETIVOS

Implantar sistemas produtivos sustentáveis na comunidade do Rio Umari, no entorno do Parque Nacional Mapinguari. Capacitar membros da comunidade em práticas agroecológicas, a partir do aproveitamento de resíduos agrícolas. Habilitar produtores para implantação e manejo de sistemas agroflorestais. Treinar produtores para práticas de viveiro e produção de mudas de espécies frutíferas e florestais. Promover treinamento de produtores e familiares para Boas Práticas no extrativismo, identificar e beneficiar produtos não madeireiros; capacitar membros da comunidade para o associativismo, visando agregação de valores e captação de mercado para a produção; verificar a viabilidade técnica, econômico-social e ecológica de fontes alternativas para a comunidade do entorno do parque.



RESULTADOS

» Oportunidade de incremento da renda da comunidade, a partir da implantação dos Sistemas Agroflorestais (SAFs), a médio e longo prazo. No entanto para alcançar esta meta será necessário o monitoramento contínuo das unidades implantadas.

» A prática representou uma nova fase para a atuação de uma gestão socioambiental mais integrada, focada nos desafios locais e de atuação regionalizada. Durante o projeto, o Conselho Consultivo se fortaleceu e a rede de apoio se consolidou.

» Participação das mulheres: durante inúmeras atividades coletivas, elas dominaram algumas ações do evento, especialmente a formação da horta comunitária.

» Implantação de um viveiro comunitário construído coletivamente como forma de dotar a comunidade de infraestrutura para produção de mudas.

METODOLOGIA

Uma demanda do Plano de Ação do Conselho Consultivo deu início ao projeto. Em resposta, a equipe gestora do Parque Nacional Mapinguari e o Núcleo de Apoio à Pesquisa em Rondônia (Napro) do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) em parceria elaboraram Plano de Ação Sustentável (PAS) submetido ao Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa).

O objetivo foi obter recursos para capacitar os membros da comunidade de castanheiros, da região do Rio Umari, na prática de atividades sustentáveis e assim diversificar as fontes geradoras de renda, evitando a dependência de práticas consideradas ilícitas no interior da unidade.

Aprovado pelo Arpa, o projeto foi desenhado com as seguintes etapas: apresentação do projeto e seleção de produtores e áreas para os Sistemas Agroflorestais (SAFs); diagnóstico das áreas; coleta de solo; troca de experiência e intercâmbio sobre

SAFs; oficina de produção agroecológica; capacitação em Associativismo; Boas Práticas de extrativismo e identificação de potencialidades de produtos não madeireiros; curso de SAFs e produção de mudas; implantação do viveiro; produção de mudas para SAFs; seleção das espécies para as Unidades Demonstrativas; preparo das áreas para as Unidades Demonstrativas; implantação das Unidades Demonstrativas; avaliar a influência das ações do projeto como benefício à comunidade; verificar a capacidade dos produtores para identificação de fontes alternativas de renda.

Parceiros que até então não faziam parte do escopo da rede de gestão do Parque Nacional Mapinguari contribuíram de maneira efetiva para o sucesso da Boa Prática. Institutos de pesquisa, órgãos de apoio a extensão rural, organizações não governamentais se articularam muitas vezes sem a participação direta do ICMBio.

A implantação de um viveiro comunitário permitiu que os moradores atendessem à demanda dos plantios, tanto para reposição das perdas como na ampliação ou instalação de novas unidades. O projeto forneceu material para a instalação do viveiro e os membros da comunidade foram responsáveis pela construção da estrutura. A equipe gestora destaca que os sistemas agroflorestais implantados precisam de monitoramento e avaliação contínua.

No decorrer de implementação do projeto, o ICMBio desenhou a intenção de firmar Termos de Compromisso com os castanheiros a fim de regulamentar um período transitório de uso dos castanhais, de forma que os sistemas agroflorestais estarão amadurecidos como alternativa para a geração de renda na comunidade.

O processo participativo de elaboração do Termo de Compromisso junto à comunidade de castanheiros gerou uma minuta do termo. A fase seguinte será a apreciação desse processo e da minuta junto ao Conselho Consultivo prevista para o início do segundo semestre de 2018.

Após a apreciação do Conselho, o processo e a minuta do termo devem receber o parecer técnico da Coordenação de Gestão de Conflitos em Interfaces Territoriais (COGCOT/ICMBio) e da Procuradoria Federal Especializada (PFE/ICMBio).

PERÍODO

Agosto de 2016 a dezembro de 2017.

PARCEIROS DO PROJETO

Comunidade de castanheiros do Rio Umari; Conselho Consultivo do Parque Nacional Mapinguari (CCOMAPIN); Núcleo de Apoio à Pesquisa em Rondônia (Napro/Inpa); Centro de Estudos Rio Terra (Rioterra); Viveiro da Floresta/ AC; Ação Ecológica Guaporé – (Ecoporé); Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam); Viveiro Fazenda Futuro/RO; Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (Emater).

Foto: Acervo ICMBio



INSPIRE-SE!

» **Diversificar a renda das comunidades extrativistas aparece como questão central não apenas das Reservas, mas também das unidades que possuem áreas sobrepostas. Dessa forma, desenvolver Plano de Ação em conjunto tem potencial de otimizar os resultados e os recursos.**

» **A formação de hortas comunitárias é uma das práticas mais simples e que promove benefícios de curto prazo à comunidade.**

» **A implantação de viveiros proporciona autonomia aos moradores para que tenham condições de garantir a continuidade do projeto mesmo diante de adversidades.**

» **O poder de atração dos parceiros que compartilham dos mesmos interesses surpreende, esteja atento às demandas das comunidades no entorno de outras Unidades de Conservação também e se puder colabore.**

Foto: Acervo ICMBio



Foto: Acervo ICMBio



PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADAIROS APROXIMA A SOCIEDADE DA CONSERVAÇÃO

Coordenação geral: Alexandre Bonesso Sampaio (Centro Nacional de Avaliação da Biodiversidade e de Pesquisa e Conservação do Cerrado - CBC/ICMBio). Coordenação executiva: Alba Cordeiro (Rede de Sementes do Cerrado). Gestão dos recursos e gerenciamento: Camila Motta (Rede de Sementes do Cerrado).

Unidades de Conservação do Cerrado geralmente contam com áreas degradadas com histórico de pasto, onde a disseminação de gramíneas invasoras impede a regeneração natural e torna os incêndios mais severos. “O maior problema da restauração de áreas degradadas no Cerrado é a questão das gramíneas invasoras usadas como pastagem, como as braquiárias, que geralmente não são adequadamente controladas. Além disso, os esforços de restauração do Cerrado focam exclusivamente no plantio de árvores, sendo que a maior parte da biodiversidade do Cerrado está no estrato herbáceo-arbustivo. Associado a este problema, temos um baixo conhecimento e valorização das espécies herbáceo-arbustivas do Cerrado pelas pessoas em geral, o que favorece a conversão da vegetação nativa em atividades agropecuárias”, explica Alexandre Sampaio, analista ambiental do Centro Nacional de Avaliação da Biodiversidade e de Pesquisa e Conservação do Cerrado (CBC/ICMBio).

Para colocar em prática um plano de restauração, que privilegiasse a vegetação herbáceo-arbustivo, onde está a maior parte da biodiversidade, gestores do ICMBio buscaram apoio nas parcerias de ensino e com a comunidade local.

INSPIRAÇÃO

A visita técnica ao projeto Y Icatú Xingu em Canarana/MT, em 2015, que envolve a coleta de sementes por indígenas e a restauração das nascentes dos rios das Terras Indígenas localizadas em grandes propriedades do entorno. Em 2017, essa iniciativa foi premiada como o melhor projeto de restauração por votação dos participantes durante a conferência bianual da Sociedade de Restauração Ecológica (SER). A troca de experiências durante o evento e a premiação serviram de inspiração para continuar e ampliar o projeto.

PERFIL

Localizado no nordeste do estado de Goiás, entre os municípios de Alto Paraíso e Cavalcante, protege diversas formações vegetais, rochas com mais de um bilhão de anos, além de centenas de nascentes. Desde 2001, a unidade é reconhecida como Patrimônio Mundial da Humanidade pela Unesco.

OBJETIVOS

Desenvolver técnicas de restauração com melhor custo benefício aplicáveis em larga escala para áreas degradadas do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e entorno. Mobilizar a comunidade local durante a prática e estabelecer assim a aproximação com a equipe gestora da Unidade de Conservação.

RESULTADOS

» Desenvolvimento da técnica de semeadura direta para restauração de vegetações savânicas e florestais do Cerrado, incluindo 80 espécies entre árvores, arbustos e gramíneas nativas. Até o momento, o projeto conta com 105 hectares em processo de restauração, com 25 toneladas de sementes coletadas e semeadas.

» Rede de coletores de sementes estabelecida, mobilizada e organizada para fornecimento a outras regiões. Proprietários rurais mobilizados pela prática recuperaram áreas degradadas do entorno.

» 60 famílias de agricultores tradicionais beneficiadas. As comunidades locais receberam R\$ 170 mil pelo trabalho de coleta e beneficiamento de sementes. Criação da Associação Cerrado de Pé de Coletores de Sementes. A Rede de Sementes do Cerrado permite que os coletores de forma autônoma disponibilizem sementes no mercado além dos limites da Chapada dos Veadeiros.

» Ampliação de parcerias entre instituições locais, como UnB Cerrado, Secretarias de Educação e de Meio Ambiente da Prefeitura de Alto Paraíso, OCA Brasil, Associações de Assentamentos Rurais. O projeto foi tema de uma série de produções científicas, com nove pesquisas autorizadas, cinco trabalhos de mestrado e um de doutorado, além de diversos resumos de congresso e artigos em preparação.

METODOLOGIA

As equipes do parque e do Centro Nacional de Avaliação da Biodiversidade e de Pesquisa e Conservação do Cerrado (CBC/ICMBio) trabalharam em conjunto na elaboração e execução do projeto.

A prática teve início como projeto de pesquisa no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) com financiamento do ICMBio em 2011. Pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Universidade de Brasília (UnB) rea-

lizaram as primeiras experiências de restauração e os treinamentos com os coletores de sementes. A iniciativa recebeu apoio da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza e da Rede de Sementes do Cerrado, por meio de projeto apoiado pela Petrobras Ambiental.

Durante o estudo, os pesquisadores desenvolveram técnica de restauração por semeadura direta, que possibilita substituir a cobertura de gramíneas exóticas por espécies nativas do estrato herbáceo-arbustivo do Cerrado, o que aumenta a possibilidade de sucesso em longo prazo.

Em seis meses, espécies do estrato herbáceo-arbustivo já florescem e frutificam atraindo a fauna nativa de polinizadores e dispersores. O custo da semeadura de 80 espécies nativas de árvores, arbustos e ervas, com aproximadamente 200kg de sementes por hectare, produzindo cobertura de até 50% de gramíneas nativas e em torno de aproximadamente 6.000 plântulas de árvores, palmeiras, arbustos e trepadeiras/ha é pelo menos a metade do custo de plantar 1.111 mudas/ha de árvores produzidas por sementes e espécies de outros locais.

A restauração das áreas aumentou a biodiversidade local em todos os estratos e contribui para o restabelecimento do regime natural de fogo, já que as gramíneas exóticas alteram esse equilíbrio e tornam assim os incêndios mais severos em comparação com aqueles que ocorrem na vegetação nativa.

Em 2015, o desmatamento para construção da linha de transmissão de energia que liga Araraquara/SP a Porto Velho/RO teve entre as medidas compensatórias, a reposição florestal nativa no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Por interferência do ICMBio, a ação foi realizada com as técnicas desenvolvidas no projeto de pesquisa, priorizando mão de obra local para coleta, preparo do solo e plantio das sementes.

O trabalho das comunidades locais é essencial já que a técnica depende da coleta de grande volume de semente e beneficiamento. Para os moradores,



a atividade é uma alternativa de renda sustentável que valoriza as plantas do Cerrado, garante mais autonomia aos agricultores e diminui a dependência dos serviços prestados ao agronegócio. Cerca de 30 voluntários também participaram da iniciativa. Anualmente, o projeto é avaliado e planejado pela equipe gestora da unidade.

PERÍODO

Novembro de 2011 – em andamento.

PARCEIROS DO PROJETO

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Universidade de Brasília (UnB); Rede de Sementes do Cerrado; Associação Cerrado de Pé; Pequi - Pesquisa e Conservação do Cerrado; Norte Brasil Transmissão de Energia.

Foto: Amália Robredo



Foto: Fernando Tatsgiba



INSPIRE-SE!

» Conheça o Guia de Restauração do Cerrado, volume 1 – Semeadura Direta, que aborda desde a escolha do método até monitoramento, incluindo resultados de experimentos. <http://bit.ly/guiasemeaduradireta>

» Ações de pesquisa também podem agregar além dos pesquisadores, outros parceiros, como a comunidade local, reforçando assim a conexão entre os atores sociais. Estimular a participação de comunidades locais contribui para a disseminação da cultura de preservação de espécies nativas.

» Restaurar áreas degradadas além dos benefícios evidentes ao ecossistema é ainda uma excelente oportunidade para sensibilizar as pessoas sobre a importância de ações que contribuam com o propósito das áreas protegidas.

» Priorizar a mão de obra local em ações de conservação permite favorecer o desenvolvimento regional, por meio da remuneração, além de estimular um novo olhar para o bioma local.

MANEJO INTEGRADO DO FOGO

RESULTADOS NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA SERRA GERAL DO TOCANTINS SUPERAM AS EXPECTATIVAS

Coordenação geral: Marco Assis Borges, Máximo Menezes e Ana Carolina Sena Barradas (Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins/ICMBio) e Robin Beatty (3, 2, 1 Fire). Coordenação executiva: João Batista (Brigada).

A ocorrência anual de grandes e severos incêndios era frequente na Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, que chegou a registrar um megaincêndio de mais de 107 mil hectares em 2012, antes do Manejo Integrado do Fogo. “A política de fogo zero na unidade favoreceu o acúmulo de combustível e a homogeneidade da paisagem, tornando o cenário propício a recorrência de grandes incêndios que comprometem a capacidade de resiliência dos ecossistemas. Apesar do aumento gradual de investimentos nas ações de combate, os resultados desse modelo de gestão não estavam garantindo a conservação da biodiversidade e a recorrente situação de emergência ambiental exigiu atenção no desenvolvimento de estratégias voltadas para o manejo do fogo; em resposta à principal ameaça à proteção desta unidade”, destaca Ana Carolina Sena Barradas, analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Foto: Fernando Tatagiba



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

INSPIRAÇÃO

Missão técnica ao norte da Austrália, no âmbito do Projeto Cerrado-Jalapão, com o objetivo de conhecer os componentes do Manejo Integrado do Fogo (MIF) em região que apresenta similaridades com o Cerrado brasileiro.

PERFIL

Localizada na região do Jalapão, Tocantins, incluindo uma parte da Bahia, cerca de 81% dos 707 mil hectares da Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins protegem formações campestres de Cerrado, ambientes que acumulam biomassa aérea rapidamente durante a estação chuvosa, tornando-se altamente inflamáveis na estação seca. Anualmente a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins está ente as Unidades de Conservação (UCs) que mais queimam no país.

OBJETIVOS

Com o Manejo Integrado do Fogo na Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins promover pirodiversidade (por meio do uso do fogo como forma de proteger a biodiversidade e os processos ecológicos), diminuir o tamanho dos grandes incêndios e instrumentalizar o conflito socioambiental associado às proibições de uso do fogo.

Foto: Aurelice Vasconcelos



RESULTADOS

- » Diminuição acima das expectativas do tamanho dos episódios registrados. Em 2015 e 2016 respectivamente, os maiores incêndios atingiram 25 mil e 32 mil hectares; a meta inicial de gestão era de nenhum incêndio em área superior a 50 mil hectares.
- » Redução de 10 para 5 dias no tempo médio gasto em combate por evento de incêndio, entre 2014 e 2015/2016. Desde a implantação do Manejo Integrado do Fogo não foi necessário solicitar o apoio via aeronave, assim como o deslocamento de servidores de outras UCs.
- » Economia de recursos no combate aos incêndios (combustível, alimentação, diárias de servidores). Aumento da participação social na gestão da Unidade de Conservação.
- » Melhor gerenciamento dos combates pela aliança de uma série de fatores, desde a redução do tamanho do incêndio que permite medidas mais estratégicas e pelo direcionamento do fogo para cicatrizes das queimas prescritas mais próximas.

METODOLOGIA

A avaliação crítica dos resultados da política de fogo zero e o início do Projeto Prevenção, Controle e Monitoramento de Queimadas Irregulares e Incêndios Florestais no Cerrado, mais conhecido como Projeto Cerrado-Jalapão estão na base dessa prática.

O projeto Cerrado-Jalapão que teve como objetivo aprimorar a prevenção e o controle de queimadas irregulares e incêndios florestais na região, subsidiou ações do Manejo Integrado do Fogo (MIF) na Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins de 2013 até 2017. Para os gestores e brigadistas, o projeto representa um marco na gestão do fogo na Unidade de Conservação (UC) pela quebra de paradigma de combate em defesa do manejo do fogo.

Em 2013, a equipe da unidade participou do I Seminário Internacional sobre Manejo Integrado do Fogo em Áreas Protegidas no Brasil e na sequência pro-

moveu uma visita técnica à região do Jalapão, com objetivo de apresentar, discutir e aperfeiçoar os métodos de manejo de fogo praticados na unidade.

A atividade prática atraiu especialistas estrangeiros, além dos gestores e equipes das Unidades de Conservação, brigadistas, representantes do Ministério do Meio Ambiente, Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semades), da Universidade Federal do Tocantins, do ICMBio, do Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), entre outros, que compartilharam conhecimento e impressões sobre o manejo na unidade.

No ano seguinte, os gestores consideraram as contribuições durante a elaboração do primeiro Plano de Manejo Integrado do Fogo.

Na época da visita técnica, julho de 2013, o manejo estava restrito ao uso de contra-fogo, em situações de combate e confecção de aceiros negros, com largura preestabelecida de até 100m.

Em 2014, na missão técnica à Austrália, representantes de instituições federais e estaduais brasileiras puderam conhecer as características do Manejo Integrado do Fogo em uma região que possui similaridades com o Cerrado brasileiro. A missão incluiu visitas aos Territórios Indígenas, parques nacionais, realização de queimas prescritas e confecção de aceiros.

No mesmo ano, os gestores da Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins elaboraram o primeiro plano de MIF, o que marcou a ampliação do uso do fogo, incluindo além da confecção de aceiros, as queimas prescritas (ou queimas controladas para fins ecológicos).

Em 2015 e 2016, quando os maiores incêndios atingiram respectivamente 25 mil e 32 mil hectares, havia combustível acumulado e contínuo suficiente para sustentar a propagação de incêndios de mais de 100 mil hectares no fim da estação seca. Os gestores obtiveram esses dados analisando os mapas de risco de fogo e de acúmulo de combustível. No entanto, as ações de manejo fragmentaram o combustível, o que bloqueou a possibilidade de ocorrência de grandes incêndios. Dessa forma, os gestores conse-

guem inclusive prever o tamanho do maior incêndio ao fim da temporada de queimas prescritas.

A unidade trabalha com os Planos Anuais de Manejo do Fogo que estabelecem objetivos, estratégias de ação, metas e indicadores para o manejo do fogo. O MIF também estreitou as parcerias com todos os órgãos ambientais atuantes no Jalapão, atualmente com atores e órgãos ambientais de outros Estados, como Goiás, São Paulo e Minas Gerais, que vêm convidando a gestão da EESGT para apresentar a experiência.

PERÍODO

Junho de 2014 – em andamento.

PARCEIROS DO PROJETO CERRADO-JALAPÃO

Ministério Federal do Ambiente, da Proteção da Natureza e da Segurança Nuclear da Alemanha (BMU, sigla em alemão); Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama/Prevfogo); Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe); governo do Estado do Tocantins; cooperação alemã para o desenvolvimento sustentável, por meio da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH*.



Foto: Aurelice Vasconcelos



INSPIRE-SE!

- » Em Unidades de Conservação com população residente, o manejo do fogo deve ser conduzido de forma participativa. Tomada de decisão conjunta em espaços naturais protegidos gera resultados mais sólidos e duradouros, tanto para o meio ambiente quanto para as comunidades locais.
- » Acompanhe pesquisas aplicadas e multidisciplinares sobre a temática que ajudam a responder as perguntas dos manejadores e orientam os objetivos do MIF.
- » A maior interação social entre gestores das UCs e comunidades cria uma corrente de vigilância e prevenção a danos ambientais.

PRÁTICA CONCILIA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS COM RESTAURAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E FORMAÇÃO DE CORREDORES ECOLÓGICOS

Coordenação geral: Gustavo Jose Soares (Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Ibram). Coordenação executiva: Gustavo Jose Soares (Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Ibram) e Bernardo Ramos Correa (mestrando do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília – UNB, Campus Planaltina). Gestão de recursos e gerenciamento: Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Ibram; Juan Pereira (Sítio Semente).

A especulação imobiliária com parcelamentos irregulares é uma ameaça à Zona de Amortecimento do Parque Nacional de Brasília, assim como o perfil da atividade econômica que ainda domina a região. “As práticas agrícolas do pacote tecnológico do agronegócio são responsáveis pela deterioração do ecossistema, degradação do solo e de nascentes, além da segmentação entre as matas ciliares; vulnerabilizando o fluxo de animais silvestres e sementes. Existe um consenso de que a região ocupada pela savana brasileira representa um rico patrimônio nacional, tanto do ponto de vista ecológico como econômico”, pontua Gustavo José Soares, analista de atividade de Meio Ambiente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal (Ibram).

Foto: Gustavo José Soares



PERFIL

Parque Nacional de Brasília com mais de 42 mil hectares, abrange as regiões administrativas de Brasília, Sobradinho e Brazlândia e o município goiano de Padre Bernardo. A área de influência do Parque Nacional de Brasília compreende pouco mais de 1/3 do território do Distrito Federal e a maior parte da área urbana. Em termos de volume, as águas superficiais do sistema de captação das bacias dos córregos Santa Maria e Torto contribuem atualmente com cerca de 20% do abastecimento público do DF. As principais atividades econômicas no entorno são as decorrentes da intensificação da ocupação urbana, como a construção civil, comércio e serviços e especulação imobiliária.

OBJETIVOS

Identificar serviços ambientais gerados pela restauração ecológica, a partir de Sistemas Agroflorestais inseridos em área de sensibilidade ambiental, mais precisamente em um Mosaico de Unidades de Conservação no Distrito Federal.

Foto: Gustavo José Soares



RESULTADOS

- » Evidência de que a vegetação arbórea associada ao manejo agroflorestal melhora a qualidade do solo. A descoberta tem como base a avaliação dos atributos físicos, químicos e da matéria orgânica em dois Sistemas Agroflorestais (SAFs), de 3 e 5 anos - que apresentaram índices superiores de qualidade do solo - em comparação a uma área em repouso, utilizada como testemunha.
- » O microclima agroflorestal reduziu a evapotranspiração, o que está associado a dois serviços ambientais: controle da erosão e economia no uso da água para irrigação.
- » Incremento de 50% na estabilização de espécies arbóreas nativas dentro da área de SAF, por via natural ou pela incorporação antrópica por sementes ou mudas. Formação de corredor ecológico entre o divisor de água das bacias hidrográficas Ribeirão Ribeiro e Rio da Palma.
- » Acesso a um modelo mais sustentável de agricultura que favorece aspectos sociais e concilia a produção de alimentos aos serviços socioambientais.

METODOLOGIA

O Sítio Semente localizado na Zona de Amortecimento de três Unidades de Conservação - Parque Nacional de Brasília, Área de Proteção Ambiental da Cafuringa e Área de Proteção Ambiental do Planalto Central - a cerca de 40 km de Brasília, tem despendido como difusor de tecnologias de produção de alimentos agroflorestais.

Para validar a percepção de que os serviços ambientais fornecidos pelo Sistema Agroflorestal (SAF) são benéficos ao equilíbrio ambiental da região e, por isso a prática seria recomendada nas áreas no entorno das Unidades de Conservação, foi desenvolvido projeto que mobilizou órgão público e instituição acadêmica.

A escolha dos métodos utilizados deu início à parceria entre o Instituto do Meio Ambiente e dos



INSPIRE-SE!

- » Atividades agroecológicas em propriedades no entorno das Unidades de Conservação auxiliam na manutenção dos recursos naturais necessários ao equilíbrio das áreas protegidas e proporcionam benefícios econômicos e sociais aos agricultores. Valorize iniciativas como essa na região e busque criar um movimento que incentive a adoção das práticas.
- » Conhecer as experiências agroecológicas realizadas nas proximidades das Unidades de Conservação pode revelar uma série de oportunidades para trabalho em parceria, tanto de implantação, quanto na formação das comunidades tradicionais e de outros parceiros.
- » Práticas agroflorestais podem ser absorvidas pelas diretrizes das Unidades de Conservação, nos Planos de Manejo e no estímulo ao desenvolvimento de pesquisa que avaliem os benefícios a curto, médio e longo prazo para as áreas protegidas.

Recursos Hídricos do Distrito Federal (Ibram) e o Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, da Universidade de Brasília/Faculdade de Planaltina (PPG-MADER/FUP/UnB).

Visitas ao sítio permitiram análise estatística de crescimento de espécies-chave com medição de CAPs (Circunferência a Altura do Peito) em janeiro, abril, julho e outubro. O monitoramento identificou volume de biomassa em área viva, estoque de carbono e volume de CO² fixado pelo componente arbóreo.

O projeto comparou duas análises laboratoriais completas de solo (dezembro de 2016 e outubro de 2017) com os dados da área em repouso. Aspectos ambientais qualitativos a respeito das funções

ecossistêmicas dos cultivos estudados, como relações dos SAFs, água, fauna, flora e incêndios florestais também foram considerados.

Em quinze saídas de campo, os pesquisadores verificaram o comportamento das variáveis em análise, realizaram entrevistas com o empreendedor e relatório fotográfico. Há 15 anos, o território onde o sistema agroflorestal foi implementado não possui ocorrência de incêndios florestais.

Imagem: Google Earth



PERÍODO

Janeiro de 2016 a setembro de 2017.

PARCEIROS DO PROJETO

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal (Ibram); Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, da Universidade de Brasília/Faculdade de Planaltina (PPG-MADER/FUP/UnB); e Sítio Semente.

VIVEIRO DE NATIVAS

200 MIL MUDAS DE CERRADO RECUPERAM ÁREAS DEGRADADAS NO ENTORNO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Coordenação geral: Marcos da Silva Cunha (Parque Nacional das Emas/ICMBio). Coordenação executiva: Francis Weber Gerente de Unidade (Fazenda Planalto SLC Agrícola). Gestão dos recursos e gerenciamento: Manoel de Oliveira e José Carlos Bernardo (Parque Nacional das Emas/ICMBio).

A bacia do Rio Formoso, com o principal rio do Parque Nacional das Emas, áreas de nascentes e matas ciliares formavam a paisagem degradada próxima à unidade. “A falta de mudas nativas compatíveis com a necessidade das propriedades do entorno do parque era um obstáculo para a recuperação dessas áreas”, pontua Marcos da Silva Cunha, chefe da unidade.

As tentativas de aproximação com os moradores do entorno também evidenciavam certa resistência. “O maior desafio foi o envolvimento dos proprietários do entorno do parque, sempre preocupados com alguma retaliação por parte dos órgãos ambientais. Eles sabiam da obrigatoriedade de recuperação das áreas, mas deixavam essas ações para outros momentos”, completa Cunha.

Foto: Fazenda SLC Planalto



PERFIL

Localizado no Sudoeste do Estado de Goiás, o Parque Nacional das Emas com 132 mil hectares é uma das poucas Unidades de Conservação onde é possível conferir as diversas formas de Cerrado: campos limpos, campos sujos, veredas e matas ciliares. A unidade abrange os municípios de Mineiros, Chapadão do Céu e parte de Costa Rica, já no Mato Grosso do Sul.

OBJETIVOS

Potencializar a recuperação de áreas degradadas em menor tempo; envolver o Conselho Consultivo; aproximar atores locais da gestão da unidade.



RESULTADOS

- » Implementação de viveiro de árvores nativas com capacidade atual de 30.000 mudas/ano. A bacia do Rio Formoso, o principal rio do parque, está praticamente recuperada.
- » Produção, doação e plantio de 200 mil mudas de árvores nativas pioneiras (de rápido crescimento), em seis anos.
- » Recuperação rápida de áreas degradadas, matas ciliares e regiões de nascentes.
- » Melhora da qualidade da relação entre a equipe gestora do parque, conselho e os proprietários rurais do entorno.

METODOLOGIA

Em reunião do Conselho Consultivo do Parque Nacional das Emas, a falta de mudas nativas foi apontada como a principal dificuldade para recuperação das áreas degradadas do entorno da unidade. O Conselho definiu a criação de um viveiro como prioridade e um dos conselheiros apresentou a proposta na empresa em que trabalhava.

A iniciativa privada em questão adotou o projeto de montar e manter o viveiro. Diversas propriedades localizadas nas bacias dos rios Araguaia, Taquari e no entorno do parque apoiaram a obtenção das sementes nativas.

Empresas e propriedades do entorno do parque investiram os recursos necessários para a implantação do viveiro. O Parque Nacional das Emas apoiou o projeto com a distribuição de mudas e na busca das sementes. A Reserva Particular do Patrimônio Natural Nascente do Araguaia contribuiu recuperando áreas importantes com as mudas doadas. A equipe da Unidade de Conservação fomenta o plantio e ajuda na distribuição das mudas.

Os atores envolvidos compartilham informações com os proprietários da região sobre o manejo das mudas e os cuidados relativos a cada espécie.



INSPIRE-SE!

- » **Contate os gestores das Unidades de Conservação e avaliem em conjunto as áreas degradadas na região. Busque informações sobre o viveiro de mudas nativas mais próximo à unidade em que você atua, número de mudas/ano, espécies, principais mercados, projeto de responsabilidade socioambiental.**
- » **Em um contexto de muitas áreas degradadas, tente conversar e mostrar dados que reforçam a importância da iniciativa aos proprietários da região. Apresentar um planejamento que inclua o viveiro no dia a dia da população, com visitas de escolas, agrega valor na busca de patrocinadores.**
- » **Envolva o Conselho Consultivo na mobilização social, ações como essa não devem ficar restritas à gestão da unidade.**
- » **Para potenciais interessados em apoiar ou patrocinar viveiros, a iniciativa apresenta rápido retorno e os benefícios podem ser compartilhados com toda a região do curto ao longo prazo.**

As prefeituras da região e associações solicitaram mudas para o plantio em áreas rurais e urbanas. O planejamento do plantio no entorno do parque é anual, mediante demanda.

PERÍODO

Maio de 2011 – em andamento.

PARCEIROS DO PROJETO

Conselho Consultivo; SLC Agrícola e Reserva Particular do Patrimônio Natural Nascente do Araguaia.

SOCIEDADE COMPROMETIDA

Instituições, centros de pesquisa e de difusão do conhecimento, a iniciativa privada e a soma das contribuições de pessoas físicas são apenas algumas das experiências que têm contribuído e somado esforços para fortalecer a gestão das Unidades de Conservação.

Foto: Nelson Yoneda



A CONQUISTA DOS NOVOS LIMITES DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS

Coordenação geral: Fernando Tatagiba e Carla Cristina de Castro Guaitanele (ICMBio), Marcos Saboya (Conselho Gestor do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros) e Bruno Mello (Fundação Mais Cerrado). Coordenação executiva: Carla Cristina de Castro Guaitanele (ICMBio). Gestão dos recursos e gerenciamento: Carla Cristina de Castro Guaitanele (ICMBio).

Aumentar as dimensões das Unidades de Conservação (UCs) já decretadas leva tempo de estudo, amadurecimento político e mobilização. “A proposta de ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros existia desde 2003, quando o então vigente decreto sobre o tema foi anulado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Entre 2003 e 2010, praticamente não houve andamento do assunto. De 2010 a 2013, foram realizados estudos técnicos para proposição de limites, porém, por se tratar de uma região com alta especulação imobiliária, crescimento de monoculturas, entre outros usos conflitantes, obteve pouco apoio político. Além disso, o projeto aumentava em quatro vezes o tamanho da unidade e, como de praxe, quando já existe uma Unidade de Conservação e se discute a ampliação da mesma, os problemas de gestão sempre ficam em destaque, como áreas não regularizadas e incêndios florestais”, explica Fernando Tatagiba, chefe do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

Frente a tantas adversidades uma nova estratégia foi implementada. O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros quando foi criado, em 1961, na época com o nome de Parque Nacional do Tocantins, chegou a ter 625 mil hectares de área protegida. Pouco mais de 10 anos depois já estava reduzido a 172 mil hectares, em 1981 foi reduzido a 60 mil hectares e em 1990 por um decreto para ajuste técnico passou a contar com 65 mil hectares e assim permaneceu até 2017 quando algo mudou.

Fotos: Fernando Tatagiba



INSPIRAÇÃO

Curso de Gestão Participativa, capacitação realizada pelo ICMBio que contou com a participação da servidora Carla Guaitanele. O trabalho final do grupo foi a análise do processo participativo da sociedade na proposição da ampliação do parque.

PERFIL

Localizado no nordeste do Estado de Goiás, entre os municípios de Alto Paraíso e Cavalcante, o Parque da Chapada dos Veadeiros protege diversas formações vegetais, rochas com mais de um bilhão de anos, além de centenas de nascentes. Desde 2001, a unidade é reconhecida como Patrimônio Mundial da Humanidade pela Unesco.

OBJETIVOS

Ampliar em quatro vezes a área do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros de 65 para 240 mil hectares, via decreto do presidente da República. Proteger a biodiversidade do bioma reconhecido como a savana mais rica do mundo. São mais de 6 mil espécies de plantas, mas apenas 11% da área de incidência do Cerrado está protegida por UCs.

Fotos: Fernando Tatagiba



RESULTADOS

- » Integração de 175 mil hectares à área do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, com centenas de nascentes em campos de altitude.
- » Proteção a outras fitofisionomias do Cerrado, como a mata seca; formação vegetal altamente ameaçada.
- » Proteção mais efetiva à fauna, uma vez que os mamíferos percorrem grandes distâncias, como o cervo-do-Pantanal, lobo-guará e a onça-pintada; maior mamífero carnívoro da América do Sul.
- » A medida é uma conquista para o Cerrado como bioma e a médio prazo deve contribuir para a aprovação da Lei do Cerrado.

METODOLOGIA

Realização de estudos técnicos nas esferas ambiental, fundiária e socioeconômica de 2010 a 2013 sobre a importância da área adicional para a fauna, em especial os mamíferos, e a preservação de ecossistemas não pertencentes ao parque, assim como a proteção de centenas de nascentes.

Criação de Câmara Técnica para acompanhamento do estudo e na proposição de limites. Com a proposta consolidada junto ao Conselho, foram realizadas diversas reuniões locais com diversos atores envolvidos para buscar apoio na proposta.

Em 2015, foram promovidas três consultas públicas, nos municípios de Nova Roma, Cavalcante e Alto Paraíso de Goiás, com a participação de mais de 500 pessoas. Em 2016, as reuniões dominaram a cena com a presença dos seguintes atores: ICMBio, Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (Secima), Secretaria de Biodiversidade e Florestas/Ministério do Meio Ambiente (SBF/MMA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), além de proprietários/posseiros de terras e prefeito. Dessa forma, o aprimoramento da proposta contou com as contribuições de diversos atores, durante todo o processo, até que o Estado de Goiás enviou uma con-



INSPIRE-SE!

- » Apoie o fortalecimento e o maior engajamento do próprio Conselho e dos atores locais em demandas cotidianas.
- » As reuniões locais com atores dos mais diferentes perfis envolvidos aumentam o número de apoiadores.
- » Campanhas mobilizam a sociedade. Sem esse apoio, o conhecimento técnico muitas vezes não é suficiente para promover mudanças.
- » Um vídeo sobre a ampliação do Parque com depoimentos de servidores do ICMBio, servidor da prefeitura, acadêmico, empresário, liderança espiritual e ator, foi um instrumento de comunicação importante no processo, sistematizando a informação.

traproposta de limites que desagradou a todos.

Nesse momento, a mobilização social foi intensificada. O Conselho e a Fundação Mais Cerrado (que passou a integrar o movimento) lançaram a campanha Amplia Veadeiros com destaque para ações de abaixo assinado e nas redes sociais com o uso da #ampliaveadeiros. A articulação de artistas, políticos e líderes espirituais também potencializou esforços para a superação dos impasses.

PERÍODO

2014 a 2017.

PARCEIROS DO PROJETO

Conselho Gestor do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros; Fundação Mais Cerrado. Apoio para assinatura do decreto presidencial: WWF, SemaRH-DF, Fundação Grupo Boticário, Coalizão Pró-UC, entre outras iniciativas.

PRODUÇÃO DE TV E WEB BUSCA POPULARIZAR O CONHECIMENTO SOBRE A BIODIVERSIDADE

Coordenação geral: Luciana Alvarenga (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz) e Carlos Sanches (TV Brasil/EBC)

O número de pesquisas em Unidades de Conservação (UCs) cresceu 29,34% entre 2014 e março de 2016, segundo SISBio. Sem dúvida, uma ótima notícia, mas as informações sobre áreas protegidas devem transcender as instituições. “A maior parte do conhecimento produzido nessas pesquisas fica restrita aos meios acadêmicos e à gestão das unidades, sendo disponibilizada majoritariamente através de artigos de periódicos, trabalhos, dissertações e teses, atingindo um público específico. Ou seja, esse conhecimento acaba na maioria das vezes não chegando às comunidades do entorno e à população em geral, que poderiam e/ou deveriam apoiar a existência dessas unidades”, afirma Luciana Alvarenga, coordenadora do projeto pela Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

Levar informação científica para além das fronteiras das universidades e dos centros de pesquisa é fundamental para o fortalecimento das Unidades de Conservação. “Apesar da crescente empatia das pessoas com relação à biodiversidade e às áreas naturais protegidas, quando surge um entrave socioeconômico local relacionado à implementação de uma UC, a falta de conhecimento dos atores afetados coloca em xeque essa necessidade/importância e problematiza consideravelmente a gestão”, lembra Luciana.

A parceria entre a Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, a TV Brasil/EBC e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) busca disponibilizar conhecimentos sobre as Unidades de Conservação e a biodiversidade brasileira para diferentes públicos.

ONDE

Parques Nacionais: da Chapada dos Guimarães/MT; do Pantanal Matogrossense/MT; das Emas/GO/MS; da Serra da Bodoquena/MS; da Chapada da Diamantina/BA; da Serra das Lontras/BA; do Pau Brasil/BA; do Descobrimento/BA; de Itatiaia/RJ; da Serra dos Órgãos/RJ; da Serra da Canastra/MG; das Sempre-Vivas/MG e de Boa Nova/BA.

Estações Ecológicas: de Taiamã/MT; da Serra das Araras/MT.

Refúgios da Vida Silvestre: de Una/BA.

OBJETIVOS

Documentar através do audiovisual, da fotografia e da produção de textos as Unidades de Conservação federais, destacando as características naturais (biodiversidade, fitosionomias, ecossistemas, geomorfologia, clima, hidrologia, entre outras) e culturais (patrimônios arqueológico e histórico) dessas áreas protegidas; produzir conteúdo e imagens para séries de TV e web. Desenvolver materiais de divulgação científica sobre a relação entre as expedições históricas de naturalistas e as Unidades de Conservação federais; criar metodologias e produtos de educação ambiental e de divulgação científica para diferentes públicos. Produzir materiais que possam ser utilizados em exposições, materiais gráficos, livros, entre outros, além de possibilitar a troca de informações e conhecimentos entre as instituições envolvidas.



Foto: Carlos Sanches (TV Brasil)

RESULTADOS

» Produção da série documental Parques do Brasil, lançada em 5 de junho de 2018 (TV Brasil e web). Projeto de cinco anos que apresentará até 20 UCs por ano em documentários de 30 minutos de duração.

» Produção de série de interprogramas sobre os biomas brasileiros e as Unidades de Conservação.

» Promoção das Unidades de Conservação durante as expedições, um processo que mobilizou as comunidades do entorno, guias turísticos, proprietários de pousadas, entre outros.

» Envolvimento e a troca de informação entre as equipes de diferentes instituições públicas sinaliza para possibilidade de construção de uma rede multi-institucional e multidisciplinar colaborativa de desenvolvimento de conteúdos e produtos de divulgação científica e de educação ambiental.

METODOLOGIA

O envolvimento dos gestores das Unidades de Conservação em todas as etapas do processo é uma forte característica da iniciativa. Após a escolha do

parque, da estação ecológica ou refúgio da vida silvestre tem início a construção do conteúdo (com todas as fases que essa etapa representa) até a divulgação do material em diferentes processos.

As definições acordadas entre as instituições parceiras estão exemplificadas em dois Planos de Trabalho. Muitas etapas são simultâneas e envolvem diferentes equipes das três instituições parceiras (Fiocruz, EBC e ICMBio), além de pesquisadores colaboradores e de outros profissionais de instituições diversas. O projeto utiliza majoritariamente recursos institucionais, como transporte (logística nas Unidades de Conservação), equipamento (de gravação, de edição, entre outros), equipes, entre outros.

A produção audiovisual é um dos destaques do projeto pelo apelo como motivadora da aprendizagem nas salas de aula, nos espaços de ensino não formal, nos ciberespaços e na TV; o que favorece a interação do público com o conhecimento científico. Além disso, é um poderoso instrumento de sensibilização pelas possibilidades narrativas, estéticas e poéticas diante de inúmeros processos comunicacionais e educativos.



PERÍODO

2014 – em andamento.

Expedição para a primeira temporada da série Parques do Brasil: Outubro de 2016 a outubro de 2017.

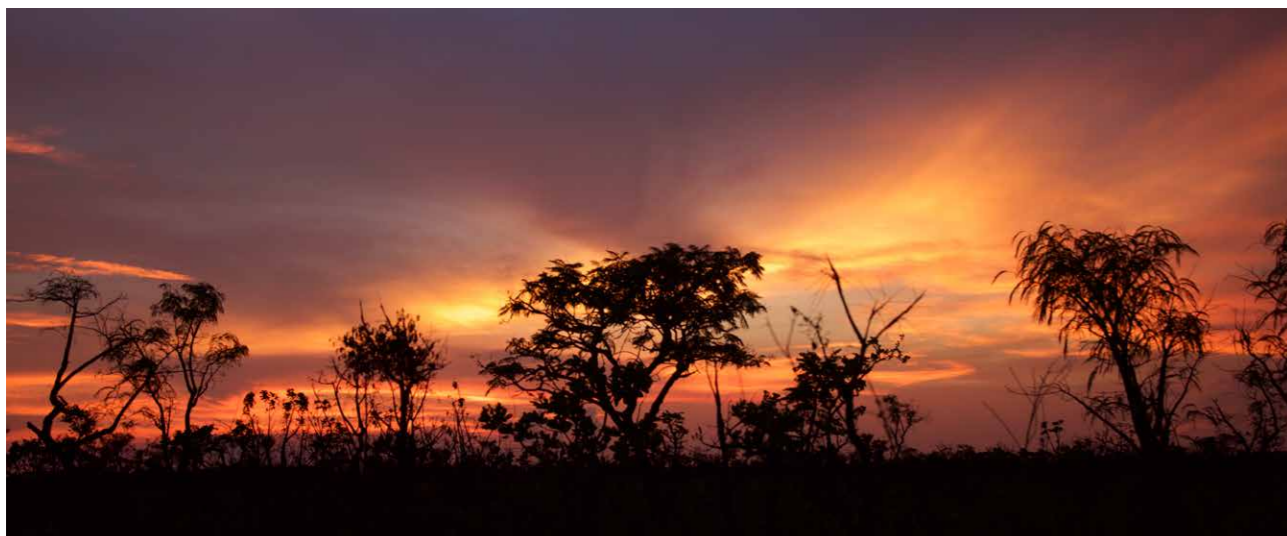
PARCEIROS DO PROJETO

Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; TV Brasil/EBC; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A prática conta com a colaboração de pesquisadores de universidades e institutos de pesquisa como: o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ); a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); entre outras.

Foto: Carlos Sanches (TV Brasil)



Foto: Carlos Sanches (TV Brasil)



INSPIRE-SE!

- » **As informações de muitas Unidades de Conservação estão restritas ao site do ICMBio e às redes sociais do Instituto, mas é possível aumentar os canais de comunicação, com planejamento e escolha de uma plataforma para começar (alguma rede social, por exemplo). Os interessados em visitar a Unidade ou apenas obter mais informações agradecem.**
- » **Invista nas fotografias quando o assunto é Unidade de Conservação, afinal é preciso mostrar o que está protegido. Aproveite e compartilhe essas imagens com a equipe central do ICMBio pelo e-mail ascomchicomendes@icmbio.gov.br.**
- » **Conversas entre as equipes gestoras de Unidades de Conservação sobre as estratégias de comunicação já aplicadas e perspectivas são sempre proveitosas. Considere também ações conjuntas sobre a região, por exemplo.**
- » **Crie uma campanha na Unidade de Conservação para estimular o compartilhamento da experiência do visitante nas redes sociais.**

FORÇA-TAREFA

SERVIDORES DO ICMBIO TÊM PAPEL CENTRAL EM NOVO MODELO PARA A DEMARCAÇÃO DE ÁREAS

Coordenação geral: Carla Michelle Lessa (Coordenação de Compensação de Reserva Legal e Incorporação de Terras Públicas/ICMBio). Coordenação executiva: Tiago Juruá Damo Ranzi (Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema/ICMBio). Coordenação técnico-pedagógica: Marcio Costa (consultor). Gestão dos recursos e gerenciamento: Coordenação geral de Consolidação Territorial (CGTER/ICMBio) e Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema/ICMBio.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em pouco mais de 10 anos de história, georreferenciou 42 Unidades de Conservação (UCs)*, o que representa 12% das áreas protegidas sob a gestão do órgão. Nessa trajetória, o ICMBio buscou com diversos esforços avançar nessa demanda, mas as limitações são severas. “Identificamos três grandes desafios que nos impedem de ganhar a escala necessária e alcançar 100% das UCs georreferenciadas, demarcadas e sinalizadas. São eles: especificidades técnicas (dificuldade de georreferenciamento em áreas de proteção ambiental, de enormes dimensões territoriais, em locais remotos e de difícil acesso); a necessidade de um corpo técnico especializado de profissionais da casa, não apenas para executar esse tipo de serviço, mas principalmente para avaliar e fiscalizar o trabalho realizado por parceiros e ou empresas contratadas, além do alto custo da contratação dos serviços”, reforça Carla Michelle Lessa, coordenadora da Coordenação de Compensação de Reserva Legal e Incorporação de Terras Públicas/ICMBio.

Em geral, as demarcações são feitas principalmente via contratação de empresas especializadas, com aporte de recursos do Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KfW); do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud); do programa de

Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa); de compensação ambiental e em menor escala em parceria com o Exército Brasileiro e com o Terra Legal, no Pará. “O custo desses serviços, com base nos contratos firmados, é de aproximadamente R\$ 1.000,00 por quilômetro de perímetro demarcado e sinalizado, variando para mais ou menos conforme a dimensão, a cobertura vegetal e a dificuldade de acesso. Considerando a extensão das nossas UCs, estamos falando de um custo considerável, caso não envolva a instalação de placas, pode cair para cerca de R\$ 600,00/o quilômetro, mas ainda é um serviço caro”, pontua a coordenadora.

Diante dessa realidade, o ICMBio - que já possui servidores com conhecimento em geoprocessamento, mas a maioria com pouca ou nenhuma prática na aplicação do georreferenciamento, conforme a Norma Técnica de Georreferenciamento vigente - desenvolveu uma experiência na Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema que representou um novo caminho na demarcação de terras das UCs, ao mesmo tempo em que levou a capacitação dos próprios servidores e de instituições parceiras às últimas fronteiras da prática, literalmente.

**Vale ressaltar que algumas Unidades de Conservação foram georreferenciadas antes da criação do ICMBio, mas para atender aos novos padrões, vão precisar de atualização nas coordenadas.*



INSPIRAÇÃO

Prática desenvolvida com base na observação dos cursos promovidos pela Coordenação-geral de Consolidação Territorial (CGTER/ICMBio) que tem como objetivo a identificação de perfis e treinamentos para atividades técnicas/administrativas de apoio à consolidação territorial das Unidades de Conservação. As dificuldades na abordagem da temática fundiária para um público de formação e atuação heterogêneas foram, na época, analisadas como “pontos a melhorar” e levaram ao desenvolvimento da Boa Prática. Cursos em geral teóricos, pouco efetivos, que formam especialistas em georreferenciamento de imóveis reforçaram a demanda por essa iniciativa.

PERFIL

Localizada nos municípios de Sena Madureira e Manuel Urbano, no Acre, a Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, criada em 2002, não apresentava nenhum dos 750 mil hectares devidamente regularizados, apesar das reivindicações já terem completado uma geração. Cerca de 270 famílias, mais de 1.000 pessoas, vivem na unidade.

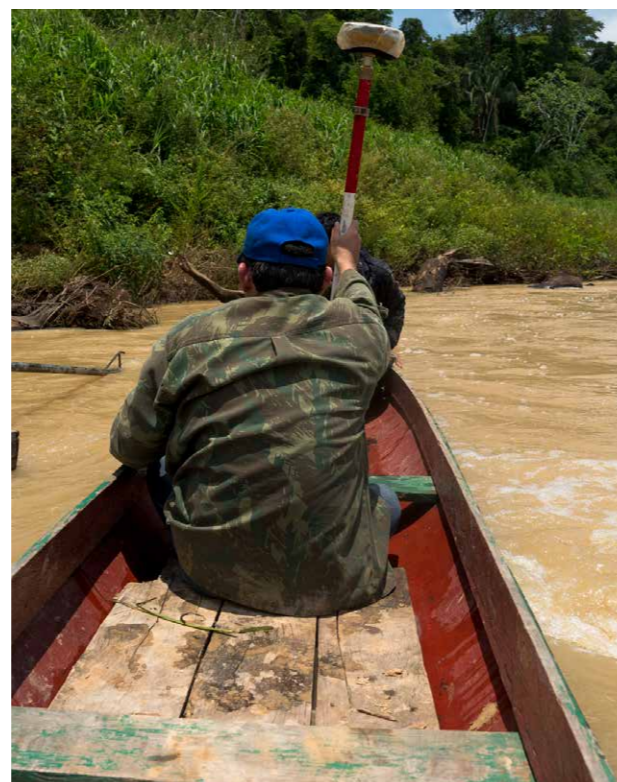
OBJETIVOS

Promover a consolidação territorial das Unidades de Conservação, por meio da inclusão de um novo modelo, mais ágil e de menor custo, como alternativa ao georreferenciamento desses territórios; identificar, treinar e capacitar de forma prática servidores do ICMBio e de instituições parceiras como especialistas em georreferenciamento de imóveis, incluindo na função de fiscal, em especial nas UCs que apresentam sobreposição; fortalecer a parceria com o Incra; publicar um manual com orientações técnicas e de logística de campo para a execução direta e/ou fiscalização de contratos de georreferenciamento de imóveis e demarcação de Unidades de Conservação; agilizar o processo de emissão das Concessões de Direito Real de Uso (CCDRU) da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema.

RESULTADOS

- » Demarcação da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, conhecida pela complexa situação fundiária, a um custo de cerca de R\$ 210 mil, uma vez que a prática foi realizada por meio de um curso, com conseqüente maior número de envolvidos. No entanto, a prática estimou o custo em uma situação comum de demarcação, com equipe menor, e neste caso o valor chegaria a cerca de R\$ 146 mil, ou seja, 40% do praticado pelas empresas especializadas.
- » Capacitação prática de 13 servidores, sendo 11 do ICMBio e dois do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que podem atuar como agentes multiplicadores e pontos focais na coordenação e execução de trabalhos similares.
- » Comprovação da capacidade técnica do ICMBio em executar diretamente ações de demarcação com maior agilidade do que a experiência com contratação de Pessoa Jurídica.
- » Intercâmbio de experiência entre servidores de diferentes instituições, ICMBio e Incra.

Foto: Rubens Matsushita



METODOLOGIA

O primeiro passo consistiu na escolha de uma Unidade de Conservação, em abril de 2017, para a realização da força-tarefa e que também trouxesse uma experiência real aos servidores do curso, com todos os desafios intrínsecos ao trabalho. A Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema apresentava desafios relativos às dimensões, com dificuldades de acesso à maioria dos trechos; o que é frequente em grande parte das unidades, especialmente na Amazônia.

Para a Coordenação-geral de Consolidação Territorial (CGTER), o Incra e a comunidade, a iniciativa representava a oportunidade ideal de concluir um processo antigo de transferência de terras públicas e solucionar problemas de sobreposição que, por fim, vão resultar na emissão do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso à população beneficiária da reserva.

A força-tarefa com servidores do ICMBio e do Incra precisava ter na equipe um consultor especialista em georreferenciamento, o que foi obtido por meio de edital. Reuniões sobre nivelamento da metodologia e objetivos específicos fortaleceram desde o

Foto: Márcio Costa



início a parceria entre as duas instituições. O Incra indicou dois alunos, por conta do vasto conhecimento que possuíam sobre a região e disponibilizou um carro com motorista e combustível. Entre as 18 pessoas da equipe, 12 eram servidores em capacitação.

As expedições foram divididas em três etapas:

Expedições de acesso aos limites na seca: de 23 de agosto a 03 de setembro de 2017; 50% do curso (80 horas, com apenas 16 horas exclusivamente teóricas). A equipe reunida em quatro veículos (disponibilizados por outras Unidades de Conservação do Acre e pelo Incra), além de uma moto e de um quadriciclo, percorreu todos os pontos acessíveis no período da seca. Durante a expedição, foram implantados marcos geodésicos no trecho de sobreposição com o assentamento e em outras áreas do limite.

Expedição de ajustes e detalhamento da próxima etapa: de 18 de outubro a 31 de outubro de 2017; com a presença apenas da equipe de coordenação, de técnicos do Incra e dos colaboradores lo-

cais. Essa expedição extra surgiu como demanda da força-tarefa para levantamento de mais alguns pontos acessíveis no final do período de seca, por carro/quadriciclo e da tentativa de acesso por helicóptero a um ponto remoto, mas de grande importância do limite.

Expedição de acesso aos limites na cheia: de 22 de janeiro a 02 de fevereiro de 2018; 50% do curso (80 horas restantes). A equipe acessou os limites fluviais da reserva com o uso de barcos, com deslocamento até os pontos específicos feito por voadeira (barco veloz e com motor de popa) e pequenas canoas. A equipe realizou o georreferenciamento de área indígena encravada no meio da reserva extrativista, mas configurando como área de exclusão da mesma. Nessa etapa, a parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a contratação de indígenas como colaboradores foi fundamental para o resultado da expedição.

Os conhecimentos obtidos durante a prática foram consolidados em curso de 50 horas, aberto a todos os interessados, na Academia Nacional de Biodiversidade (Acadébio). A iniciativa incluiu a execução de georreferenciamento na Floresta Nacional de Ipanema/SP.

A chamada de Curso Ampliado, de 16 a 20 de abril, teve participação de toda a equipe e abertura de vagas para 15 servidores do instituto. Essa etapa marcou o treinamento para processamento dos dados levantados em campo e orientações sobre planejamento e fiscalização de contratos de georreferenciamento.

A composição dos custos incluiu além dos valores previstos no Plano Anual de Capacitação (PAC) e dos recursos disponíveis no Projeto Pnud BRA 08-023, aporte do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), disponibilizados no Plano Operativo Anual (POA) da unidade para ações de demarcação.

PERÍODO

Junho de 2017 a junho de 2018.



INSPIRE-SE!

- » **O Manual de Demarcação e Georreferenciamento de Unidades de Conservação com os resultados da Boa Prática, que traz questões técnicas relativas à execução e os conhecimentos adquiridos com base na experiência de campo, estará disponível em julho de 2018 no site do ICMBio.**
- » **Novas soluções não precisam necessariamente dominar o cenário. Como o próprio já diz são apenas outros caminhos para atingir o mesmo objetivo, diferentes possibilidades. O abandono ou não de uma prática executada em larga escala depende de tempo, mas também e principalmente de inovações.**
- » **A contratação de um consultor especializado em georreferenciamento viabilizou essa Boa Prática dupla com a demarcação da UC e a realização do curso. Profissionais liberais têm muito a agregar em inúmeros processos relacionados às Unidades de Conservação.**
- » **Uma vez realizada por servidores do ICMBio, a atividade de demarcação pode ser combinada a outras demandas da gestão como fiscalização, levantamento fundiário, Plano de Manejo etc., contribuindo assim ainda mais na otimização de recursos. Trata-se de uma oportunidade única de conhecer melhor o entorno e seus vetores para a unidade, pontos de pressão, a situação de conservação de diferentes ambientes, as comunidades e o modo de vida.**

PARCEIROS DO PROJETO

Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá (Associação Mãe da UC); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Acre; Fundação Nacional do Índio (Funai).

EDITAL E APOIO TÉCNICO

PROJETO DEMONSTRATIVO DE GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA GERA ECONOMIA DE R\$ 102 MIL EM 2017

Coordenação geral: Fabiano Gumier Costa (Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo/ICMBio). Coordenação executiva: Joseilson de Assis Costa (Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo/ ICMBio). Gestão dos recursos e gerenciamento: Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo/ICMBio.

As frequentes quedas no fornecimento de energia elétrica e a representatividade desse custo nas despesas da Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo/PB levaram a equipe gestora a buscar uma solução para as duas questões. “Somente o prédio principal da Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo onde estão instaladas também a Coordenação Regional do ICMBio em Cabedelo, a Unidade Avançada de Administração e Finanças (UAAF) e a Procuradoria Federal Especializada (PFE) consumia, em 2013, a média de 5.630 kWh/mês, gerando uma conta de energia superior a R\$ 3 mil”, revela Fabiano Gumier Costa, analista ambiental, servidor do ICMBio, na época gestor da unidade.

Os problemas aqui relatados eram estendidos ao conjunto de atores do ICMBio na região, como o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres (Cemave/ICMBio), a Reserva Extrativista Acaú-Goiana, além do Centros de Triagem de Animais Silvestres (Cetas/Ibama).

A Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo está localizada no perímetro urbano, o que por um lado representa uma série de desafios, por outro, traz a vantagem de maior aproximação com a sociedade. “A inserção da Floresta no ambiente urbano favorece o acesso dos interessados em conhecer os atrativos naturais, oportuniza a discussão dos problemas ambientais do estuário do Rio Paraíba e a apresentação de tecnologias sustentáveis. Práticas exemplares de sustentabilidade podem ter grande visibilidade e repercussão regional, induzindo transformações no comportamento das pessoas, empresas e gestores públicos”, destaca Fabiano Gumier Costa.

Foto: Carlos Alberto Cavalcanti Soares



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PERFIL

Localizada na região metropolitana de João Pessoa, a Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo abriga em 114 hectares um dos últimos fragmentos da Floresta de Restinga no Nordeste, além de ambientes de manguezal e restinga.

OBJETIVOS

Difundir e popularizar sistemas de geração de energia fotovoltaica para a sociedade, incluindo escolas, comunidades, empresas e instituições públicas, em escala regional; reduzir as despesas do ICMBio com energia elétrica; inserir práticas viáveis de sustentabilidade (especialmente energia fotovoltaica) no Programa de Educação Ambiental e visitação da Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo que possam ser reproduzidas pela sociedade; minimizar problemas de fornecimento de energia elétrica; repor o montante gasto na implantação deste projeto em até 10 anos.

Foto: Carlos Alberto Cavalcanti Soares



RESULTADOS

» O sistema montado em 2016 entrou em operação regular em agosto do mesmo ano. Em 2017, o sistema fotovoltaico do tipo *on grid** registrou produção total 145.237,37 mil kWh; o que significa uma economia de R\$ 102 mil e emissão evitada de CO² superior a 14 toneladas.

» Atualmente, esse é o maior projeto de geração de energia fotovoltaica do Estado da Paraíba. O sistema produz mais que o dobro da necessidade do prédio principal da unidade, o excedente de energia é injetado na rede da distribuidora. A produção mensal média, em 2017, foi de 12.000 kWh.

» Esse mesmo excedente de energia vira crédito que tem sido suficiente para quitar todas as faturas de energia elétrica de todo o ICMBio no Estado da Paraíba, o que representa cerca de R\$ 100 mil de economia/ano.

Instituições do ICMBio da Paraíba beneficiadas pelo projeto: Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo; Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres (Cemave); Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros (CPB), Unidade Avançada de Administração e Finanças (UAAF); Procuradoria Federal Especializada (PFE); Reserva Biológica Guaribas; Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape; Área de Relevante Interesse Ecológico Manguezais da Foz do Rio Mamanguape, incluindo as bases do Projeto Peixe Boi.

» A visitação ao projeto também é uma realidade. Em 2007, cerca de 1.000 visitantes estiveram na unidade para participar de atividades de Educação Ambiental e conhecer os detalhes da iniciativa.

* Os sistemas estão divididos em *on grid* e *off grid* ou mistos. *On grid* não possuem baterias e não armazenam a energia gerada, o excedente produzido (não utilizado pelo usuário) é injetado na rede de distribuição elétrica e torna-se crédito em kWh. Esse bônus pode ser utilizado para pagar outras contas de unidades consumidoras em nome do mesmo titular e atendidas pela mesma distribuidora, na mesma região ou Estado. Os sistemas *off grid*

não estão conectados à rede de distribuição e a energia é armazenada em baterias para uso posterior.

METODOLOGIA

Em 2013 e 2014, a equipe da Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo iniciou os trabalhos para elaboração do Plano de Manejo da unidade e esse processo levou a inúmeras reflexões. Quanto ao uso público ficou definido que a agenda de visitação da unidade seria voltada à educação ambiental.

Os problemas constantes com o fornecimento de energia elétrica também entraram na pauta e precisavam de medidas eficazes. O gestor na época, Fabiano Gumier Costa, procurou parceiros para instalação de uma pequena planta demonstrativa de geração de energia fotovoltaica na UC, o objetivo era ter como atrativo de visitação a demonstração de Boas Práticas de sustentabilidade. Ele escreveu para dezenas de empresas do setor, sem receber qualquer aceno de parceria e doação de materiais.

No começo de 2014, a equipe da unidade teve conhecimento do Edital MMA/FNMC N° 1/2014: “Linha de Ação 1 – Área de Concentração: Desenvolvimento e Difusão Tecnológica Item 5.1.2, V do Edital: Projetos demonstrativos sobre aproveitamento da energia termo solar em áreas, setores ou populações vulneráveis aos efeitos da mudança do clima.” O analista ambiental Fabiano Gumier Costa e o analista administrativo Joseilson de Assis Costa escreveram um projeto que foi aprovado na primeira fase do edital.

A etapa seguinte, exigiu maior detalhamento técnico sobre o tipo de sistema a ser instalado e a equipe do ICMBio contou com apoio de professores do Centro de Energias Alternativas e Renováveis da Universidade Federal da Paraíba (CEAR/UPFB). O apoio técnico do CEAR permitiu à equipe do ICMBio ter mais clareza e segurança sobre o tipo de sistema mais adequado para as necessidades.

O projeto foi aprovado pelo Fundo Clima/MMA com orçamento total aproximado de R\$ 1,3 milhão, pre-

vendo, além da instalação do sistema fotovoltaico, melhorias em algumas instalações do ICMBio, produção de material informativo e aquisição de equipamentos e materiais relacionados à visitação.

O sistema monitorado diariamente por um software permite que a equipe da UC organize e compartilhe os dados, o que tem sido feito pelos servidores e voluntários da unidade. Todos os dados de produção do sistema são tabulados mensalmente e divulgados nas redes sociais da unidade, imprensa local e nos canais do ICMBio, como portal, redes sociais e a revista ICMBio em Foco.

No momento, a equipe do projeto está desenvolvendo uma forma de avaliar a experiência e o impacto sobre o visitante, preparando materiais informativos e fortalecendo as ações de divulgação.

O ICMBio sede iniciou diálogo com o Fundo Clima/MMA na tentativa de replicar o projeto em outras UCs pelo Brasil.

PERÍODO

Outubro de 2014 a dezembro de 2019.

PARCEIROS DO PROJETO

Fundo Nacional Sobre Mudança do Clima (MMA) e Centro de Energias Alternativas e Renováveis (CEAR/UPFB).

Foto: Carlos Alberto Cavalcanti Soares



BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

INSPIRE-SE!



» A instalação do sistema de energia fotovoltaica solucionou o problema da energia nas duas esferas (fornecimento e custo) e abriu uma janela de oportunidade para a Floresta Nacional da Restinga Cabedelo que atrai visitantes interessados em conhecer o projeto.

» A comunicação aqui mais uma vez foi e continua sendo fundamental. Compartilhe suas conquistas e desenvolva planos para apresentá-las da melhor forma. Aproveite e conheça a página www.facebook.com/flona-cabedelo/. Os dados mensais do projeto são apresentados na página. É possível conferir também um vídeo sobre a iniciativa.

» Boas Práticas em sustentabilidade desenvolvidas em Unidades de Conservação podem diversificar o perfil do visitante.

» Parcerias são fundamentais sempre e ampliar a rede é mais do que escolha, mas necessidade. Mesmo grandes equipes não serão capazes de solucionar todas as questões e demandas. Começar pelas universidades de referência, institutos e centros de pesquisa é um caminho promissor.

Foto: Carlos Alberto Cavalcanti Soares



12 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MARINHAS E DA MATA ATLÂNTICA JÁ RECÉBEM APORTES PARA GESTÃO

Coordenação geral: Márcia Hirota (Fundação SOS Mata Atlântica). Coordenação executiva: Erika Guimarães, Diego Igawa e Camila Keiko Takahashi (Fundação SOS Mata Atlântica). Gestão dos recursos e gerenciamento: Olavo Garrido, Aislan Silva e Ítalo Sorriha (Fundação SOS Mata Atlântica).

Fortalecimento institucional, elaboração e execução do Plano de Manejo, investimentos em infraestrutura, fiscalização e pesquisa, além de ações que estimulem o uso público ordenado e compatível com o perfil de cada Unidade de Conservação constituem as ações prioritárias da parceria entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e a Fundação SOS Mata Atlântica - via fundos pró-Unidades de Conservação (UCs) da Mata Atlântica e Marinhas. “A criação dos Fundos de Apoio às UCs foi desenhada como uma estratégia para o fortalecimento do Sistema com mecanismos ágeis e engajamento financeiro do setor privado, que não resolvem os desafios financeiros das UCs apoiadas, mas aliviam e podem contribuir para alavancar outros apoios”, afirma Erika Guimarães, gerente de Áreas Protegidas da SOS Mata Atlântica. O histórico apesar de recente, assim como tantas conquistas da área socioambiental, já mostra resultados inspiradores.

PERFIL

- » Reservas Biológicas Marinhas: Atol das Rocas/RN e Arvoredo/SC
- » Áreas de Proteção Ambiental: Cairuçu/RJ; Costa dos Corais/PE; Guapimirim/RJ
- » Estações Ecológicas: da Guanabara/RJ e Tupinambás/SP
- » Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes/RJ
- » Parques Nacionais: da Tijuca/RJ; da Serra da Bodoquena/MS; da Serra da Bocaina/RJ/SP; do Itatiaia/RJ.

OBJETIVOS

Contribuir para implementar Unidades de Conservação e demonstrar novos arranjos de parceria e financiamento.

Foto: Acervo SOS Mata Atlântica



RESULTADOS

- » Mais de 10 Unidades de Conservação possuem fundos específicos que apoiam a implementação do Plano de Manejo, o uso público e aumentam a visibilidade institucional.
- » Investimentos em infraestrutura para pesquisa e gestão nas Unidades de Conservação. Na Reserva Biológica Marinha Atol das Rocas, por exemplo, o fundo também foi utilizado para a construção da nova base para receber pesquisadores. Em outras UCs, pequenos reparos na sede, centro de visitantes e casa de pesquisador têm sido feitos com o recurso.
- » A prática trouxe também novos doadores e ampliou as parcerias com associações locais, universidades e outras instituições que atuam nas áreas protegidas e no entorno. A medida também aperfeiçoou o relacionamento entre as equipes das UCs e o poder público local.
- » O Fundo Guanabara (Área de Proteção Ambiental Guapimirim e Estação Ecológica da Guanabara) já permitiu também o apoio à Cooperativa Manguezal Fluminense em parceria com o ICMBio. No caso da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais, além da gestão da UC, outras cinco organizações locais são apoiadas diretamente, em ações que contribuem para a implementação da unidade.

METODOLOGIA

Fundos pró-Unidades de Conservação da Mata Atlântica e Marinhas apresentam duas modalidades: de Perpetuidade e de Caixa. Ambos envolvem parceria tripartite, entre ICMBio, SOS Mata Atlântica e o patrocinador, que pode ser Pessoa Física, Jurídica ou Pool.

O grande desafio dessa prática é a mobilização do patrocinador para aliviar o déficit financeiro das Unidades de Conservação. Muitos fundos são mantidos com doações de pessoas físicas. A escolha da área protegida que contará com fundo de apoio é feita em conjunto entre as partes. Três documentos celebram e formalizam a parceria: o Acordo de Cooperação (instrumento jurídico) e os Planos de Trabalho e de Execução. As Unidades de Conservação têm autonomia no desenho e implementação dos projetos. Metas e indicadores dos Planos de Trabalho são monitorados por meio de relatórios anuais técnicos e financeiros, auditoria externa e em alguns casos, comitê de finanças que decide sobre os investimentos. A Fundação SOS Mata Atlântica acompanha a execução.

Foto: Capim Filmes/SOS Mata Atlântica



Fundos de Perpetuidade

Os recursos são aplicados em uma carteira de títulos variáveis e/ou fixos e o valor destinado ao projeto é o rendimento anual líquido, descontando as taxas administrativas e a inflação. Para a execução dos projetos, o valor então é transferido para uma conta específica e exclusiva da Unidade de Conservação beneficiada.

Fundos de Perpetuidade são mecanismos utilizados em três Unidades de Conservação:

» Reserva Biológica Marinha Atol das Rocas, com fundo arrecadado entre pessoas físicas e gerenciado em parceria com o Conselho de Amigos do Atol das Rocas.

» Área de Proteção Ambiental Guapimirim/RJ e Estação Ecológica da Guanabara/RJ, que compartilham do Fundo Guanabara obtido pelo aporte de uma pessoa física.

» Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais, em parceria com a Fundação Toyota do Brasil, terá, em 2021, o Fundo Toyota APA Costa dos Corais consolidado, pelos aportes da Fundação em questão.

O Fundo Guanabara, criado em 2011, já foi utilizado em melhorias na infraestrutura da sede, no fortalecimento do Conselho Gestor, assim como em pesquisas científicas, ações de educação ambiental, despesas operacionais e em atividades de custo mais representativo, como a sinalização dos limites marinhos da UC com boias náuticas. Em parceria com o ICMBio, o fundo também já apoiou a Cooperativa Manguezal Fluminense.

O Fundo Toyota APA Costa dos Corais, desenhado para ser constituído em 10 anos com aportes anuais realizados pela Fundação Toyota do Brasil prevê a utilização de parte do recurso em projetos no ano e a outra parte reservada para aplicação no Fundo de Perpetuidade.

Fundos de Caixa

Essa modalidade foi criada como alternativa em um cenário desafiador para a captação e a constituição de grandes fundos e consiste em inves-

timentos de menor porte destinados às despesas ordinárias, do dia a dia da gestão da UC. Os investimentos são feitos por meio de cartões corporativos.

A aplicação financeira dos recursos tem como característica as opções mais conservadoras, de baixo risco. Durante a execução do projeto, todo o valor é investido, tanto o aporte quanto os rendimentos. Fundos de caixa são firmados por um período determinado e quando chegam ao fim podem ser renovados ou extintos.

O Fundo Juatinga Caiçuru relativo à Área de Proteção Ambiental Caiçuru/RJ e à Reserva da Juatinga (UC estadual, sob a gestão do Instituto Estadual do Ambiente – Inea), criado em parceria pela SOS Mata Atlântica e a EST Cosméticos, atualmente é mantido com doações de pessoas físicas. Os recursos permitiram custear infraestrutura, equipamentos, manutenção e operações para ordenamento turístico e vêm auxiliando a equipe da APA Caiçuru nas ações necessárias para revisão do Plano de Manejo.

A parceria com o Parque Nacional da Tijuca viabilizou a realização do projeto Horizonte 2030, com foco na construção de uma visão estratégica de longo prazo para o Parque, a respeito do arranjo de gestão compartilhada e do Plano Estratégico de Comunicação.

Perspectivas

Em outubro de 2017, o ICMBio e a Fundação SOS Mata Atlântica celebraram cinco novas parcerias de Fundo de Caixa envolvendo:

- » Parque Nacional da Serra da Bodoquena/MS
- » Parque Nacional da Serra da Bocaina/RJ/SP
- » Parque Nacional do Itatiaia/RJ
- » Reserva Biológica do Arvoredo/SC
- » Núcleo de Gestão Integrada de Alcatrazes que beneficia o Refúgio da Vida Silvestre de Alcatrazes e a Estação Ecológica Tupinambá.

Cada parceria mencionada receberá R\$ 90 mil, durante três anos, com possibilidade de aumento de recursos e prazos, condicionado à captação. O valor é empregado de acordo com o Plano de Trabalho da UC, em geral apoiam ações de manutenção, sinalização, fiscalização, pesquisa e educação.

No Núcleo de Gestão Integrada de Alcatrazes formado pelo Refúgio de Vida Silvestre de Alcatrazes/RJ e pela Estação Ecológica Tupinambás, a parceria conta com o patrocínio da Brazilian Luxury Travel Association (BLTA) que cobre as despesas operacionais.

PERÍODO

Desde 2007 – contínuo.

PARCEIROS DO PROJETO

Fundação Toyota do Brasil, Brazilian Luxury Travel Association e Amigos Parque Nacional da Tijuca, além de doadores pessoa física.

Foto: Rafael Munhoz



INSPIRE-SE!

» Doações e o engajamento de pessoas físicas são capazes de fazer a diferença, já há histórico para mostrar como é possível somar esforços e obter recursos significativos com a mobilização da sociedade.

» Divulgue as ações relacionadas às Unidades de Conservação, como essa de âmbito nacional que permite o compromisso mesmo à distância. Visitantes das áreas protegidas são potenciais doadores. A SOS Mata Atlântica não recebe pequenas doações de pessoas físicas, mas mobiliza grandes doadores pessoa física a investir nas UCs. Pequenas doações podem ser recebidas por associações de amigos das UCs, como acontece no Parque Nacional da Tijuca, por exemplo.

» Ao contrário do que muitas empresas de médio e pequeno porte imaginam, fundos têm início com aportes de diferentes valores. Estimule as empresas da região a conhecer outras formas de colaborar com a proteção da biodiversidade.

» O patrimônio protegido pelas UCs é de toda sociedade brasileira e envolver as empresas nesse sistema é uma boa maneira de aumentar o engajamento nessa causa. Empresas interessadas podem procurar a SOS Mata Atlântica entrando em contato com a diretora executiva Márcia Hirota: marcia@sosma.org.br e com o diretor administrativo Olavo Garrido: olavo@sosma.org.br

MEDIDA GARANTE A IMPLANTAÇÃO IMEDIATA DE PROJETOS E ASSEGURA RECURSOS FUTUROS PARA A GESTÃO

Coordenação geral: Thaís Bleinroth Guedes (Fundação Toyota do Brasil); Camila Keiko Takahashi (Fundação SOS Mata Atlântica) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Coordenação executiva: Iran Campello Normande (ICMBio). Gestão dos recursos e gerenciamento: Camila Keiko Takahashi (Fundação SOS Mata Atlântica).

A Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais é a quinta maior Unidade de Conservação federal Marinha do Brasil, com 413 mil hectares e cerca de 120 km de praias e mangues. No entanto, uma série de ameaças à conservação estavam presentes, enquanto as alianças seguiam desarticuladas, e era preciso fortalecer a própria Unidade de Conservação (UC) como bem público. “A Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais não possuía Plano de Manejo, Conselho Gestor e carecia de recursos, equipe e estrutura para sua implementação. As dimensões, a elevada pressão do turismo, a falta de saneamento básico e a especulação imobiliária contribuíam para a gestão ser considerada, no mínimo, bastante complexa”, destaca José Ulisses dos Santos, chefe substituto do Núcleo de Gestão Integrada (NGI) Costa dos Corais, vinculado à Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais.

Foto: Acervo ICMBio



PERFIL

Abrange 13 municípios do litoral sul de Pernambuco e norte de Alagoas e está localizada, em grande parte, na plataforma continental do litoral nordestino, onde estão as maiores extensões de recifes de coral costeiro do país, o que favorece a ocorrência de grande diversidade biológica representada por algas, corais, peixes, crustáceos e moluscos, além do peixe-boi marinho, ameaçado de extinção.

OBJETIVOS

Apoiar a implementação da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais com a criação de um fundo de perpetuidade; estimular o fortalecimento institucional e a participação social na gestão da Unidade de Conservação; favorecer projetos de instituições parceiras.

RESULTADOS

» Mais de 6.000 moradores e usuários tiveram conhecimento da unidade e do Plano de Manejo publicado no âmbito do projeto. 867 agentes engajados em diferentes projetos; 864 pescadores participaram do I Seminário de Pesca Artesanal. O Fundo Toyota apoiou a realização de 624 ações de fiscalização por terra e mar e contribuiu para a criação do Conselho Gestor da UC.

» Na esfera do Uso Público, o projeto possibilitou o micro-ordenamento em quatro Zonas de Visitação e a criação de mais uma zona da mesma categoria e de uma Zona de Preservação da Vida Marinha (ZVPM), onde apenas a pesquisa científica é permitida. Quatro expedições de Monitoramento do Impacto da Visitação nos Ambientes Recifais (Check-APACC) efetuadas, nas Zonas de Visitação de Barra Grande, Taocas e Galés (em Maragogi) e na Zona de Visitação de Japaratinga.

» Implantação e monitoramento de Zona de Preservação da Vida Marinha de São José da Coroa Grande. Mais de 44 pesquisas entre realizadas e em andamento. 17 peixes-boi marinhos reintroduzidos e monitorados e manejo de tartarugas marinhas.

» A visibilidade do Fundo contribuiu para a implantação de mais projetos na unidade, como o Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF-Mar) e o TerraMar, ambos com participação do Governo Federal, o projeto vem atraindo também Parcerias Ambientais Público Privadas (PAPP), sob a responsabilidade executiva do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam). Saiba mais: www.papp.org.br

METODOLOGIA

Em 2011, a Fundação Toyota do Brasil (FTB) foi convidada, pela Fundação SOS Mata Atlântica, a apoiar o Programa Costa Atlântica, uma parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que tem como missão conservar as zonas costeiras e marinhas sob influência do bioma. A Área de Proteção Ambiental Costa dos Co-



rais é uma das Unidades de Conservação incluídas no Programa, a parceria com a Fundação Toyota do Brasil possibilitou a constituição do Fundo Toyota APA Costa dos Corais.

A parceria prevê aportes anuais, da Fundação Toyota do Brasil, de R\$ 1 milhão, durante 10 anos. 50% dos recursos são direcionados para a gestão da unidade e apoiam pequenos projetos de organizações não governamentais locais ou com atuação no território. A outra parte é depositada em um fundo de perpetuidade, que tem como característica a utilização apenas dos juros, somente após o fundo ter adquirido a capacidade de com os próprios rendimentos garantir a continuidade do projeto.

As ações apoiadas pelo fundo estão divididas em cinco linhas relacionadas aos objetivos específicos da área protegida em questão.

Conservar os recifes coralígenos e de arenito tem como estratégia a criação e o monitoramento de zonas de preservação da vida marinha em Tamandaré, Maragogi e Japaratinga.

Preservar o peixe-boi-marinho e habitat investe em pesquisa, manejo e monitoramento, que inclui ações no ambiente natural, soltura e expedições.

Proteger os manguezais atua em ações de educação ambiental, formação de professores e jovens educadores.

Ordenar atividades econômicas tem como estratégia a capacitação de agentes do turismo náutico e o fortalecimento comunitário.

Incentivar culturas locais destaca o incentivo ao Turismo de Base Comunitária (TBC) pela característica do baixo impacto alinhada à valorização do modo de vida local.

Anualmente, um levantamento relaciona as instituições com potencial de execução dos projetos relacionados aos objetivos da unidade. Estas instituições participam de um workshop e os melhores projetos são aprovados para execução, de acordo com volume de recursos disponível para aquele ano.

O projeto conta com um sistema de definição de metas. O acompanhamento é feito a partir dos indicadores de curto e médio prazo.

PERÍODO

Março de 2011 a fevereiro de 2021.

PARCEIROS DO PROJETO

Fundação Toyota do Brasil e Fundação SOS Mata Atlântica.

Foto: Rafael Munhoz



Foto: Acervo ICMBio



INSPIRE-SE!

» **Parcerias locais somam esforços em múltiplas frentes, da área de pesquisa até as capacitações, passando pela educação e monitoramento da biodiversidade. Valorize as iniciativas que estão próximas e contribua quando necessário com a formação dessas equipes.**

» **Mobilizar as instituições locais favorece a integração da equipe gestora com os demais atores sociais, investir nessa direção é uma das estratégias para mostrar a importância da conservação das unidades nas esferas socioambiental, no desenvolvimento regional alinhado ao turismo sustentável, na pesquisa científica e no respeito ao modo de vida local.**

» **A participação social vai além do Conselho Gestor da unidade, profissionais envolvidos nessa área precisam estar atentos e contribuir ativamente em outros ambientes, como por exemplo nos Conselhos Municipais do Meio Ambiente e Turismo e demais espaços de participação social formais ou não.**

Foto: Rafael Munhoz



CAMPANHA DE ATENDIMENTO

AÇÃO INSCREVE 425 PROPRIETÁRIOS DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE POUSO ALTO NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL

Coordenação geral: Fernanda Marques (Coordenação da Área de Doações Nacionais e Internacionais/Funbio); Daniela Leite (Gerência da Iniciativa TFCA/Funbio); Luciana Valadares (Ministério do Meio Ambiente - MMA) e Fernando Tatagiba (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio). Coordenação executiva: Júlio Itacaramby (consultor Funbio). Gestão dos recursos e gerenciamento: Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio.

Os principais desafios para realização da iniciativa foram as distâncias entre as sedes dos municípios e a área rural, estradas precárias e instabilidade da cobertura de telefonia móvel. A questão fundiária também tornou o processo mais demorado e complexo. “Uma das grandes dificuldades do CAR em território nacional é justamente sua aplicação em regiões onde não existe a devida regularização fundiária. Aproximadamente 50% dos imóveis da Unidade de Conservação estão em áreas consideradas glebas devolutas pelo Estado de Goiás, ou seja, são áreas em que o Estado está buscando a titulação dos seus respectivos possuidores. Como o CAR não é um registro georreferenciado, existe margem para sobreposições de imóveis, sendo difícil proceder a análise de qual limite deve prevalecer, uma vez que as documentações comprobatórias são frágeis”, afirma Cristiane Silva e Souza, gerente de Flora na Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (Secima-GO), responsável pela área de Cadastro Ambiental Rural, em Goiás.

PERFIL

Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto, localizada na microrregião da Chapada dos Veadeiros, corresponde a cerca de 2,35% do Estado de Goiás e abrange os municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Colinas do Sul, Nova Roma, São João D’Aliança e Teresina de Goiás.

OBJETIVOS

Melhoria da gestão territorial da Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto, Goiás, com a promoção do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o planejamento da paisagem para formação de corredores ecológicos com a locação de reservas legais. Atualizar a base de dados geográficos e as informações dos imóveis rurais da região. Prestar assistência técnica para encaminhamento de cadastros dos imóveis rurais à base do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR).



RESULTADOS

» 684 proprietários rurais atendidos, em geral de pequenas propriedades – com até quatro módulos fiscais – e 425 cadastros concluídos; número considerado satisfatório diante do tempo de duração da campanha e da capacidade instalada.

» Economia de R\$ 425 mil para a comunidade local, com base no custo médio de R\$ 1 mil por serviços técnicos para inscrição no CAR.

» O projeto contribuiu com a injeção de cerca de R\$ 201 mil na economia local, entre insumos, serviços, contratação de equipe e equipamentos doados às instituições.

» O envolvimento dos parceiros e das instituições fortaleceu a gestão territorial da Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto com palestras, cursos, informativos e atualização do banco de dados rural da região; atraindo novos parceiros interessados em desenvolver o mesmo projeto em outros municípios.

METODOLOGIA

A melhoria da gestão territorial da Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto, por meio da realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR), constituiu o pano de fundo para a implementação do Projeto “Promoção do Cadastro Ambiental Rural (CAR) na Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto – Goiás”. A iniciativa realizada com recursos do Tropical Forest Conservation Act (TFCA) foi coordenada pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (Secima-GO).

A execução do projeto seguiu as seguintes etapas: atividades preparatórias, planejamento e capacitação da equipe contratada para mobilização e cadastramento; atualização das bases de dados geográficos das propriedades rurais da região; divulgação

do projeto e mobilização dos proprietários; prestação de assistência técnica para encaminhamento de cadastros ao SiCAR; registro e relatoria final.

Na etapa de planejamento, o consultor Julio Itacaramby, coordenador executivo do projeto, realizou uma série de reuniões com parceiros que pudessem contribuir para as ações previstas. As equipes contratadas para a execução do projeto passaram por uma oficina de capacitação de dois dias.

A Secima, por meio da Superintendência de Proteção Ambiental e Unidades de Conservação, Gerência de Flora e Gerência de Compensação Ambiental e Áreas Protegidas, se comprometeu a disponibilizar dois analistas ambientais, Daurélio Barbosa Rocha e João Marcos Gonçalves, para treinamento das equipes do projeto e auxílio no balcão de atendimento montado no município de Alto Paraíso de Goiás, orientando os proprietários interessados para a inscrição de cadastro de seus imóveis rurais de até quatro módulos fiscais.

O Sindicato Rural de Alto Paraíso de Goiás também foi um parceiro estratégico, cedendo as instalações para operação do balcão de atendimento e auxiliando na divulgação e mobilização local. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Alto Paraíso de Goiás ofereceu as instalações para atividades preparatórias e de mobilização e o alojamento aos técnicos cedidos Secima (que permaneceram em Alto Paraíso durante os 10 primeiros dias).

Na etapa de atualização das bases de dados geográficos e das propriedades rurais da região, foram levantadas informações relativas ao número de imóveis rurais da região, por meio de pesquisa nos Sindicatos Rurais locais, Cartórios, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SED-Goiás), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Serviço Florestal Brasileiro (SFB), entre outros órgãos federais, estaduais e municipais. Via de regra a fonte oficial é o censo agropecuário IBGE 2006, considerado defasado.

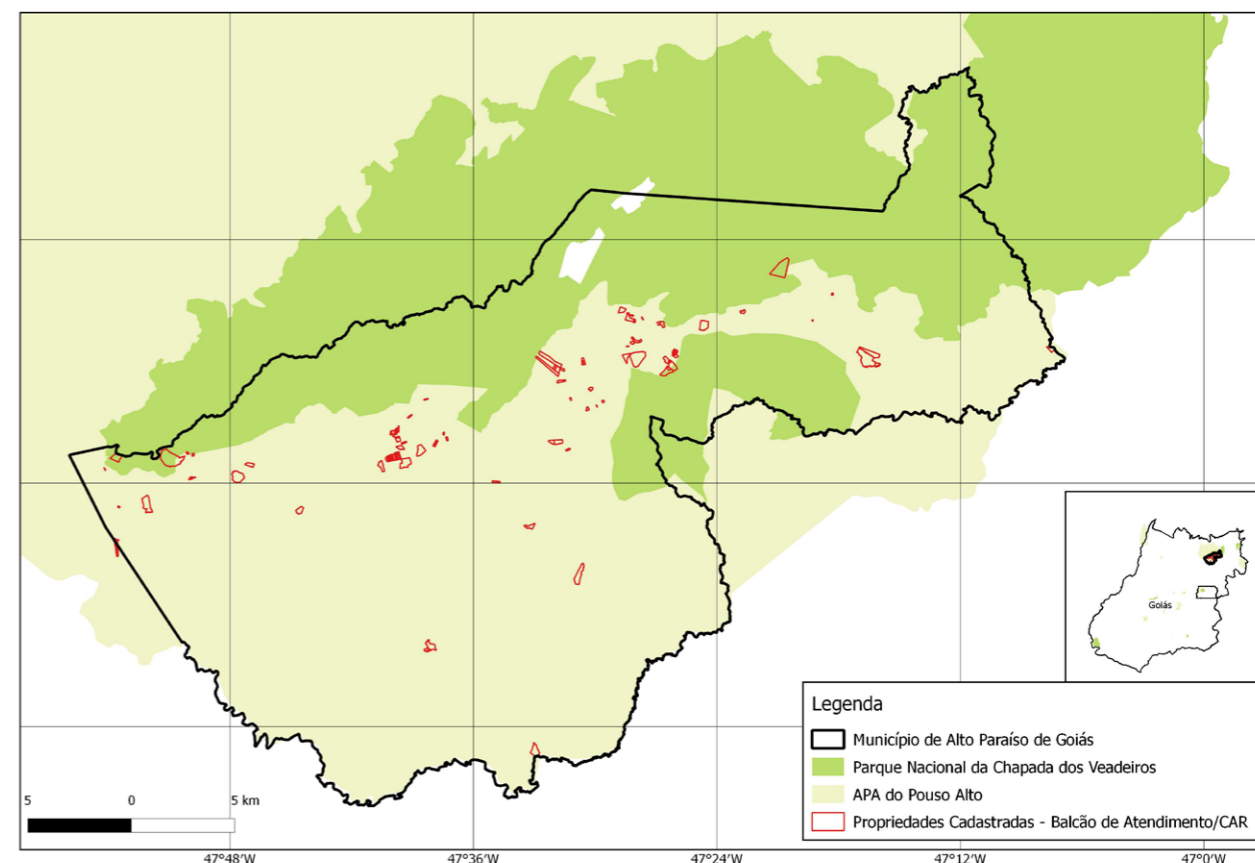
Nessa etapa foi contratado um consultor especialista em geoprocessamento, Nicholas Saraiva, para atualização dos dados geográficos da região sobre hidrografia, malha viária, limites municipais, uso e ocupação do solo, cobertura vegetal, zoneamento ambiental, incluindo validação em campo dos dados, para entrega de um Sistema de Informações Geográficas preciso e atualizado sobre a Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto.

Para estimular a adesão ao projeto e ampliar a divulgação na região, uma equipe de quatro profissionais foi contratada para realizar as ações de mobilização, que consistiram em reuniões comunitárias entre órgãos públicos, sindicatos rurais, associações, proprietários e atores-chave em geral. Uma consultoria de comunicação foi prevista e desenvolveu o plano e as peças específicas da campanha de divulgação.

Na etapa de assistência técnica ao cadastramento, uma equipe de quatro especialistas em georreferenciamento da região foi contratada para o balcão de atendimento, trabalhando em regime de mutirão. O primeiro balcão foi montado na sede de Alto Paraíso de Goiás e seguiu para os demais municípios. Devido à grande demanda em Alto Paraíso, foi mantido um balcão fixo nesse município em semanas alternadas. O atendimento ao público foi organizado da seguinte maneira: fila, por ordem de chegada; triagem; e atendimento técnico. Durante a espera, técnicos verificavam a documentação e preenchiam a ficha de triagem.

Em sete semanas, a campanha realizou atendimento gratuito em balcão para encaminhamento de cadastros ao SiCAR em todos os municípios com sede dentro da Unidade de Conservação em Pouso Alto:

Propriedades Cadastradas - APA do Pouso Alto - Município de Alto Paraíso



Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Colinas do Sul, São João da Aliança, Nova Roma e Teresina de Goiás.

O atendimento técnico teve como orientação um protocolo que incluiu:

- » Destacar a responsabilidade do proprietário nas informações prestadas, os objetivos do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a legislação relacionada.
- » Abertura de pasta com os dados do proprietário e inserção das informações preliminares no software do SiCAR.
- » Delimitação do perímetro do imóvel pelo Google Earth. Essa informação também poderia ser fornecida pelo proprietário em via digital, mapas ou pela indicação nas próprias imagens de satélite do software.
- » Aplicação dos layers disponibilizados pelo SIG para verificar a sobreposição com outros imóveis, hidrografia etc.
- » Entrega do recibo do CAR e esclarecimentos quanto à necessidade de acompanhar o cadastro pela Central do Proprietário até a validação do órgão estadual, em Goiás, Secima.

A metodologia utilizada considerou o registro de todas as etapas, por meio de fotografias e relatórios técnicos e de prestação de contas, incluindo um relatório final do projeto contendo a compilação de informações dos relatórios mensais previstos; indicação dos produtos de SIG gerados; quantitativo de propriedades rurais e cobertura das áreas cadastradas; indicação dos corredores ecológicos formados pela alocação das reservas legais; conforme orientação da assistência técnica prestada; conclusões, lições aprendidas e recomendações.

Os bons resultados alcançados pelo Projeto CAR resultaram na aprovação de uma continuidade para a iniciativa de melhoria da gestão territorial da Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto, pelo reconhecimento do Mosaico de Áreas Protegidas da Chapada dos Veadeiros. Essa nova etapa nos mesmos moldes do projeto CAR pretende contribuir para a consolidação do Mosaico e está prevista para 2018, com recursos do TFCA.



INSPIRE-SE!

- » **Apoiar ações com impacto na vida dos moradores das Unidades de Conservação e do entorno é também uma forma de reforçar o posicionamento das áreas protegidas quanto à integração dos eixos social, ambiental e econômico.**
- » **O apoio entre as unidades deve ser constante. Se alguma ação impacta os moradores da área de conservação mais próxima, some esforços e contribua.**
- » **Áreas protegidas que abrangem mais de um município precisam implementar ações de comunicação – via parceria – em todos eles, considerando estratégias para as áreas rural e urbana.**

PERÍODO

Novembro de 2016 a julho de 2017.

PARCEIROS DO PROJETO

Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (Secima-GO); Sindicatos Rurais de: Alto Paraíso de Goiás; Cavalcante, Teresina de Goiás, Nova Roma, São João D'Aliança e Colinas do Sul; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater); Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente em Colinas do Sul; Secretaria de Agricultura; Secretaria de Educação e Gabinete do Prefeito em Cavalcante; Secretaria de Agricultura e Secretaria de Regularização Fundiária em Teresina de Goiás; Conselhos Municipais; Parque Nacional Chapadas dos Veadeiros/ICMBio.

CONDICIONANTES AMBIENTAIS

GRUPO DE TRABALHO ESTABELECE NOVA DINÂMICA ENTRE EMPREENDEDOR, ÓRGÃOS PÚBLICOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Coordenação geral: Kelly Ferreira Cottens (Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba/ ICMBio). Coordenação executiva: Luiz Narok (Terminal de Contêineres de Paranaguá - TCP). Gestão dos recursos e gerenciamento: Terminal de Contêineres de Paranaguá - TCP.

Os múltiplos usos na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba despontam entre as principais características da unidade que concilia preservação do modo de vida das comunidades tradicionais com a presença do complexo portuário de Paranaguá. “O licenciamento ambiental dos empreendimentos portuários se configura um grande desafio de gestão para a equipe da unidade, que busca equilibrar os diferentes usos do território e garantir a proteção da rica biodiversidade local. Tendo em vista que os portos do Paraná já operam há várias décadas, os empreendimentos não tiveram sua instalação condicionada pelas regras atuais do processo de licenciamento ambiental. As empresas portuárias estão em processos de regularização dos seus respectivos licenciamentos ou iniciaram esse ajuste a partir de processos de ampliação”, destaca Kelly Ferreira Cottens, analista ambiental e agente de fiscalização na unidade.

Apesar da complexidade da unidade que protege o maior remanescente florestal contínuo de Mata Atlântica e ainda é zona de amortecimento para as Unidades de Conservação do grupo da proteção integral localizadas em seu interior, a comunicação com a equipe do Terminal de Contêineres de Paranaguá estava repleta de lacunas. “O diálogo era insuficiente e as características das Unidades de Conservação da região pouco reconhecidas pelo empreendedor”, pontua Kelly.

Até que o processo de ampliação do Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP) representou uma oportunidade. “O ICMBio avaliou os estudos de impacto ambiental e propôs condicionantes de caráter mitigador e compensador dos impactos ambientais negativos gerados pela atividade”, afirma a analista.



Foto: Acervo ICMBio



Foto: Acervo ICMBio

PERFIL

Em cerca de 280 mil hectares da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba vivem indígenas, quilombolas e pescadores artesanais caiçaras, com aproximadamente 30 mil hectares em sobreposição ao Parque Nacional de Superagui. A unidade protege diferentes ecossistemas do complexo estuarino de Paranaguá.

OBJETIVOS

Acompanhar o cumprimento das cláusulas ambientais estabelecidas no licenciamento do Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP), promover a aproximação entre as equipes gestoras das Unidades de Conservação (UCs) e as lideranças da área ambiental do empreendimento.



RESULTADOS

» O estímulo à gestão participativa e ao monitoramento da biodiversidade constituem os dois eixos centrais. O Programa de Educação Ambiental para a Gestão de Resíduos Sólidos nas Comunidades investiu na capacitação e retirou 35.042,75 kg de lixo nos ecossistemas de manguezais e restingas da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba. O material foi comercializado com a Cooperativa de reciclagem do município. No momento, o programa recebe aportes do TCP, mas há um plano de gestão que busca a viabilidade econômica em médio prazo.

» O Projeto de Desenvolvimento do Turismo Comunitário mapeou os atrativos para o ecoturismo, turismo de pesca e a produção de artesanato sustentável. Os moradores receberam capacitações sobre turismo, formação de guias e condutores. Na comunidade de São Miguel foi construído um Pacote de visitação completo que atraiu um grupo de Escoteiros de Curitiba.

» Divulgação da Área de Proteção Ambiental como destino turístico em página criada no Facebook Turismo Sustentável na Colônia Insular de São Miguel. Os moradores também passaram por capacitação em empreendedorismo e foram integrados à Rede Caiçara de Turismo Comunitário, que inclui as comunidades do litoral sul de São Paulo e Paraná. O objetivo é incentivar a autogestão do turismo na unidade.

» Início do manejo do siri exótico (*Charibidys hellerii*), no Complexo estuarino de Paranaguá. As orientações estão reunidas no Plano de Manejo do Siri *C. hellerii*. A identificação dos principais pontos de ocorrência dos adultos da espécie teve como base os saberes dos pescadores da região.

METODOLOGIA

Após o licenciamento da ampliação do Terminal de Contêineres de Paranaguá, a equipe gestora da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba passou a acompanhar e qualificar o atendimento das condicionantes ambientais previstas nas Autorizações

para o Licenciamento Ambiental – ALA nº 03/2012 e 07/2016 emitidas em favor do TCP.

Uma dessas condicionantes do ICMBio determinou a formação de um Grupo de Trabalho (GT) constituído por representantes do Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP); do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); do Instituto Ambiental do Paraná – (IAP); do Centro de Estudos do Mar/Universidade Federal do Paraná (CEM/UFPR); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Universidade Estadual do Paraná (Unespar) e de lideranças das Comunidades Tradicionais, além de representante da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA).

A iniciativa buscou assim avaliar os resultados dos programas e monitoramentos ambientais realizados pelo TCP e elaborar estratégias para a gestão ambiental, mitigação de impactos, compatibilização das diversas atividades realizadas na área de influência do empreendimento com apresentação e divulgação de relatório anual.

Em um primeiro momento, a obrigatoriedade condicionada pela licença não refletiu na formação do Grupo de Trabalho (GT). A equipe gestora da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba realizou a operação de fiscalização intitulada “Porto” e notificou o TCP a comprovar a implementação das condicionantes ambientais previstas na ALA 03/2012, entre elas a constituição do GT.

Após essa cobrança, o empreendedor organizou o GT incluindo o aporte necessário. A iniciativa que prioriza o diálogo aproximou os atores envolvidos na unidade e fomentou o comprometimento de lideranças do TCP com o projeto.

Os resultados dos programas e os monitoramentos ambientais realizados pelo TCP são apresentados em reuniões semestrais. Anualmente, os Conselhos Gestores das Unidades de Conservação têm conhecimento formal das principais ações discutidas no GT. O objetivo é compartilhar com os Conselhos as ações de maior interesse desse público.

Cada fase de operação do Terminal de Contêineres de Paranaguá está condicionada a programas ambientais especificamente determinados para a proteção das Unidades de Conservação. A partir de um novo processo de ampliação, foi emitida nova ALA 07/2016 que manteve e aumentou o GT.

PERÍODO

Abril de 2012 – contínuo (vinculado à operação do Terminal de Contêineres de Paranaguá).

PARCEIROS DO PROJETO

Conselhos gestores da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba (Conapa) e da Estação Ecológica de Guaraqueçaba (Cosec); Universidade Estadual do Paraná Campus Paranaguá (Unespar); Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP); Ministério Público do Paraná - Bacia Litorânea, Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA); Instituto Ambiental do Paraná (IAP); Universidade Federal do Paraná - Centro de Estudos do Mar (UFPR/CEM); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).



Foto: Acervo ICMBio



INSPIRE-SE!

» Grupos de Trabalho permitem articular ações para um propósito específico e destacam como estratégia capaz de apresentar resultados a curto prazo.

» Pesquise se a empresa desenvolve algum programa de responsabilidade socioambiental e converse sobre projetos em conjunto que tornem a presença do empreendimento dentro de uma Unidade de Conservação mais relevante para os demais atores sociais.

» Conselhos Consultivos e Grupos de Trabalho devem coexistir. Em certos casos, as formações contam com os mesmos representantes, mas em outros são tão diferentes que é necessário implementar ações que integrem as duas esferas para o compartilhamento de avanços e da experiência.

 [@icmbio](https://twitter.com/icmbio)

 facebook.com/icmbio

 youtube.com/canalicmbio

 [@icmbio](https://instagram.com/icmbio)

www.icmbio.gov.br



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE